

**POR UM CONSENSO NACIONAL
DE NORMALIZAÇÃO DA VIDA**

RELATÓRIO DO COMITÉ CENTRAL



**PARTIDO
FRELI MO**

5º CONGRESSO

ERRATA

Capa

onde se lê: «...Normalização de vida...»
deve ler-se: «...Normalização da vida...»

Página 15

linha 30 — onde se lê: «...dez mil milhões...»
deve ler-se: «...quinze mil milhões...»

Página 292

linha 22 — onde se lê: «...chamada...»
deve ler-se: «...líderada...»

linha 23 — onde se lê: «...apoio...»
deve ler-se: «...apelo...»

Página 296

última linha — onde se lê: «...Unidade Nacional...»
deve ler-se: «...Unidade Africana...»

**RELATÓRIO DO
COMITÉ CENTRAL
AO V CONGRESSO**

FICHA TÉCNICA

Título - Relatório do Comité Central do Partido Frelimo ao V Congresso

1ª Edição

Tiragem - 5.000 exemplares

Registado no Instituto Nacional do Livro e do Disco sob o nº 0759/INLD/89

Composto na Sede do Comité Central

Impresso na CEGRAF

Julho de 1989 - Maputo

República Popular de Moçambique

PARTIDO FRELIMO

**RELATÓRIO DO
COMITÉ CENTRAL
AO V CONGRESSO**

**1989
COLECÇÃO O 5º CONGRESSO
MAPUTO**

INTRODUÇÃO

PELA NORMALIZAÇÃO DA VIDA

Depois de um amplo debate nacional realiza-se o V Congresso.

Os nossos trabalhos decorrem num momento em que o país enfrenta graves dificuldades, muito embora os dados da situação nacional e internacional nos permitam perspectivar as vias conducentes à normalização da nossa vida.

São grandes os sofrimentos da sociedade. Cerca de um terço dos cidadãos moçambicanos encontram-se deslocados e vivem no limiar da sobrevivência. Apesar das dificuldades, na vida do nosso povo exprime-se a decisão de lutar pela paz, reforçar a unidade e defender o projecto de uma sociedade livre, justa e próspera, de moçambicanos unidos e iguais do Rovuma ao Maputo. As nossas aspirações afirmadas ao longo de já quatro congressos e vinte e sete anos de vida da FRELIMO, manifestaram-se no debate, como o grande sol que acalenta a esperança do nosso povo e forja a sua determinação.

O contexto internacional resultante da distensão entre as grandes potências favorece as soluções de paz, isola as forças do racismo, belicismo e terrorismo. Ele pode permitir um impulso positivo em favor da restauração da paz, coexistência e cooperação na África Austral.

Durante o nosso Congresso debateremos as questões fundamentais para a conquista da paz e normalização da vida na sociedade, com vista a avançarmos nos caminhos da recuperação económica e de uma forma geral no progresso do país.

Neste processo devemos começar por analisar o contexto em que se desenrola o processo de construção e defesa da nossa sociedade.

O contexto geo-estratégico da nossa Revolução

A localização do nosso país que faz dele a porta de saída de um grande número de países interiores dotados de consideráveis riquezas, o número considerável de portos de águas profundas, constituem factores permanentes de relacionamento regional e internacional a ter em conta. A polarização da situação ligada ao desenvolvimento do movimento libertador, a reacção dos regimes no poder, a atenção internacional que o problema do apartheid vem concentrando sobre si, tiveram uma incidência determinante na evolução dos acontecimentos no país nos últimos dez anos. A situação do país permanece profundamente condicionada por factores regionais e externos de uma forma geral. É neste contexto que se deve situar a análise da nossa situação.

Em 1962 desencadeamos o processo da unificação do movimento patriótico do nosso povo. Criámos a Frente de Libertação de Moçambique. No I Congresso fizemos um apelo ao governo português para abrir uma via de diálogo conducente pacificamente à descolonização e independência. A recusa de diálogo e a opção colonial de enveredar pela via da repressão e massacres forçaram-nos a optar pela luta armada como único caminho para a restauração da paz e a conquista da independência.

Esta fora já a via dramática imposta aos povos irmãos de Angola e Guiné-Bissau.

A persistência nas vias obsoletas de dominação, a revolta suscitada pelos massacres coloniais, o melhor conhecimento que se foi gerando da nossa luta e da política e acção da FRELIMO, progressivamente foram reduzindo o espaço de manobra e apoio ao colonialismo.

A solidariedade da África, dos países não-alinhados, dos países socialistas, de numerosas forças democráticas, na Europa e no mundo em geral, apoiaram a vontade e luta do nosso povo e contribuíram para a derrota do colonialismo. Em numerosos países, incluindo os aliados

de Portugal, foram-se gerando poderosos movimentos de solidariedade com a FRELIMO e o povo moçambicano que foram levando os respectivos governos a dissociar-se do colonialismo português.

Manteve-se, todavia, e até à queda do regime de Salazar-Caetano, a aliança entre as potências racistas do sul do nosso continente na perspectiva da preservação da hegemonia branca e colonial na África Austral.

A queda do colonialismo português criou condições para uma nova correlação de forças no quadro da qual Moçambique e outros países da Linha da Frente procuraram lançar um clima de distensão e coexistência na África Austral.

Este esforço foi inviabilizado pela intransigência do regime ilegal da Rodésia e posteriormente pelas necessidades estratégicas do regime sul-africano.

O regime de Smith envereda na via da guerra contra o povo do Zimbabwe, contra o Estado Zambiano e o Moçambicano, comete ainda várias agressões contra o Botswana e Angola.

Neste processo o regime rebelde rodesiano cria, essencialmente por via de rapto e coerção, um corpo de agressão contra Moçambique, composto principalmente por moçambicanos e enquadrado pelos criminosos de guerra, os portugueses e outros que haviam fugido a partir de Junho de 1974 para a Rodésia. Este corpo integrado inicialmente no campo militar de Odzi dos serviços de inteligência do regime e posteriormente nas forças armadas rodesianas destinava-se inicialmente a missões de reconhecimento, sabotagem e terrorismo. Para fins operativos e com vista a camuflar a sua verdadeira origem ele vai recebendo diversas denominações. Assim se chamou sucessivamente "Magaia", "África Livre", "Moçambique Livre", "MRM" e "MNR", até que finalmente e já nos anos 80 recebeu a actual designação de "RENAMO".

A inviabilização do esforço de paz e coexistência tentado por Moçambique e pelos países da Linha de Frente é fruto de uma certa

política por que optaram os dirigentes do regime sul-africano, com o apoio das forças mais retrógradas do ocidente. Exportaram para os países vizinhos o conflito interno que opunha o apartheid ao povo. Na base desta atitude encontra-se também o receio obsessivo, após a independência do Zimbabwe de se verem rodeados por estados governados pela maioria.

A criação da SADCC, com o seu objectivo declarado de garantir a independência económica para a África independente é vista pelo apartheid como ameaça à hegemonia económica até então desfrutada sem contestação sobre toda a região. O surgimento de um estado não racial com um processo de desenvolvimento popular nas fronteiras do apartheid é visto como exemplo inaceitável. Estas foram raízes determinantes para que o regime sul-africano assumisse o comando directo dos grupos terroristas legados pelo regime de Smith no seu ocaso.

Com a independência do Zimbabwe em 1980, depois de anos de destruições, acreditamos que seria possível empenharmo-nos em segurança e tranquilidade na reconstrução da pátria e desencadear o combate contra a miséria, a fome, a nudez, a ignorância e o analfabetismo, a doença, que figuravam no programa adoptado pelo nosso Partido em 1977.

É verdade que subsistiam na região os problemas do colonialismo na Namíbia e do apartheid na África do Sul.

As experiências todavia vividas na África Austral, com as guerras coloniais em Angola e Moçambique e a rebelião rodesiana, a lição de inutilidade e desperdício que se retirava das tentativas inflexíveis de persistir em vias obsoletas, que só resultavam em perdas cruéis de vidas e bens, apontavam para o facto que também na África do Sul e no seio das forças dirigentes viessem a dominar as vias do realismo e da sensatez.

Essa não foi a evolução. Encorajados pela cumplicidade em certos círculos ocidentais, utilizando em seu proveito a agudização do

conflito Leste-Oeste, as tendências mais belicistas do regime fizeram prevalecer a sua posição. Assim a chamada estratégia global definida contra toda a África começa a materializar-se contra nós desde 1980.

Esta política de agressão e desestabilização atingiu, sem qualquer excepção, todos os estados vizinhos do apartheid, independentemente dos regimes políticos, económicos e sociais, dos alinhamentos e alianças diplomáticas e estratégicas.

Neste quadro Moçambique e Angola tornam-se os alvos principais dos círculos belicistas do racismo. Muito mais importantes que os objectivos ideológicos, eram os objectivos hegemónicos dos círculos belicistas. A paralização de Moçambique e Angola, únicos dos países da região que além da África do Sul têm acesso ao mar, manteria como reféns os países do interior e liquidaria a tentativa dos estados membros da SADCC de conquistar a independência económica.

A operação MNR/Renamo ganha então a dimensão de uma verdadeira guerra indirecta acompanhada de acções de espionagem e sabotagens de vários tipos.

Perante o perigo da escalada conduzir a uma guerra aberta entre os dois estados, com os riscos de internacionalização subsequentes e com base nas evoluções positivas que se começavam a registar na arena internacional, agimos para travar esta evolução e fazer vigorar entre a África do Sul e Moçambique as regras provadas de Direito Internacional.

Assim em Março de 1984 foi firmado o Acordo de Nkomati.

O clima de não-agressão, coexistência e mesmo cooperação que era desejado não é atingido, frustrado pela acção de forças hostis que encontram meios de prosseguir, mais camufladamente, com a mesma política a despeito dos compromissos assinados.

A única alternativa a um acordo de não-agressão era a via insensata e absurda da guerra. Persistimos pois na busca necessária de um entendimento, que garanta a coexistência e com ela a paz e

cooperação almejadas, em benefício dos dois povos e da região.

Neste sentido e neste esforço nos reunimos, faz cerca de um ano, com o Presidente P. W. Botha da África do Sul no Songo. Embora as declarações feitas e as expectativas legítimas então suscitadas ainda se não tenham materializado, continuamos apostados em prosseguir uma política de paz e de boa vizinhança.

O contexto internacional caracterizado pelo esforço de ultrapassamento de conflitos ideológicos e outros, quando se trata de interesses fundamentais da Humanidade e das conquistas da civilização e génio humano, favorece a causa da paz e da coexistência na África Austral.

Os últimos eventos, o acordo sobre a Namíbia, as declarações da nova direcção emergente do estado sul-africano, os entendimentos internacionais e regionais que começam a delinear-se, podem conduzir a um clima de paz e coexistência regionais. Tudo faremos em favor da exploração positiva das tendências favoráveis a um novo clima na zona.

Conhecendo alguém o que é a devastação sofrida pela nossa sociedade, fácil é compreender quanto nos empenhamos pela causa do restabelecimento da paz no nosso país e na região.

Queremos paz para reconstruir a nossa pátria, criar condições decentes de vida para o nosso povo. Estamos conscientes das nossas capacidades e sabemos que num passado ainda bem recente o trabalho e o talento do nosso povo unido construíram já progresso no país.

As realizações do povo moçambicano

No início da presente década começava a tomar corpo o arranque da nossa economia e o desenvolvimento social. Começava a ser possível pensar em dar início a alguns programas que fizessem sair o país da situação de atraso e dependência. Iniciou-se o programa de electrificação, de exploração racional de recursos mineiros, de irrigação, de edificação de indústrias de base, de desenvolvimento da indústria

da madeira e papel e têxtil entre outros. Tendo superado os efeitos do êxodo de técnicos e capital decorrentes do processo de descolonização, a partir de 1977 a nossa economia cresceu continuamente até 1981.

Em paralelo libertavam-se os talentos capazes de com meios locais e limitados promoverem pequenos e médios projectos geradores de progresso e bem estar.

Na educação, na cultura, no desporto e na saúde foram alcançados resultados apreciáveis na aplicação das directivas do III Congresso e no melhoramento efectivo da vida do povo.

O prestígio e influência africana e internacional do nosso país crescem significativamente, tornando a nossa voz atentamente escutada nas diferentes esferas mundiais.

Em vários domínios é possível quantificarem-se os progressos alcançados.

O produto social global do nosso país cresceu de 11,6% entre 1977 e 1981.

A produção industrial crescera no mesmo período de 13,7%. Tinham-se construído 1.000km de linhas de alta tensão, 800km de linhas de baixa e média tensão, trazendo assim energia eléctrica para novas zonas rurais, centros urbanos e unidades económicas e sociais.

Nas zonas rurais já 1,8 milhões de camponeses viviam em 1.350 aldeias comunais construindo o seu futuro, dispendo de mecanismos democráticos para dirigirem a sua vida. Nestas aldeias tinham-se instalado 460 Assembleias do Povo, 156 tribunais populares.

As cooperativas de consumo beneficiavam 2,3 milhões de pessoas e realizavam 20% do comércio de retalho.

As cooperativas de produção tinham arrancado já com 37.000 membros em 370 unidades.

Um milhão de pessoas beneficiaram da extensão do abastecimento de água. Poços, furos, redes de água permitiam um acesso mais fácil ao abastecimento para meio milhão de camponeses. Construíram-se 9.000 ha de regadio.

O efectivo escolar que era de cerca de 672.000 alunos no momento da independência duplicou de 1975 a 1982 atingindo uma população escolar de 1.330.000 alunos.

O Estado moçambicano independente graduou nesse mesmo período cerca de 430.000 alunos com a 4ª classe. Isto corresponde a uma média de mais de 60.000 graduados por ano. A título de comparação refira-se que na 4ª classe haviam sido graduados no ano escolar 1970/71, 12.789 alunos e no ano escolar 1974/75, 19.600 alunos.

O número de alunos no ensino secundário quadriplicou de 1975 a 1982, passando de 23.000 para 94.400.

A massificação do ensino e as campanhas de alfabetização fizeram baixar a taxa de analfabetismo em 20%.

Cerca de dois terços dos distritos já tinham pelo menos um centro com o ensino até 6ª classe; ao nível do sistema de ensino assim como no quadro das empresas promovia-se o ensino profissional; no início da década de 80 mais de um moçambicano em 10 estava a estudar. Havia em 1982 um professor por 53 alunos, quando em 1977 a relação era de 1 para 84.

Na saúde os resultados foram igualmente significativos e dignos do maior orgulho.

Ela tornou-se não só financeiramente acessível como fisicamente mais próxima da população.

Entre 1977-1981 criaram-se 333 postos de saúde, 28 centros de saúde, 1 hospital rural, fazendo com que cada unidade sanitária apoiasse 11.600 habitantes contra 16.200 anteriormente, diminuindo muito a distância que cada paciente tinha que percorrer. Cada distrito

dispunha de pelo menos um técnico com capacidade de diagnóstico e terapêutica.

Assim se fizeram entre 1976-1979 vinte milhões de vacinações contra o sarampo, tuberculose, tétano e varíola. A varíola foi erradicada em Moçambique em 1978. Conseguiu-se uma cobertura de vacinações de 95,7%. A mortalidade infantil baixou de 150 por mil em 1975 para 80 por mil em 1982 nas zonas urbanas. Em 1981 no nosso país e incluindo nas zonas rurais 49% das mulheres grávidas beneficiaram de assistência pré-natal.

O trabalho realizado na mobilização do nosso povo para melhorar as condições sanitárias fez que, em 1980, incluindo as zonas rurais, 47% das famílias dispusessem de infra-estruturas mínimas de saneamento, contra 3% em 1970.

Promoveu-se neste período a valorização e massificação da cultura e desporto, de que os Festivais Nacionais de Canto e Dança e Canto e Música Popular, assim como várias edições de Jogos Escolares são exemplo.

Com a nacionalização dos prédios 250.000 moçambicanos tiveram acesso a habitações de cimento.

O esforço do nosso povo, as suas realizações tornaram-se o alvo do ataque terrorista de desestabilização a mando do estrangeiro. Quiz-se destruir a confiança gerada na capacidade do povo e sua direcção, a esperança de transformação da sociedade que se materializava; quiz-se sobretudo pôr em causa a própria existência de uma sociedade organizada com uma dinâmica de desenvolvimento.

A devastação do país

A investida contra a sociedade moçambicana representa um dos momentos mais duros e cruéis jamais vividos na História do nosso povo. Ela destrói as dinâmicas de progresso económico, social e cultural, rompe tecidos éticos, põe em causa a existência física do

homem e da sociedade organizada.

A diferença entre o que enfrentamos e o passado de ocupação colonial, encontra-se no carácter mais global, persistente, sistemático e deliberado da devastação actual.

O objectivo da guerra não é substituir um governo, um regime por outro, colonizar o país e explorar riquezas. O objectivo único é efectivamente tornar Moçambique e a sua sociedade, como tais, inviáveis. Por isso, até se instrumentalizam as calamidades e se bloqueiam os socorros, de maneira a institucionalizar a emergência, cercar as hipóteses futuras de desenvolvimento e progresso.

É neste contexto que a casa e celeiro, a machamba do camponês, a escola primária, o aluno e professor, o posto sanitário, a parturiente, o paciente e o enfermeiro, a cooperativa de consumo e a loja privada, igualmente se tornam alvo do agressor.

Em 1989 e resultante do efeito acumulado da guerra e calamidades mais de cinco milhões e meio de moçambicanos necessitam de ajuda alimentar. Cerca de 700.000 deles atravessaram a fronteira para buscarem em países vizinhos um asilo precário contra as chacinas de que são objecto. Perto de um milhão e setecentos mil vivem deslocados dentro do país, com os poucos haveres destruídos ou pilhados, privados pela fúria assassina de cultivar os seus campos.

Duzentas mil crianças desconhecem o paradeiro dos seus pais, ou sofreram o terrível trauma de testemunhar a sua execução ou morte. Centenas de outras foram desumanamente instrumentalizadas para cometerem crimes e quantas vezes assassinatos diante mesmo dos que lhe são próximos.

A mortalidade infantil no país, que em 1980 baixara para 159 por mil, atinge hoje para as crianças até 5 anos a cifra de 325 por mil. A malnutrição nesta categoria etária atinge os 57%, ensombrando ainda mais a capacidade futura do país.

Milhares de moçambicanos foram mutilados, membros decepados por minas e balas, narizes, orelhas, lábios, seios cortados pelos torcionários do terrorismo.

Estimativas cautelosas indicavam que em 1987 mais de 100.000 dos nossos compatriotas tinham sido assassinados pelo banditismo. Se a este número acrescentarmos os das vítimas indirectas dos anos anteriores, se considerarmos os que morrem de fome e doença porque deliberadamente o banditismo ataca e destrói os meios de socorro, então chegaremos à conclusão desoladora que possivelmente mais de setecentos mil moçambicanos morreram já para satisfazer o projecto genocida da desestabilização.

No nosso país diariamente aumenta o número de viúvas e orfãos, pais chorando a perda de filhos e esposas, aldeias e celeiros pilhados e queimados, campos por cultivar, estradas e vias férreas abandonadas, escolas, infantários, hospitais e postos de saúde destruídos, armazéns, lojas e instalações fabris em ruínas.

As destruições de infraestruturas sociais e económicas são enormes.

Mais de um milhar de povoações foram queimadas, saqueadas, privando-se acima de um milhão de moçambicanos do seu lar.

847 centros de saúde rurais, 2.655 escolas primárias, cessaram de existir. Muitas centenas, senão já milhares, de enfermeiros, socorristas, professores primários foram raptados, mutilados, assassinados.

44 unidades fabris, mais de um milhar de lojas e camiões, 3.500 tractores agrícolas, dezenas de locomotivas, centenas de vagões foram seriamente danificados ou destruídos.

As sanções caladamente aplicadas, as destruições directas e indirectas provocadas pelas guerras racistas de Salisbúria e Pretória já causaram a Moçambique prejuízos da ordem dos dez mil milhões de dólares, o que quer dizer mais de três vezes o total da dívida externa do país.

Em 1986, agravando a situação desesperada e vivida, tivemos que afrontar uma verdadeira invasão de banditismo seguida de uma acção generalizada de destruição no centro do nosso país no sentido de quebrar as comunicações entre o norte e centro e atingir algumas das áreas agrícolas mais ricas.

Por um consenso nacional

Este panorama preocupante é acompanhado todavia de uma vontade imparável do nosso povo de persistir na via da recuperação e reconstrução da sociedade moçambicana.

Ao nível político, económico, cultural, social, militar, de todas as regiões do nosso país chegam-nos testemunhos constantes, massivos, sistemáticos da vontade do povo moçambicano.

Entre 1983 e 1989, o número de membros do Partido cresceu, de 110.323 para 201.440 o que significa um aumento de 82%, crescimento que se fez com sacrifícios, com vidas.

Sem dúvida que estes factos têm um significado político profundo. Eles dizem claramente que o povo moçambicano confia no Partido Frelimo e, por isso, pesem as ameaças incluindo contra a vida, os melhores filhos do povo continuam a acorrer para as fileiras da sua vanguarda. Estes factos afirmam que o povo assumiu o projecto de sociedade representado pelo nosso Partido, persiste na via preconizada pela sua direcção.

Basta verificar o empenho dos trabalhadores, técnicos, gestores na acção económica.

As medidas de reabilitação económica que são medidas de correcção necessárias permitiram já bloquear a queda constante da economia e obter um crescimento global de 3,6% já em 1987. Em 1988 conseguiu-se um crescimento de 4,5% e as indicações do primeiro semestre de 1989 apontam para um aumento da ordem dos 4,5% neste período.

A política de recuperação económica, o PRE, é aceite como alternativa e via necessária, embora difícil, para se suster o declínio da economia nacional. As preocupações fundamentais são as de preservar o nível de vida e poder de compra dos trabalhadores, as conquistas sociais, impedir as acumulações ilícitas de riquezas, defender o património socialista.

Apesar das insuficiências já constatadas pelo Partido, em vias de correcção, as Forças Armadas cumprem o seu dever de manter a soberania nacional, defender o povo e a sua revolução.

É heróico o que fazem, sabendo todos nós o que são as suas carências no que respeita a logística, aos meios de comunicação ao treino e às deficiências na cadeia de comando.

Apoiadas pelo conjunto das forças de defesa e segurança, os soldados, sargentos e oficiais, continuam a bater-se nas florestas, recuperando zonas e populações, defendendo vias de acesso e comunicação, objectos económicos e sociais apesar dos problemas de abastecimento, salários, falta de assistência adequada. As dificuldades em que vivem, tomam mais evidente ainda a sua determinação de servir o povo e a pátria moçambicana. Com orgulho e respeito todos sentimos nas forças Armadas actuais a continuação do espírito patriótico e de sacrifício da geração que lutou e libertou a pátria.

As discussões realizadas na preparação do Congresso provam o amor do povo e dos militantes pelas Forças Armadas e as críticas feitas exprimem esse amor, respeito e carinho pelo seu carácter profundamente construtivo.

Cresce o número de membros e a influência das organizações sociais de grande projecção, como os sindicatos, as organizações de continuadores, de juventude e de mulheres, sócio-profissionais e outras.

Crentes de todas as confissões religiosas participaram nas reuniões de discussão das teses, contribuíram com acções e dinheiro para o V Congresso, afirmando claramente a sua adesão ao projecto nacional.

As relações com hierarquias religiosas normalizaram-se no seu conjunto, incompreensões e traumas passados foram largamente superados graças ao patriotismo de todas as partes.

Os homens de religião, tal como os lugares de culto eles mesmos, não são poupados ou respeitados pela sanha assassina e destruidora do terrorismo. São muitas dezenas já os clérigos de todas as confissões e de várias nacionalidades que foram raptados e assassinados.

São positivas as declarações dos dirigentes religiosos em favor da restauração da paz na nossa pátria, a condenação dos actos de barbárie cometidos contra o povo, o apelo unânime para que as forças do apartheid cessem o genocídio contra Moçambique, a acção em favor do socorro e reabilitação de populações.

Os empresários privados têm sido vítimas do banditismo. Comerciantes privados nas zonas rurais tiveram cerca de um milhar das suas lojas saqueadas e queimadas e foram forçados a fechar cerca de 2.000 outras. Agricultores privados foram obrigados a paralisar a sua actividade os celeiros foram destruídos, as máquinas queimadas, os campos minados, o gado pilhado ou abatido. Transportadores sofreram já a perda de 1.500 camiões, motoristas mortos, mutilados, raptados. O bloqueio de vias férreas, a destruição e assalto aos vagões de caminhos de ferro atingem fortemente todos os empresários.

Constatamos que esta camada do nosso povo partilha activamente o projecto nacional. São empresários privados que muitas vezes abastecem as nossas forças e as transportam voluntariamente. Eles participaram na discussão das teses, contribuíram com dinheiro e bens em base voluntária para a realização do V Congresso, gratuitamente levaram nos seus carros delegados para as conferências.

No nosso combate pela sobrevivência da sociedade, pela preservação da independência e unidade nacionais, pela salvaguarda da alternativa de sociedade democrática e não racial nesta parte do mundo, sentimos com emoção e profunda gratidão a solidariedade de todos os povos.

Exprimimos a gratidão do nosso povo para com os partidos, governos, povos irmãos e as Forças Armadas do Zimbabue e Tanzania pelo apoio fraternal que tem prestado no combate moçambicano contra o terrorismo. O nosso povo e Partido valorizam altamente o apoio que nos é prestado por todos os Estados da Linha da Frente e da SADCC.

Aos nossos amigos tradicionais da família africana, países não-alinhados, países socialistas, aos países nórdicos, à Itália e à Holanda, às forças democráticas e progressistas, juntaram-se numerosas outras. A solidariedade com Moçambique ultrapassou barreiras continentais, rácicas, de classe, ideológicas, religiosas.

De particular relevo é o facto que os países ocidentais aceitaram prestar ajuda militar a Moçambique, demonstrando assim que para eles está claro que o combate pela defesa e independência da nossa pátria agredida pelo apartheid não deve ser vista em função de rivalidades entre blocos ou potências.

O TRÁGICO DESAPARECIMENTO DO PRESIDENTE SAMORA MACHEL

No dia 19 de Outubro de 1986, o Presidente Samora Machel partiu para a cidade de Mbala na Zâmbia a fim de se encontrar com os seus colegas da Linha da Frente e do Zaire, no quadro dos esforços que desde então os países da Linha da Frente vinham empreendendo em busca da paz na África Austral.

Mbala encontra-se situada na zona oriental da Zâmbia, a cerca de 4 horas de voo directo de Maputo. O avião presidencial era esperado em Maputo às 21 horas.

Apesar de a torre de controle do aeroporto de Maputo ter confirmado o contacto com a aeronave presidencial na hora prevista, esta não surgia no horizonte.

O contacto com os aeroportos alternantes foi infrutífero. Buscas terrestres e aéreas foram imediatamente iniciadas por instruções dos

membros do Bureau Político e decorreram durante toda a noite sem resultados.

Às 6.30 da manhã do dia seguinte, as autoridades sul-africanas informaram o nosso governo de que o avião presidencial se havia despenhado na província sul-africana do Natal, e que tinham perecido no acidente o Presidente Samora Machel e varios membros da comitiva presidencial. A informação indicava também a existência de sobreviventes.

De imediato o Bureau Político decidiu o envio de uma delegação para obter dados iniciais, recolher os corpos das vítimas e prestar assistência aos feridos.

Quando a nossa delegação se preparava para seguir para o Natal, as autoridades sul-africanas informaram que se devia dirigir para Komatiport no Transval, e que fora por má recepção telefónica que se informara como sendo Natal o local do acidente.

Do Rovuma ao Maputo, moçambicanos unidos na angústia, viveram colectivamente a dor da perda do seu Presidente, dos dirigentes, quadros e trabalhadores que o acompanhavam.

Naquele breve, longo momento de incerteza, todos reflectiram, com a emoção do sofrimento, mas com a lucidez da redescoberta, no que haviam sido na memória colectiva o desespero da dominação, a esperança que traziam os ecos do iniciado combate libertador e os momentos heróicos da vitória, a exaltação de viver a independência proclamada, a construção do sonho de justiça no país libertado.

Mais que as homenagens que nas cerimónias e nos actos de Estado o povo inteiro prodigou a Samora, foram estes momentos vividos no recolhimento das famílias e na intimidade dos espíritos a mais sentida homenagem de cada moçambicano ao papel incomparável do dirigente que conduziu o povo à vitória.

A 23 de Outubro o Bureau Político criou uma Comissão Nacional de Inquérito para averiguar os factos. Os dados obtidos tanto pela

Comissão Nacional, como pela Comissão Internacional, foram sempre comunicados ao Bureau Político e foram objecto de análise e resoluções das VI e VII sessões do Comité Central.

O nosso Partido prosseguiu as diligências para o apuramento dos factos que conduziram à queda do avião presidencial, cooperando com todas as partes interessadas incluindo a África do Sul. A despeito do clima de tensão que precedeu os acontecimentos de Mbuzzini, recheado de acusações a Moçambique e pessoalmente ao Presidente Samora de estar a albergar autores de atentados armados na África do Sul, empenhámo-nos em fazer toda a luz sobre o caso e estabelecer a verdade e só a verdade.

Com base nas normas da Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO) constituiu-se uma Comissão Internacional de Inquérito composta pela África do Sul, país do local do acidente, nessa qualidade presidindo à Comissão, a URSS país fabricante da aeronave e a RPM país de registo do avião. A parte moçambicana era assistida por peritos da ICAO de representação e qualidades confirmadas

Foi possível reconstituir todo o trajecto seguido pelo avião presidencial desde a entrada em território nacional, assim como a normalidade das condições da aeronave e da tripulação, assim como o ponto de impacto e a subsequente destruição da aeronave.

Para tal foi necessário proceder à descodificação e escuta dos registos de voo do avião e na torre de controle, para o que foi usado o mais adequado equipamento existente, tanto na Suíça como na União Soviética.

Ficou estabelecido sem lugar a dúvidas que o avião se encontrava na sua rota normal em direcção a Maputo quando a cerca de 100 kms do destino e após haver entrado em contacto com a torre de controle de Maputo, efectuou uma viragem à direita que o conduziu a um destino diferente.

A tripulação iniciou a descida da aeronave sem se aperceber que sobrevoava uma região montanhosa, convencida que se encontrava sobre a zona plana de Maputo.

De acordo com o registo de voz da cabine de pilotagem, o desvio foi detectado pelo Comandante, tendo o navegador em resposta confirmado que a rota estava a ser determinada pelo sinal da rádio ajuda à navegação designada internacionalmente por VOR e que se destina a indicar a rota do destino.

Não se tratou do VOR de Maputo, nem de Matsapa, ou qualquer outro VOR oficialmente conhecido na região.

Fica por isso inexplicada a razão dum desvio dessa natureza que não ocorreria sem a clara indicação dada por aquele sinal rádio à tripulação.

O nosso Governo insistiu para que se aprofundasse a origem e a natureza do VOR que emitiu o sinal, sem resultado. A insistência era tanto mais legítima quanto foram registadas informações populares segundo as quais na zona de Mbuzini haviam decorrido movimentos militares e se haviam visto antenas emisoras.

O Comité Central do Partido Frelimo examinou detalhadamente o relatório dos acontecimentos, rejeitou as conclusões da comissão de inquérito sul-africana. A parte soviética rejeitou igualmente estas conclusões. O Comité Central do Partido Frelimo ordenou o prosseguimento da investigação sobre as causas do desvio do avião presidencial. Será necessário incidir em particular sobre as origens, localização e identificação do VOR, cujo papel essencial no desvio da rota está amplamente documentado no relatório assinado por todos os membros da comissão tripartida encabeçada pela África do Sul. O inquérito prossegue pois, e poderá ser bastante longo dado ser extremamente difícil a obtenção de provas materiais, objectivas e irrecusáveis.

A opinião pública nacional atendendo aos factos conhecidos e aos dados circunstanciais tem o sentimento de que a causa do

despenhamento do avião esteja ligada a uma acção conspirativa, convicção partilhada por inúmeros estados e opinião internacional.

Samora vive. Vive nas conquistas imorredouras da nossa epopeia libertadora, de que foi o impulsionador decisivo nos momentos de desânimo que se seguiram à morte de Mondlane; Samora vive no ideal generoso de justiça com que abraçou todos os moçambicanos do Rovuma ao Maputo num mesmo amplexo fraterno, no sonho de uma Pátria de homens iguais e sem discriminação que conosco partilhou e pelo qual incessantemente se bateu. Vive em África, onde simbolizou a gesta do nosso povo e a pronta solidariedade para com os povos oprimidos. Samora vive já em cada um de nós como parte de um momento único das nossas vidas.

Chegamos ao V Congresso depois de um debate nacional extremamente amplo. O debate iniciou-se em 1987 com o levantamento das grandes questões nacionais que sirvam de tema dos debates. Em 1988 realizamos a II Conferência do Partido que analisou e discutiu com profundidade as inúmeras contribuições recebidas dos milhares de reuniões e conferências que haviam feito o levantamento das preocupações nacionais. Foi nessa base que o Comité Central lançou o debate nacional sobre as teses do V Congresso que envolveu os membros do Partido e todos os cidadãos.

As conclusões que nos chegam não reflectem apenas as posições dos cerca de 200.000 membros do Partido, elas são as conclusões do nosso povo inteiro e finalmente testemunham que a vanguarda, que o nosso Partido, está profundamente inserido no povo. O nosso Partido na sua linha, metodologia e comportamento corresponde aos anseios reais e mais profundos dos moçambicanos do Rovuma ao Maputo.

A análise da situação real de Moçambique tem de partir do dado essencial que o nosso país vive há um quarto de século um período de

guerras consecutivas e encontra-se profundamente devastado. Temos que retirar as lições da situação presente, para melhor podermos prosseguir na via traçada durante a luta de libertação nacional e desde a independência.

As tarefas que se apresentam hoje perante a sociedade no seu conjunto assumem hoje configuração idêntica à que vivemos durante a luta de libertação. Sendo a nossa tarefa essencial combater a desestabilização de que o país é alvo, todas as camadas e classes do país estão por isso igualmente empenhadas no projecto. Só são nossos inimigos aqueles que empunham as armas contra o povo ao serviço dum projecto estrangeiro e persistem deliberadamente em recusar a vontade da família moçambicana de reintegrá-los.

A normalização da vida do país assume a dimensão de um projecto nacional que envolve todos os moçambicanos, que envolve todas as instâncias de poder e que exige o máximo de participação.

É nesta óptica de unidade e consenso de todos os moçambicanos identificados com os valores essenciais da liberdade, da justiça e dignidade que se devem situar a nossa análise e os debates do presente Congresso.

CAPÍTULO I

O PARTIDO NA LUTA PELA PAZ E RECUPERAÇÃO

A problemática do Partido dominou os debates tanto na fase anterior à II Conferência Nacional, como durante a discussão das teses. Podemos dizer que neste debate, que envolveu numerosos patriotas fora e dentro do Partido, surgiram muitas contribuições que enriqueceram a percepção que devemos ter do Partido e suas tarefas na presente fase da nossa vida.

Os militantes e a população sublinharam que o nosso Partido, que dirigiu a luta de libertação sabendo identificar e defender os interesses populares, que conduziu o povo à independência nacional, que desencadeou, após a vitória, o processo revolucionário de garantir o acesso das massas ao poder político, económico, social e cultural representa as aspirações profundas do país.

Uma das preocupações centrais de todas as discussões incidia precisamente sobre a necessidade absoluta de o Partido surgir sempre como o grande aglutinador da unidade nacional e em simultâneo como o catalizador do talento e capacidade do nosso povo na luta pela paz e progresso.

Importa em termos de prestação de contas verificarmos a evolução do Partido desde o seu IV Congresso. Da análise dos dados retiraremos também as direcções que o nosso trabalho deve seguir no período actual.

Os órgãos do Partido entre o IV e o V Congresso

Durante o período que vai do IV ao V Congresso, o Comité Central do Partido Frelimo realizou 13 sessões de trabalho sendo 11 ordinárias e 2 extraordinárias.

Foram preocupações dominantes do Comité Central analisar e decidir sobre a implementação dos principais programas do país: a defesa da Pátria e a reabilitação económica.

O Comité Central prestou atenção à organização do aparelho central do Partido, dotando-o de novos quadros que vieram dar um novo impulso à actividade partidária. Elegeu o Comité de Controlo, os novos Secretários do Comité Central e reforçou a direcção da Escola Central do Partido.

O Comité Central traçou directivas pertinentes sobre como fazer face à guerra de agressão de que somos vítimas e analisou as bases que conduziram à aprovação das leis da Amnistia e do Perdão. Estas leis, aprovadas pela Assembleia Popular, permitem a reintegração na sociedade moçambicana de todos os compatriotas que tendo enveredado pela via do crime se mostram arrependidos e dispostos a trabalhar em liberdade para o bem da nação moçambicana.

O Comité Central pronunciou-se sobre as tarefas prioritárias da defesa e estabelecimento da paz. O Comité Central congratulou-se pelos sucessos alcançados nos domínios militar e diplomático, e felicitou o saudoso Presidente SAMORA MOISÊS MACHEL pela forma patriótica como conduziu as conversações que culminaram com a assinatura do Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhança concluído pelos governos da República Popular de Moambique e da República da Africa do Sul. O Comité Central considerou o Acordo de Nkomati como expressão da política de paz do nosso Partido, materialização da vontade permanente do nosso povo em viver em paz.

O Comité Central analisou a grave situação económica do país e traçou com base nas directivas do IV Congresso as linhas fundamentais para a elaboração do Programa de Reabilitação Económica, com vista a estancar o declínio da nossa economia e iniciar gradualmente o processo da sua recuperação. O Comité Central apreciou também as propostas dos planos económicos anuais e respectivos orçamentos estatais.

No decurso da sua actividade o Comité Central pronunciou-se sobre o projecto de revisão da Constituição, sobre o processo eleitoral e elaborou propostas para a constituição dos órgãos dirigentes da Assembleia Popular e para a eleição de Juizes para o Tribunal Popular Supremo.

A 5ª Sessão do Comité Central procedeu ao estudo das questões relativas à actividade produtiva e aos diferentes tipos de propriedade dos membros do Partido, tendo mandatado o Secretariado do Comité Central para elaborar uma Directiva sobre a matéria que veio a analisar e aprovar na sua 7ª Sessão.

O Comité Central deixou todavia claro o princípio de que aos membros do Partido é vedada a realização de negócios especulativos, além de outros condicionamentos nomeadamente quanto ao número de trabalhadores assalariados, quanto ao tipo de actividades e estabeleceu regras quanto aos dirigentes.

O Comité Central analisou alguns aspectos da Lei da Nacionalidade e formulou orientações que levaram à sua alteração.

Na sua 7ª Sessão, o Comité Central elegeu a Comissão Nacional de Organização do V Congresso, e exortou todos os órgãos partidários, membros do Partido, Organizações Democráticas de Massas, Organizações Sócio-Profissionais e todo o povo a empenharem-se decididamente na realização das tarefas deste evento máximo do nosso Partido.

Ao longo do período que nos separa do IV Congresso, foi igualmente preocupação do nosso Partido incentivar o trabalho dos dirigentes com as massas.

É de destacar o trabalho realizado pela Direcção do Partido em todas as províncias do país, o que permitiu um conhecimento mais aprofundado da complexa realidade política, económica e social que constitui objecto de reflexão e de direcção dos órgãos do Partido.

Registámos nestes seis anos de trabalho, sensíveis melhorias no funcionamento global dos órgãos centrais do Partido. O Comité Central, o Bureau Político e o Secretariado do Comité Central passaram a funcionar regularmente.

O Comité de Controle, órgão de vital importância para a actividade central e local do Partido, sofreu uma substancial transformação na sua estrutura orgânica bem como no seu funcionamento, através de um processo de clarificação de funções e competências deste órgão e definição de métodos de trabalho a todos os níveis de intervenção do Partido.

Hoje, não obstante a persistência de algumas dificuldades de ordem prática, nota-se uma evolução positiva nos métodos de trabalho dos órgãos de controlo partidário aos vários níveis, bem como no seu relacionamento e articulação com os restantes órgãos e estruturas do Partido e do Estado.

Entretanto, há que aprofundar a análise dos fenómenos negativos que surgem no seio dos membros do Partido e da sociedade em geral.

Na sua acção futura, e com vista a melhorar o seu trabalho, o Comité de Controle deve, entre outras acções, prosseguir com o processo de formação de membros e quadros dos órgãos de controlo partidário, em matéria político-ideológica, técnica e científica de modo a poder exercer a sua função de acompanhar constantemente a aplicação da linha política-ideológica do Partido, esforçando-se por prevenir desvios ideológicos. Deve ainda preparar e submeter à aprovação do Comité Central o Regulamento de Aplicação de Sanções e a Directiva sobre Controlo de Decisões, elaborar o novo Regulamento dos Comités de Controlo tendo em conta a experiência adquirida.

O Partido deverá renovar-se constantemente, o que significa não só renovação nas ideias mas também saber proceder à renovação e rejuvenescimento dos órgãos de direcção eleitos. Neste sentido a

questão da renovação obrigatória de certas percentagens dos membros eleitos foi vista como uma das formas de garantir uma harmoniosa combinação entre as necessidades de continuidade e renovação do Partido, tendo este princípio sido já adoptado nas últimas eleições.

No período que nos separa do IV Congresso, foi assegurada a continuidade da estruturação do Partido em locais definidos como prioritários e nas áreas territoriais abrangidas pela nova divisão administrativa. A mobilização de cidadãos para a adesão ao Partido foi prosseguida em todos os sectores da vida nacional.

O Partido estrutura-se hoje em 11 Comités Provinciais, 136 Comités Distritais e de cidade de nível C, 302 Comités de Postos Administrativos, 566 Comités de Localidade, 248 Comités de Círculo, 8174 células e 3 Comités do Partido no exterior.

A acção inimiga afectou o trabalho de alguns órgãos do Partido, funcionando hoje deficientemente ou não funcionando 388 células abrangendo um total de 9.057 militantes.

Foram criados os Comités do Partido na RDA, URSS e Cuba, tendo-se priorizado o da RDA pela dimensão da comunidade moçambicana nesse país.

A análise do sistema de implantação territorial do Partido mostra que a cobertura ainda não é completa ao nível das células, círculos e localidades. Os órgãos de base do Partido não estão implantados em todas as localidades.

Há que desenvolver e reforçar a acção em curso de implantação do Partido nas zonas rurais que tem sido relegada para último lugar em razão de dificuldades de contactos. É importante antigir não apenas as populações já organizadas em aldeias mas também a população dispersa, através de mecanismos baseados na organização administrativa da população em bairros e povoados.

Os nossos militantes estão organizados em locais de trabalho e locais de residência. Será necessário continuar a dar atenção ao trabalho nas duas áreas.

Têm-se porém constatado nos últimos tempos que certas células de locais de trabalho encontram dificuldades em reunir-se fora do horário laboral devido a dificuldades de transporte. Para colmatar essa dificuldade e a diminuição do enquadramento político dos militantes que daí resulta, será necessário sempre que tal se justifique, que se dê claramente aos membros dessas células a tarefa de militar mais activamente nas células no local de sua residência, onde os membros dispõem de mais tempo no regresso do trabalho e nos fins de semana.

Esta acção deve ser vista ainda como uma forma de aproveitar o enorme potencial de mobilização popular que se encontra disponível nos bairros e permite combinar a experiência e capacidade organizativa ganha pelos militantes no local de trabalho com as grandes possibilidades de trabalho político nos locais de residência.

O nosso Partido cresceu em 82%. Os efectivos passaram de 110.323 membros e candidatos em 1983 para 201.440. Aumentou igualmente o número de células em 93%, subindo de 4.244 para 8.174.

A composição social do Partido conheceu algumas alterações importantes neste espaço de tempo que nos separa do último Congresso.

O número de operários industriais e agropecuários, embora aumentando em termos absolutos, passando de cerca de 17.542 em 1983 para 21.882 em 1989, todavia baixou de 19% para 12% em relação ao conjunto dos membros.

O número de camponeses subiu de 49.703 para 112.627, o que significa que passaram de 53,5% do total de membros para 59% dos efectivos.

A subida do número global e da percentagem do campesinato nas fileiras do Partido indicam um aumento da actividade dos órgãos nas zonas rurais mas também reflecte os efeitos do encerramento de fábricas e complexos agro-industriais por efeito da guerra e das dificuldades económicas que levou à reconversão da força de trabalho.

A adesão tão significativa de camponeses no presente período assume um valor muito especial quando sabemos que o campesinato é um alvo privilegiado da acção terrorista.

Os trabalhadores de serviços representam hoje 8,2% dos efectivos, contra 11% quando realizámos o IV Congresso.

A percentagem de estudantes aumentou ligeiramente nas fileiras do Partido passando de 0,63% em 1983 para 2,1% em 1989.

Melhorou de uma forma global a escolaridade entre os militantes e candidatos do Partido. A percentagem de analfabetos manteve-se em 36%. A estagnação verificada relaciona-se com a destruição massiça de escolas e centros de alfabetização que teve lugar nas zonas rurais, assim como com as deslocações importantes da nossa população.

Constatam-se melhorias no que concerne à situação do grupo que além de ser alfabetizado já tem um nível escolar até à 4ª classe. Os membros do Partido com menos de 4ª classe representam hoje 28,5% contra 35% em 1983, o que significa um melhoramento de 6,5% derivado quer do aumento de qualificação dos membros existentes, quer do nível de instrução mais elevado dos novos ingressos.

Somente 1,64% dos membros do Partido tinham atingido o nível da 9ª classe quando realizamos o IV Congresso, hoje são 2,8%. Com ensino superior ou médio continuamos a encontrar 1% dos membros do Partido, percentagem irrisória mas largamente superior à média nacional.

Mais de 54 mil membros do Partido sabem ler e escrever, cerca de 33.000 tem um nível de escolaridade correspondente à 4ª e 5ª classes, mais de 26 mil tem entre a 6ª e a 9ª classes, cerca de 5 mil tem

nível de 9ª classe e 2248 tem formação média e superior. Estes factos são extremamente encorajadores e indicam-nos a possibilidade de elevar a qualidade do estudo e formação política entre os membros do Partido.

De algum modo se alterou a composição etária do nosso Partido. Os membros e candidatos na faixa de idade entre os 25 e os 40 anos passaram para 56% do total, um aumento de 3% em relação ao IV Congresso. O número de membros dos 18 aos 25 anos era de 14.119 em 1983, ou seja 15% do efectivo total; neste momento são 17.894, isto é 9% do total dos membros. O Partido deverá prestar atenção à necessidade de preparar a sua continuidade, através de uma acção de mobilização dirigida aos jovens.

O número de mulheres passou de 33.000 para 51.659, um aumento da ordem dos 64%, elas diminuem o seu peso relativo que era de 30% em 1983, para representar hoje 25,6% do total dos membros.

Podemo-nos regozijar com o facto de que as mulheres já significam perto de 1/4 do nosso efectivo; mas não nos podemos esquecer que na nossa sociedade elas são mais numerosas que os homens.

O nosso Partido deverá, com firmeza e imaginação, incrementar significativamente a acção dirigida às mulheres, cuja disponibilidade e nível de mobilização tem sido comprovada em tantas ocasiões.

As análises estatísticas que acabamos de referir foram elaboradas com referência a 120.105 militantes, visto não existirem ainda dados completos sobre os restantes.

No período compreendido entre o IV e V Congresso registaram-se as seguintes situações afectando os membros do Partido: 3.732 membros faleceram, dos quais 804 foram assassinados pelos bandidos armados; 561 membros foram expulsos por violação grave dos princípios estatutários; 2.545 são considerados em situação de

terem abandonado o Partido por se terem deslocado das suas células sem comunicação nem contacto ulterior com os órgãos competentes do Partido; 539 membros estão suspensos, decorrendo averiguações sobre possíveis infracções; 1.639 membros vivem em países vizinhos, uns como deslocados de guerra outros como emigrantes, mas com conhecimento do Partido; 608 membros do Partido foram raptados pelos bandidos armados; 4.888 membros estão em lugar incerto devido a situação de guerra, não havendo confirmação se foram ou não raptados, assassinados, ou se estão dispersos ou na situação de deslocados; 2.670 membros transferidos ainda não foram integrados nas novas células por falta de apresentação ou por deficiências no processo de transfêrencia.

Foi referido de uma maneira geral que o aparelho do Partido funciona deficientemente. Como causas principais são apontados problemas relacionados com a metodologia e estilo de trabalho e a carência de meios humanos e materiais.

A burocratização do aparelho do Partido na solução dos problemas que lhe competem, aliado a um fraco trabalho de direcção, verificação e apoio das estruturas de base constitui um facto que a maior parte dos militantes e quadros referiu como um afastamento do Partido em relação à base e ao povo.

É verdade que a falta de contacto directo com as estruturas de base, qualquer que seja a razão, constitui um mau método de trabalho no sentido que faz perder aos órgãos superiores o sentimento real dos militantes e os pode levar a ter que deduzir os sentimentos populares na base de meros contactos pessoais e informações subjectivas nem sempre provenientes de membros activos do Partido. É também o contacto directo que esclarece sobre a situação real e arma os militantes para informar correctamente os seus colegas e população sobre a política do Partido.

Constata-se por outro lado que nem sempre se têm realizado ao nível do Partido trabalho sistemático de estudo sobre a situação do país e o sentimento popular, sobre as políticas a serem seguidas em cada

sector, o que leva a que os mesmos problemas sejam levantados vezes sucessivas sem uma resposta clara sobre as soluções possíveis e não possíveis, sobre a possibilidade de as realizar imediatamente ou não. Assim os contactos com a base mesmo quando têm lugar limitam-se por vezes à repetição das mesmas orientações e das mesmas palavras de ordem geral. Esta é uma questão que interessa aprofundar porque a melhoria da actividade do Partido depende em larga medida da contribuição individual dos membros. Seria de encarar a realização de conferências de membros por sectores a que estão afectos, por exemplo, dos militantes na saúde ou na indústria, conferências que se debruçariam em profundidade sobre a situação do sector, sobre a forma como a política definida pelo sector está a ser cumprida e sobre novos caminhos e soluções para os problemas emergentes.

Desta forma se iria eliminando o erro de pensar que o exercício do papel dirigente do Partido cabe somente aos órgãos superiores e que estes sejam em última análise o Partido.

A noção incorrecta de que as contradições na sociedade podem ser geridas e controladas pela simples existência de estruturas partidárias ou do Estado e por mero resultado da sua acção tem conduzido quer à sobrestimação da capacidade de transformação ao nosso alcance, quer à paralização da iniciativa criadora na base ou à sua movimentação apenas por efeito de campanhas ou ofensivas determinadas por órgãos superiores.

A célula é o nível decisivo do trabalho do Partido. A qualidade de trabalho do Partido mede-se, em última análise, pelo número e pela qualidade de trabalho dos seus membros e das suas células.

A célula é um elemento importante do processo de intervenção política democrática na sociedade. O seu funcionamento correcto determina o fluxo permanente de informação e diálogo entre a base e os diferentes escalões da direcção partidária.

A importância da célula resulta do princípio que a iniciativa dos militantes e da célula é o elemento essencial da vida e actividade do Partido. A célula não resume a sua actividade à mera execução de ordens superiores, ela deve saber buscar no seu local de actividade as motivações e tarefas concretas na solução dos problemas enfrentados pela população e trabalhadores.

A célula deve saber interpretar e desenvolver a linha política do Partido, na sua área de influência e isso não deve significar que a célula é só executora.

A célula não deve ficar numa posição de passividade à espera de instruções e revitalizações sucessivas ou aguardando orientações para explicar aos trabalhadores.

Como e onde ganha a célula as suas ideias e o seu dinamismo?

Os militantes devem exprimir nas células o seu pensamento sobre os problemas locais e nacionais e utilizar os mecanismos de ligação com os escalões superiores para transmitir esses sentimentos. Isso faz com que os órgãos de direcção em cada nível conheçam melhor os problemas e assim tomem as decisões mais adequadas.

Essa comunicação pode fazer-se através de relatórios mas não se deve restringir a essa forma. Deve-se recorrer ao contacto directo sempre que necessário para sublinhar a importância ou gravidade de uma determinada situação e quando for caso disso utilizar o direito estatutário de recorrer aos órgãos superiores, não podendo nunca dar lugar a qualquer retaliação.

O cumprimento dos princípios que regem a actividade partidária não deve ser feita de modo a conduzir à passividade dos membros, ao medo de ser ousado, à limitação da coragem e determinação na acção. A democracia no seio do Partido, incluindo os aspectos da disciplina partidária, deve exercer-se com a plena liberdade de expressão da opinião de cada membro até à tomada de decisão. Esta não deve significar uma imposição do exterior, terá sempre de atender às opiniões e discussão dos problemas no âmbito das células.

Em resumo isto significa que as células devem buscar as principais motivações do seu trabalho no sentimento dos trabalhadores em geral e dos militantes; estes por sua vez ganham na célula e através da ligação desta com os órgãos superiores o sentimento da política do Partido que lhes permite agir correctamente junto dos trabalhadores.

Assim as células irão conquistando o papel de forjadoras das novas ideias que permite que a política do Partido se renove e esteja sempre à altura das novas situações.

O trabalho dos órgãos de apoio às células é o de escutar, discutir, analisar e reflectir para os escalões superiores o sentimento da base, o que nem sempre se faz. Verificam-se lacunas na assistência à actividade das células quando isso devia constituir a primeira linha de trabalho para os órgãos do Partido em todos os escalões.

Todos os quadros do aparelho do Partido e todos os departamentos do Partido deverão tomar esta orientação como objectivo comum de trabalho a realizar segundo um plano concertado. Isto quer dizer que os quadros de qualquer sector do Partido, seja ele de trabalho ideológico ou de administração, devem ter como preocupação fundamental fazer crescer o Partido na base, isto é nas células. Desta forma se eliminaria o departamentalismo que hoje se institucionalizou no trabalho com as células e que dificulta uma acção real por parte destas. Estes contactos devem ser os mais directos possíveis sem formalismos desnecessários.

Estudando compreendendo e discutindo os problemas locais e nacionais, fazendo-se eco dos justos sentimentos dos seus colegas, distinguindo-se pela vontade de aprender, pela sua dedicação e defesa dos ideais do Partido, pelo papel activo no aumento da produção e da produtividade, pelo seu engajamento na luta contra todas as manifestações de corrupção, os membros do Partido reforçam o seu prestígio o que significa reforçar a influência do partido.

Esta presença activa dos militantes é necessária em todas as situações. Nas condições em que o país vive, os membros do Partido

devem persistir com a actividade organizada e a vivificação dos seus órgãos de base sempre que as investidas terroristas ou as calamidades forcem as populações a deslocar-se. A acção do Partido, segundo modalidades próprias, deve continuar nas zonas onde as populações vivem compulsivamente sob o jugo terrorista. A tarefa principal consiste então em levar a população ou a fugir à dominação, ou quando existam condições, a lutar contra os bandidos.

Saudamos os órgãos do Partido que, em difíceis condições e deslocados dos seus lugares de origem, continuam a funcionar demonstrando alto sentido de responsabilidade, militância e fidelidade aos ideais patrióticos do Partido.

É nesses momentos em particular e através dos militantes, que na prática o Partido afirma, consolida e amplia o seu papel dirigente e se revela efectivamente como vanguarda. Assim foi no passado, assim deve continuar a ser nos dias de hoje.

A crítica e auto-crítica são métodos essenciais para o melhoramento do nosso trabalho. Elas devem desenvolver-se com carácter sistemático e construtivo. A este propósito devemos evitar o carácter muitas vezes desbalanceado de críticas, em que se dá relevo apenas aos erros e se esquece tudo o que de bom se fez, sem proceder a uma análise equilibrada do comportamento geral dos militantes.

Relatórios apontam factos sobre discriminação ou perseguição contra membros do Partido e dos Sindicatos. Estes casos devem ser averiguados pelos órgãos distritais e provinciais competentes e até pelos organismos estatais que legalmente tutelam o sector. A lei protege a actividade política e sindical dos trabalhadores e não tolera retaliações e punições injustificadas.

Sublinhou-se a tendência tecnicista que surge em organismos e empresas de marginalizar os órgãos partidários. Isto é particularmente grave quando o dirigente é membro do Partido. Nota-se também que membros do Partido quando em posições de direcção de organismos e

empresas tendem a descuidar as suas obrigações partidárias. Como membros do Partido devem participar nas reuniões e actividades da célula. Os seus afazeres não podem servir de justificativo para a falta sistemática às reuniões da célula. Esta é uma actividade prioritária que também pode ser inscrita na agenda.

Duas questões organizativas têm preocupado os militantes: o período da candidatura e a emissão de cartões.

Pode-se discutir se o período actual da candidatura de um ano é o mais adequado. Este período destina-se a conhecer o candidato e ao mesmo tempo levá-lo a conhecer a política e os objectivos do Partido.

Por essa razão, o Comité Central considera apropriado manter esse prazo. O Comité Central sublinha porém que é errado prolongar indefinidamente o período da candidatura. Há camaradas que chegaram a ficar vários anos aguardando que os órgãos competentes se pronunciassem sobre as suas candidaturas; foram detectados casos limite de camaradas que desde 1978 aguardavam a passagem de candidatos a membros. As causas estão na lentidão dos órgãos distritais em exercer a competência estatutária de confirmar a qualidade de membro e também na demora no envio dos processos pelas células.

A segunda questão refere-se à extrema morosidade na emissão dos cartões. Neste momento e apesar do grande progresso realizado, que permitiu duplicar a emissão a partir de 1986, ainda temos mais de 50.252 membros aguardando os seus cartões. Para obviar a esta situação, os Comités foram apetrechados em equipamento e material fotográfico.

No entanto um maior esforço organizativo é requerido ao nível de estruturas de base, nomeadamente os órgãos distritais que devem preparar adequadamente a documentação referente aos candidatos, sem o que continuarão a verificar-se atrasos e devoluções constantes de processos mal elaborados e incompletamente preenchidos.

Deverá considerar-se a possibilidade de se emitir um cartão provisório, sem fotografia, a utilizar sobretudo nas zonas rurais, enquanto durarem as dificuldades dos membros do Partido de obter fotografias de identidade.

Na sequência de decisões do Comité Central e no sentido do estabelecimento de normas conducentes a uma melhor estruturação do aparelho, foram elaboradas propostas de Regulamento Geral Interno, Estatuto Orgânico e Carreiras.

Com vista a mobilizar o nosso povo sobre as directivas do Partido nomeadamente nas áreas da Defesa e da Economia, realizaram-se em todo o país várias actividades de informação abrangendo operários, camponeses, funcionários públicos, estudantes e outras camadas sociais.

Tiveram lugar Conferências, Seminários e reuniões para analisar, discutir e aprofundar em cada momento a nossa estratégia e tática na luta político-ideológica, contra as acções subversivas do inimigo.

A acção de mobilização do Partido no campo incidiu igualmente na organização das populações dispersas devido à acção dos bandidos armados. Deu-se continuidade às acções de explicação sobre a origem, natureza, métodos e objectivos dos bandidos armados. Como resultado deste trabalho, milhares de operários, camponeses e outros trabalhadores vêm participando nos treinos de preparação militar, engrossando assim as fileiras das Milícias Populares e dos Grupos de Vigilância Popular, nos locais de trabalho e de residência:

Realizámos igualmente uma acção de informação dirigida às fileiras do banditismo visando os moçambicanos que foram integrados pela força na via do terrorismo. que contribuiu para que milhares de entre eles renunciassem à degradante condição a que estavam reduzidos.

Foram realizadas tarefas relativas à dinamização e produção de livros, documentários e outro material audio-visual sobre o esforço da guerra e do desenvolvimento económico. Foram produzidos 3 números

da Voz da Revolução, 21 números do Boletim da Célula, 2 Manuais do Mobilizador e 11 números do "Mozambique Briefing". Estas publicações embora não tenham atingido a regularidade desejada, são valiosos instrumentos de trabalho para os quadros e militantes do nosso Partido.

Ao longo da preparação deste Congresso, apesar de todas as dificuldades decorrentes da guerra criminosa que nos é imposta, o povo participou com entusiasmo no estudo e debate de teses, identificou com clareza a origem dos problemas do país, apontou soluções e, acima de tudo, identificou-se com o seu Partido, o Partido Frelimo.

O trabalho com os quadros continua a ser uma preocupação do Partido, tendo-o o IV Congresso definido como tarefa prioritária a todos os níveis.

Em 1984 foi criado o Departamento de Formação, Quadros e Documentação, o qual iniciou um trabalho de estruturação ao nível central, tendo também procedido ao estudo de metodologias e definição de uma base teórica para os procedimentos ligados à gestão de quadros e formação.

Entre o IV e o V Congresso reforçou-se a direcção e o aparelho de gestão de quadros, com a tarefa específica de estudar a situação dos quadros e proceder ao seu registo, atendimento, selecção, formação e reserva.

De uma maneira geral, no Partido e nas instituições governamentais verifica-se uma evolução na área dos quadros tanto do ponto de vista quantitativo como no que concerne ao desenvolvimento dos sistemas de formação específicos nos diversos sectores.

É de referir, no entanto, que este desenvolvimento não está ainda harmonizado do ponto de vista metodológico e normativo. Continuam assim a verificar-se distorções e diversidade nos padrões que regem os critérios de gestão de quadros, o que conduz a irregularidades e erros que têm sido objecto de crítica e denúncia pelos quadros nas várias instâncias do Partido e do Estado.

É fundamental a implementação de uma base mínima comum de padrões e critérios. Ao mesmo tempo é preciso garantir que a todos os níveis dos aparelhos do Partido e do Estado exista um sector específico que se ocupe da gestão de quadros, que deve ser objecto de atenção do dirigente respectivo.

A criação e desenvolvimento de quadros cientificamente capazes e com agudo sentido patriótico é uma condição essencial do progresso do país. Os esforços a realizar neste domínio têm de envolver todos os sectores, devem ser coordenados e devem ser redobrados.

A qualidade de trabalho, a experiência, a dedicação devem ser concretamente estimulados, de modo a evitar a desmobilização ou fuga de quadros que muitas vezes são o fruto de injustiças na gestão, parcialidade nas análises, favoritismo ou indiferença face à problemática da sua valorização.

O Partido deve intensificar esforços nesta área com vista a capacitar-se para, permanentemente dinamizar o trabalho com os quadros, conhecer as suas preocupações e opiniões, contribuir para melhorar a coordenação dos mecanismos de formação e evitar que distorções e injustiças se cristalizem. O Partido deve estimular a valorização dos quadros em todos os sectores, estimular a descoberta de novos quadros e prepará-los para que assumam responsabilidades maiores e garantam a continuidade e o desenvolvimento da qualidade do trabalho.

O controle centralizado, ao nível do aparelho do Estado, do aproveitamento das oportunidades de formação, em particular no exterior, é um instrumento que deve ser revigorado com vista a uma resposta mais adequada às necessidades nacionais de técnicos qualificados.

De igual modo o aproveitamento máximo das capacidades nacionais em quadros e técnicos é um imperativo da utilização racional e correcta dos recursos humanos existentes no país. É necessário que, em cada momento e em cada estrutura, saibamos fazer a máxima

utilização dos quadros e técnicos nacionais antes de recorrermos à assistência técnica estrangeira.

As exigências do desenvolvimento, no nosso caso agravados pela grave carência de quadros exigem que necessitemos de cooperação técnica. A cooperação técnica não deve funcionar porém como um fim em si, ou como frequentemente acontece, ao sabor das necessidades do país doador. Para que ela sirva realmente os interesses bem compreendidos de todas as partes, a cooperação técnica deve, sempre que possível, funcionar como mais um mecanismo de formação e desenvolvimento dos quadros e técnicos nacionais, para além das tarefas específicas atribuídas a cada técnico.

É necessário ter consciência das nossas carências no domínio dos quadros e evitar o espírito de excessiva auto-suficiência que pode conduzir a atitudes precipitadas de atribuir aos quadros tarefas que excedam a sua formação, experiência e maturidade. Se no passado a pressão das necessidades não permitiu tomar suficientemente em conta todas estas factores, eles deverão passar a constituir preocupação do futuro para evitar a estagnação, formação distorcida ou desgaste prematuro dos quadros. É ainda necessário garantir, em qualquer função em que os quadros se encontrem, a continuidade da sua formação além do próprio treino no local de trabalho. De outro modo prolongaremos a dependência em relação à assistência técnica em sectores que já poderiam ser assegurados por técnicos nacionais.

A formação político-ideológica e técnico-científica dos militantes em geral e dos quadros permanentes em particular, surge como uma necessidade para o exercício correcto e efectivo do papel dirigente do Partido no seio da sociedade.

É consenso geral o imperativo de se recorrer a todos os meios existentes do sistema nacional de educação, em particular a alfabetização, os cursos nocturnos, a Faculdade dos Antigos Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda, as escolas e institutos

técnicos, a universidade, as bolsas concedidas por outros países, para formar os membros e quadros do Partido.

Como primeiro passo para a instituição de um sistema de bolsas de estudo para militantes do Partido, foi aprovado pelo Secretariado do Comité Central um Regulamento de bolsas de estudo, definindo-se simultaneamente a colocação anual de uma verba específica para bolseiros do Partido, de acordo com as possibilidades existentes.

É importante a promoção contínua do estudo no seio dos militantes em geral, a confrontação permanente entre a teoria e a prática, a necessidade de melhorar e elevar a qualidade da prática pelo recurso crescente à ciência. O estudo constante é uma das condições para eliminar o empirismo, a rotina e a ignorância no processo de decisão e comando.

Nos órgãos provinciais e distritais há que insistir no estudo como obrigação especial dos funcionários do Partido, dos membros dos secretariados, dos chefes de departamento e outros.

A revitalização do sistema de formação partidária, permitiu já constatar melhorias no trabalho da Escola Central do Partido. De 1984 a 1989 realizamos na Escola Central dezasseis cursos e um seminário abrangendo um total de 613 quadros provenientes todas as Províncias do País, das forças de defesa e segurança e organizações sociais, dos quais 431 nos dois últimos anos. A continuação e aprofundamento deste trabalho exige novos esforços para garantir uma docência qualificada nas escolas e também condições de trabalho científico e base material, e deve prosseguir com a reabertura dos centros interprovinciais actualmente encerrados devido à acção inimiga.

Mais de 150 quadros foram enviados para desenvolver a sua formação política em vários países com os quais assinamos acordos de formação.

Nestes últimos dois anos foram disponibilizadas pelo Partido 41 bolsas de estudo para frequência da Faculdade de Antigos Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda e para cursos superiores

no estrangeiro.

A principal preocupação na área administrativa do Partido tem consistido na melhoria da gestão do património do Partido, tanto no que se refere ao adequado registo das receitas e gastos financeiros, como no que respeita ao uso e aproveitamento correcto e legal dos bens móveis e imóveis do Partido.

Entre o IV e o V Congresso melhorou em 20% a percentagem de cobertura de despesas com fundos próprios, tendência que é de encorajar.

Face à situação económica do país que afecta igualmente os membros do Partido, o Comité Central aprovou uma nova tabela de quotas. A sua receita representa ainda uma percentagem muito reduzida do orçamento do Partido. Devem os órgãos do Partido melhorar o registo, cobrança e canalização atempada das quotas dos membros.

Há muito a fazer para o estabelecimento de um sistema de gestão patrimonial eficiente. A falta de quadros qualificados e a falta de hábitos no uso de critérios económicos e financeiros nas nossas actividades faz com que o nível de eficiência seja baixo e elevados os desperdícios.

A situação social e salarial dos funcionários, quadros e dirigentes do Partido deve ser objecto de atenção; servir o Partido não pode significar nem privilégio, nem prejuízo em relação a outras actividades no seio da sociedade.

A austeridade deve orientar a actividade de todos os órgãos do Partido e ser aplicada com rigor. Melhorias na planificação e programação das actividades, poupanças nos combustíveis, maior controlo e melhor utilização de bens móveis e imóveis, constituem aspectos essenciais de uma administração sã e responsável.

Persiste a tendência de realizar despesas acima das receitas disponíveis, prática que deve cessar radicalmente.

O Banco de Solidariedade disponibilizou cerca de um milhão de contos em apoio a populações afectadas pela situação do banditismo armado. Neste momento está em curso a transformação do Banco de Solidariedade em organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, com órgãos de direcção próprios, que dinamizem o processo de recolha de meios disponíveis e promovam a sua afectação onde as necessidades se façam sentir. O Partido continuará a promover a sensibilização de todos os cidadãos para contribuir vountariamente para apoiar os compatriotas em momentos de dificuldade.

O PAPEL DIRIGENTE DO PARTIDO

Tem-se discutido com frequência a questão do papel dirigente do Partido. Tem-se afirmado muitas vezes que o Partido por vezes tendia a estar a reboque do Estado, contentando-se em aprovar factos mais ou menos consumados e mobilizando os trabalhadores e povo para cumprir o já determinado pelo Estado.

O papel dirigente do Partido deve ser visto como resultando de um conjunto de acções que envolvem todos os militantes do Partido, quer eles se encontrem afectados em funções no aparelho do Partido, nos órgãos do Estado, sejam eles deputados, jornalistas ou técnicos.

De particular relevo para que o Partido exerça o seu papel dirigente é a função estatal, pois é ao Estado que cabe não só a emissão de normas para toda a sociedade e a direcção de todos os órgãos da administração pública como também a formulação das políticas que, em cada período, materializam o programa do Partido.

Assim há para o Estado, o que vale dizer para os membros do Partido que se encontram em funções estatais, uma área de responsabilidade que devem assumir como competência própria. Por essa razão um dos objectivos comuns a todos os Partidos é dirigir o governo.

Para conduzir o Estado na materialização da sua política, o Partido utiliza vários métodos e mecanismos.

O Partido dirige através das resoluções e directivas que orientam a legislação, as acções e decisões estatais.

O Partido dirige através dos militantes que coloca em funções de direcção no governo e empresas. Para isso o Partido promove a qualificação dos seus quadros quer se encontrem no aparelho do Partido, quer afectados no Estado ou outros sectores de actividade.

O Partido dirige através da acção mobilizadora e educadora dos órgãos de base nos locais de trabalho e de residência. Através do fluxo de comunicação entre a base e o topo, eles garantem o acompanhamento da acção, a correcção atempada de desvios ou erros, a percepção do sentimento das largas massas.

O Partido dirige essencialmente através das ideias, do comportamento, do exemplo e da acção dos seus membros em todos os sectores e escalões da sociedade.

PARTIDO DE VANGUARDA, PARTIDO DE TODO O POVO

Quando observamos o papel e o espaço político ocupados pelo nosso Partido em Moçambique constatamos algumas singularidades de grande relevo.

O nosso Partido foi a primeira formação política de carácter patriótico e projecção nacional a existir no nosso país. O sistema colonial-fascista português impediu e reprimiu o surgimento de organizações democráticas. Em consequência a actividade política só se pôde desenrolar ou no quadro da clandestinidade, ou na sequência da acção armada nas zonas libertadas.

Após a queda do fascismo, durante um breve período proliferaram, sobretudo em Maputo, algumas dezenas de organizações tentando aparecer como partidos políticos. Todas elas se esvaíram

espontaneamente com a mesma celeridade com que tinham nascido. Desde a Transição o espaço político foi inteiramente preenchido pela FRELIMO. A agressão rodesiana levava a que todo o nosso povo identificasse o momento vivido como um prolongamento da luta de libertação em que estar com a FRELIMO era estar com a Pátria e por isso opôr-se ao agressor que punha em causa a independência e unidade nacionais.

A acção de devastação da sociedade que se segue após o conflito rodesiano manteve as mesmas características. Até hoje em Moçambique defender a causa da sobrevivência do nosso país como Estado soberano e sociedade organizada e democrática significa para todos apoio ao Partido Frelimo.

A campanha de estruturação do Partido, a regra estatutária que impõe a discussão pública das candidaturas no local de trabalho ou residência, com a livre participação de todos, mesmo os que não são membros do Partido, enraizou no nosso povo a convicção que o militante é, para todos os efeitos práticos, um seu representante. O membro da nossa organização surge assim como um elemento que só entra no Partido porque depositário e combatente das aspirações mais profundas do povo.

Dizer-se então que o Partido é vanguarda do nosso povo é afirmar algo que sempre foi vivido na experiência moçambicana.

O nosso Partido é um partido único como resultado da nossa história. Ele ocupou naturalmente o espaço político actual. Ele projecta a vontade popular de manter os destinos da pátria confiados à força que libertou a terra e os homens.

Ao analisarmos este facto teremos que concluir que ele é altamente positivo. O nosso Partido pode assim efectivamente promover a coesão e unidade nacionais que são a tarefa fundamental.

Somos um Partido de vanguarda mas somos ao mesmo tempo um Partido que visa exprimir a vontade e o sentimento de todo o povo, de realizar o que ele considera em cada momento ser as suas aspirações.

Isto significa que devemos saber combinar as percepções e aspirações de transformação que são característica de um Partido de vanguarda com o sentimento das várias camadas sociais que constituem a Nação. Significa estar em consonância com as exigências e capacidades da sociedade real, para sermos sempre capazes de responder ao sentido das transformações que o tempo e a história exigem.

Como militantes não procuramos apenas exprimir o que sentem e desejam os militantes como grupo social, mas igualmente as aspirações de todo o povo de que somos porta-voz. Todas as camadas sociais olham para o nosso Partido e para o nosso Congresso como a expressão da resolução dos seus problemas e realização dos seus anseios.

Isto é particularmente verdadeiro hoje quando a guerra e as destruições, os condicionamentos que limitam a nossa independência, determinam que a paz e unidade, a participação de todos sem reserva no processo político nacional constituam a prioridade da nossa acção.

Ser o Partido de todo o povo não significa apenas ser capaz de interpretar os sentimentos de todos. Significa também encontrar no nosso Partido, no respeito dos objectivos socialistas que traçamos, o espaço para que militem todos aqueles que se identifiquem com o projecto de construção de uma nação unida, com o projecto de desenvolvimento que juntos escolhemos para fazer do nosso país a nação próspera e verdadeiramente independente, todos aqueles que connosco se empenham pelo fim da destabilização e da situação de emergência com o seu cortejo de submissões.

O que caracteriza o Partido não é somente a afirmação de princípios ou a proclamação do seu papel dirigente.

O que caracteriza o Partido é a conquista permanente das pessoas para as ideias do Partido; o que caracteriza o partido é a sua capacidade de auscultar, sintetizar e esclarecer a opinião popular.

Estas considerações apelam a um maior e permanente esforço de elaboração e investigação sobre a nossa sociedade, a nossa realidade material, a nossa cultura.

Os quadros do partido, os trabalhadores em geral, os funcionários, os intelectuais, os militares devem, à semelhança do que vivemos no longo e democrático processo de preparação do V Congresso e dos Congressos anteriores, ser capazes de fazer do debate, da análise, da busca de soluções em conjunto com todos os cidadãos, uma prática permanente e vivificante.

PARTIDO FRELIMO, PARTIDO NO GOVERNO

Somos um Partido que se caracteriza igualmente por ser o Partido que dirige o governo do País. Isto significa ser capaz de distinguir os grandes objectivos do Partido e o seu programa enquanto organização, da política concreta que é possível realizar em cada fase, dentro do contexto humano, económico e social de cada momento.

Todo o programa tem de ter em conta, na sua implementação, as condições objectivas da sua materialização que nos são dados pela capacidade humana disponível, o que significa a capacidade tecnológica, os recursos materiais, as relações económicas internacionais, a solidariedade internacional disponível.

Um Partido no governo tem de ter em conta na sua acção os interesses gerais do Estado do qual deve assegurar no plano interno a exigência de continuidade e no plano externo a necessidade de convivência.

Nestes 14 anos de independência, vivemos a experiência de construção, em simultâneo, de um Partido, de um Estado soberano, ao mesmo tempo que consolidamos a Nação e definimos o modelo de sociedade a alcançar no futuro.

Esta experiência se por um lado permitiu imprimir uma maior coerência de objectivos de organização nos diversos níveis de acção,

extremamente útil nesta fase, levou por outro lado a não se ter em conta suficientemente a necessária diferenciação de perspectivas, objectivos e métodos de intervenção específicos a cada uma das instituições, Partido e Estado. Isto levou por vezes a que pensássemos que os objectivos do Partido se podiam materializar imediata e automaticamente na acção do Estado, senão mesmo a pensar que o Partido se confundia com o Estado.

Passada a primeira fase de consolidação da independência, diferenciações sociais e económicas emergem ou surgem com as novas oportunidades que se abrem a todos os moçambicanos no acesso ao ensino, no exercício do poder político soberano, no relacionamento internacional, na gestão e propriedade dos meios de produção.

No plano económico, a realidade da situação interna e o peso das relações económicas internacionais criam condicionamentos, quer por virtude das forças de mercado, quer por virtude da nossa inserção internacional. Estes condicionamentos determinam um quadro objectivo que faz com que a acção do Governo no plano económico e social não possa ser apenas aquela que decorreria da mera transposição dos objectivos programáticos do Partido.

Ao lado dos princípios que o Partido se fixa por imperativos estritamente nacionais figuram as realidades que emergem no quadro das organizações internacionais, das realidades da geografia e da vizinhança, bem como os efeitos que se exercem sobre nós a partir das posições e relações das grandes potências.

No plano interno o processo da construção da Nação revela cada vez mais que esta tem de ser entendida como entidade viva formada por todos os cidadãos quaisquer que sejam a sua origem, posicionamento político ou ideológico, crença, religião, tradições, cultura, comportamento, até mesmo grau de patriotismo. Não se trata de contradições antagónicas mas de processos próprios que se entrelaçam, se complementam e não se esgotam nas afirmações da linha política do Partido.

Admissão de membros no Partido

Para que o Partido realize a sua função de aglutinador de todas as camadas engajadas no processo de unidade e transformação progressistas do País, ele deve ser capaz de integrar no seu seio aqueles que voluntariamente adiram ao seu programa e demonstrem ser capazes de subordinar os seus interesses individuais aos objectivos do Partido.

Neste quadro, durante o processo de preparação do Congresso, se vem discutindo a questão da admissão dos praticantes de religiões, inclusive tradicionais africanas, dos polígamos e dos proprietários.

As condições essenciais para a adesão vêm reguladas nos Estatutos. Parte-se do princípio estatutário que as admissões são sempre analisadas caso a caso, pois que a entrada no Partido se faz na base individual e voluntária.

Tinha-se determinado em 1977, no seminário que precedeu a estruturação do Partido que seriam admitidos os polígamos que já o fossem antes dessa data e se comprometessem a não aumentar o número de esposas e especificamente apoiassem a política de emancipação da mulher.

Esta questão foi reanalisada na 9ª. sessão do Comité Central. É de ponderar se se deve manter essa exigência no todo ou em parte. Têm surgido propostas de que seja revista a data anterior, estipulando o compromisso de não continuar com práticas poligâmicas após a adesão ao Partido.

Sugere-se também que se considere na análise o meio social e cultural em que o candidato está inserido, as circunstâncias específicas decorrentes da guerra e calamidades, assim como a incidência global do trabalho político e das transformações induzidas pelo Partido e pelas ODMs no local em que habita.

Atente-se que as leis tradicionais que regem a poligamia são particularmente exigentes. Os órgãos do Partido deverão conhecer

essas regras e verificar se elas estão a ser observadas , isto é, verificar se o comportamento do membro se faz em obediência a uma certa moral. Tal estudo permitirá igualmente ter a devida compreensão em relação a situações de membros do Partido que se vêem forçados pela pressão social a adoptar práticas poligâmicas exigidas pelos costumes tradicionais.

Em relação aos crentes a directiva especificava que estes não deviam ser dirigentes ou activistas das confissões, nem forçarem os filhos a submeter-se a uma educação religiosa. A identificação com a causa da pátria, com a ética superior do serviço da comunidade, a adesão por numerosos crentes à causa da construção de uma sociedade justa e socialista, de longe ultrapassam as diferenças de concepção filosófica.

De uma forma geral, as discussões apontam para uma não discriminação em relação aos crentes das diversas confissões, incluindo das práticas tradicionais, aceitando-se pois o princípio da sua admissibilidade no Partido nas condições gerais de qualquer outro membro.

Isto significa aceitar os Estatutos e Programa do Partido e aceitar que a realização do programa do Partido não é menos importante do que a crença. O nosso objectivo é construir o socialismo e não duvidamos que existam religiosos, e mesmo dirigentes religiosos, que concordam com o objectivo da construção do socialismo.

O nosso País atravessa uma grave situação económica. A superação gradual das dificuldades que atravessamos exige uma participação cada vez maior e mais criativa dos cidadãos no processo produtivo, no processo de criação da riqueza nacional.

A tarefa essencial do período histórico que vivemos, além da conquista da paz e tranquilidade, é a promoção da actividade económica capaz de romper a enorme dependência dos donativos em que nos encontramos para a sobrevivência de uma considerável fracção da sociedade.

Estamos hoje numa fase em que deve ser particularmente encorajada toda a participação criativa dos cidadãos que proporcione o aproveitamento dos recursos existentes no país, que contribua para o aumento global da produção, que conduza à melhoria de prestação de serviços à comunidade.

Nesta etapa, o sector privado tem um papel importante a desempenhar. Mesmo depois de termos assegurado a autosuficiência alimentar, de termos garantido vestuário, calçado e habitação para o nosso povo, muito teremos que fazer para ultrapassar o fosso ainda crescente, que nos separa dos países desenvolvidos.

A necessidade de associarmos todos os cidadãos no mesmo esforço unitário e produtivo; a necessidade de conjugar a contribuição individual e colectiva num amplo movimento patriótico em todas as esferas, política económica e social, exigem do Partido definições que a ele associem camadas importantes da população, particularmente quando a unidade de acção na defesa da independência e da soberania é o factor decisivo.

Estamos conscientes que desejamos preservar a natureza de vanguarda do nosso Partido e que nas decisões estratégicas e táticas ele seja sempre norteado pelos interesses dos trabalhadores em geral, em resumo os interesses do povo.

Importa todavia garantir que no exercício de funções de direcção a qualquer nível estejam defendidos os interesses nacionais e do povo trabalhador.

É por isso de ponderar sobre a possibilidade de admitir, como membros do Partido, proprietários que sejam cidadãos de conduta exemplar e respeitados pela comunidade, uma vez verificada a sua identificação com os objectivos do Partido expressos no seu Programa e Estatuto.

AUMENTAR A PRODUÇÃO ALIMENTAR - - RESPONSABILIDADE DE CADA MOÇAMBICANO

A introdução do Programa de Reabilitação Económica veio exigir do Partido grandes esforços no sentido de esclarecer os trabalhadores sobre a situação do país, a estratégia económica a adoptar e os esforços que de todos se exigem para fazer sair o País da situação em que se encontra. Tratou-se de uma grande acção de formação da cultura económica dos membros do Partido para os levar a assumir a realidade do País.

Ao mesmo tempo tratava-se de transformar as mentalidades sobre o papel do esforço individual na melhoria das condições de vida. A melhoria da situação de cada um de nós situa-se dentro do quadro dos programas e meios disponíveis para toda a sociedade, que compete ao Estado ordenar.

Porém, após a independência gerou-se a expectativa de que com o fim do colonialismo haveria bens e serviços em quantidade suficiente para todos e que se trataria apenas de formular uma política justa e eficaz de distribuição da riqueza.

Passamos assim a orientar-nos, com generosidade, apenas pelo princípio das necessidades como critério. Acontece porém que os bens não eram igualmente suficientes para todos. A agressão que provocou uma descida de 1/3 do produto nacional significou que menos produtos passaram a ser disponíveis.

Antes, como hoje, constatamos que o bem estar não resulta da gestão das carências mas sim da criação de nova riqueza.

Isto significa mais responsabilidade de cada um pelo seu próprio bem estar. Significa que é necessário ultrapassar a tendência de esperar que o Estado distribua a cada um os meios de seu sustento, fazendo do Estado o regente geral de todos os aspectos particulares da

vida da sociedade. Não é tarefa do Estado prover a todos os aspectos da vida de cada um e substituir-se ao esforço individual para resolver os seus próprios problemas. Por outro lado mesmo naquelas áreas em que o Estado deve intervir, só o pode fazer a partir da produção gerada pela própria comunidade.

Tais atitudes são não só irrealistas como acabam por ser contrárias ao espírito democrático. A democracia implica também que cada um assuma a responsabilidade que lhe cabe individual e colectivamente. A responsabilidade colectiva não elimina nem se substitui à responsabilidade individual.

É de encorajar por isso a iniciativa dos cidadãos para, individual e colectivamente, entre outros objectivos aumentar a produção, elevar os seus conhecimentos, com vista a uma mais útil e dinâmica contribuição para resolver problemas e se ultrapassarem carências.

É o aumento da riqueza produzida por cada um que resulta em aumento da riqueza nacional.

A produção de todos os sectores incluindo na prestação de serviços e em particular a produção alimentar devem por isso constituir o grande objectivo nacional. Estudos indicam que, tendo em conta a situação e as previsões de crescimento populacional, para satisfazer as necessidade de consumo nacional em milho será necessário conseguir um aumento anual da produção da ordem dos 24% durante um período de 20 anos.

Trata-se de uma tarefa gigantesca e uma condição da nossa independência. Por isso propomos que o presente Congresso faça sua palavra da ordem o desenvolvimento da produção, em particular a produção alimentar, por todos os meios.

Os membros do Partido devem ser os elementos mais activos nessa tarefa. Temos que libertar-nos de todas as inibições e preconceitos que ainda entravam o nosso envolvimento na produção e olhar a nossa participação na produção não apenas como meio de melhoria da vida individual ou enriquecimento mas sobretudo como

contribuição à resolução dos problemas individuais e nacionais.

Propomos assim que tendo em conta a necessidade de aproveitar a capacidade organizativa que possuem os membros do Partido para elevar a produção alimentar sejam levantadas todas as restrições relativas ao número de trabalhadores que se pode admitir.

Embora se deva considerar a produção alimentar como a grande prioridade para os membros do Partido, este mesmo princípio de aumentar a produção deve-se aplicar às restantes áreas onde a acção dos membros do Partido possa contribuir para um aumento real de produção material ou de prestação de serviços.

Que cada um se lance pois na produção através de todas as formas e em todas as áreas produzindo o necessário ao seu sustento e à obtenção do mais largo número de excedentes.

O membro do Partido não deixa por isso de ser um elemento de vanguarda empenhado em produzir transformações progressistas na sociedade.

O Partido na sua acção de defesa dos interesses do povo trabalhador deverá influenciar estes membros a adoptarem gradualmente formas mais avançadas e mais justas de distribuição dos rendimentos do trabalho, de introduzir benefícios sociais no sentido de uma maior equidade, equilíbrio e bem estar geral na sociedade.

O membro do Partido deve esforçar-se por realizar o seu trabalho em forma cooperativa, investir os seus recursos nas áreas definidas nas directivas económicas do Partido, contribuir com os seus meios para o trabalho do Partido, não esbanjar recursos, não se envolver em negócios especulativos jogando nas variações de preços e não cultivar o ócio e o luxo.

A questão do exercício de actividades económicas com carácter empresarial por parte de membros do Partido em escalões de direcção terá de pautar-se por normas de conduta bem definidas para salvaguarda da ética, da moral e do interesse colectivo.

Tratando-se de dirigentes que exerçam funções estatais, a lei estabelece já para salvaguarda da ética do serviço público a separação entre serviço do Estado e actividade empresarial, proibindo ou impondo limitações ao exercício desta pelo funcionário, cônjuge e dependentes, que importa eventualmente precisar.

É prática comum de todos os Estados estabelecer uma clara distinção entre serviço público e a prática de actividades que geram conflitos de interesse com a sua função. O objectivo de tais regras é prevenir que a posição de autoridade do agente do Estado seja utilizada para a tomada de decisões que o coloca na actividade económica em condições de privilégio ou benefício em relação aos restantes agentes económicos.

Como garantir neste contexto a justiça social? Defendemos a igualdade de direitos entre todos os seres humanos e lutamos por que todos tenham as mesmas oportunidades de desenvolver as suas aptidões e beneficiar das mesmas oportunidades. A sociedade não é, à partida, igual. Existem entre os homens diversidades que decorrem do seu próprio posicionamento individual, assim como de situações objectivas. -- Assim por exemplo a proximidade ou não de um estabelecimento de ensino facilita ou dificulta a qualificação profissional. Ocorrem ainda diferenças que derivam da capacidade produtiva, diligência, talento, empenho e brio profissional, assim como da capacidade de iniciativa dos indivíduos.

Seria incorrecto pretender nivelar a sociedade para satisfazer os menos diligentes. A nossa sociedade esforça-se para que a distribuição da riqueza criada pelo trabalho seja feita em função do trabalho realizado. Quanto maior a diligência, a qualidade de trabalho, o talento, a iniciativa, o brio profissional de trabalhador, do técnico, do empresário, dos quadros, dos dirigentes, maior deve ser a retribuição para o seu trabalho. A inércia, a falta de iniciativa, de criatividade devem ser combatidas.

Cabe porém ao Estado uma tarefa insubstituível que é a de impedir que as diferenças sociais se estabeleçam ou perpetuem na

base de privilégios de nascença ou outros. Cabe-lhe promover constantemente a igualdade garantindo o acesso, em idênticas circunstâncias, ao gozo dos direitos básicos como a educação e assistência sanitária entre outros e assegurando o pleno exercício dos direitos cívicos por todos, independentemente das diferenças sociais.

Cabe ainda ao Estado promover o equilíbrio social procedendo à redistribuição da riqueza gerada através de um sistema que atenda à situação dos mais desfavorecidos com o objectivo de lhes garantir condições dignas de vida. São fundamentais além das questões alimentares, o direito à educação e à assistência sanitária, à assistência, à habitação.

Numa sociedade de justiça e progresso devem-se acautelar os grandes desequilíbrios e em particular velar por que uma minoria se não aposses do controle da economia, o que faz muitas vezes recorrendo a meios ilícitos, à especulação com necessidades básicas do povo, ao uso do poder que detém, muitas vezes do poder administrativo.

A POLÍTICA DO NOSSO PARTIDO

A linha do nosso Partido tem 27 anos de história contínua, radica-se na longa luta de resistência do nosso povo contra todas as formas de exploração e opressão, entronca-se no combate de toda a humanidade pelo progresso, pela liberdade, pela justiça, por uma sociedade nova.

A nossa linha foi essencialmente elaborada pela luta do povo, pelo combate dos trabalhadores.

Esta linha nascida do I Congresso foi desenvolvida e enriquecida pelos II, III e IV Congressos em função dos combates concretos. O fio condutor é o princípio essencial de que a nossa linha, a composição e direcção do nosso Partido são determinadas pelos interesses das largas massas trabalhadoras.

As formulações são alteradas, evoluem com a dinâmica do tempo, na dialéctica do possível e desejável, nas correlações internas e externas de forças. O nosso mandato, o estudo da situação determinam que verifiquemos os dados e, em função dos meios e objectivos, determinemos as formulações exactas e necessárias.

São de rejeitar as tentativas mecanicistas, os sectarismos e os empirismos. As posições rígidas, as soluções encontradas fora das situações concretas, o menosprezo, como a sobrevalorização da prática, a recusa ao estudo, podem conduzir a erros.

A teoria tem de existir fundamentada em experiências comprovadas.

As experiências de outros países, constituindo pontos de referência extremamente úteis, não podem todavia ser copiadas e mecânicamente transpostas.

Vivemos um tempo de grandes mudanças sociais no nosso País e no mundo.

No nosso País avultam desde logo as mudanças negativas trazidas pela situação de guerra com o seu cortejo de horrores e de misérias.

Tudo isto projecta influências sobre a realidade do nosso país, que devemos ter em conta ao formular uma linha política que reflecta o pensamento e as aspirações de todo o Partido e forneça as linhas mestras de acção para o período a seguir. No nascimento da Frente de Libertação de Moçambique todos os participantes comungavam da necessidade de se unir para atingir o objectivo principal que era o de libertar Moçambique.

Afirmava-se desde logo embora ainda genérico o sentimento de que a unidade nacional repousava sobre a rejeição da injustiça social que constituía a exploração do homem pelo homem.

Com o desenvolvimento da luta, em particular com o surgimento das zonas libertadas, começam a surgir dentro da Frente concepções

mais precisas sobre a conduta da guerra, a organização da vida económica, o papel da mulher, a democracia, a organização da educação e da saúde sempre ao serviço da maioria.

Assim a libertação nacional associa-se, na experiência da vida dos militantes da Frelimo, cada vez mais a libertação social.

É este conteúdo de justiça e de igualdade entre os homens que vem gradualmente a identificar-se com a maneira de ser Frelimo.

Nesta maneira de ser Frelimo entrelaçam-se numa mescla complexa mas entusiasta, a vontade ancestral de estudar para romper as cadeias da ignorância, com a percepção de que a educação constitui uma trave mestra do edifício de verdadeira independência mental e cultural; a rejeição da discriminação preconceituosa da mulher, com a convicção de que essa grande reserva de capacidade intelectual e humana que representa metade de população era uma exigência imperiosa de luta presente e futura; a certeza de que a doença não era uma fatalidade a que só alguns privilegiados podiam escapar; a descoberta de que as diferenças de origem social ou geográfica contavam menos do que a identidade nas aspirações, a confiança na força nascida da unidade.

Numa palavra, a certeza partilhada de que a miséria, o sofrimento não eram a sorte inelutável da larga massa de deserdados que constituía a quase totalidade dos moçambicanos. Esta prática vivida no dia a dia e teorizada nas políticas que a Frelimo foi formulando no domínio de educação como esforço primeiro para a transformação da vida e da natureza, no trabalho sanitário como forma de o homem se libertar da escravidão da doença, na rejeição do desprezo pelo trabalho manual, no valor da produção como fonte de bem estar que não está necessariamente ligado a novas formas de subjugação. O trabalhador, de entidade discriminada, entidade-objecto, passa a ser exaltado como produtor da riqueza; as formas de produção que se baseiam na exploração já não são aceites como as únicas capazes de garantir a produção material.

Este conjunto de valores constitui a ideologia da Frelimo. Embora possa desde então ser definida como de conteúdo socialista ela não toma logo essa qualificação.

As ideias socialistas não nascem pois no momento da Independência. Elas são o fruto de uma experiência reflectida - talvez se pudesse dizer necessária - da prática social vivida durante a luta de libertação nacional.

O período de transição e os primeiros anos da independência testemunham a extensão dessa prática.

No socialismo exprimimos a nossa vontade de uma verdadeira e profunda transformação social baseada numa análise científica de realidade, na definição da base social da revolução, na necessidade de garantir o predomínio dos interesses das largas massas, radicando-nos nos princípios universais do socialismo. Foi sempre este o conteúdo da nossa linha política.

Mais importante do que a busca dos qualificativos é precisarmos os conteúdos da nossa política .

Isto implica que analisemos tão serenamente quanto possível a situação de que o nosso país parte, as mutações que se verificaram no tecido da nossa sociedade após a independência, a realidade do nosso estado de desenvolvimento que impõe limites à nossa vontade, o posicionamento regional do nosso país, as condicionantes resultantes da desigualdade das relações económicas internacionais.

No nosso País por razões históricas a que a intervenção externa não está alheia, nomeadamente a escravatura e a colonização estrangeira que destruíram sociedades inteiras e bloquearam o processo endógeno de desenvolvimento, o nível das forças produtivas é extremamente baixo. A agricultura realiza-se, no que é ainda determinante — o sector familiar —, através de técnicas e instrumentos que não permitem tirar grande proveito das potencialidades do solo. O aproveitamento da água e a irrigação são muito pouco conhecidos na economia tradicional, o que coloca largos sectores da população na

dependência de factores naturais. A fabricação local de meios de produção e de transporte é quase inexistente. A capacidade de transformação de matérias-primas é reduzida. O grosso da população vive satisfazendo apenas as necessidades básicas de sobrevivência.

A capacidade de gestão que permite tirar melhores rendimentos dos esforços aplicados é ainda extremamente limitada, como aliás na maior parte dos países com características semelhantes às nossas. O Estado não realizou a acumulação que lhe permita o lançamento de projectos significativos de desenvolvimento.

A esmagadora maioria de equipamentos e bens de que necessitamos para a produção e para o consumo têm que ser importados.

Após a independência foram realizados grandes esforços e elaborados planos para romper este subdesenvolvimento e a situação de extrema dependência.

Por essa razão mesmo se abateu sobre nós uma agressão que atingiu como alvo privilegiado equipamentos, instalações de produção e infraestruturas económicas.

A agressão atinge de forma deliberada e orientada tanto a produção dos camponeses como a das grandes empresas. Ela escolhe como alvo tanto a empresa estatal como a loja e a empresa privada, os meios de transporte particulares, o gado da população.

Estas destruições são a principal causa das dificuldades que enfrentamos. A sua dimensão deve levar-nos a definir como objectivo prioritário a recuperação de condições normais mínimas para a população.

Nestas condições devemos ser capazes de congregarmos todos os esforços, mobilizar todas as formas de produção capazes de fazer sair o país da miséria e do subdesenvolvimento.

Este esforço que deve unir todos os moçambicanos deve-se fazer em torno dos objectivos de justiça e igualdade que constituem já um património de todo o povo.

A experiência destes anos mostra que devemos de uma maneira geral aprender a adequar os nossos desejos à realidade que nos rodeia. Devemos aceitar que há um longo caminho desde o nosso ponto de partida até alcançar os objectivos de bem estar que nos propomos. Os nossos objectivos não se materializam apenas por serem justos. Esta é mais uma razão para manter sempre viva a aspiração de justiça e igualdade, porque é ela que constitui a motivação poderosa para os alcançar.

Com rigor e serenidade o Partido deve considerar as transformações que se verificam na sociedade para fortalecer os princípios fundamentais da nossa política que continuam a ser: a unidade nacional e a consolidação da Nação, a satisfação dos interesses das largas massas, a igualdade dos homens, a democracia, a afirmação de uma economia independente, a justa distribuição dos rendimentos do trabalho, a solidariedade com as causas justas e com as forças do progresso no mundo, a aspiração permanente de paz e progresso para toda a humanidade.

No contexto actual o Partido Frelimo retoma o apelo de 25 de Setembro de 1964 e a proclamação de 25 de Junho de 1975, afirmando agora aos moçambicanos, aos operários e camponeses, aos trabalhadores agrícolas, aos intelectuais, técnicos, funcionários e estudantes, soldados, patriotas de todas as camadas sociais, sem distinção de origem social, étnica, racial ou religiosa, que continua a necessitar do empenho de todos à nossa luta pela construção da nossa Pátria próspera, livre, unida e socialista.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO PROCESSO DA DEMOCRACIA

OS AVANÇOS NO PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO

A democracia, o princípio do poder pertencer e servir a maioria, a noção da igualdade dos cidadãos perante a lei e a consequente submissão de todos à lei, o conceito dos direitos do homem, dos povos e das comunidades, a aceitação e tolerância de pontos de vista diferentes, são conquistas recentes da história da humanidade e fazem hoje parte integrante do património cultural e político da nossa época.

A criação de uma tradição e prática de democracia no nosso país, foi impedida pelo sistema colonial, agravada pela componente fascista introduzida nos anos trinta.

Na realidade, a emergência da prática da democracia tem lugar com a formação da FRELIMO, e é nomeadamente no processo da criação das zonas libertadas que ela começa a ser vivida pelas largas massas.

Em Setembro de 1974 com o derrube do colonialismo e a tomada de posse do Governo de Transição dirigido pela FRELIMO, criam-se novas e ricas condições para o alargamento da democracia a todo o país.

A queda do regime tornou por definição moribundo o seu aparelho colonial de estado, porque era estrangeiro e concebido para dominar, reprimir e explorar o povo, mas também e sobretudo porque, no contexto da guerra colonial, se associara às repressões e massacres mais sangrentos.

A simbiose da estrutura tradicional feudal com o poder colonial fizera dela um mero instrumento secundário da administração colonial fascista, reduzindo na maior parte das vezes as funções da sua hierarquia a papéis de policiamento das populações e de colecta do imposto de palhota e recrutamento de mão-de-obra para os projectos de colonização.

Na maior parte dos casos as hierarquias apresentadas eram já artificiais, uma vez que o colonialismo removera os legítimos chefes, nomeando para os seus lugares, fantoches.

A experiência das zonas libertadas e dos grupos dinamizadores, na qual se fundou a base para um verdadeiro poder popular, provou que na forma e no conteúdo era necessário criar estruturas democráticas, populares.

Todos estes factores, associados à vontade política da FRELIMO vitoriosa, determinam o aparecimento dos Grupos Dinamizadores como forma de direcção imediata da população.

No processo da educação política e cívica inserida na linha democrática da FRELIMO, a acção dos Grupos Dinamizadores foi essencial. É nessa acção que se difunde o princípio da sociedade de igualdade dos homens, sociedade de justiça social, sociedade não racista e não tribalista.

A Constituição da República Popular de Moçambique consagra e estende a todo o país a experiência quer das zonas libertadas, quer dos Grupos Dinamizadores e do período da transição.

A afirmação da supremacia dos órgãos eleitos

Hoje o poder popular é exercido em todo o território nacional através de assembleias eleitas.

Em cada escalão, esboça-se já uma acção das Assembleias do Povo orientada para a direcção das instituições do estado, das

actividades económicas e sociais. A acção das assembleias abrange áreas fundamentais da vida da população.

Os Deputados, na opinião popular, surgem como autênticos mandatários do povo. O processo de apresentação das candidaturas, a discussão popular que rodeia esse processo, fazem com que os critérios que predominam nas opções sejam os de fidelidade aos interesses populares e a capacidade de servir. Os eleitores repudiam as tentativas de opção fundadas no tribalismo, no regionalismo, na côr da pele, no racismo. Não são as riquezas, a origem familiar, ou o grau de instrução que determinam o resultado das eleições.

Os deputados participam na análise dos problemas de cada comunidade conjuntamente com os eleitores, intervêm na solução dos obstáculos à produção e para a resolução de problemas salariais, contribuem para o reforço da ligação das populações com as forças armadas, para a mobilização no serviço militar obrigatório e milícias populares, assistem as populações deslocadas e velam pela devida canalização dos donativos.

Saudamos os deputados que com dedicação assumem condignamente a sua missão, honrando o seu mandato junto aos eleitores, aplicando criadoramente e com responsabilidade as tarefas da etapa actual da democracia moçambicana.

O carácter popular das nossas Assembleias decorre essencialmente da origem social dos seus membros e manifesta-se através do seu estilo e métodos de trabalho. A experiência de vinculação de deputados a unidades económicas, sociais, culturais e territoriais comprovam quão importante é a actividade dos representantes do povo.

Nos dois anos e meio da actual legislatura, a actividade dos deputados nas suas áreas de vinculação trouxe uma dinâmica real à função de deputado.

O papel das comissões de trabalho em todos os escalões permite uma actuação mais organizada em áreas específicas da actividade nacional e traz assim melhorias significativas à qualidade do conteúdo das decisões das assembleias e à continuidade da sua acção em

matérias específicas como plano e orçamento, legalidade, defesa, desenvolvimento económico e social.

Estes resultados obtidos num período relativamente curto derivam do correcto aproveitamento das experiências anteriores. Este trabalho positivo foi também fruto das decisões tomadas pela Assembleia Popular em 1986, de criar órgãos permanentes, afectar a grande maioria dos deputados a uma comissão de trabalho e ligar cada deputado a uma área territorial ou unidade económica ou social.

Tem igualmente contribuído para estes resultados a importante alteração da Lei Eleitoral que consagra a desacumulação entre a presidência das assembleias e a direcção do órgão executivo do mesmo escalão.

Foi também adoptado o Estatuto do Deputado que define o seu papel na sociedade, as formas e os meios a utilizar para poder intervir de forma positiva no apoio à solução dos problemas, garantindo ao deputado protecção legal adequada.

A falta de tradição democrática das Assembleias, a inexperiência dos deputados, os imperativos da gestão territorial e económica continuam a pesar no nosso sistema. Permanece ainda a influência da situação que foi necessário viver anteriormente, a de uma administração centralizada.

No entanto começa já a prestar-se contas às Assembleias. Os órgãos executivos iniciam o processo de se reconhecer responsáveis perante o colectivo dos deputados do povo.

A actividade legislativa da Assembleia Popular

No quadro da sua competência legislativa, a Assembleia Popular adoptou 45 leis e 72 resoluções no período em análise.

De entre estas destacam-se, na área económica, as leis referentes aos investimentos estrangeiro e nacional, o aumento dos prazos de concessões para a exploração da terra e à actividade de exploração mineira.

Com a adopção da lei do trabalho e a criação do Instituto Nacional de Assistência Jurídica demos um passo significativo na promoção de meios legais para a protecção do trabalhador e do cidadão.

Foi aprovada, após profundo debate, a lei da amnistia com vista a reintegrar na sociedade o grande número de elementos que na maior parte das vezes foi integrado no banditismo à força e se vêm arrependendo dos seus crimes.

Nos esforços da República Popular de Moçambique para a paz na região, a Assembleia Popular ratificou o acordo de não agressão e boa vizinhança assinado com a República da Africa do Sul.

Para dar força legal à tarefa em curso de reorganizar as forças armadas foram aprovadas a lei dos crimes militares e de criação dos tribunais militares.

O processo das segundas eleições gerais

A realização das Segundas Eleições Gerais constituiu um marco na edificação da democracia do nosso estado. As eleições decorreram num período particularmente crítico do nosso país.

O povo soube ultrapassar a dor pela perda do Presidente Samora Machel, transformando as eleições em vitória da democracia e momento alto da unidade nacional.

Com a Assembleia Popular no topo do sistema, constituíram-se 1045 Assembleias que integram 34.590 deputados e 6124 suplentes,, 25% dos quais mulheres.

Funcionam neste momento 11 assembleias provinciais, 110 assembleias distritais, 332 de posto administrativo e 569 de localidade.

Todavia , em vários postos administrativos e distritos não foi possível realizar eleições por razões de segurança.

MELHORIAS DO PROCESSO ELEITORAL

O Partido Frelimo demonstrou a sua confiança no povo ao introduzir, em condições difíceis, significativas alterações no processo eleitoral para garantir uma maior democratização do sistema. Desse processo saíram mais prestigiados o nosso Partido e os órgãos do poder popular.

A votação secreta, que na base da lei anterior apenas se limitava à eleição dos deputados da Assembleia Popular, passou a abranger as assembleias provinciais e de cidade. No processo de votação secreta o número de candidatos excedia em 20% o número de deputados a eleger. Este procedimento, conjugado com o tradicional debate sobre os candidatos, enriqueceu a escolha dos representantes.

É nosso empenho proceder a contínuas melhorias do processo eleitoral garantindo que cada vez melhor se exprima a vontade popular. Assim, será necessário criar uma nova prática de eleições com base na criação de circunscrições eleitorais.

O sistema de vinculação actualmente introduzido constitui um primeiro passo que permitirá um novo procedimento eleitoral aquando de próximas eleições.

O debate nacional sobre a revisão constitucional

Entre o IV e o V Congressos foram operadas duas alterações da Constituição, em 1984 e em 1986. Na primeira tratou-se da alteração da disposição das cores da bandeira e emblema nacionais. A segunda constitui significativa alteração da Constituição pois foram introduzidos

os cargos de Presidente da Assembleia Popular e de Primeiro Ministro. Foi ainda nesta revisão que se criou o escalão territorial de posto administrativo.

O crescimento do nosso Estado e o desenvolvimento da democracia requerem no entanto um reajustamento maior da lei fundamental.

A revisão constitucional em curso constitui pois a forma de adequação daqueles princípios mais gerais à fase actual de desenvolvimento das instituições políticas e sociais, numa dinâmica que o carácter programático da nossa lei fundamental admite.

Entre as questões essenciais que se levantaram durante o debate, contam-se o papel das organizações de massas, a clarificação da função e do papel do Estado na realização dos direitos dos cidadãos e das obrigações deste para com o povo e o Estado.

Propõe-se a modificação do actual sistema segundo o qual o Presidente do Partido assume por inerência de funções o cargo de Chefe do Estado, substituindo-o pela eleição do Presidente da Republica pelo eleitorado, com base em proposta apresentada pelo Partido Frelimo.

Sublinha-se a necessidade de clarificar a função do Chefe de Estado como dirigente do conjunto dos órgãos do Estado para garantia da unidade de poder.

Propõe-se uma maior consagração da função judiciária, como garante fundamental do exercício da justiça e dos direitos dos cidadãos.

Tratando-se de questões de fundo da organização e da vida da nossa sociedade e pelo facto de o Congresso ser justamente o momento de balanço e das grandes reflexões, o Partido considerou mais útil que o debate fosse suspenso para ser retomado quando já enriquecido pelo espírito democrático da preparação do Congresso e pelas suas conclusões.

O processo da contínua democratização do poder

Os pesos sociológicos do passado, em que os poderes tradicionais tanto como a legislação e prática coloniais impunham ao cidadão comum o papel passivo de eternamente tutelado, ainda entravam o florescer da vida democrática.

A preocupação central do Partido no alargamento do processo democrático, é sobretudo a de conduzir os cidadãos, o povo, a assumir que efectivamente têm o poder.

Esta responsabilidade implica uma iniciativa crescente na resolução dos problemas, tal como exige mecanismos populares de controle da execução das decisões.

Uma sociedade adulta e democrática não pode ter fossos separando governantes com iniciativa e governados com passividade. O papel do nosso Partido, como força dirigente é sobretudo o da libertação da força criadora e organizada das massas.

O Partido preocupa-se em garantir que sejam ouvidos aqueles que a dominação sempre privou de fazer escutar a sua voz. O nosso Partido, o nosso estado existem para servir a maioria, o povo.

É precisamente neste nível da iniciativa e do controle, que se cria o espaço político das organizações sociais da mais diversa natureza.

Os debates sobre a revisão da Constituição apontam já para um incremento do espaço de intervenção no processo legislativo por parte de certos organismos sociais, tais como organizações democráticas de massas, sócio-profissionais, culturais, recreativas, desportivas, que, pelo facto de congregarem sem discriminação, na base de afinidades específicas, cidadãos de diversos horizontes, têm contribuições ricas e reflectidas a dar.

Educar-mo-nos na tolerância

O aprofundamento da democracia no nosso país exige de todos um espírito de grande abertura. É normal numa sociedade os cidadãos terem pontos de vista diversos sobre os problemas.

O nosso Partido lutará por que prevaleça a opinião da maioria, num ambiente de respeito por todos os cidadãos, incluindo aqueles que comungam opiniões divergentes.

As opiniões erradas, porque erradas, devem ser corrigidas. Corrigir porém opiniões erradas não deve significar hostilizar os seus autores. Deve sim significar a apresentação de argumentos corretos e convincentes que sustentam a opinião certa. A nossa experiência ensina-nos que mesmo nas opiniões que defendam posições erradas pode haver elementos positivos a considerar.

Algumas ideias, porque novas, podem à partida não convencer a maioria ou mesmo sofrerem oposição, porque vêm contra a tradição e a forma de pensar estabelecida ou mesmo contra interesses particulares. As noções de igualdade dos homens, igualdade de sexo e tantas outras que hoje parecem naturais, tiveram que ser objecto de afincadas lutas para se poderem impor.

Queremos que no nosso país, as ideias, quando correctas, saibam vencer no contexto do processo democrático. A tolerância ditada pelas nossas convicções democráticas não deverá ser confundida com licença para a libertinagem, desrespeito pela moral e recato social ou atitudes abusivas em relação aos direitos e reputação de outrém.

POR UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE E PRÓXIMA DOS CIDADÃOS

O Conselho de Ministros e os órgãos centrais do aparelho estatal

O Conselho de Ministros dirige actualmente 19 Ministérios e 8 Secretarias de Estado.

No que respeita ao aparelho estatal central, a tarefa fundamental que se coloca é a de aperfeiçoar o aparelho de Estado. É preciso delimitar cada vez melhor as funções e tarefas de cada órgão, assegurar maior coordenação e complementaridade entre eles, promover a autonomia crescente dos órgãos locais, atribuindo-lhes gradualmente competências e meios próprios. Urge melhorar os métodos de trabalho, reforçar o envolvimento do povo na realização das tarefas, intensificar a formação e qualificação dos quadros.

No final da legislatura anterior, foi decidida a criação do cargo de Primeiro Ministro para dirigir a actividade do governo. A criação do cargo de Primeiro Ministro permitiu tornar-se mais efectiva a acção do Presidente da Republica na direcção globalizada e articulada das grandes questões do Estado e da sociedade. Tal facto permitiu também dar maior dinâmica à actividade do Conselho de Ministros e à orientação e controlo dos ministérios e outros organismos estatais.

Neste período entre o IV e o V Congressos melhorou o acompanhamento da actividade dos governos provinciais.

A aprovação do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado, do regulamento das pensões nas forças armadas e sua implementação são aspectos de grande impacto na actividade do nosso Estado.

O Conselho dos Ministros, na implementação das directivas do IV Congresso para a racionalização do aparelho de Estado, continuou com a definição do estatuto e da estrutura orgânica dos organismos do Estado e dinamizou a adopção de carreiras profissionais e quadros de pessoal nos diversos sectores do aparelho de Estado. Foram aprovados 58 estatutos orgânicos de órgãos e instituições centrais e locais, 32 quadros de pessoal, 30 regulamentos de carreiras profissionais, além dos qualificadores comuns para as várias ocupações profissionais no Estado.

O levantamento feito por ocasião da preparação do Programa de Reabilitação Económica permitiu constatar o número elevado de funcionários do Estado e o desequilíbrio da sua ocupação funcional. Por essa razão está em curso um levantamento minucioso de todas as categorias e ocupações que permitam proceder à racionalização do aparelho de Estado e que sirvam de base a programas de reorganização e formação dos actuais funcionários.

Foi instituída a obrigatoriedade de concursos tanto para a admissão como para a promoção de funcionários, para pôr termo ao subjetivismo ou empirismo em vigor e garantir igualdade de acesso e progressão.

A formação de administradores públicos qualificados é uma exigência da qualidade da presença do Estado, da qualidade dos serviços prestados e da boa utilização dos recursos tão dificilmente obtidos. A par da formação realizada por cada sector tem-se realizado igualmente formação genérica para quadros dirigentes a nível central e local em matérias de administração pública tanto no país como em países vizinhos e no exterior em geral. Realiza-se já no país a formação em administração pública aos níveis básico e médio e está em estudo a introdução da formação superior. O esforço de formação em geral permanece contudo bem aquém das necessidades, facto agravado pela quase total paralisia dos centros de formação locais e que importa reactivar.

Particular atenção tem merecido a grave tendência para a fuga de quadros do aparelho de Estado para empresas e organizações internacionais, o que enfraquece a capacidade do Estado definir normas e formular políticas sectoriais. Por isso têm sido adoptadas medidas específicas de benefício em relação a quadros e dirigentes que, ao privilegiá-los em relação ao conjunto de trabalhadores, visam preservar a qualidade e motivação destes elementos chave para o bom funcionamento do todo o aparelho. Trata-se aqui de uma escolha consciente e condição de resultados futuros para o bem estar de todos.

Uma das áreas mais importantes de actividade do Conselho de Ministros tem sido a implementação de um amplo programa de reformas económicas e financeiras no quadro da implementação das medidas de reabilitação económica aprovadas pelo Partido.

Foi aprovado um largo conjunto de medidas que se traduziram na reforma do sistema de planificação, da afectação de divisas, do sistema fiscal, da reorganização das allandegas, da inspecção económica, etc.

Foi estudada a situação das empresas estatais deficitárias e tomadas medidas de saneamento financeiro em relação às consideradas estratégicas ou economicamente viáveis e aprovado o regulamento de alienação daquelas para as quais o estado não tem capacidade de gestão e financiamento.

É de salientar a criação do Fundo de Fomento Agrário e Desenvolvimento Rural destinado a apoiar o aumento da produção agrícola e acções complementares de fomento da produção.

De uma forma geral as atenções têm-se centrado sobre a reformulação do papel do estado na área económica, limitando a sua acção gestionária e reforçando as áreas e mecanismos de normação e controle.

Foram tomadas e estão em curso medidas visando minorar as dificuldades que as camadas sociais mais desfavorecidas encontram na vida tanto na esfera económica como nas áreas de educação e saúde.

Saudamos o Conselho de Ministros pela coragem com que avança na reabilitação da nossa economia.

Relações com os cidadãos

A eficácia e eficiência do aparelho de Estado são condições primordiais para a realização dos objectivos do Estado na materialização da política do Partido. O exercício do poder do Estado manifesta-se ao cidadão pela resposta que este obtém do organismo público em prol do seu bem-estar.

A igualdade dos cidadãos exige que o estado tome decisões e preste serviços pautando-se por regras e critérios uniformes para todos, e os cidadãos tenham conhecimento das regras de actuação, de modo a evitar favoritismos e discriminações. Exige igualmente que o acesso dos cidadãos aos serviços estatais seja facilitado, sem burocratismo, o que se pode atingir com maior envolvimento das organizações democráticas de massas e uma permanente presença e acompanhamento por parte das assembleias e deputados.

O exercício correcto da autoridade

O Estado de democracia popular é um Estado de direito. Os agentes do Estado, os dirigentes e funcionários têm na lei o ponto de referência ao qual se devem subordinar.

A autoridade exercida no momento oportuno, com a celeridade apropriada, por agente competente e dentro das normas estabelecidas prestigia as instituições, fortalece o Estado e satisfaz o cidadão. Por esta razão o controlo da legalidade dos actos deve ser preocupação de

todos os cidadãos e não reduzir-se às acções de fiscalização. A reclamação e o recurso dos actos administrativos são formas que contribuem para o reforço da legalidade e correção na actividade dos órgãos.

Para cada órgão do Estado estão definidas funções próprias e atribuições específicas que delimitam claramente as suas competências.

A consciência do sacrifício requerido às populações para a recuperação da economia e defesa da Pátria e do enorme esforço que se exige para manter em funcionamento esta máquina que é o aparelho de estado leva-nos a concluir que não devemos tolerar os desvios. São reprimidos por isso os actos de suborno. Funcionários desonestos que cobram indevidamente aos cidadãos para de forma ilícita ou discriminatória concederem benefícios nas instituições de educação, saúde, habitação, terrenos para construção, licenciamento de actividades diversas devem ser denunciados com as devidas comprovações para serem objecto das medidas previstas na lei.

É necessário preservar a ética dos servidores do Estado, criar estímulos morais e materiais que os defendam de solicitações à margem da lei e garantir a clara separação dos interesses pessoais dos interesses do Estado.

Exercer a autoridade é também saber agir com contundência para a protecção da saúde pública junto dos agentes económicos como seja no abastecimento público e nos mercados, é garantir a segurança das pessoas na rede de transporte de passageiros. São vidas humanas que estão em perigo e perante as quais não podemos ficar indiferentes. As participações e denúncias populares sobre tais violações devem ser devidamente investigadas e sancionados os infractores nos termos da lei.

Responsabilidade e tarefas dos órgãos locais.

Um aparelho de Estado moderno, eficiente e eficaz a todos os níveis constitui nosso desejo desde a proclamação da independência.

A carência em quadros e recursos tem em certa medida limitado o desenvolvimento dos órgãos locais, nos escalões de base — distrito, posto administrativo e localidade. No entanto, o Partido tem a consciência de que o aprofundamento da democracia e a realização dos objectivos fundamentais do Estado e das aspirações do povo dependem do grau com que os órgãos locais estão habilitados, capacitados e dotados para enquadrar a iniciativa do povo na solução dos seus problemas.

A centralização que vivemos é ainda fruto da situação encontrada à altura da independência, e agravada pela carência de quadros.

No IV Congresso, constatamos que as estruturas estavam criadas e determinamos que fosse incentivado o processo de descentralização, através do reforço da capacidade da Província e do Distrito, para que a estes níveis se dinamize a orientação e enquadramento do povo na luta pela defesa da pátria, pelo desenvolvimento económico e social, pelo socialismo.

Passos decisivos já foram dados. Há contudo que os aprofundar, pois na capacidade local de intervenção dos órgãos de estado está o segredo do enraizamento da democracia. Torna-se necessário um programa global de descentralização e democratização que passe por uma reflexão profunda sobre a natureza e funções dos órgãos locais no contexto do poder unitário, da unidade nacional e face aos problemas que a sociedade moçambicana enfrenta.

Cabe neste quadro saber acolher a contribuição de pessoas que estiveram ligadas a estruturas tradicionais mas que, tendo-se oposto ao colonialismo ou por várias formas demonstrado o seu patriotismo e

integração nos objectivos nacionais, têm sabido granjear o respeito pelo seu apego ao bem estar das populações.

Sem prejuizo do nosso esforço de democratização do poder, estes cidadãos de relevo e prestígio na comunidade pelo seu valor pessoal, podem ser integrados, na base do consenso popular, em tarefas de promoção do bem estar, nomeadamente na área da promoção da produção, no desenvolvimento rural em geral e na organização da autodefesa.

No nosso actual sistema, os órgãos provinciais, distritais , de posto administrativo exercem simultaneamente funções dos órgãos centrais que lhes são delegadas, e competências próprias relativas à comunidade e área em que se inscrevem. Embora possa ser prematuro proceder já à separação de certas funções, confiando-as a órgãos diferentes dada a carência de quadros e o inconveniente de conflitos de competência indesejáveis na fase que vivemos, será necessário começar a delimitar claramente as duas áreas de responsabilidade.

As funções centrais delegadas são as do exercício de autoridade, nomeadamente o exercício da autoridade do Estado, tais como a ordem pública e segurança e a garantia pelo respeito da legalidade. A estas haverá que acrescentar as funções de fomento do desenvolvimento por via da concepção e financiamento de programas indutores de desenvolvimento, tanto através da criação de infra-estruturas, como através de acções de formação e qualificação e, em particular, o caso da acção de desenvolvimento rural.

Há porém toda uma outra área de realização de pequenos projectos económicos para aproveitamento de potencialidades humanas e naturais locais, como a gestão ou mesmo a criação de escolas, postos de saúde, que são da competência dos órgãos locais nessa qualidade. Os órgãos locais devem por isso ser dotados de poderes que lhe permitam empreender acções da esfera e de carácter local sem esperar que a iniciativa venha de órgãos superiores.

Para tal está em curso a reformulação das leis que regem os órgãos locais no sentido de promover a descentralização administrativa. Esta deverá ser acompanhada das necessárias reformas financeiras de modo a afectar aos órgãos locais, e desde logo aos distritais e de cidade, os proventos de determinadas receitas cobradas na área de sua jurisdição. Neste sentido se iniciou já a afectação de determinadas receitas como sejam as do imposto de reconstrução nacional aos órgãos distritais e certos tipos de contribuição industrial aos órgãos provinciais e se propõe que o processo se estenda às receitas do arrendamento de habitações e certas percentagens de outros impostos. É evidente que, como a experiência tem provado, a mera afectação de receitas não resolve todos os problemas, pois a presente situação económica não permite cobrar as receitas atribuídas em montantes satisfatórios. Este é no entanto o caminho.

Devem igualmente ser cuidadosamente preparados os instrumentos legais e os quadros e o sistema introduzido de forma gradual, para evitar rupturas, usando de experiências piloto e implementação faseada de medidas. Neste sentido, a implementação do processo vai atingir na primeira fase algumas cidades e distritos prioritários.

Este processo deve ser visto não apenas como um problema da administração mas situar-se no processo de organização conjunta dos órgãos do Estado, devendo servir para reforçar a participação popular na direcção do exercício do poder através das assembleias locais.

Quadros e funcionários do Estado, nas condições mais adversas, assumem com ética, brio, honra e dignidade a sua função de servir o povo, muitas vezes distanciados de seus entes queridos, deslocados com a população, com salários pouco atractivos, não deixando nunca de fazer sentir a presença do Estado junto do povo. A estes o Partido dedica uma saudação especial pelo seu profundo patriotismo.

Inspecção popular

O nosso estado assumiu o compromisso histórico de garantir a justiça e a ordem social. Definimos no programa do Partido que o aparelho de estado deve reflectir correctamente a sua natureza popular e defender os interesses das classes trabalhadoras, o que implica o seu relacionamento e envolvimento com o povo na realização das tarefas estatais.

Nos 14 anos da história da República Popular de Moçambique registamos já algumas experiências positivas de controlo popular, ricas de ensinamentos. A acção dos grupos dinamizadores e o funcionamento dos Gabinetes de Controlo e Disciplina tiveram grande impacto na vida das instituições estatais e do nosso povo.

Foram os gabinetes de controlo e disciplina que aprofundaram o relacionamento das instituições do estado com o povo quando recebiam cidadãos que traziam propostas, sugestões, participações e queixas e junto dos dirigentes e funcionários investigavam e propunham soluções concretas aos problemas. Importa reactivar este processo, modernizando as estruturas através da especialização das funções de controlo dos órgãos e da aplicação das leis e decisões do Partido em cada sector.

A criação de órgãos sectoriais de inspecção é uma acção que merecerá a atenção do Partido. A inspecção deve fiscalizar a actividade, educar os funcionários e contribuir para a concessão de estímulos aos diligentes e aplicados

O sistema de inspecção deve ser popular. Significa isto que, além de manter uma acção estreita com as populações — directamente e através das organizações democráticas e sociais — os órgãos sectoriais de inspecção do aparelho de estado devem ter uma legitimidade fundada na confiança política, na competência técnica e científica e na articulação e vinculação dos corpos de inspectores aos órgãos do poder popular.

O sistema de inspecção popular deve igualmente caracterizar-se por grande rigor. Isto significa que as questões apresentadas pelos cidadãos devem merecer uma investigação completa, apurando-se a verdade dos factos, confirmando as acusações justas e desmentindo alegações infundadas, de modo a não deixar subsistir dúvidas que afectem a reputação de pessoas inocentes. As conclusões devem ser tornadas públicas e, quando for caso disso, encaminhadas às instituições competentes do Partido e do Estado ou remetidas aos órgãos judiciais para os devidos procedimentos.

JUSTIÇA POPULAR E LEGALIDADE

Administração da justiça popular

A defesa e a consolidação da independência e da unidade nacional é definida no artigo 4º da Constituição como um dos objectivos da RPM.

A justiça popular, componente importante do poder popular na RPM, tem como base o princípio de que as leis e a justiça devem ser postas ao serviço do povo através da participação do próprio povo na administração da justiça, da simplificação dos procedimentos legais e das próprias leis e da auscultação das massas em relação aos projectos que mais directamente as afectam.

Com a aprovação da Lei da Organização Judiciária em 1978, deu-se início formal à implantação dos tribunais populares como passo decisivo para o desenvolvimento da justiça popular. Foram criados desde então 11 tribunais populares provinciais, 116 tribunais populares distritais e 926 tribunais populares de base, isto é, de localidade, de aldeia comunal e de bairro, num total de 1.053 tribunais, onde participam na administração da justiça 8.981 juizes eleitos, dos quais 15% são mulheres. Os tribunais populares de base, cujos juizes são na totalidade eleitos pelos seus concidadãos, constituem o foro de discussão dos problemas do dia-a-dia de milhões de moçambicanos em todo o país e

um passo ousado e necessário do envolvimento da comunidade de homens, mulheres e jovens nas questões de administração da Justiça.

Como consequência da acção destruidora do banditismo armado encontram-se paralizados 20% da rede de tribunais distritais, 40% da rede de tribunais de localidade e aldeia comunal e 20% da rede de tribunais populares de bairro.

O aumento quantitativo da rede de tribunais foi acompanhado por um aumento qualitativo substancial no seu funcionamento, para o qual foi de crucial importância a acrescida experiência e maturidade dos magistrados profissionais, associada à sensibilidade popular dos juizes eleitos.

Materializando as orientações do IV Congresso do Partido Frelimo foi dada prioridade à criação do Tribunal Popular Supremo e da Procuradoria Geral da República, formalmente institucionalizados em Outubro de 1988 em funcionamento desde 1989, completando assim o edifício do sistema judicial.

A assistência jurídica aos cidadãos foi iniciada de forma institucionalizada com a criação, em Abril de 1986, do Instituto Nacional de Assistência Jurídica - INAJ, cujo alcance abrange as próprias entidades colectivas carecidas de consulta e apoio técnico-jurídico. Estão inscritos neste Instituto 30 advogados, 20 técnicos jurídicos e 13 assistentes jurídicos, num total de 63 profissionais do Direito, a quem compete a criação de condições para o exercício do direito de defesa e o acesso aos tribunais para a defesa dos direitos dos cidadãos consagrados na Constituição da República e nas leis.

A melhoria do funcionamento dos tribunais e a celeridade do processo judicial são traduzidas pelo avanço do movimento processual que na área do direito criminal decidiu 111.431 dos 114.324 processos entrados e, na área do direito civil decidiu 15.243 dos 16.198 processos entrados.

Está em curso a redefinição das funções do Tribunal Administrativo reafirmando a sua responsabilidade no controle da legalidade dos actos administrativos.

Criou-se em 1988 o sistema de justiça militar, após a adopção da respectiva lei orgânica, e foram constituídos os primeiros tribunais militares provinciais e de brigada, já em funcionamento, a quem cabe julgar os crimes previstos na Lei dos Crimes Militares.

Tendo sido estabelecido na totalidade o edifício do sistema judicial foi extinto em 1989 o Tribunal Militar Revolucionário, que cumpriu as suas funções, passando agora as suas competências e processos pendentes, em 1ª instância, para os tribunais populares provinciais e, em 2ª instância, para o Tribunal Popular Supremo.

No nosso actual sistema prisional herdámos estabelecimentos prisionais que não facilitam o processo de tratamento, de reeducação e regeneração dos delinquentes. Os esforços que no domínio da política penitenciária temos vindo a fazer ao longo dos últimos anos irão conduzir-nos ao estabelecimento de um sistema prisional unificado que inclua as prisões clássicas e as prisões abertas, racionalizando os recursos existentes, os processos de controle e de treino de pessoal para o sistema e os regimes de reintegração na sociedade.

A guerra e os efeitos das calamidades naturais intensificando as migrações do campo para a cidade, têm sido as causas directas do abandono massivo das zonas rurais e do superpovoamento das cidades e zonas urbanas com todas as suas consequências. É assim que, devido à concentração não programada das populações nos centros urbanos e na sua periferia, em condições extremamente difíceis, se tem assistido ao agravamento do índice de criminalidade, resultado da existência de grande número de desempregados e semi-ocupados e do agravamento do custo de vida. A marginalidade tem começado a constituir modo de sobrevivência nas cidade, para adultos, jovens e crianças sem ocupação. Igualmente e promovendo a instabilidade social nas cidades e zonas urbanas, produto de acção organizada de

grupos com ligações além fronteira, é a prática do crime organizado, que vai desde o contrabando e roubo de viaturas até ao tráfico de droga.

Ao mesmo tempo que nos empenhamos em sustentar o afluxo às cidades, devemos tomar medidas que visem a organização das populações e diminuam o risco de delinquirem. É necessário que intensifiquemos os mecanismos de repressão do crime organizado e a vigilância ao nível dos locais de residência e de trabalho.

Estamos conscientes que a resolução definitiva deste problema passa pelo fim da guerra, o restabelecimento das condições de segurança nas zonas rurais e consequentemente a contenção e interrupção do fluxo migratório do campo para a cidade.

A administração da justiça deve contribuir para o aperfeiçoamento da legalidade, prevenção e repressão das violações da lei e o alargamento da consciência jurídica dos cidadãos.

É importante que ao nível dos estabelecimentos escolares e de formação profissional se incluam programas de ensino das leis fundamentais da RPM, da legislação publicada na área profissional por forma a criar a consciência jurídica geral e específica nas novas gerações de quadros moçambicanos. É vital ainda, e por dever de cargo, que os funcionários e autoridades acompanhem e estudem a legislação publicada para garantir a sua aplicação e o exercício correcto do seu mandato.

O reforço da legalidade

O nosso povo durante os últimos séculos da sua vida sob domínio colonial criou uma grande desconfiança e até oposição em relação à lei escrita ligada à dominação colonial. Após a implantação da dominação estrangeira a legislação era concebida e promulgada com o objectivo principal de assegurar e aperfeiçoar os mecanismos de dominação e exploração dos moçambicanos e das riquezas do território. Fugir à lei,

não cumpri-la, exilar-se até, eram mecanismos de defesa face à prepotência da dominação colonial.

O sistema judiciário colonial visava regular e julgar os contenciosos entre os colonos. Por isso mesmo o tribunal normal para o moçambicano era a administração do posto ou circunscrição, o seu juiz, o administrador. Função executiva e judicial apareciam confundidas no mesmo órgão e pessoa. Estes "tribunais" onde juiz, acusador, funcionário executivo do poder colonial, se resumiam à pessoa do administrador, onde os direitos da defesa e recursos eram inexistentes, tinham todos os poderes, incluindo de deportar para o degredo e trabalhos forçados em S.Tomé, de confiscar todos os bens do acusado.

É certo que a experiência das zonas libertadas projectou uma nova imagem de justiça e legalidade, mas é evidente que nas zonas libertadas não existiam os mecanismos próprios e a legislação pertinente a um sistema moderno de estado democrático e de direito.

Quando nos tornámos independentes em 1975 não encontramos um só juiz, um só delegado que fossem moçambicanos. Em todo o país o número de juristas nacionais não ultrapassava a dezena e isto incluía os que se haviam formado no período da transição e os que tinham participado na luta de libertação nacional .

Deste modo predominou a tendência de se continuar a marginalizar o papel do direito escrito, sobrevalorizar o bom senso na apreciação casuística e até de algum modo confundir nas mesmas pessoas e órgãos diversas funções em princípio incompatíveis.

Muito evoluímos desde então, mas muito resta a fazer.

O aprofundamento da democracia tem de passar pelo respeito e valorização do papel socialmente disciplinador da lei, enquanto plataforma comum onde assenta a iniciativa e segurança jurídica dos cidadãos.

A democracia impõe a todos o conhecimento e respeito de direitos e obrigações respectivas. O estado, as instituições, os cidadãos, as empresas nacionais e estrangeiras, privadas ou estatais, as cooperativas, os sindicatos, enfim tudo que são pessoas jurídicas, têm direitos e obrigações. Os direitos lesados devem ser compensados, como sancionadas são as obrigações não cumpridas. O cidadão tem direito de processar o estado se os seus direitos são por ele lesados, tal como o estado o pode fazer quando não cumpridas as obrigações legalmente impostas.

Necessitaremos no aperfeiçoamento da democracia e do estado de direito, de prestar maior atenção à consolidação do sistema judiciário, à independência dos tribunais, à valorização da procuradoria como promotor de controle da legalidade, ao incremento do papel e acção do defensor. O conhecimento dos limites das competências e funções de cada órgão, a possibilidade de se recorrer perante os tribunais contra abusos de poder, são imperativos do nosso sistema.

Neste quadro importa rever toda a legislação que possa conduzir ao desrespeito dos direitos legítimos dos cidadãos que facilite desmandos e prepotências.

Queremos garantir uma lei e um julgamento igual para todos. A igualdade perante a lei é uma condição fundamental e prévia da democracia e disciplina social e um dos elementos essenciais na moldagem da unidade nacional e da consciência patriótica e cívica.

Catorze anos passados após a independência nacional constatamos que prevalece ainda o desconhecimento, a vários níveis, das principais leis aprovadas no país. É fundamental desencadear uma ampla acção de divulgação das leis vigentes na RPM junto às massas populares pelas Assembleias do povo, pelos órgãos do Estado e pelas ODM's e organizações sócio-profissionais. As massas populares e os cidadãos, conhecendo as leis e estando melhor informados quanto aos seus direitos e deveres fundamentais, às regras fundamentais e ao exercício da justiça, ficarão mais protegidos contra o arbítrio, a prepotência e o abuso do poder.

As confissões religiosas no esforço nacional de unidade e progresso

Entre o conjunto de elementos sociais que evoluíram positivamente nos últimos anos assinala-se o relacionamento existente entre o nosso Estado e as confissões religiosas.

Após a reunião de Dezembro de 1982, entre a Direcção do nosso Partido e o Estado com os representantes das confissões religiosas, tem-se processado um diálogo construtivo tendente a reforçar o sentimento nacional e a consciência patriótica que deve unir todos os moçambicanos.

As confissões religiosas desempenham um papel importante na formação ética dos seus crentes, por isso deveriam promover o reforço da unidade nacional, o desenvolvimento do amor à Pátria, a elevação do espírito patriótico, o combate à divisão e à discriminação.

Com base nos princípios da laicidade e da separação absoluta entre o Estado e as instituições religiosas e do direito de cada cidadão praticar ou não uma religião, de parte a parte tem-se caminhado para uma realidade nacional em que as igrejas se afirmem verdadeiramente moçambicanas, identificadas com o povo que servem, empenhadas no progresso e no bem estar do nosso povo.

Tem-se institucionalizado, de forma cada vez mais estável, a intervenção organizada das instituições religiosas na Reconstrução Nacional.

Foi criado o Departamento de Assuntos Religiosos, no Ministério da Justiça, com o intuito de se estabelecer uma articulação eficiente entre o Estado e as Igrejas, levando-as também a uma maior compreensão e flexibilidade perante a resolução dos problemas nacionais.

Afirma-se a liberdade da prática religiosa, como tende a melhorar o apoio das confissões religiosas na assistência às populações deslocadas e vítimas da guerra e da seca.

Destaca-se nesse contexto a acção realizada pelo Congresso Islâmico de Moçambique, Conselho Islâmico de Moçambique, Igreja Católica Romana e Conselho Cristão de Moçambique.

A visita ao nosso país do Papa João Paulo II, que frequentemente tem manifestado apoio à nossa independência e ideais de justiça, igualdade e progresso, que exprimiu pesar pelos sofrimentos do povo moçambicano e apela à ajuda internacional a Moçambique, constituiu uma expressão de unidade e hospitalidade do nosso povo, independentemente da sua religião.

Outros altos responsáveis religiosos das Igrejas Anglicana, Metodista e outras, como o Arcebispo Desmond Tutu e o Rev. Allan Boesak, têm denunciado a violência contra a República Popular de Moçambique e manifestado o seu engajamento ao lado do nosso povo na luta pela paz, a harmonia e concórdia entre todos os povos, pelo fim do "apartheid" e da discriminação racial.

No quadro da normalização das relações com as confissões religiosas vêm- -lhe sendo devolvidas as instalações próprias à prática da actividade religiosa que se encontram indevidamente ocupadas.

NA LUTA PELA UNIDADE DEMOCRACIA E PROGRESSO

Em 1989, a onze anos do terceiro milénio, os objectivos do nosso Partido, porque do nosso povo, continuam a ser aqueles que definimos em 1962: a independência e unidade da pátria, a construção duma sociedade democrática, próspera, livre da exploração do homem, uma sociedade de homens iguais. Estes objectivos foram aprofundados, enriquecidos, moldados às circunstâncias e imperativos estratégicos e táticos ao longo dos nossos 27 anos. A essência, o fio condutor, porque

justos e provados, afirmam-se ao longo dos cinco congressos que marcam já a vida do nosso Partido.

Fizémos surgir neste processo uma maneira moçambicana de encarar a vida e vencer os problemas enfrentados.

A democratização maior da vida é uma base do reforço da unidade.

Na democracia as diferenças não são afrontamentos entre os homens quando se acata a vontade da maioria e se respeita a ética e a lei. É neste quadro que o ponto de vista diferente pode ser inovador e causador de progresso, fonte de enriquecimento. A unidade quando combinada com a democracia impede a uniformidade condutora estagnação do pensamento, do progresso e da sociedade.

Criámos há catorze anos a nação moçambicana soberana, a condição de cidadãos livres; temos todos, sem distinção de cor da pele, de região, de tribo, de crença religiosa e diversidade de opiniões, um estatuto decisivo na moldagem e edificação da nossa terra e do nosso futuro.

É da participação de todos que se manterá esta perspectiva, que já também é conquista e se deve tornar cultura, modo de vida, tradição.

CAPÍTULO III

UNIDADE NACIONAL

A unidade nacional, como um dos processos intrínsecos e essenciais da nossa vida e da construção da nossa história, tem sido uma das questões mais amplamente abordadas em todas as reuniões políticas e no quadro geral de discussão na sociedade.

Temos construído a nossa força e a nossa determinação em nos afirmarmos como povo e como nação em torno da coesão e da unidade de todos os moçambicanos. Da mesma maneira ao longo de todo o nosso evoluir histórico, o inimigo tem feito da unidade nacional um dos seus alvos preferenciais.

É por isso que a unidade nacional constitui tema específico da 2ª Tese proposta à discussão do povo trabalhador no quadro da preparação deste V Congresso.

O conteúdo dessa tese sintetiza o percurso feito no quadro da consolidação da unidade do povo moçambicano. Como é óbvio, porque se trata de um processo histórico recente, ela focaliza muitos sintomas negativos verificados ao longo da sua implementação.

No fundamental, a mensagem que o estudo e o debate desta tese trouxeram é a da consciência de que a unidade nacional é fundamental para a sobrevivência do projecto de formação da nação moçambicana, una e indivisível do Rovuma ao Maputo. É uma mensagem de esperança, confiança e determinação no processo de solidariedade nacional.

Entendemos a unidade nacional como um processo em que a aceitação mútua, a coesão e a harmonia das diferenças étnicas, linguísticas, culturais, religiosas, económicas e sociais concorrem, pela tomada de consciência dos elementos e dos valores que se

criam em comum, para a construção do projecto grandioso do futuro colectivo, para a construção da nação moçambicana.

A interacção e a empatia consciente e voluntariamente assumidas entre todas as manifestações culturais, que compõem o tecido social moçambicano, actuam dessa forma como o catalizador do conhecimento e a identidade de Moçambique entre os moçambicanos e dos moçambicanos para com os outros povos.

OS ALICERCES DA CONSCIÊNCIA DA NACIONALIDADE MOÇAMBICANA

Como sabemos e repetidas vezes o dissemos, o processo de formação da nação moçambicana está ainda longe de ter sido completado.

As nações e os países são o resultado das movimentações e da aculturação dos vários povos que em diferentes épocas se foram fixando em territórios.

Na história da nossa região, à semelhança de outros em diferentes continentes, a migração e a fixação dos povos prolongaram-se por mais de mil anos e registam-se até ao fim do século passado. O nosso país é também resultado da fixação de populações bantu no território que hoje habitamos e da emergência nesse território de poderosos estados cujos habitantes entraram em contacto e se adaptaram a influências exteriores trazidas por persas, árabes e outros povos do oriente.

Com o colonialismo, porém, o contacto com os europeus foi muito além da interferência de culturas e de formas de civilização. A sua presença na nossa terra foi alimentada pela vontade de conquista e pela instituição de um quadro de relações e valores declaradamente marcado pela violência. A pilhagem e a apropriação das nossas riquezas naturais, o desejo de controlo das fontes de produção e das

vias de distribuição, a sobrevalorização dos valores europeus e a crueldade da sua imposição, a opressão cultural, social e económica imposta às nossas populações, visavam a desagregação das estruturas sociais existentes e a instituição de uma nova situação histórica, dominada pela hegemonia dos valores e do poder coloniais.

Embora o fenómeno da colonização tendesse à despersonalização dos moçambicanos, o colonialismo ao fixar fronteiras na sequência da partilha imperial-colonialista da África forjou o quadro geográfico da nação moçambicana.

Estabeleceu uma administração e espalhou serviços unitários no território, abriu vias e formas de contacto entre moçambicanos de regiões que se desconheciam, introduziu processos de comercialização e de produção modernos que se sobrepunham à economia familiar e doméstica. Originou, enfim, pela reacção à dominação e exploração desencadeadas, uma certa homogeneidade na tradição de luta e resistência.

Esse processo, contudo, não só foi recente, como ainda não foi uniforme.

No Sul do Zambeze e ao longo da costa, ao expulsar os moçambicanos das terras férteis onde vivam há centenas de anos, ao rasgar vias de comunicação e ao instalar nessas zonas povoações e colonatos para estimular a penetração dos colonos e impulsionar as suas relações comerciais com os países vizinhos, o colonialismo deu um impulso mais intenso ao desenvolvimento económico e social dessas regiões, que não tinha paralelo com o que realizava nos outros pontos do país.

A mais rápida urbanização e o mais forte contacto dessas populações com os ricos territórios do Transval e da Rodésia do Sul, a concentração nessas áreas da acção missionária e educativa das igrejas católica e protestante, a abertura ao mundo que lhes proporcionava o movimento dos dois maiores portos do país. criou as condições para que aí despertasse mais consciente e organizada a

reivindicação pelos direitos cívicos e culturais e a afirmação de uma identidade nacional. Esta esteve na base da actividade das associações, da criação de jornais e outras manifestações do proto-nacionalismo moçambicano.

Ao norte do Zambeze, onde a penetração do capital colonial foi mais tardia, essas manifestações associaram-se mais estreitamente à luta pela posse da terra, à defesa dos processos tradicionais de produção contra a instalação das companhias. Surgiram, assim nesse contexto, as cooperativas de camponeses, as associações de socorro e de ajuda mútua, entre outros.

Embora estas manifestações não se tenham difundido entre todas as populações moçambicanas, elas tiveram um papel determinante na gestação entre as mais diversas camadas de moçambicanos, tanto no interior como no exterior do país, das condições subjectivas que estiveram na origem das ideias nacionalistas.

Foi assim que foi possível nos finais da década de 50 a fundação de vários movimentos nacionalistas que, ao fundir-se, eliminaram algumas reminiscências de carácter tribal, que tinham marcado a sua origem.

É, com efeito, com a fundação da FRELIMO, em 1962, que se atinge o ponto mais alto do processo da criação da unidade nacional política.

A FRELIMO, FORJA DA UNIDADE NACIONAL

Poderíamos voltar a recordar, o que já foi dito, que "a unidade de todos os patriotas foi o factor decisivo na conquista da independência nacional". Foi no processo da guerra popular da libertação nacional que os valores nacionais, a dimensão grandiosa da Pátria moçambicana por que se morria, actuaram como factores

de aceleração da consciência nacional e patriótica, constituíram o ponto básico e inicial da união de todos os combatentes.

A transição do processo de unidade política para a formação da consciência dos valores culturais colectivos e da identidade nacional não se fez contudo sem provocar contradições e divergências no seio da Frelimo.

O projecto nacional, ao nível da unidade cultural e social, é um caminho longo que até hoje ainda está em construção, e que pressupõe a negação dos factores divisionistas na sociedade, nomeadamente o tribalismo, o regionalismo e o racismo, a fim de que na dialéctica dessa superação possa emergir a nação.

Os ataques à unidade nacional no próprio seio da Frente de Libertação, no decurso das várias crises que a Frelimo teve de enfrentar e que conduziram ao assassinato do Presidente Eduardo Mondlane, são a prova irrefutável de que os germes do tribalismo, regionalismo e racismo sempre permaneceram vivos na nossa sociedade e ressurgem sempre que o nosso devir histórico é marcado por contradições e crises.

Elas provam igualmente, que os promotores da divisão acabaram sempre por aliar-se ao inimigo comum, apesar dos seus repetidos protestos de defesa da autenticidade, e do seu apelo para o retorno às formas tradicionais de solidariedade social e do poder.

Todavia, o tipo de vida que se criou nas zonas libertadas e nos centros da Frelimo foi capaz de eliminar os aspectos mais gritantes dessas divisões, tendo-se esbatido ao nível da militância, da disciplina voluntária, das soluções colectivas de trabalho e de solidariedade, os comportamentos e as manifestações que minavam a unidade. De facto, a Frelimo sempre afirmou, desde o princípio da sua história, o seu propósito de congregar todos os moçambicanos que queriam lutar pela Pátria dos moçambicanos livres e iguais, de todas as raças, cores, etnias, regiões, origens e línguas. Todas as forças que no decurso da luta tendiam a reduzir a definição de moçambicano,

apenas a um daqueles elementos, foram sempre peremptoriamente condenados e combatidos.

A luta armada, catalizador deste processo, não se tinha ainda expandido, porém, a todas as regiões do país na altura da vitória militar e política sobre o colonialismo. Por essa razão não foi possível fazer a transformação das mentalidades. Por outro lado, o colonialismo deixava para o após independência a herança de uma sociedade profundamente dividida, particularmente nas cidades.

O processo da unidade foi favorecido no período da transição e nos primeiros momentos da independência por um clima de emoção e de euforia, por gestos de grande generosidade colectiva e de altos sentimentos de solidariedade e de vontade deliberada de coexistência, que fizeram ultrapassar e eliminar diferenças e divisões, ressentimentos e complexos entre todos os moçambicanos.

Toda essa exaltação foi potenciada pela acção dos grupos dinamizadores, os quais levaram aos mais diversos cantos do país a possibilidade dos cidadãos se manifestarem politicamente, de exprimirem ideias e opiniões políticas, de intervirem na tomada de decisões e, finalmente, exercerem o poder pela intervenção das novas estruturas do poder, que esses grupos dinamizadores representavam.

A uniformização destas práticas e comportamentos políticos do Rovuma ao Maputo criou a maneira moçambicana de fazer política, de exercer o poder, identificável, própria, que conseguiu rapidamente estender as experiências e vitórias alcançadas nas zonas libertadas a todo o país.

Esta unidade de pensamento e acção favoreceu grandemente a projecção nacional e internacional da Frelimo, e transformou-se num elemento de legítimo orgulho dos moçambicanos, reforçando desta maneira a unidade nacional emergente.

Na estruturação do Partido Frelimo, que decorreu nos anos de 1977 e 1978, todos os cidadãos puderam pronunciar-se sobre os candidatos ao Partido. Foi o povo, através da sua sabedoria e da clara compreensão das suas aspirações e interesses, quem escolheu a vanguarda que o iria dirigir no processo da construção do socialismo.

Esta vanguarda, emanada da vontade popular, alcançou a legitimidade nacional que reforçou o papel unificador e catalizador que o Partido desempenha na sociedade moçambicana.

As experiências adquiridas na estruturação do Partido e nas primeiras eleições gerais para as Assembleias do Povo criaram a originalidade moçambicana no processo de implantação dos órgãos de exercício do poder popular e da prática democrática de auscultação e de discussão aberta pelo povo dos problemas e das opções políticas e económicas a aplicar na sua resolução.

Elas permanecem como uma das conquistas mais válidas da cultura do após independência, que caracteriza todas as manifestações políticas que se realizam do Rovuma ao Maputo.

Neste mesmo período de após independência, os combatentes da Luta Armada de Libertação Nacional surgem como um dos grupos que na sociedade moçambicana têm mais impacto e prestígio. Pela sua acção histórica e o seu papel de fazedores da libertação sobressaíam no plano nacional como o modelo da vanguarda política, transformando-se no alicerce do Partido, da tomada do poder e da consolidação da direcção do Estado.

Eles transportavam consigo, como naturais herdeiros, os valores e a prática revolucionária da luta de libertação, personificaram em muitas circunstâncias a filosofia política da Frelimo, assim como fizeram viver os modelos da nova sociedade experimentados nas zonas libertadas.

Cada moçambicano via em cada combatente não tanto o indivíduo, mas o próprio paradigma da unidade nacional. Eles são,

então, o argumento palpável da coesão nacional manifestada na diversidade das tribos, das raças e das línguas para ser Moçambique; e a afirmação da nova solidariedade revolucionária e de classe.

A expansão da rede escolar e o acesso de centenas de milhar de moçambicanos à educação, adquirindo os mesmos conhecimentos científicos, aprendendo a História da Pátria e a Geografia do país unitário, contribuíram grandemente para a criação da consciência nas camadas mais jovens da população da sua pertença a um país chamado Moçambique. Isto permitiu-lhes, de imediato, eliminar de forma natural os condicionalismos locais e regionais e assumir a visão do seu país como um todo no espaço e no tempo.

Em paralelo, o acesso aos cuidados primários de saúde, através de um esforço de implantação da rede sanitária até à aldeia mais remota, deu a mesma esperança de vida e a mesma atenção na doença aos adultos e às crianças, forjando-se assim uma maior solidariedade nacional.

A consciência do desenvolvimento desigual do país levou o Partido Frelimo e o governo moçambicano a priorizar projectos de desenvolvimento económico para aquelas zonas que suportaram maiores sacrifícios na luta armada de libertação nacional, e que coincidiam com as zonas também menos desenvolvidas do território nacional.

Para favorecer a comunicação e permitir maior intercâmbio entre as diversas partes do país foi realizada a construção de grandes vias rodoviárias ligando regiões, de forma a unirem o país inteiro.

A cultura como elemento fundamental do processo de identificação nacional foi também uma das preocupações do Partido e do Estado no momento da independência.

Com efeito era necessário que os moçambicanos privados pelo colonialismo da possibilidade de conhecer as manifestações culturais de outras regiões tivessem acesso à variedade e riqueza do património cultural nacional nas áreas da música e dança.

Foi assim que se realizaram dois grandes festivais nacionais de dança e de música, que pela primeira vez congregaram no mesmo espaço e no mesmo tempo uma gama ampla e representativa da cultura moçambicana.

Foram momentos altos de comunhão cultural, de conhecimento mútuo e de estreitamento de laços naturais numa cultura que tem as mesmas raízes.

De igual forma se realizaram os de jogos escolares, momento privilegiado de prática de massificação desportiva, do conhecimento do país e de confraternização dos jovens das mais diversas origens, raças e regiões.

Estas realizações políticas, económicas e culturais foram-se desenvolvendo e crescendo, foram alimentando a moçambicanidade e permitiram, de uma forma contundente, fazer frente às agressões rodesianas. Agudizaram o sentimento de orgulho nacional e estimularam a necessidade de coesão e unidade nacional na luta contra a agressão da Pátria.

A UNIDADE NACIONAL, ALVO DO INIMIGO

Esta unidade alcançada no após independência tinha, ainda, a mesma fragilidade conjuntural que o Estado popular erigido. Eles tornaram-se, por isso, no alvo principal do inimigo.

A guerra de desestabilização e as destruições bárbaras dos bandidos armados provocaram o bloqueio dos projectos de desenvolvimento, que tinham por fim eliminar os desequilíbrios regionais e atenuar as distorções do nosso desenvolvimento. Impediram que a independência significasse um bem-estar mínimo imediatamente alcançado por todos.

Como consequência desse fenómeno, e em função das dificuldades encontradas, assiste-se ao recrudescimento de valores

negativos que se manifestam novamente por tribalismo, racismo, regionalismo, nepotismo e outros.

A guerra de desestabilização coloca a vida de milhões de pessoas fora do quadro normal da sociedade, desagrega os valores culturais, esboroa a ainda frágil solidariedade nacional e consciência da nacionalidade alcançadas com a independência.

O objectivo de dividir o país, de cortar as vias de comunicação, de impedir a circulação dos indivíduos e a troca de mercadorias, tinha também por finalidade limitar o contacto entre os moçambicanos, o seu conhecimento e relacionamento mútuos, agravar os desequilíbrios regionais e acentuar as distorções do nosso desenvolvimento, alimentando ressentimentos e complexos adormecidos.

São igualmente fruto de fenómenos explicáveis nas suas origens e identificáveis as suas causas, havendo portanto hipóteses de solução, muito embora frequentemente estejam emboídos numa carga de subjectividade que dificulta o seu equacionamento e provável solução.

Ao fazermos a análise da origem de muitos dos quadros com as habilitações escolares mais elevadas que, tanto durante a Luta Armada de Libertação Nacional, como nos primeiros anos da independência, assumiam papéis de direcção e responsabilidade, verificamos que eles provêm de regiões onde o colonialismo promoveu uma maior implantação da sua dominação político-administrativa e um maior desenvolvimento económico. Isso permitiu, mau grado a política obscurantista do colonialismo português que muitos moçambicanos obtivessem uma formação escolar, e até acesso aos liceus e à própria Universidade.

Uma outra parte era constituída por quadros de origem europeia ou indiana ou mestiços. Devido às condições que o colonialismo providenciara para determinadas camadas sociais, alguns destes cidadãos puderam receber maiores e melhores

oportunidades de formação científica e técnica que não eram acessíveis a generalidade dos moçambicanos.

Os problemas do racismo, do tribalismo, do regionalismo e duma forma geral, de qualquer forma de divisionismo, são o resultado do carácter repressivo e discriminatório do colonialismo português que promoveu o divisionismo para defender os seus interesses e gerou por isso reacções de revolta; são o resultado duma longa sedimentação, de preconceitos e reflexos, de autodefesa de interesses do grupo aos quais vinhamos todos sendo submetidos ao longo de gerações.

Ainda transportamos connosco essas cargas impuras que tendem a ressurgir sempre que não são detectadas e conscientemente corrigidas.

Por isso cidadãos que beneficiavam por tradição histórica de uma posição privilegiada manifestam por vezes atitudes racistas que se revelam por espírito do grupo, defesa de posições e solidariedade na base da raça.

Por outro lado, por não ter sido dada suficiente atenção ao crescimento de novos quadros de outras origens de modo a atribuir-lhes responsabilidades para que estavam habilitados, criaram-se tensões com reflexos na sociedade.

Estes fenómenos são por um lado uma manifestação de um conflito de gerações que pela sua natureza se podem manifestar no tempo de diversas formas.

À volta destes conflitos de pessoas, geram-se porém afinidades de grupo que acabam por se transformar em solidariedades de raça, tribo ou zona.

A história da Frelimo demonstra ainda que pessoas ambiciosas tentam criar uma base social de apoio promovendo no seu interesse o divisionismo

É aqui precisamente que é preciso intervir para impedir que essa tendência se desenvolva, minando a unidade nacional ainda tão trabalhosa de construir.

Intervir significa denunciar e combater as atitudes de racismo e tribalismo ou regionalismo, sejam elas de brancos, de pretos, indianos ou mulatos, sejam elas de cidadãos de uma etnia ou região do norte, centro ou sul.

Intervir significa repor a justiça em lugar da discriminação, do favoritismo racial ou regional, ou do amiguismo.

Intervir significa, pelo trabalho político, educar cada um a superar o conteúdo negativo do peso histórico e da carga de preconceito que cada um transporta; intervir significa criar uma nova atitude, um esforço de relacionamento que forjam a nova sociedade de homens que valem pelo que são como pessoas e não pela raça, côr ou tribo.

É verdade ainda que na nossa sociedade, como em todas as outras, persistem manifestações das diferenciações existentes.

É um facto que pessoas com experiências e vivências comuns tendem a agrupar-se, a encontrar-se, com base nas afinidades existentes, nos gostos que partilham, sejam eles no domínio profissional, nos locais de estudo frequentados, como nos momentos importantes vividos em comum, nas vivências marcantes da infância, nas predilecções culturais ou desportivas. Tal facto não é em si negativo e reflecte a diversidade da própria sociedade que não se compadece com uniformidades impostas.

Importa no entanto que essas relações não tenham cunho racial ou tribal e se façam com espírito de abertura perante aqueles que partilham dos mesmos interesses.

Desta forma se fará desta relação particular algo que enriquece a comunidade, como vem acontecendo em associações culturais e outras. Aí se vem já forjando uma nova prática de relacionamento

social que reforça a unidade e não constitui uma forma de particularismo destinada a fazer prevalecer interesses de grupo racial ou regional.

Todavia, teremos que agir duramente para evitar que se degradem e atinjam proporções maiores certas tendências detectadas de discriminação no atendimento ao público nas instituições sociais do Estado e no contacto com os cidadãos em função de cor da pele, de origem étnica ou posição social.

Há que prosseguir no combate para pôr termo ao irregularidades nas admissões com base em favoritismos ou alianças e insistir nas exigências e competências para o exercício de tarefas, se queremos consolidar a unidade nacional.

Foi amplamente referido no estudo das teses, a existência de poucos cidadãos não negros e cidadãos com formação média e superior independentemente da raça, a prestar o serviço militar obrigatório.

Isso é devido ao facto de que, logo no após independência, no processo de estruturação das Forças Armadas, os jovens com as mais altas qualificações académicas que se apresentavam no Serviço Militar Obrigatório provinham naturalmente das camadas minoritárias referidas em termos raciais e regionais.

Outra razão é que ainda estavam muito vivos os conflitos e os complexos em relação à instrução e à raça, os quais poderiam levar a dificuldades iniciais na constituição da Forças Armadas.

Por outro lado, e porque não dizê-lo, persistia uma certa desconfiança em relação aos cidadãos de raça não negra, desconfiança que se reportava sobretudo em relação à sua adesão ao projecto nacional.

Estas foram as razões que motivaram a decisão de restringir ao mínimo o ingresso de cidadãos não negros no Serviço Militar Obrigatório, até que o processo revolucionário tivesse criado

oportunidades educacionais iguais a todas as camadas de moçambicanos.

Todavia, é preciso sublinhar que uma tal decisão não foi tomada de ânimo leve, mas em plena consciência, com a ponderação dos prós e dos contras da sua necessidade imediata e do seu alcance histórico.

Como direito e dever patriótico dos cidadãos, todos os jovens moçambicanos devem contribuir, independentemente da sua raça, cor, etnia, sexo, condições sociais e grau de habilitações escolares, para a defesa da Pátria, como o discutiu a 2ª. Conferência Nacional do Partido, e foi amplamente referenciado por todos os militantes do nosso Partido e o nosso povo no debate das teses. Este é um processo que hoje já está em curso.

O nosso país, tal como a sociedade moçambicana é vasto e complexo, pela diversidade climática e geográfica e pela diversidade étnica e linguística.

Por herança colonial, como já foi referido, o nosso país tem desenvolvimentos desiguais conforme as regiões, donde resultam desiguais possibilidades e oportunidades para os cidadãos. Eles ficaram agravados nos últimos anos pela desestabilização organizada e dirigida contra o desenvolvimento económico.

A isto acrescem-se as deficiências dos meios de comunicação social que não cobrem o País inteiro e não dispõem nem de meios, nem de estruturas capazes de fazerem reflectir toda a diversidade cultural, espiritual e linguística da população moçambicana, e de dar a conhecer às diferentes regiões do país o que nelas se faz, a sua vida e trabalho, as suas maneiras de ser e sentir próprias.

Estes condicionalismos do nosso desenvolvimento podem minar a unidade nacional se atempadamente não emprendermos uma política social que, embora não eliminando as diferenças, possa atenuar os aspectos mais gritantes das desigualdades na escola, na saúde, no abastecimento de bens de consumo essenciais, nos

transportes e nos meios de comunicação, reforçando os vínculos do conhecimento e da solidariedade nacionais.

Mas os fenómenos que minam a unidade nacional são também fruto, por outro lado, da acção deliberada dos que usam de todos os meios para enfraquecer a coesão da sociedade moçambicana como forma de luta pelo poder económico e social. Aproveitando-se das dificuldades da guerra e das reacções muitas vezes subjectivas que acompanham o relacionamento das pessoas, tentam manipular complexos, ressentimentos e problemas do forjar da unidade nacional para promover a crítica ao projecto da construção do socialismo.

Os órgãos partidários devem exercer no seio dos militantes uma vigilância crítica e activa em relação às tendências divisionistas e atentórias à unidade nacional. O Partido na sua acção política deve dar um novo ímpeto à propaganda contra todas as formas de divisionismo colocando de novo o racismo, tribalismo e o regionalismo numa posição defensiva tanto ao nível político como social.

O Estado, em particular os órgãos judiciais, deve agir enérgica e decisivamente na repressão das manifestações e dos incitamentos ao tribalismo, regionalismo e racismo por parte dos cidadãos e, em especial, quando vinda de dirigentes e quadros com responsabilidade. À luz das leis e da Constituição da República Popular de Moçambique são crimes contra a dignidade do Homem moçambicano, a integridade da nação e a coesão da unidade nacional.

A UNIDADE NACIONAL FORJA-SE ESSENCIALMENTE NO PLANO CONCRETO DA VIDA REAL.

A unidade nacional resulta do combate que todo o cidadão deve empreender para em si mesmo, no seio da família, do seu meio social e da comunidade, eliminar quaisquer manifestações e comportamentos que consciente ou inconscientemente possam fomentar o divisionismo.

Esse combate é uma manifestação de civismo, de militância e de patriotismo.

Resulta do processo da formação da consciência da nacionalidade e da consciência nacional, baseado em factores racionais, objectivos e emocionais que assumem diferentes expressões ao longo da nossa própria acção histórica.

É a realização comum de acções, é o providenciamento e o engajamento colectivos na procura de soluções comuns para as mesmas necessidades sentidas por todos, independentemente da região, dos caracteres étnicos e da percepção cultural com que são sentidas, que cimentam a vontade de cada um e a transformam em consciência colectiva.

A educação, a saúde, o exercício da democracia e da justiça, as Forças Armadas de Moçambique, a actividade cultural e artística, constituem forte elemento integrador da nacionalidade, actuam positivamente como poderoso veículo da afirmação dos valores e da personalidade moçambicana.

Este processo é dinamizado pela acção educativa do Partido, agindo em cada momento e em cada fase da nossa história, estabelecendo a unidade intrínseca entre a organização e a mobilização do povo, com base em princípios políticos claros. A consciência do Homem é o factor decisivo de qualquer projecto social, incluindo o nacional. A transformação do pensamento, da concepção do mundo limitada pela tradição num raciocínio científico, criador, capaz de analisar e transformar a sociedade, constitui uma necessidade objectiva da própria acção da unidade. Foi porque tomámos o homem como ponto de partida e de chegada da nossa luta, que compreendemos o valor da unidade, e que a tomámos o elemento mais poderoso da edificação do nosso destino comum, da nação moçambicana.

A confiança recíproca, a eliminação dos preconceitos, a compreensão dos valores colectivos e da complementaridade de cada experiência de vida e de trabalho, a aquisição de uma visão nacional e das afinidades culturais na heterogeneidade do tecido social, surgem da confiança que o Partido inculca em cada um de nós, são o efeito das suas palavras de ordem, da sua força e do seu papel mobilizador e educativo na sociedade.

A democratização e a natureza do ensino são elementos catalizadores do processo de transformação das escolas num instrumento de conquista da personalidade moçambicana e de ressurgimento da nossa cultura ao estabelecer novas solidariedades entre os homens.

Se a nossa rede escolar mantém muitos desníveis regionais e distorções entre a cidade e o campo, é também verdade que em todos os cantos do território nacional, na mais pequena das aldeias, ou em campos de deslocados no exterior e no interior do país, em qualquer lugar onde vive e trabalha o nosso povo, já existe uma escola e ensina um professor.

A partir dos níveis elementares o nosso ensino abriu-se a todas as camadas sociais. Hoje são moçambicanos dos mais diversos estratos sociais e de todas as regiões do país que ingressam nos níveis mais elevados do ensino, incluindo a possibilidade de formação no exterior.

Todavia, o campo da educação, pelas consequências que projecta no futuro do país, é aquele onde se pode sentir a gravidade dos grandes desequilíbrios de desenvolvimento da nossa sociedade, atrás referidos.

Com excepção das cidades do Maputo, Beira, Nampula, Quelimane e Chókwé, não existe em qualquer outra parte do País o

ensino secundário completo. Para além das capitais provinciais só é possível fazer-se a nona classe num número bastante restrito de cidades ou vilas. Há ainda cerca de trinta novos distritos sem escola da 6ª e 7ª classes.

As escolas técnicas industriais, agrárias e comerciais são igualmente insuficientes, tanto ao nível médio como básico e os lares são inadequados para receberem os milhares de alunos anualmente provenientes das áreas que não podem ofertar escolaridade para além da 5ª classe primária.

Na prática estes factores dificultam o acesso dos filhos dos camponeses ao ensino secundário, médio e superior.

Em termos de futuro, e a manter-se esta tendência, os quadros melhor preparados para dirigir o processo produtivo e as estruturas do poder continuarão a provir das capitais provinciais e da região sul e centro do país e terão como origem social dominante o sector dos serviços, do funcionalismo e do operariado.

Se ainda tivermos em conta a igualdade dos sexos, constata-se que em termos de acesso ao ensino e à formação técnica e científica as mulheres continuam a ser sacrificadas, diminuindo drasticamente a sua presença nas escolas a partir do ensino primário.

Ao conjunto destes factores, soma-se o facto de que no país mais de 1/4 da rede escolar foi destruída pelos bandidos armados, encontrando-se regiões inteiras no centro do país sem uma única escola em funcionamento, o que significará que em certas províncias teremos nos próximos anos poucos candidatos para o ensino secundário. Engrossará em contrapartida o número de novos analfabetos.

O Partido deverá velar, neste contexto, para que se estabeleça uma melhor e mais estreita articulação entre as possibilidades oferecidas pela educação geral e a educação técnico-profissional, e entre estas e a educação de adultos, de maneira a encontrar-se as soluções alternativas que potenciam a solução local dos problemas,

sustenham o desenvolvimento do analfabetismo e respondam à procura individual dos níveis secundário e médio de ensino, sobretudo por parte dos quadros que residem e trabalham em áreas desprovidas de escolas.

Com a aplicação de critérios de origem de classe e na formação e distribuição regional poder-se-à reduzir os efeitos dos desequilíbrios e das diferenças entre a cidade e o campo. Haverá que prestar atenção neste campo para que não surjam, tanto no ensino, como na formação no exterior de alunos moçambicanos, novos factores de discriminação, que favoreçam a desintegração de unidade nacional.

Tal como a educação, a nacionalização da medicina constitui uma das conquistas mais importantes do nosso povo. Hoje, os trabalhadores da saúde levam à família, em todos os cantos do nosso país, a mesma preocupação pelos hábitos de higiene, levam a mesma consciência da mulher grávida dever ser assistida regularmente no centro de saúde, levam a mãe a assumir a importância das vacinações, levam cada cidadão a reconhecer na mosca e no mosquito, na água estagnada, os agentes transmissores da doença. Tudo isso representa desenvolvimento unitário do cidadão no combate ideológico e cultural que fortalecem a consciência nacional.

Contudo, persistem ainda práticas de atendimento dos doentes e de cuidados de saúde que discriminam os cidadãos, sobretudo em relação à sua origem social e grau de instrução, ou criam favoritismos na base de afinidades regionais, ráticas ou tribais. Estas práticas põem em causa nos hospitais e centros de saúde o princípio de igualdade dos cidadãos e desvirtuam a sua missão de defender a saúde física e mental dos trabalhadores.

A implantação e o funcionamento do sistema das Assembleias do Povo, garantindo o exercício permanente de métodos democráticos, de auscultação e discussão aberta dos problemas, garantem o direito de opinião e expressão reforçam os sentimentos

de confiança, eliminam preconceitos e recalcamientos, aprofundam em todos os sectores a consciência da pertença a uma mesma Pátria, a um mesmo país, a um mesmo projecto nacional. Foi assim nas eleições gerais, assim tem sido na discussão popular de importantes leis, na preparação das Conferências Nacionais do Partido e do próprio Congresso.

A implantação dos tribunais populares e o exemplo da prática e da condução da justiça popular, a unidade de legislação e de critérios têm igualmente reforçado o pensamento comum e consolidado os factores que aprofundam a identidade nacional.

A eleição em todas as províncias dos juizes populares embuidos do conhecimento dos factores culturais, jurídicos e sociais de cada lugar e região, a introdução no território nacional de elementos jurídicos comuns e da educação uniforme dos cidadãos no conhecimento e respeito da lei agem como novos vínculos da consolidação da unidade nacional.

Neste aspecto, importa salientar que os nossos tribunais populares de base decidem já de acordo com princípios que ultrapassam os limites estreitos dos factores culturais ou sociológicos locais, tradicionais, reconhecendo a universalidade de outros princípios comuns ao país, agindo segundo uma ética desenvolvida pelo nosso Partido e o nosso Estado.

A aceitação voluntária de certas normas e condições que se impõem igualmente em todo o país, independentemente de factores e condicionalismos locais, que se faça sem uma actuação reducionista, no respeito pelas formas essenciais da tradição ou da concepção ideológica ou religiosa do povo, traduz já amplamente a existência de um denominador comum de identidade nacional.

No processo da luta, todos sofrem as mesmas dores, todos lutam pela mesma causa, todos aspiram à mesma liberdade, todos querem construir a mesma sociedade. Nesse processo, as diferenças

vão-se estabendo e o homem do norte, do centro ou do sul descobrem que bem pouco os divide, que tudo os une.

Assim aconteceu na luta armada de libertação nacional. Os combatentes das FPLM, provenientes de todas as províncias, viveram, lutaram e sacrificaram-se irmanados na mesma causa, enquadrados nas mesmas estruturas.

Hoje as Forças Armadas de Moçambique continuam herdeiras dessa tradição, constituem o elemento principal na organização e envolvimento dinâmico do povo nas tarefas de defesa da pátria e da revolução.

As igrejas e as organizações religiosas devem exercer, através da acção social e moral, uma acção positiva na consolidação da unidade nacional. Com efeito os crentes estão igualmente desejosos de contribuir para o surgimento de uma sociedade moçambicana desenvolvida e próspera, vivendo em paz e harmonia. Em todas as religiões há um fundamento ético e humanístico, assente na criação de valores de honestidade, verdade, responsabilidade, espírito de sacrifício e de solidariedade para com o próximo. São valores cívicos que em paralelo também cultivamos no nosso Partido Frelimo e que constituem factores de coesão e harmonia social, indispensáveis ao desenvolvimento harmónico e são da nossa sociedade.

Nesse contexto, e dentro do respeito da natureza laica do Estado e do princípio do direito de cada cidadão professar ou não uma religião, o Partido Frelimo encorajará a participação das organizações religiosas na promoção da unidade nacional e enraizamento dos seus valores éticos e humanos.

A unidade nacional alimenta-se também da multiplicidade de expressões em que o tecido da nossa identidade cultural se consubstancia, de que uma das suas expressões privilegiadas é, sem dúvida, a das nossas línguas.

Os valores éticos, morais e estéticos implícitos na concepção de organização social, no pensamento mágico e religioso, nas

tradições políticas, militares e judiciais do nosso passado, foram-nos transmitidas essencialmente pela transmissão oral. É no riquíssimo depositário das línguas moçambicanas que residem e se preservam os principais elementos constitutivos da nossa singularidade cultural.

Elas constituem, por consequência, um património que não pode ser alienado, nem esquecido; que deve ser preservado, estudado, divulgado e constantemente enriquecido.

Da variedade das nossas línguas, do espaço multilingue da nossa comunicação e expressão, da nossa variedade cultural, provêm as raízes mais profundas que alimentam a nossa personalidade. É a pluralidade da riqueza de imaginação e da criatividade que nos fornece o que mais essencialmente nos caracteriza e nos une e se transforma na consciência de compartilharmos a mesma nacionalidade, que é a fonte da consciência nacional mais autêntica.

Riqueza que se traduz, igualmente, pelas diversas formas de expressão artística, nas artes plásticas, na literatura, no ensaísmo, no jornalismo, na música e na dança.

O nosso desenvolvimento cultural em vez de antagonismos deve dar lugar à unidade, sem que unidade signifique uniformidade. Para nós ele representa uma construção onde não haja espaço à repressão cultural, onde não haja redução, nem uniformização da multiplicidade de expressões, mas afirmação e respeito pela capacidade de conviver na variedade, na liberdade de expressão e criação na pluralidade cultural.

Deve representar tolerância, reconhecimento do valor de ser diferente e da riqueza das diferenças, compreensão mútua e composição harmónica de todas as heranças culturais que

recebermos e se metamorfosearam no espaço geográfico e humano do nosso país, desde as heranças étnicas, às árabes e coloniais.

A valorização das línguas nacionais vai de par com o reconhecimento do papel que desde a luta de libertação nacional, a Língua Portuguesa tem desempenhado como instrumento de aglutinação nacional e de favorecimento da comunicação entre todos os moçambicanos. Através dela se elabora e veicula o discurso político da Frelimo e se conceptualiza a nossa ideologia; é a língua de trabalho do nosso Estado, a língua de ensino, da criação literária e dos órgãos de informação escrita, desempenhando na nossa sociedade um papel progressivamente mais actuante como factor de unidade, de conhecimento e compreensão entre os moçambicanos e destes para o mundo.

É responsabilidade dos meios de comunicação social traduzir, relatar e conservar as diferentes etapas e acontecimentos da vida nacional. São instrumentos de difusão de ideias e de cultura, de análise e compreensão dos diferentes fenómenos políticos, económicos e sociais que ocorrem na nossa sociedade e no mundo inteiro. Têm por missão promover uma aprendizagem constante sobre as nossas realizações nacionais, os nossos empreendimentos e expressões no campo da ciência, da técnica, da cultura e da arte, que encoraja cada cidadão a forjar os valores que lhe são próprios, a encontrar o orgulho da moçambicanidade e da pertença a um país que constantemente se renova e se desenvolve na afirmação permanente, perante o mundo, da sua personalidade.

A unidade nacional surge também da vontade dos cidadãos em construir e em participar nesse projecto grandioso de "matar a tribo para que nasça a nação", como disse o saudoso Presidente Samora Machel.

É preciso que da consciência que então se alcançar da nacionalidade moçambicana, acto de razão, se passe à consciência da nação, como acto emocional, intuitivo e hereditário.

Será preciso, através de um trabalho cívico, fazer apelo aos cidadãos para que de uma forma determinada e voluntária adiram ao projecto grandioso de construir a nação, ultrapassando a mentalidade limitante da tribo, da religião e da raça, construindo a unidade de todos na diversidade racial, étnica, linguística, sociológica, cultural, religiosa ou qualquer outra.

Esta diversidade conjugada no presente e no futuro do verbo "moçambicanidade", alimentada no passado do verbo "luta comum contra a dominação", fertilizada no presente de "frente unida face à agressão da desestabilização", esta diversidade é o cimento criador duma nova geração de moçambicanos que se identificarão pelas coisas que criaram em comum, mais do que pelas coisas não iguais que herdaram em restrito comum colectivo. Este é o projecto grandioso pelo qual devemos com empenho e afinco, lutar e alcançar maiores vitórias.

CAPÍTULO IV

AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS COMO PARTE DO SISTEMA DA DEMOCRACIA POPULAR

No sistema democrático da nossa sociedade cabe um importante papel às organizações sociais. Nesta designação genérica estão englobadas as organizações democráticas de massas, as organizações sócio-profissionais e as associações de cidadãos criadas voluntariamente com base em afinidades específicas.

Durante o período colonial a adopção de critérios discriminatórios políticos, raciais, económicos e culturais, impediu os cidadãos moçambicanos de livremente se associarem para discussão e solução de assuntos e problemas de interesse comum. A repressão colonial-fascista travou o desenvolvimento de iniciativas legais de associação e solidariedade entre os moçambicanos, impediu o povo de se estruturar em formas mais avançadas de organização para a solução dos seus problemas e realização dos seus anseios.

A possibilidade dos moçambicanos se organizarem em estruturas democráticas é, pois, uma importante conquista da luta de libertação nacional.

Foi à Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO que pertenceu a iniciativa de criação de Organizações Sociais, nomeadamente com a constituição da OMM, em 16 de Março de 1973, dos Grupos Dinamizadores em 1974 e dos Conselhos de Produção, em 13 de Outubro de 1976.

A conquista da independência nacional ampliou as possibilidades de estruturação do povo em organizações democráticas de adesão voluntária, consoante as afinidades e interesses dos cidadãos, no quadro geral da consolidação da independência, do fortalecimento da

unidade nacional, em prol da construção de uma sociedade nova, de justiça e progresso social.

Após o III Congresso, o Partido Frelimo assume a iniciativa de promover a criação de outras organizações sociais, tendo sido criadas a OJM, a AMASP, a ONP, a ONJ, a AEMO, a Organização dos Fotógrafos, a Cruz Vermelha de Moçambique.

O IV Congresso sublinhou a necessidade de se criarem sindicatos e mais organizações democráticas de massas, organizações sócio-profissionais e associações, como escolas de administração, disciplina e patriotismo, de exercício da democracia, de espírito colectivo, de civismo.

São criadas a OTM, a Organização Continuadores da Revolução Moçambicana a Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, a Associação dos Músicos, a Associação dos Técnicos de Engenharia, a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família e a Associação dos Diabéticos. No domínio da actividade económica também se constituem Uniões de Cooperativas, Associações de Camponeses e Associações de Empresários. Desenvolvem-se acções para a constituição de associações de profissionais de vários outros ramos de ciência, técnica e da cultura.

Ganha dinamismo a organização de cidadãos nacionais residentes no exterior, existindo já associações de moçambicanos em Angola, Suazilândia, Zimbabwe e Checoslováquia, estando em curso iniciativas para a criação de associações de moçambicanos noutros países.

O processo de estruturação do povo em formas de associação democrática conhece assim uma evolução positiva desde a independência nacional e, em particular após o IV Congresso do Partido Frelimo.

O direito dos cidadãos a associar-se constitui uma base para o desenvolvimento da democracia e assegura a sua participação em actividades das diferentes esferas sociais.

O Partido Frelimo presta particular atenção à organização do povo em estruturas sociais e democráticas que permitam aos cidadãos discutir e resolver os seus problemas afins e participar na solução dos problemas gerais da sociedade.

O Partido Frelimo, as Assembleias do Povo e o conjunto das organizações sociais constituem uma larga frente patriótica que luta em prol do progresso político, social, técnico, científico e cultural de todo o povo moçambicano, em prol da paz, da amizade e cooperação entre os povos.

Não sendo estruturas de natureza partidária, as organizações sociais são uma forma de organizar a sociedade que o Partido apoia para transmitir a sua política. Elas são também uma forma de educar e auscultar o povo e fazer participar, em cada fase, os cidadãos nas tarefas de edificação do país.

As organizações sociais permitem buscar experiência no povo, conhecer amplamente os seus anseios e aspirações, colher novas ideias que enriquecem o Partido, contribuindo desta forma para que o Partido Frelimo seja um Partido de todo o povo.

Dotadas de iniciativa própria, as organizações sociais aplicam criadoramente as orientações e directivas do Partido.

A direcção política do Partido sobre as organizações sociais não significa, pois, a imposição de uma relação de direcção administrativa.

É necessário corrigir a atitude dirigista por parte dos órgãos do Partido porque elas retiram a iniciativa e cerceiam o exercício democrático nas organizações sociais.

A acção dirigente do Partido neste âmbito deve ser realizada de uma forma unitária, coordenada e articulada em cada nível e deve contribuir para que as organizações sociais assumam maior responsabilidade na adopção de linhas de trabalho que melhor se adequam à sua natureza e objectivos.

O Partido deve prestar atenção especial ao desenvolvimento das organizações sociais, particularmente das organizações democráticas de massas, garantido sempre a sua orientação política, engajando os seus militantes e quadros partidários nas actividades das mesmas, promovendo debates e reflexões conducentes à dinamização do trabalho e à libertação da sua iniciativa criadora, apoiando na mobilização dos recursos humanos e materiais disponíveis, para que estas realizem melhor os seus objectivos, consolidem a sua identidade e adquiram uma maior auto-suficiência na solução dos seus problemas.

O TRABALHO DO ESTADO COM AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Através das organizações sociais os cidadãos integram-se activamente no processo global de edificação da nação, ao mesmo tempo que contribuem para a realização dos legítimos anseios do grupo social a que pertencem.

As organizações sociais duma maneira geral e em particular as Organizações Democráticas de Massas possuem um grande potencial para o desenvolvimento de um grande movimento nacional de solidariedade envolvendo uma parte significativa da população nas difíceis tarefas de reabilitação e reconstrução nacional.

Na saúde, na educação, na acção social, na gestão urbana, na educação cívica e patriótica, na reconstrução das infraestruturas, na acção cultural, as organizações sociais têm um largo espectro de acções em que podem ser chamadas a intervir. Neste processo realizam-se tarefas gerais do país por um lado e, por outro lado, dá-se às organizações democráticas de massas um espaço legítimo de intervenção nacional, com vantagens para a sua afirmação e para a desburocratização da abordagem a importantes questões sociais.

A experiência de trabalho mostrou já que um correcto relacionamento entre as organizações democráticas de massas e as estruturas do aparelho do Estado e das unidades económicas e sociais, permite realizar acções com impacto positivo nas diversas áreas de

actividade social, nomeadamente nos domínios da produção, da saúde, da educação, da cultura, do emprego, do desporto, da recreação e outros. É fundamental que se promova a institucionalização deste relacionamento definindo-se mais claramente áreas de intervenção, obrigações e mecanismos de trabalho conducentes à realização de objectivos comuns em benefício da sociedade.

Convém frisar neste âmbito que a atribuição de tarefas às organizações sociais deve ser feita no quadro de acordos de trabalho, que estatuem também as obrigações do estado no que se refere a meios materiais e financeiros, contrariando-se a tendência incorrecta de esperar que organizações sociais criem condições específicas de execução de actividades úteis e necessárias à comunidade em geral, somente na base da mobilização e disponibilidade dos seus membros.

O Governo deve estreitar a sua articulação e cooperação com as organizações sociais de modo a que estas ocupem um lugar mais activo na resolução dos problemas da reconstrução nacional.

Neste quadro as organizações sociais realizam o seu importante papel de mecanismos fundamentais de democratização do aparelho do Estado

O Estado deve prestar atenção ao desenvolvimento das organizações democráticas de massas como parte do sistema de democracia popular, promovendo acções para o seu fortalecimento como instituições autónomas do ponto de vista jurídico, administrativo, patrimonial e financeiro.

Um maior apoio financeiro às organizações sociais pelo Estado e pelo Governo contribuirá para que elas elevem a utilidade da sua intervenção social na realização de acções necessárias na esfera estatal e governamental.

OBJECTIVOS GERAIS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

As organizações democráticas de massas e outras organizações sociais têm como objectivos gerais fundamentais:

- organizar os cidadãos moçambicanos, consoante as suas afinidades específicas, para a sua participação activa na discussão e solução de problemas e questões de seu interesse comum;
- educar os seus membros e os cidadãos em geral no amor à Pátria, na defesa da ordem democrática e popular e dos interesses nacionais;
- participar na elevação da estabilidade social, promovendo a harmonia na sociedade, combatendo os fenómenos que perturbam o bom relacionamento entre os cidadãos, desenvolvendo o brio profissional e o amor ao trabalho, valorizando os princípios da tolerância e da solidariedade humana e contribuindo assim para a consolidação da independência nacional, da tranquilidade e do bem-estar social;
- participar no processo de reabilitação e de desenvolvimento económico e social do país;
- promover a amizade e solidariedade com outros povos, nomeadamente através da cooperação com organizações congéneres de outros países e organizações internacionais.

O IV Congresso do partido Frelimo determinou a necessidade de se corrigirem as situações conducentes à marginalização de sectores da população, no processo de enquadramento do povo pelas organizações democráticas de massas. Esta orientação mantém-se válida e constitui uma linha de trabalho a ser aprofundada.

Na generalidade as organizações sociais estão abertas à adesão de todos os cidadãos, sem qualquer forma de discriminação com base na raça, tribo, origem étnica, religião, lugar de nascimento e posição social, sejam eles ou não membros do Partido Frelimo.

Neste sentido as organizações sociais devem ganhar uma nova dinâmica na motivação dos diversos sectores da população, adequar os critérios de admissão de membros, simplificar os seus métodos de trabalho, aproveitar ao máximo o seu potencial de integração de modo a abranger amplamente os cidadãos a que se dirigem.

A formação e a valorização dos quadros das organizações democráticas de massas é uma exigência do seu crescimento, da melhoria do seu trabalho criador, da sua correcta inserção na sociedade. Este é um aspecto particular que deve merecer a atenção das diversas organizações, bem como o apoio e encorajamento das estruturas do Partido e do Estado.

As organizações sociais devem melhorar a articulação e cooperação entre si no quadro do princípio da complementaridade de tarefas.

AS ORGANIZAÇÕES DEMOCRÁTICAS DE MASSAS

As organizações democráticas de massas isto é, a OTM, a OMM, a OJM, a Continuadores, a Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional e a AMASP constituem hoje uma realidade e uma força social indiscutíveis e têm contribuído para a consolidação e o desenvolvimento da democracia no país.

As organizações democráticas de massas tem desempenhado um papel de relevo na mobilização dos cidadãos para as tarefas nacionais, na educação das largas massas nos valores do patriotismo e na elevação da consciência nacional dos cidadãos e no desenvolvimento de acções de solidariedade para com o povo moçambicano e deste para com outros povos.

O crescimento contínuo das fileiras e da actividade das organizações democráticas de massas colocam no entanto novas questões, cuja clarificação se torna necessária para que elas atinjam novas etapas no seu desenvolvimento.

Questões como a natureza, papel e objectivos das organizações democráticas de massas, sua organização e funcionamento, seus métodos e estilo de trabalho têm merecido a atenção particular do Partido e das próprias organizações no período entre o IV e o V Congressos.

É importante sublinhar que as organizações democráticas de massas não são nem instituições nem órgãos do aparelho do Partido. A consciência deste facto deve levar as estruturas do Partido aos diversos níveis a evitar o estabelecimento de uma relação de tutela e subordinação institucional limitadora da acção das organizações sociais.

Verificamos por vezes que órgãos do Partido em certos escalões, sem conhecimento dos escalões superiores, intervêm directamente no funcionamento das organizações democráticas de massas impondo-lhes decisões, condutas, chegando mesmo a transferir, retirar, ou mesmo a destituir trabalhadores ou dirigentes destas organizações, sem prévia decisão dos seus órgãos.

O procedimento correcto, quando o Partido constata a existência de anomalias em determinada organização de massas, é diligenciar no sentido de que os seus membros, através dos órgãos competentes se reúnam e tomem as decisões que considerem mais adequadas.

Por seu turno as organizações democráticas de massas necessitam de ganhar nova dinâmica de trabalho com os seus membros de modo a permitir que estes apliquem plenamente a sua capacidade criativa e de intervenção em benefício das suas organizações sociais, motivando e atraindo mais cidadãos para as suas fileiras.

É neste contexto que devem ser analisadas e progressivamente resolvidas as carências materiais e financeiras com que actualmente se debatem as organizações democráticas de massas, bem como as outras organizações sociais, para que se evite que estes problemas se transformem em factores de bloqueio ou de constrangimento da sua actividade.

A questão da inserção das organizações democráticas de massas na sociedade

Pela amplitude e importância das camadas sociais a que se dirige é útil abordarmos a problemática da inserção da OTM, da OMM, da OJM e da Organização Continuadores da Revolução Moçambicana no conjunto da população. Se a OTM, segundo os seus dados, abrange já mais de 50% dos trabalhadores a que se dirige, as restantes organizações democráticas de massas não cobrem ainda fracções tão significativas da sua base potencial.

Um grande processo de estruturação e crescimento das organizações democráticas de massas verificou-se após a sua constituição. Entusiasmo e dinamismo galvanizaram estas organizações gerando-se por vezes à sua volta expectativas, esperanças e tarefas que nem sempre estariam na sua natureza satisfazer.

O aprofundamento da prática da democracia nas organizações de massas reveste-se de grande importância. Ela constitui um dos aspectos essenciais da sua natureza.

Com o debate aberto e franco no seu seio assegura-se que as organizações de massas enraízem permanentemente a sua acção na vontade dos seus membros e que potenciais membros sejam motivados a filiarem-se nelas.

Nas organizações de massas todos os patriotas devem encontrar um espaço de participação democrática independentemente da sua origem social, etnia, raça, religião.

As afinidades etárias, de sexo, de condição profissional, são afinidades de base que não esgotam as potencialidades de congregação dos indivíduos nas ODM's. É necessário que estas organizações atendam também às afinidades de carácter cultural, desportivo, recreativo, religioso e outras, que exigem a procura de formas de enquadramento que estejam para além da filiação individual, nomeadamente formas colectivas de adesão que permitam, por exemplo, enquadrar as organizações religiosas de mulheres, jovens e crianças, entre outras.

Organização dos trabalhadores de Moçambique (OTM)

Na sequência das decisões do IV Congresso e do esforço do Partido na promoção dos Conselhos de produção, os trabalhadores moçambicanos, a 3 de Novembro de 1983, criaram a OTM.

Hoje 280.000 trabalhadores já estão organizados em (4.119) quatro mil cento e dezanove comités sindicais, integrados em treze sindicatos nacionais.

É de realçar o papel activo desempenhado pelos sindicatos na organização do operariado, na elevação da sua consciência política e no desenvolvimento do espírito inovador e criativo dos trabalhadores.

Nestes cinco anos, são valiosas as contribuições da OTM no esforço da reconstrução nacional. No trabalho voluntário os trabalhadores já promoveram mais de três milhões de horas.

5.602 quadros sindicais foram formados tanto na escola central dos sindicatos, como nas escolas provinciais e no estrangeiro. O nosso Partido apoiará os sindicatos na sua formação, incluindo nas escolas do Partido, como já tem feito. Importa todavia, neste campo, dada a escassez dos meios humanos e materiais para a formação, que o

Partido e as ODM,s promovam de maneira coordenada e mais unitária as acções de formação, tirando assim melhor proveito das capacidades existentes.

A OTM deverá continuar a fazer um esforço para melhor afirmar junto dos trabalhadores o seu espaço de acção e, nas realizações concretas, surgir sempre como a sua grande organização, capaz de promover os interesses que representa.

A OTM tem a responsabilidade de, através dos contratos colectivos de trabalho, na defesa da saúde e segurança laboral, na melhoria das condições sociais e de previdência, garantir a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Como contrapartida, e porque para se distribuir riqueza é necessário produzi-la, a OTM continuará a incentivar os seus membros, os técnicos e trabalhadores em geral para o aumento da produção e da produtividade, na gestão eficiente dos recursos, na inovação e criatividade, no orgulho do trabalho bem feito, na consciência do papel fundamental do trabalho como fonte de desenvolvimento.

A OTM tem prestigiado o nosso país no plano internacional e tem mobilizado solidariedade para com o nosso povo, pelo que merece a nossa boa apreciação.

A Organização dos Trabalhadores Moçambicanos é membro da Organização da Unidade Sindical Africana (OUSA) e secretário geral-adjunto da Federação Africana dos Sindicatos Mineiros na região. A OTM participa na Organização Internacional do Trabalho, onde é membro suplente do conselho de administração e membro da comissão anti-apartheid.

Saudamos os trabalhadores moçambicanos que, em condições difíceis e tantas vezes com sacrifício de vidas, fazem funcionar os diversos sectores produtivos no país.

Já se contam em milhares os que foram feridos e mortos nos seus postos de trabalho, dando o seu melhor para que haja electricidade,

para que funcionem os comboios, circulem os camiões, se construam e reparem estradas, pontes, barragens, condutas de água, se produza o cajú e os tecidos, a roupa e o calçado, as enxadas, os pneus e tantos outros bens indispensáveis ao nosso país. É justo que prestemos a nossa homenagem a todos estes trabalhadores cujo esforço demonstra um alto sentido do dever e de pátria.

Organização da Juventude Moçambicana (OJM)

Realizou-se em Março de 1985 a II Conferência Nacional da Organização da Juventude Moçambicana. Esta Conferência debateu os problemas da juventude e permitiu uma ampla abordagem das questões económicas, sociais e políticas do país.

A OJM registou um notável crescimento. De cerca de 500.000 membros em 1983, hoje conta com mais de (887.000) oitocentos e oitenta e sete mil membros enquadrados em 3750 organizações de base.

É de referir que (5.730) cinco mil setecentos e trinta dos membros da OJM eram continuadores que transitaram da Organização Continuidores da Revolução Moçambicana, o que mostra que se está a consolidar uma articulação salutar entre estas duas organizações.

Para o seu correcto funcionamento, a OJM prestou especial atenção à formação política, técnico-científica e profissional dos seus quadros.

No âmbito da defesa da Pátria a OJM mobilizou mais de 33.000 jovens para o SMO, para as milícias populares e para os grupos de vigilância.

A satisfação das necessidades materiais da Organização da Juventude Moçambicana, constituiu uma preocupação dos seus quadros e dirigentes.

Nesse contexto multiplicaram-se iniciativas com vista a criação de fundos: criaram-se unidades de produção agrícola, pequenos projectos de carpintaria, alfaiatarias, e outros.

Nos últimos cinco anos, a OJM prosseguiu o trabalho de organização da ocupação dos tempos livres da juventude, promovendo a criação de associações, grupos e núcleos de carácter cultural, assim como do trabalho voluntário.

A OJM, ao organizar as brigadas e embora valorizando acções de trabalho voluntário, deve ter como linha principal que as brigadas são unidades produtoras de bens ou serviços e que o fruto do seu trabalho deve reverter para os brigadistas e para os fundos da Organização. Apreciamos o trabalho realizado pela OJM neste domínio.

O movimento brigadista deve ser estendido a todo o país contribuindo para ocupar jovens desocupados em actividades socialmente úteis e minorando os problemas de emprego.

É possível a criação de brigadas para a construção e reparação de vias de comunicação, casas, obras de regadio, exploração florestal e agrícola e outras.

A OJM poderia mesmo constituir autênticas empresas nestes e noutros campos, recorrendo a quadros técnicos jovens que por vezes têm dificuldades de integração no mercado de trabalho normal.

Uma outra questão que se coloca são as formas de a OJM se inserir na camada juvenil.

Contrariamente à condição da mulher ou do trabalhador, a juventude é uma etapa transitória da vida. No nosso país, onde nas zonas rurais e até nas zonas urbanas, ainda em muitos casos, se começa a trabalhar na adolescência e se casa no fim da adolescência, surgem condicionalismos próprios à nossa juventude que não permitem, se não de uma maneira demasiado global, definir as afinidades e interesses dos jovens, considerados como camada social com a amplitude que a actual definição lhe oferece.

Convém reflectir sobre a manutenção da faixa etária entre os 15 e os 35 anos, baixando possivelmente para 30 o limite superior de idade para os membros, admitindo excepções até aos 35 para os que sejam dirigentes a nível central ou provincial.

Um outro aspecto a considerar diz respeito à concepção organizativa. A OJM poderia integrar colectivamente jovens em função de afinidades determinadas. Os estudantes poderiam ter a sua organização própria que faria parte integrante da OJM. Os jovens trabalhadores poderiam integrar-se em secções dos sindicatos que, por sua vez, estariam filiadas na OJM. Este seria também o caso de jovens cooperativistas, crentes, desportistas, músicos, jovens artistas plásticos, actores de teatro e outros que, integrados nas secções juvenis das mais diversas instituições se filiariam colectivamente na grande organização da juventude.

Cabe à OJM desencadear e dirigir este processo, afirmando assim o seu papel de força motriz da juventude e ocupando na prática o importante espaço social que lhe é próprio.

A OJM continuará a motivar os jovens para os valores patrióticos promovendo o seu engajamento nas tarefas de defesa da Pátria e do desenvolvimento económico e social do nosso país.

Todo o país se orgulha da qualidade patriótica e militante da juventude que, nas mais diversas frentes de trabalho, cultura, desporto e defesa da pátria, tem consentido enormes sacrifícios para restaurar a paz e contribuir para a construção de uma nação próspera e prestigiada. Muitos quadros e activistas da OJM têm estado na vanguarda destes combates.

Na área da cultura física e desportos prosseguirá a colaboração com as instituições estatais e sociais vocacionadas, com vista à massificação dessas actividades e ao desenvolvimento físico e mental dos jovens e proporcionando a descoberta e desenvolvimento de novos talentos nesta área.

Na arena internacional, a ligação íntima à juventude progressista e democrática de todo o mundo, leva a OJM a participar activamente nas iniciativas juvenis em prol da Paz, do desarmamento e da cooperação entre as nações, em prol da liberdade dos povos, justiça e democracia.

Neste contexto a OJM foi eleita membro do comité executivo da Federação Mundial da Juventude Democrática, e é Vice-Presidente do Comité executivo da União Internacional dos Estudantes.

A juventude moçambicana tem assim sabido impôr-se como organização respeitada, prestigiando o nosso país e o nosso povo. Isto orgulha-nos a todos.

Organização Continuadores da Revolução Moçambicana

Na sequência do IV Congresso do Partido, foi criada a Organização Continuadores da Revolução Moçambicana a 25 de Outubro de 1985. O seu objectivo fundamental é o de constituir um mecanismo de enquadramento amplo das crianças para a sua educação no amor à Pátria, no espírito da unidade nacional no respeito ao povo e à família, na valorização dos ideais do socialismo e da solidariedade internacional.

A "Continuadores" congrega actualmente 334.360 crianças inscritas em 1942 núcleos e orientados por 6394 monitores em todas as províncias. A organização prossegue a acção de alargamento para cobrir um número cada vez maior de crianças.

Com alegria, criatividade e imaginação os continuadores têm levado a cabo actividades culturais, recreativas, desportivas, impondo já a sua presença entusiástica em muitos domínios e actividades da vida nacional.

É notório, particularmente no campo, o empenho das crianças, dirigidas pelos órgãos locais da "Continuadores", nas actividades patrióticas, participando por sua própria iniciativa na denúncia das

atrocidades dos bandidos armados, contribuindo assim com as capacidades ao seu alcance na luta contra o terrorismo de que o país tem sido alvo.

Dignas de especial realce são as acções de solidariedade desenvolvidas pelas crianças enquadradas na sua organização, que se traduzem nomeadamente no acolhimento de outras crianças vítimas do banditismo armado, e no seu apoio com artigos de vestuário e alimentação por elas angariados. São exemplo vivo de solidariedade as campanhas de recolha de roupa e outros materiais destinados às crianças da Zambézia, numa iniciativa que demonstra as potencialidades de solidariedade existente no seio da comunidade infantil.

Apreciamos o facto de estar em curso a formação de quadros e dirigentes locais da "Continuadores" para assegurar uma correcta administração da actividade desta organização infantil de modo a educar a personalidade das crianças, preparando-as para as exigências de trabalho e de dedicação patriótica que o nosso país necessita nesta difícil fase da sua história.

A criança tem sido a mais importante vítima de guerra cruel que é imposta ao nosso país. Estamos conscientes que, nas 700 mil mortos que já sofremos mais de metade são crianças. Preocupa-nos intensamente a repercussão que terá no futuro do país a instrumentalização de crianças em acções criminosas, os efeitos dos horrores testemunhados, as consequências da privação de um mínimo de alimentação adequada, educação e assistência sanitária que, neste momento, sofrem milhões de crianças. Sabemos que 200 mil crianças se encontram privadas dos seus pais, quer por ignorarem o seu paradeiro, quer por estes terem sido mortos em consequência da guerra.

Este será um dos mais importantes desafios que a nossa sociedade enfrentará nos próximos anos. Trata-se de sarar as feridas físicas e psicológicas, fazer ganhar a alegria de viver, brincar e rir

ultrapassando as imagens de violência e terror, transformar estas nossas crianças em cidadãos úteis e capazes da nossa pátria.

A organização " Continuadores " tem um grande papel a desempenhar nesta gigantesca tarefa de toda a sociedade e com o apoio da solidariedade internacional que tem que mobilizar em benefício da criança moçambicana.

O nosso Partido saúda com muito carinho a criança moçambicana e a sua organização e compromete-se a tudo fazer para que elas possam reencontrar a paz que muitas nunca conheceram. Teremos de trabalhar arduamente para que as nossas crianças tenham a alegria, a alimentação, o conforto do vestuário, a segurança da assistência sanitária, a aprendizagem na escola, o trabalho onde desenvolver o talento. Na sociedade que estamos a construir queremos que sejam reais os direitos da criança e desejamos que as crianças de hoje possam herdar um país melhor e edificarem a sociedade desenvolvida e de justiça a que chamamos socialismo.

Organização da Mulher Moçambicana (OMM)

A OMM realizou a sua I Conferência extraordinária em Novembro de 1984. A Conferência debateu com profundidade, os problemas sociais da mulher moçambicana e fez um levantamento exaustivo das formas como eles se manifestam em todo o país.

Entre o IV e o V Congressos muitas foram as acções que a OMM realizou com grande significado para a sociedade em geral e para a mulher em particular.

No contexto da luta que travamos contra o banditismo armado, a OMM promoveu a preparação político militar de mais de 10.000 mulheres, bem como a sua integração em milícias populares e grupos de vigilância.

Prestamos homenagem aos quadros e membros da OMM, à mulher moçambicana em geral, pelo seu valioso contributo no

acolhimento e atendimento aos compatriotas nos centros dos deslocados. Esta acção engloba uma actividade de grande valor, que é a integração, em novos lares, de crianças órfãs, abandonadas, ou perdidas das suas famílias.

É de realçar que o apoio às vítimas das atrocidades dos bandidos e a militares hospitalizados mereceu uma grande atenção da Organização da Mulher Moçambicana.

A OMM organizou unidades de produção agrícola, pecuária, de artesanato, de vestuário e outras. A produção cooperativa mereceu prioridade. Só na Cidade de Maputo, o movimento cooperativo abrange já mais de (10.000) dez mil mulheres.

No âmbito da saúde, foi importante a sua contribuição na assistência materno-infantil e nas campanhas de vacinações. Casas de espera para parturientes e muitas creches em aldeias e bairros comunais, foram construídos por iniciativa da O.M.M.

A OMM integra hoje cerca de 281 mil membros organizados em (2830) dois mil oitocentos e trinta organizações de base, constituindo uma força com implantação em todo o país. Este número não reflecte todavia o prestígio e audiência da organização que é muito mais amplo. Em todas as actividades que a OMM organiza todos testemunhamos a participação de numerosas mulheres que embora não filiadas na organização são alcançadas pela sua mobilização. A OMM deve tirar as lições deste facto.

O engajamento da mulher na produção todavia não esgota o processo da sua emancipação mesmo sendo um passo decisivo e indispensável da formação da consciência da sua igualdade na sociedade.

Os pesos sociológicos da tradição, o atraso que ainda se verifica da participação da mulher no ensino, as condicionantes familiares, continuam a determinar o papel secundário que a mulher ainda desempenha em relação ao homem, no sistema da tomada de decisão e direcção da sociedade. Esta secundarização persistirá enquanto a

consciência e a luta da mulher não impuserem à sociedade a sua plena igualdade de direitos e deveres na sociedade.

São conhecidos exemplos de heroísmo da mulher moçambicana na luta contra o banditismo, na frente da produção, da cultura, do desporto, na educação, na saúde e noutros sectores da nossa sociedade.

No domínio das relações internacionais tem sido desenvolvida uma acção digna de realce por esta organização

A OMM mantém laços de cooperação bilateral com organizações congêneres de vários países e é membro da comissão de controle e verificação da Organização Pan-Africana das Mulheres e uma das Vice-Presidentes da Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM).

São enormes as potencialidades da acção da mulher empenhada nas tarefas nacionais. O nosso Partido saúda as grandes realizações da mulher moçambicana e da sua organização no plano interno e no plano internacional.

O Partido preserva o seu princípio de emancipação da mulher como um dos objectivos importantes do seu programa e, na sua acção e no seu estímulo à OMM, continuará a promover este princípio.

Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional

Na história do nosso povo os combatentes da luta de libertação nacional ocupam um lugar fundamental, constituem um motivo de orgulho para o povo moçambicano, precioso e vivo património, factor essencial na educação das novas gerações.

Os combatentes da luta de libertação foram os grandes forjadores da unidade nacional. No processo da luta, eles amalgamaram as diversas tribos, raças, etnias e culturas para construir um povo coeso, uma nação unida do Rovuma ao Maputo.

Assim, animados dos sentimentos de justiça e em reconhecimento do papel histórico desempenhado pelos libertadores da pátria, no IV Congresso do nosso Partido decidimos criar a Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, o que veio a concretizar-se no dia 7 de Setembro de 1988.

A associação ora criada, tem como objectivos fundamentais unir os antigos guerrilheiros e os antigos militantes na clandestinidade para que, de forma organizada, participem na resolução dos seus problemas comuns e contribuam, com a sua experiência, para a defesa da pátria e para a reconstrução nacional, para o desenvolvimento sócio-económico do país e para a educação das novas gerações.

Estamos certos de que, com a experiência forjada na luta pela libertação da pátria, os combatentes saberão fazer da associação um modelo a seguir, um instrumento de educação patriótica das novas gerações, uma escola de difusão das tradições forjadas na luta de libertação nacional, um centro de divulgação da epopeia de libertação do povo moçambicano.

A Associação Moçambicana da Amizade e Solidariedade com os Povos (AMASP)

A Associação Moçambicana de Amizade e Solidariedade com os Povos prosseguiu a sua actividade em prol da paz e da amizade entre os povos.

A troca de delegações com organizações congéneres, os actos de solidariedade por ela realizados no país e no estrangeiro difundiram a realidade do nosso país, ganharam mais apoio para a causa da paz, do desenvolvimento e da liberdade dos povos.

Através da AMASP tem sido canalizada valiosa ajuda para as vítimas das calamidades naturais e do banditismo armado.

Saudamos a realização da II Conferência Nacional da AMASP em Abril de 1989.

AS ORGANIZAÇÕES SÓCIO-PROFISSIONAIS.

No período que nos separa do IV Congresso, a **Organização Nacional dos Professores (ONP)** prosseguiu a sua acção visando a busca de soluções para os problemas sociais e profissionais com que se debatem os docentes moçambicanos.

Contando actualmente com mais de (15.000) Quinze mil membros a ONP desempenhou um importante papel na definição do regulamento da carreira docente e do estatuto de professor com vista a assegurar o êxito do Sistema Nacional de Educação.

Um dos alvos preferenciais dos bandidos armados têm sido, como sabemos, os professores e suas famílias. A escolha não é casual; deriva do facto de o professor ser um importante agente de transformação da sociedade. É ele que transporta a chama do conhecimento científico e, em primeira instância, educa a novas gerações nos valores mais nobres do nosso povo, do patriotismo e do progresso da humanidade.

A ONP tem dado um valioso contributo na reabilitação dos professores afectados pelas atrocidades dos malfetores, promovendo a reconstituição dos seus haveres, a reconstrução das suas casas destruídas e canalizando-lhes meios de subsistência.

Na arena internacional a ONP aprofundou as relações dos professores moçambicanos com os professores de outros países, particularmente com os professores dos países da África Austral.

Como reconhecimento da sua acção na arena internacional a ONP foi eleita membro do Comité Administrativo da FISE - Federação Sindical Internacional dos Professores.

A ONP continuará a trabalhar para valorizar a função social do professor.

O Estado deverá dar maior prioridade à elevação do nível de condições de vida dos professores, à promoção do seu prestígio na sociedade em paralelo com o esforço de melhoria do seu nível científico e pedagógico.

A Organização Nacional de Jornalistas (ONJ) tem-se desenvolvido, sendo de saudar o facto de estar neste momento a garantir a sua auto-suficiência financeira, o que é um indicador da sua vitalidade e crescimento.

Na sua acção de prestigiar a profissão, pensamos que a ONJ tem de prestar uma grande atenção à elevação da qualidade do trabalho jornalístico e à deontologia profissional.

É de saudar o trabalho realizado pelos jornalistas moçambicanos, nomeadamente na denúncia de injustiças e na exposição da verdadeira natureza e formas da agressão contra o nosso povo.

A Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO) constitui já um importante elemento de vitalização da actividade literária, promovendo a publicação e divulgação de obras de autores moçambicanos no país e no exterior. A AEMO desenvolveu relações com organizações congéneres de outros países em particular com os de língua oficial portuguesa. A sua acção tem em vista estimular o surgimento de novos talentos, o conhecimento da criação literária nacional e, no estrangeiro, projecta uma imagem prestigiada do nosso país.

A Associação dos Fotógrafos deve ser encorajada a continuar a acção de promoção da profissão e a difusão da qualidade da arte fotográfica nacional. Com orgulho podemos afirmar que no nosso país surgiram grandes talentos da fotografia e desejamos que a Associação difunda entre os jovens e o nosso povo em geral o gosto por esta arte.

A Associação dos Músicos Moçambicanos, criação recente, poderá contribuir de forma importante para unir e organizar os artistas desta área, com grande impacto na mobilização dos cidadãos, na valorização dos talentos musicais de todo o país, na recolha, divulgação

e desenvolvimento das tradições musicais e artísticas do nosso povo. A par desta acção esta associação é o instrumento da defesa dos legítimos interesses dos músicos, da dinamização da sua actividade artística e seu enquadramento deontológico.

A Associação dos Técnicos de Engenharia de Moçambique (ATEMO) constituiu-se em 15 de Abril de 1989, com o objectivo de congregar os técnicos médios e superiores e engenharia na busca de soluções dos seus problemas comuns, e promover o seu maior envolvimento no desenvolvimento económico e técnico-científico do país.

AS ASSOCIAÇÕES

A Cruz Vermelha de Moçambique continuou a realizar a sua tarefa de canalizar auxílio humanitário às populações necessitadas, em coordenação com organizações congéneres e internacionais. Apesar das dificuldades, ela tem imprimido grande dinamismo na realização da sua missão humanitária de fazer chegar o socorro aos necessitados.

As acções de formação de socorristas, os pequenos projectos nas comunidades para a sua reabilitação e a educação da população nos princípios de solidariedade adquirem já uma dimensão que é de realçar.

A acção da Cruz Vermelha de Moçambique, digna das nobres tradições do movimento mundial da Cruz Vermelha, ganha uma dimensão significativa e inestimável neste momento em que, no nosso país, milhões de pessoas vivem deslocadas das suas casas e carecem da assistência, do conforto e dos meios de subsistência elementares.

As **Associações Desportivas** congregam milhares de moçambicanos de Norte a Sul do país. Elas são um meio importante de massificação do desporto e galvanizam o entusiasmo, o interesse e mesmo a capacidade empreendedora dos cidadãos. As Associações desportivas possuem um grande potencial de trabalho social e cívico.

O desenvolvimento das associações desportivas e recreativas é salutar e promove uma saudável competição desportiva no seio da juventude e da população em geral.

É necessário que, nesta acção, a sã emulação entre as associações desportivas não se transforme em sectarismo e contribua para a unidade de cidadãos de diferentes camadas e órgãos. Os clubes desportivos devem saber promover entre os seus adeptos o espírito cívico e são de respeito pelo adversário.

Os clubes devem prestar atenção ao trabalho no seio das camadas juvenis desenvolvendo o talento e a capacidade dos jovens para que no campo do desporto possam prestigiar mais o país.

O TRABALHO DO PARTIDO COM AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Na sequência do IV Congresso e com vista a melhorar-se o trabalho do Partido com as organizações sociais foi criado em 1984 no aparelho do Comité Central o Departamento das Organizações Democráticas de Massas.

O seu objectivo principal era constituir um mecanismo de permanente contacto, orientação, apoio, e avaliação da actividade das organizações democráticas de massas.

A necessidade de um acompanhamento mais profundo e actuante das ODM's por parte do Partido, conduziu à atribuição da responsabilidade desta acção ao Secretário do Comité Central para a Organização do Partido.

A importância atribuída pela direcção do Partido às organizações democráticas de massas reflectiu-se no contacto directo realizado pelo Presidente do Partido com as direcções destas organizações, analisando com elas próprias os problemas que enfrentam, bem como as formas de os ultrapassar.

Apesar do esforço de acompanhamento para um trabalho mais eficiente com as organizações sociais, verificou-se que o aparelho do Partido, em particular nos escalões inferiores, teve ainda grandes dificuldades em garantir um apoio adequado.

A 7ª Sessão do Comité Central analisou a questão da autonomização das organizações sociais e constatou que se verifica já nelas a elevação da consciência da necessidade de contarem em primeiro lugar com os meios próprios, havendo já organizações que a partir de 1988 prescindiram de subsídios orçamentais do Partido, como é o caso da ONJ e a AMASP que, por isso, devem ser saudadas.

Este processo de autonomização e auto-suficiência, não se resume aos problemas financeiros, e tem que ser aprofundado, devendo o Partido, através da filiação dos seus membros nas organizações sociais, promover uma acção endógena de apoio e acompanhamento mais adequados.

Uma linha de trabalho que foi promovida pelo Partido e que deverá ser prosseguida pelas organizações sociais é a regularização do seu estatuto jurídico de modo a inseri-las no quadro geral da lei, conferindo-lhes a fundamentação legal que a sua acção e as suas responsabilidades exigem.

O Partido prosseguirá na linha de promover e apoiar a iniciativa dos cidadãos de se organizarem em estruturas democráticas. Esta acção fortalece a democracia popular, liberta a criatividade dos cidadãos e permite o enriquecimento das ideias do Partido.

CAPÍTULO V

DEFESA E SEGURANÇA

No estudo e discussão das Teses ao V Congresso do Partido, o nosso povo debateu com particular atenção, preocupação e profundidade as questões ligadas à guerra e à organização, actuação e comportamento das Forças de Defesa e Segurança em geral e das Forças Armadas de Moçambique e milícias populares em particular.

O calor do debate, aos diversos níveis, foi a firme demonstração de que as massas populares, os trabalhadores e os quadros moçambicanos assumiram como questão prioritária a necessidade de acabar com a guerra, para podermos incrementar as actividades económicas e mais eficazmente combater a fome.

As constatações e análises, as críticas, sugestões e propostas recolhidas do amplo e profundo debate popular assumem uma importância fundamental no combate contra o banditismo armado e na manutenção da tranquilidade e da segurança social.

A guerra de agressão que nos é movida do exterior reveste-se de um grau de crueldade física e psicológica sem precedentes em África e mesmo no mundo.

Crianças raptadas são instrumentalizadas e levadas a cometer crimes hediondos. Cidadãos são raptados, torturados, mutilados ou assassinados. Populações indefesas são massacradas.

Unidades económicas das quais depende o desenvolvimento do nosso país e o aumento da qualidade da vida do nosso povo são destruídas. Hospitais, escolas, armazéns, lojas de abastecimento e outros são arrasados e pilhados. Pontes, linhas férreas, linhas de transporte de energia são sabotadas. Habitações e machambas são incendiadas.

Esta acção destruidora que se abate sobre o nosso povo visa impedir o nosso desenvolvimento para fazer crer ao mundo que é inviável a construção, no nosso país, de uma sociedade democrática, de justiça social e de igualdade.

Pela via do terror e do pânico os nossos inimigos pretendem esvaziar de conteúdo a independência nacional, desacreditar o Partido Frelimo e o Governo, levar o povo a desistir do seu projecto de desenvolvimento económico e social.

A intensidade da sanha assassina do inimigo reflecte a frustração dos seus objectivos, que são alimentados por poderosos interesses político-económicos estrangeiros.

A capacidade bélica que é fornecida ao banditismo de forma continuada, não obstante a assinatura do Acordo de Nkomati, sustenta-se num poder económico e tecnológico muito superior àquele com o qual contam as nossas Forças de Defesa e Segurança. Esta situação obriga-nos a desviar recursos cada vez maiores dos objectivos do desenvolvimento do país e do bem-estar social do nosso povo.

No entanto, e apesar do forte apoio fornecido ao banditismo armado e das grandes dificuldades existentes, as Forças de Defesa e Segurança em geral e as Forças Armadas de Moçambique em particular têm alcançado significativas vitórias no terreno.

EDIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DE MOÇAMBIQUE (FPLM) PILAR DA DEFESA E INDEPENDÊNCIA

No período que decorre entre o IV e o V Congressos do Partido Frelimo as Forças Armadas de Moçambique (FPLM), deram continuidade ao processo da sua edificação e consolidação.

Na sua essência, este processo significa a consolidação das acções realizadas na modernização das FAM/FPLM. Significa também

o prosseguimento dos programas de formação de quadros, para dar resposta às exigências do crescimento das Forças Armadas.

O plano de consolidação das FAM/FPLM, garante fundamental da soberania nacional, foi sempre perturbado pela agressão externa contra a República Popular de Moçambique, pelo regime de Ian Smith primeiro e, desde a independência do Zimbabwe, directamente pelo regime do *apartheid*.

O recrudescimento da agressão, através da utilização de grupos terroristas e com objectivos mais amplos e de alcance estratégico, determinou a necessidade de se adequarem os planos e programas de edificação das FAM/FPLM à nova situação. Assim, a prioridade passou a ser a capacitação das FAM/FPLM para fazerem frente à guerra terrorista, embora sem se descurar a sua preparação multifacetada como exército regular moderno.

A implementação deste programa e, paralelamente, a intensificação do combate ao banditismo armado constituem as acções principais das FAM/FPLM no período entre o IV e o V Congresso.

O programa preconiza como acções principais:

- O reforço da acção político-partidária e de educação patriótica e cívica dos oficiais, sargentos e soldados;
- A clarificação das tarefas, através da adopção de regulamentos do Ministério da Defesa Nacional, do Estado Maior General, do Comissariado Político;
- A racionalização dos efectivos, por um lado através da reorganização e reorientação de várias unidades militares, e por outro, através da implementação de medidas adequadas de passagem à reserva de alguns oficiais, sargentos e soldados, bem como da desmobilização de efectivos;

- O levantamento dos meios e recursos materiais disponíveis, ao nível dos diferentes ramos das FAM-FPLM, para, em função do conhecimento dos mesmos e das possibilidades económicas do país, se promover a sua utilização racional;
- A correcta integração dos quadros militares, acompanhada de acções de formação com vista à sua capacitação permanente;
- A reorganização dos serviços de recrutamento e a redefinição do conteúdo dos programas de treino e preparação de tropas;
- O aumento da capacidade de direcção centralizada das FAM/FPLM, através da reorganização dos órgãos de direcção e comando das tropas;

Como resultado da aplicação deste amplo programa, da elevação do grau de preparação e prontidão combativa das nossas tropas, programa que, na prática, começou a ser implementado logo a seguir ao IV Congresso, registámos já importantes avanços na luta contra o banditismo armado.

É de salientar a frustração dos intuítos do inimigo relativamente ao Vale do Zambeze, para além do seu desalojamento de várias regiões do país. Retomámos várias sedes distritais em diversas províncias em especial Zambézia, Tete, Manica e Sofala. Vias de comunicação foram reabertas ao tráfego. Com o envolvimento organizado das populações, as nossas forças contiveram a onda de massacres.

A destruição de bases e acampamentos do inimigo possibilitou a libertação de milhares de cidadãos do cativoiro.

É ainda como resultado da realização deste programa que se registam melhorias das condições de segurança de circulação nas vias e a viabilização da exploração dos projectos económicos vitais, o que

tem contribuído substancialmente para a realização do Programa de Reabilitação Económica.

Para fazer face à guerra terrorista e no âmbito da adequação das Forças Armadas para este tipo de combate, foram criadas e postas em acção unidades de tropas especiais que deram provas de ter sido correcta a opção da sua criação. No entanto, para que todas elas venham a ter o desejado impacto, é necessário prosseguir o esforço de organização e melhor aproveitamento das suas reais capacidades combativas.

Destacamos no contexto da edificação das FAM/FPLM a implementação do sistema de justiça militar e em particular a criação dos tribunais militares. Estas medidas contribuem significativamente para a elevação da disciplina, do apuramento e da combatividade das nossas Forças.

Estes e outros sucessos foram possíveis não obstante as grandes dificuldades existentes.

Efectivamente, quando em 1982 se criaram os comandos militares provinciais, havia que materializar a curto prazo o objectivo de conter à escala nacional o desenvolvimento das acções criminosas do banditismo armado.

Este objectivo foi parcialmente alcançado, porém gerou-se um rápido crescimento dos efectivos militares, para os quais não havia plena capacidade de resposta em termos de gestão e administração.

Os problemas estruturais daí decorrentes, cujos reflexos ainda hoje se fazem sentir, multiplicaram-se nas áreas de recrutamento, treino, logística, controle de efectivos, bem como na normal gestão de quadros, o que influiu na disciplina militar.

Teremos que continuar a prestar particular atenção a estes aspectos, com vista a elevar ainda mais a eficiência e a combatividade das Forças Armadas de Moçambique (FPLM).

O serviço militar obrigatório é um dever e direito sagrado de todos os cidadãos da República Popular de Moçambique, sem qualquer discriminação.

O serviço militar obrigatório vem regulado na Lei nº 4/78, de 23 de Março, aprovada apenas um ano depois da realização do III Congresso.

Na defesa da pátria é total a disponibilidade da juventude. Esta é, aliás, a nossa tradição, desde o período de resistência contra o ocupante estrangeiro.

No processo de implementação desta importante plataforma legal, que visa levar todos os jovens moçambicanos a participarem na defesa da Pátria e da revolução, acontecem por vezes situações irregulares que importa corrigir.

Têm-se registado, incluindo durante o período de preparação do Congresso, repetidas críticas sobre a forma como vem sendo conduzido o processo de recrutamento.

Crítica-se o facto de que jovens são apanhados na rua e incorporados acto contínuo no serviço militar obrigatório.

Esta prática é errada e infunde um sentimento de desconfiança e insegurança nos jovens e famílias. Estes métodos levam a recrutar sem critério e conduzem a desigualdades de tratamento.

É possível fazer funcionar um sistema organizado de recenseamento militar, chamamento e incorporação que envolva as estruturas de base do local de trabalho e residência por um lado, e por outro as estruturas administrativas com vocação e capacidade para providenciar o correcto alistamento dos mancebos.

Só em relação aos violadores das normas seriam utilizados os métodos compulsivos, como vem previsto na lei.

Surgem também lamentações em relação ao facto de que têm sido recrutados por vezes dois membros da mesma família. Na

realidade a lei permite tal prática. No entanto se tivermos em conta que recrutamos apenas uma fracção do potencial de mancebos disponível, podemos evitar recrutar simultâneamente duas vezes na mesma família, pelos efeitos que tal situação pode trazer no rendimento e equilíbrio familiar.

A agravar esta situação há ainda problemas na observância do prazo de desmobilização.

A sensibilidade actual é a de que devemos prolongar o tempo de duração do serviço militar obrigatório por mais seis meses, para um total de 2 anos e meio, para permitir que o tempo efectivo de operacionalidade seja de 2 anos após o treino de 6 meses. As estruturas ligadas aos aspectos executivos da lei do serviço militar obrigatório devem garantir a desmobilização atempada dos mancebos.

Embora a lei permita em certos casos o adiamento da incorporação com vista a assegurar o curso normal das actividades económicas e sociais, estatais e partidárias, e a realização dos programas de formação de quadros de que o país precisa, temos de obviar ao adiamento sucessivo e sem limite da incorporação militar, tendo em conta que o serviço militar não se destina apenas aos menos escolarizados.

Em reconhecimento da dedicação e do engajamento demonstrados no cumprimento do serviço militar obrigatório, a sociedade e o Estado deverão cumprir de forma efectiva os seus deveres para com os mancebos desmobilizados, privilegiando-os nomeadamente no que se refere ao posto de trabalho.

Os jovens que cumprem o serviço militar obrigatório devem ter prioridade na continuação dos estudos, na obtenção de emprego. Por outro lado, o cumprimento do serviço militar deve constituir critério de preferência na eleição para os órgãos do Partido e do Estado.

Como cidadão deste país, cada jovem tem o justo direito de realizar os seus planos de organização da sua vida, designadamente no que respeita a aprendizagem de uma profissão.

Durante o cumprimento do serviço militar importa criar condições para que cada um possa ter uma profissão, por exemplo na área da carpintaria, alfaiataria, construção, mecânica, electricidade e em outros ofícios.

Mas, ao falarmos do serviço militar, não podemos deixar de falar do treino.

A forma como preparamos os jovens recrutas deve assegurar que eles consigam uma correcta assimilação das técnicas militares, para além da sua formação político-ideológica e patriótica.

Isto implica a definição de currículos claros para uma adequada instrução básica do soldado no tempo regulamentar. Esta definição deve permitir uma especial atenção à preparação política, táctica e combativa.

Para que a formação do nosso soldado se adapte às exigências da actual fase da guerra no país, revela-se fundamental realizar uma acção ampla de preparação e reciclagem dos instrutores militares, dentro ou fora do país.

Ensina-nos a experiência da luta armada de libertação nacional que é vital fazer a formação de quadros militares, treinados dentro ou fora do país, em moldes que salvaguardem a coesão das respectivas unidades militares e a uniformização de métodos adequados à realidade moçambicana.

No domínio do treino, são animadores os esforços e resultados alcançados na formação de comandos e de paraquedistas assim como na instrução militar da mulher.

Devemos intensificar o trabalho partidário no seio das Forças Armadas por forma a que se elevem progressivamente os níveis de consciência política e patriótica, de disciplina e de prontidão combativa.

Neste contexto, é fundamental clarificar o papel dos comissários políticos e a sua articulação com as estruturas de direcção partidária.

Neste sentido, a criação da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional constitui um repositório da história onde se poderão inspirar as novas gerações e através da qual os combatentes da libertação manterão a sua articulação permanente com as forças de defesa e segurança.

No trabalho político prestamos uma atenção especial à formação da nossa juventude.

Durante a Luta Armada de Libertação Nacional, a mulher moçambicana teve uma participação activa e heróica, provando a incorrecção da posição tradicional e conservadora da linha reaccionária no seio da Frente.

Hoje, como ontem, a mulher é chamada a participar na defesa da Pátria.

Para além da participação directa no combate contra as forças vivas do colonialismo, a mulher desenvolveu trabalhos relevantes na área de assistência sanitária e social.

À mulher integrada nas Forças Armadas de Moçambique devem ser atribuídas tarefas de retaguarda, de saúde, de comunicações, de administração e gestão e outras que tenham em conta a sua condição específica.

Na área dos efectivos, o processo da redução visa adequá-los às capacidades do país, dando primazia à qualidade em relação a quantidade aumentando paralelamente a organização, administração e controle, para que os efeitos negativos que ainda se fazem sentir nas áreas de operações e administração, como sejam a carência de alimentação, de fardas e botas, e os atrasos nos vencimentos dos militares, possam ser minorados no mais curto espaço de tempo.

Esta acção deve ser acompanhada do registo e enumeração dos militares, por forma a acelerar o sistema de controle dos efectivos.

A natureza e complexidade da guerra de agressão e desgaste que nos é movida pelo inimigo exige rapidez na tomada de decisões e na disponibilização de meios logísticos, em particular na alimentação, municiamento e no pronto socorro aos feridos. Assim, é importante que, para além dos meios adequados, os altos oficiais com funções de direcção e comando local estejam presentes nas zonas operacionais. Na guerra, os resultados não se conseguem à distância.

Os resultados neste campo pressupõem o estabelecimento de normas e mecanismos claros sobre como inspeccionar as tropas em zonas operacionais, e a garantia de que tais normas sejam observadas com rigor.

Esta é a via para conseguirmos elevar a operacionalidade das cadeias de comando.

As Forças Armadas de Moçambique combatem numa situação extremamente difícil, do ponto de vista logístico, designadamente no que respeita a mantimentos, fardamento, comunicações e meios rápidos de evacuação.

Perante as dificuldades logísticas, sublinhamos a generosidade com que o povo tem acolhido e apoiado as nossas tropas, atenuando designadamente as carências alimentares com que se debatem.

Saudamos a coragem e o patriotismo do nosso soldado, que combate o inimigo, defende a Pátria e o Povo, muitas vezes sem comida, sem fardamento, sem a certeza do pronto reforço, do pronto socorro e evacuação.

Saibamos, todos nós, corresponder a esta clara consciência e a este profundo engajamento patriótico com acções que atenuem e minimizem as dificuldades do nosso soldado e elevem cada vez mais o moral combativo do nosso exército.

Mecanismos apropriados terão de ser estabelecidos e rigorosamente aplicados com vista a garantir que os soldados sejam abastecidos em particular nas zonas de confrontação directa com o inimigo.

Na área administrativa uma atenção particular deve ser dada à aplicação das carreiras militares, bem como à pontualidade no pagamento dos vencimentos.

O vencimento do soldado deve chegar ao soldado em tempo. Não é admissível que os militares não recebam regularmente os seus vencimentos. Os problemas logísticos, as graves privações, a falta de informação actualizada sobre a sua família, provocam necessariamente a erosão do moral combativo dos militares.

Temos consciência dos grandes problemas que ainda subsistem na área de administração. Isto significa que maiores esforços devem ser feitos com vista a garantir uma correcta administração dos bens materiais, patrimoniais e financeiros colocados à disposição das Forças Armadas.

É preciso combater o esbanjamento e a indisciplina na gestão dos bens militares para que deles se possa tirar o máximo rendimento e simultaneamente elevar a eficácia do trabalho.

No âmbito da implementação do processo de reorganização das FAM/FPLM impõe-se a criação dos serviços de inspecção e auditoria, que permitirão um controle efectivo na gestão dos meios financeiros e materiais disponíveis.

O apuramento do controle da utilização dos meios e efectiva responsabilização é fundamental para eliminarmos os desvios de dinheiros, combustíveis e outros bens, praticados por certos elementos das Forças Armadas.

Na punição das violações das regras de disciplina militar revelou-se oportuna a entrada em funcionamento dos tribunais militares em todo o país.

Um aspecto de fundamental importância na vida e disciplina do nosso exército são as patentes.

Em 1980 introduzimos as patentes nas Forças Armadas de Moçambique em resultado do crescimento do nosso exército.

Os critérios de patenteamento dos nossos soldados consagrados na lei mostram claramente que, para além do reconhecimento do engajamento provado na luta, a patente se liga, de modo particular, aos conhecimentos técnico-científicos e à capacidade combativa de cada um.

No processo de patenteamento e das promoções, haverá que respeitar sempre os critérios fixados na lei como forma de evitar incorrecções e injustiças.

Nesse sentido, é fundamental a clarificação da progressão nas carreiras militares prosseguindo-se com o processo de elaboração de regulamentos para todas as especialidades e ramos das Forças Armadas.

No contexto da valorização das capacidades e qualidades reveladas, a prática demonstrou já que a atribuição de tarefas de responsabilidade a novos quadros, das Forças Armadas de Moçambique, constitui opção correcta da revolução moçambicana. Importa prosseguir com esta política, tendo sempre presente a necessidade de evitar desvios tecnocráticos.

O reconhecimento dos méritos de que se cobrem muitos dos nossos oficiais e soldados pela sua bravura, valentia e heroicidade constitui acto de justiça. Por isso, diante do merecimento de cada um é justa e oportuna a atribuição de louvores, prémios e condecorações. Esta é também uma questão sensível no processo de apuramento da consciência política, da disciplina e apuramento no seio das nossas Forças Armadas.

No aperfeiçoamento do treino especializado dos quadros, assim como na atribuição de bolsas de estudo, a prioridade pertence aos oficiais que tenham estado em zonas operacionais, para além dos que tenham demonstrado excepcionais qualidades e capacidades.

De igual modo, devemos assegurar, com base na previdência social, a atribuição das pensões aos familiares daqueles que tombaram em combate, e a rápida comunicação dos falecimentos às famílias, assim como a realização de funerais condignos.

O Estado deve garantir o subsídio e apoio médico necessários em casos de mutilação ou doença ocorridas na defesa da Pátria.

A elevação do moral do soldado e do oficial passa também pela garantia de assistência e reorientação ocupacional do mutilado de guerra. É urgente melhorar o auxílio aos mutilados de guerra, capacitando-os a participarem em actividades de produção, de reconstrução do país e prestando-lhes outro tipo de apoio, de acordo com o preconizado na lei e nas orientações do Partido.

Todo o cidadão pode ser útil à sociedade. O mutilado de guerra é um cidadão válido e deve sentir-se capaz de fazer algo para organizar a sua vida e para participar no processo geral de desenvolvimento da sociedade.

UMA POLÍTICA DE PAZ

O Partido Frelimo defende e prossegue uma política de paz.

Como sempre temos dito, fazemos a guerra para acabar com a guerra, fazemos a guerra para conquistar a paz.

Coerentes com a nossa política de paz, nós não a buscamos apenas pela via armada.

Às acções militares aliamos as acções políticas e diplomáticas, orientados pela vontade de pôr fim ao derramamento de sangue, poupar

vidas e realizar o desenvolvimento económico e social para vencer a miséria e melhorar as condições de vida de todos os cidadãos.

Com a derrocada do regime racista da Rodésia do Sul e a conquista da independência do Zimbabwe, surgiram perspectivas do estabelecimento da paz em Moçambique.

Mas a guerra de agressão continuou. O regime do *apartheid*, que já no passado se opusera às nossas aspirações de independência lutando ao lado do colonialismo português e de Ian Smith, assumiu o comando da agressão, elevando-a a um nível de maior intensidade e crueldade. O governo sul-africano para além da agressão directa, reactivou e desenvolveu a força criada pelo regime da Rodésia e que integrava os criminosos da PIDE e outros agentes do colonialismo português. Tendo reforçado essa força através do recrutamento forçado de moçambicanos trabalhando na África do Sul ou raptados do nosso país, a África do Sul infiltrou em Moçambique milhares de moçambicanos, organizados em grupos de bandidos armados, com a missão de assassinar a população e destruir as infra-estruturas económicas e sociais.

O nosso Partido e Governo desenvolveram uma ampla acção de informação e esclarecimento a todo o povo sobre a natureza e objectivos desta nova fase da guerra.

Esta acção foi também lançada a nível internacional e dela resultou uma maior compreensão e apoio à causa do povo moçambicano e maior isolamento do regime do *apartheid*.

O desejo de alcançar a paz na nossa zona levou o governo da RPM a celebrar o Acordo de Nkomati com a República da África do Sul, na base do respeito pelas relações de boa vizinhança e não interferência nos assuntos internos de cada Estado.

O Acordo de Nkomati evidencia a política de paz do nosso Partido e Estado.

Ao escrupuloso cumprimento desse acordo pela parte moçambicana, respondeu o regime racista de Pretória com reiteradas violações, particularmente com a continuada infiltração e abastecimento dos bandidos armados.

Através do uso da força o regime sul-africano instrumentaliza cidadãos moçambicanos raptados, o que lhe poupa a participação directa das suas Forças Armadas. Consegue deste modo manter uma guerra de agressão de baixo custo contra o nosso povo.

A instrumentalização de moçambicanos pelo regime do *apartheid* foi objecto de profunda análise pelo Comité Central do Partido Frelimo. Concluiu-se pela necessidade de dar uma oportunidade àqueles concidadãos que, arrependidos dos seus crimes, tivessem o desejo de se reintegrar na sociedade moçambicana.

A Direcção do Partido e do Estado anunciou medidas de clemência já em 1984, a que se seguiram em 1988 a lei da amnistia e a lei do perdão.

A aprovação destas leis é ditada pelo desejo de congregar os esforços de todos os moçambicanos no processo de desenvolvimento económico e social do nosso país.

Milhares de cidadãos que se encontravam nas fileiras do banditismo armado responderam já positivamente ao acto de clemência e ao generoso acolhimento por parte do nosso povo.

No prosseguimento dos esforços para acelerar o fim da guerra, o governo da RPM solicitou o envolvimento de alguns sectores patrióticos da nossa sociedade, designadamente sectores eclesíásticos, e de governos estrangeiros, susceptíveis de poderem desempenhar um papel positivo neste esforço, estando este processo em curso.

Estas acções complementam as acções militares no terreno, e fundamentam-se também nos resultados positivos alcançados pela nossa acção política e diplomática que nos trouxe a compreensão e o apoio da comunidade internacional.

COOPERAÇÃO MILITAR PARA REFORÇO DA INDEPENDÊNCIA

No âmbito da cooperação regional, no domínio da defesa e segurança, consolidam-se as fraternas relações com os Países da Linha da Frente.

Neste processo, salientamos a cooperação exemplar com o Zimbabwe e a Tanzânia, particularmente no combate directo ao banditismo armado.

Esta cooperação funda-se nas tradicionais relações de fraternidade entre os nossos povos, cimentadas pelo sangue vertido na luta comum pela libertação nacional.

Com a República do Malawi assinámos em 1987 um acordo de cooperação na área da Defesa e Segurança. Na base deste acordo encontram-se actualmente no nosso país destacamentos de forças malawianas empenhadas na protecção do Corredor de Nacala, contra o terrorismo e a desestabilização. A aproximação frutuosa com este país e a sua participação efectiva na nossa luta, muda a nosso favor o equilíbrio de forças na zona.

Tem-se alargado a solidariedade africana para com o nosso país e as nossas forças armadas.

Prosseguimos as nossas relações tradicionais de amizade com países socialistas no domínio da formação e equipamento.

Constatamos com satisfação a extensão da cooperação militar a novos países, nomeadamente países ocidentais.

Temos alcançado importantes sucessos no processo de reorganização das Forças Armadas, mas também enfrentamos sérias dificuldades.

As dificuldades derivam principalmente do facto de estarmos a edificar as nossas Forças Armadas ao mesmo tempo que enfrentamos uma guerra de agressão desde a independência nacional .

Ao longo de 14 anos de guerra sucessiva as nossas Forças Armadas têm conseguido fazer frustrar todas as tentativas do inimigo para nos destruir.

As nossas Forças Armadas cumprem assim a sua elevada função de assegurar a continuidade da soberania nacional e da integridade territorial da República Popular de Moçambique.

SEGURANÇA

No quadro da análise efectuada no IV Congresso do nosso Partido, constatou-se que o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), pela sua natureza e função no combate contra a subversão, constitui um dos alvos preferenciais do inimigo.

Foi prosseguida com rigor a purificação dos efectivos da segurança, de modo a elevar a sua eficácia.

Simultaneamente, procedeu-se a um vasto programa de reorganização da estrutura do SNASP, por forma a adequá-la à realização das suas funções em situação de guerra na conjuntura actual.

Especial atenção tem sido dada à formação política e à especialização e qualificação técnico-profissional dos quadros da segurança.

O Serviço Nacional de Segurança Popular tem promovido o envolvimento da população nas tarefas de vigilância revolucionária. A participação popular em acções de vigilância tem contribuído para a detecção e neutralização de agentes do inimigo.

Os sucessos que registámos na área da segurança atestam os avanços significativos atingidos no processo de reorganização do SNASP.

Muito há, no entanto, ainda por fazer para o crescimento da nossa segurança, sem se descurarem os meios técnicos.

A crescente complexidade da actividade do SNASP exige que elevemos continuamente a qualificação académica e técnico-profissional dos seus quadros.

Devemos ampliar e aprofundar o trabalho político no seio dos quadros e demais trabalhadores do Serviço Nacional de Segurança Popular.

O SNASP é um poderoso instrumento do nosso povo na defesa da Revolução, estimado pelo povo.

O povo deve ser educado de forma a reconhecer no SNASP um serviço que defende os seus mais altos interesses. O governo e todo o aparelho de Estado devem dar uma colaboração essencial ao SNASP.

Os quadros do SNASP devem ter um alto sentido de patriotismo, um grande amor pelo povo e uma alta dedicação à revolução.

POLÍCIA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

O IV Congresso do Partido Frelimo sublinhou a necessidade de as nossas forças policiais se assumirem como polícia de tipo novo.

A preparação político-militar e a criação de uma sólida base cultural, cívica e jurídica, foram apontadas como preocupação fundamental no âmbito do crescimento da nossa Polícia.

Especial ênfase foi dada à estreita ligação entre a PPM e o povo.

A partir de 1984, os esforços principais incidiram na reorganização da Polícia Popular de Moçambique, visando a sua capacitação para as exigências do desenvolvimento sócio-económico do País e para a luta contra a criminalidade nas suas múltiplas formas.

Este processo, inserido no quadro geral da reorganização das Forças de Defesa e Segurança, conduziu à clarificação das grandes áreas de actividade do Ministério do Interior.

A adopção do estatuto orgânico e do sistema de patentes e postos na polícia, assim como das carreiras profissionais, a aprovação do regulamento básico da polícia, do regulamento disciplinar e a introdução de um novo uniforme da polícia constituem um marco importante no processo de crescimento e profissionalização dos membros da PPM e uma base segura para a actuação organizada e o comportamento regular da nossa polícia.

Realizaram-se diversas acções de formação básica. Quadros médios de direcção e comando foram formados dentro e fora do país.

A criação em todo o país de uma rede de comandos distritais, esquadras, postos policiais e unidades caninas resultou numa maior prontidão da nossa Polícia.

É necessário continuar este processo ao mesmo tempo que devemos garantir o seu funcionamento com eficiência e eficácia.

O aumento da delinquência, caracterizada pela prática de furtos, assaltos, homicídios, tráfico e consumo de drogas, prostituição, comércio ilegal, suborno, contrabando, com alguma incidência em camadas da população juvenil, torna insuficiente a capacidade de resposta da Polícia ao fenómeno da criminalidade. Neste aspecto não podemos perder de vista o grande afluxo de cidadãos às cidades, em virtude da deterioração das condições de segurança no campo.

A melhoria da organização e disciplina da nossa Polícia constitui a garantia da realização da sua actividade como defensora da lei e da ordem.

O sucesso da acção policial passa pela intensificação do trabalho político-ideológico no seio da PPM. Passa também pela intensificação de acções no âmbito das acções de ligação polícia-povo. Para garantir uma prática revolucionária, a Polícia Popular de Moçambique deve submeter-se constantemente ao fogo da crítica popular, buscando contribuições e sugestões dos cidadãos sobre a sua actividade e sobre a conduta dos seus membros. A PPM deve recolher de forma consequente as críticas e denúncias da população visando satisfazer as preocupações populares, aperfeiçoar os seus métodos de trabalho e afastar das suas fileiras os elementos que directa ou indirectamente se envolvam na prática de abusos contra cidadãos.

A PPM deve, à luz das carreiras profissionais, elevar o nível técnico-profissional dos seus membros, para mais eficazmente poder fazer face ao crescente índice de criminalidade.

A criação de escolas adequadas para oficiais, sargentos e guardas é assim uma necessidade premente.

Para ampliar e reforçar o combate ao crime, é vantajoso desenvolver a cooperação policial com outros países e em particular com os países da SADCC.

A eficiência da policia depende em grande medida da sua mobilidade e capacidade de comunicação, pelo que a este aspecto essencial devemos dedicar especial atenção.

RELAÇÕES ENTRE AS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA E O POVO

Como foi sublinhado atrás, durante o estudo e discussão das teses ao Congresso, o povo debruçou-se profundamente sobre as questões da guerra e sobre a actuação e comportamento das Forças de Defesa e Segurança.

Vem a propósito recordarmos aqui que a guerra popular de libertação nacional ganhou ímpeto pela profunda identificação das Forças Populares de Libertação de Moçambique com o povo moçambicano.

O espírito nacionalista, traduzido no engajamento nas fileiras do combate armado, facilitou em larga medida a consciencialização e a responsabilização do guerrilheiro no que respeita aos seus deveres para com as massas e para com a luta.

A Direcção da Frente atribuiu sempre grande importância à questão da formação política e disciplina no exército.

Era preciso que o guerrilheiro vivesse no seio do povo como o peixe na água. No essencial, este princípio foi assumido pelo conjunto dos combatentes. A nossa luta progrediu rapidamente porque, mobilizado e enquadrado, o povo assumiu a justeza da luta e nela participou activamente.

Isto não significa que o trabalho político no seio dos combatentes eliminasse o surgimento de alguns problemas no seu relacionamento com as massas.

Quando ocorriam casos de abusos contra a população, os órgãos de comando e os comités do Partido intervinham e tomavam medidas apropriadas e eficazes.

Hoje, o grande número de efectivos que temos de manter para podermos fazer face à agressão que nos é movida do exterior implica uma multiplicidade de unidades e comandos, com todo um leque de problemas de organização, logística, controle e disciplina.

Estes problemas facilitam o surgimento, por parte de membros das Forças de Defesa e Segurança, de manifestações incompatíveis com a nossa linha política e estranhas aos nossos princípios.

Durante a preparação do Congresso, as populações relataram casos de abusos cometidos por alguns militares, polícias, agentes da segurança ou milicianos.

Valendo-se da farda, do cargo e da arma, esses indivíduos, inflingiram maus tratos, por vezes roubos, havendo casos de violação de mulheres.

Estes comportamentos atentam contra a nossa política e contra a imagem e as tradições das nossas Forças de Defesa e Segurança.

Importa garantir que o processo em curso de reorganização das Forças de Defesa e Segurança inclua a tomada de medidas, entre as quais a formulação de regulamentos, para podermos eliminar estas anomalias no relacionamento com a população.

SISTEMA DE DEFESA E SEGURANÇA TERRITORIAL (SDST)

O programa de reorganização em curso nas FAM/FPLM, para além das medidas a serem levadas a cabo ao nível das FAM/FPLM, visa a elevação do grau de participação popular na defesa da Pátria, através do enquadramento da população no Sistema de Defesa e Segurança Territorial.

Com este sistema pretende-se que o processo de racionalização dos efectivos militares, bem como a concentração das unidades militares em acções ofensivas, não criem um vazio na defesa e protecção dos distritos, localidades, aglomerados humanos e centros económicos estratégicos. Estes devem dispor, sem grandes encargos adicionais para o Estado, de medidas de protecção com recurso a meios modernos e tradicionais eficazes para a defesa.

O Sistema de Defesa e Segurança Territorial é, assim, parte integrante do Sistema Nacional de Defesa e Segurança. Ele surge da necessidade de envolver massivamente a população na defesa da sua vida e dos seus bens.

O Sistema de Defesa e Segurança Territorial, sob a direcção das Forças de Defesa e Segurança, integra as milícias populares e os grupos de vigilância como seu corpo principal, e envolvem a participação dos habitantes de cada zona territorial.

Nós definimos os milicianos como trabalhadores que se integram voluntariamente numa organização para-militar, as milícias populares, e que, segundo um programa pré-estabelecido consagram uma parte do seu tempo às tarefas de protecção e patrulhamento dos seus locais de trabalho e de residência.

Os milicianos não perdem portanto a sua qualidade de trabalhadores por se ausentarem dos seus postos de trabalho.

Os milicianos participam também nas tarefas de defesa e segurança da sua área, não devendo ser deslocados para realizar acções fora da sua zona ou distrito.

No início da organização das milícias populares não estava claramente definido o perfil do miliciano como sendo um trabalhador que permanece no exercício da sua profissão.

Da ausência dessa definição resultou que as milícias populares nasceram e desenvolveram-se como uma força exclusivamente ocupada em tarefas de defesa, sem que existisse uma estrutura organizativa adequada.

Essas limitações organizativas deram lugar à ocorrência de erros no recrutamento, selecção, treinamento e controle, que se reflectem em práticas negativas.

No quadro do Sistema de Defesa e Segurança Territorial devemos aperfeiçoar a organização e a actuação das milícias populares.

Faz parte deste processo a necessidade de aprovar a lei das milícias populares.

No âmbito da implementação deste sistema foram criados comandos desde o escalão distrital até ao comando nacional, assim como foram realizadas acções de formação, tanto de quadros para dirigir as milícias populares, como de instrutores para todo o país.

Para garantir o sucesso do programa de defesa territorial, torna-se necessário realizar acções de esclarecimento e mobilização da população. Por outro lado, a consolidação dos centros de instrução já criados constitui uma prioridade, bem como a definição do fardamento próprio.

Através da organização da defesa territorial poderemos obter uma maior eficácia na defesa dos objectivos económicos e sociais e na luta contra os bandidos armados.

Temos de assumir a guerra como um problema nacional e não apenas das zonas e áreas que vivem diariamente a confrontação. A necessidade de nos fortalecermos para eliminar o terrorismo e a desestabilização e conquistar a paz deve ser parte do quotidiano de todo o cidadão da República Popular de Moçambique.

FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA GARANTIA DA DEFESA DA PÁTRIA E DA REVOLUÇÃO

A República Popular de Moçambique nasceu do combate armado e tem-se mantido firme na luta pela sua independência económica, buscando infatigavelmente o bem estar social e a felicidade para todo o povo.

Neste processo têm-se revelado as qualidades morais e as capacidades do homem moçambicano: a sua coragem, a sua modéstia, o seu espírito de sacrifício e de trabalho árduo, a sua dedicação à causa colectiva, a sua inteligência e as suas habilidades técnicas e científicas.

Hoje, como ao longo da nossa história recente, nas Forças de Defesa e Segurança encontramos elevados e dignos exemplos de heroísmo, encontramos o modelo do Homem Novo moçambicano patriota e solidário com os povos do mundo.

As Forças de Defesa e Segurança têm-se notabilizado não só nas acções combativas como no contributo e participação nas tarefas do desenvolvimento económico e social e na vida política do nosso povo.

Os operários, os camponeses, os intelectuais, os funcionários, os militantes e todos os cidadãos em geral continuam realizando as suas tarefas de reconstrução nacional, a sua actividade política e a sua vida social porque as Forças de Defesa e Segurança se mantém em actividade permanente assegurando com sucesso a vitalidade da nossa Pátria, de que o amplo movimento de preparação e a realização deste

V Congresso do Partido Frelimo constituem o exemplo mais significativo.

As Forças de Defesa e Segurança têm conseguido realizar a sua organização e consolidação nas condições mais difíceis , isto é, nas condições em que, ao mesmo tempo têm de enfrentar uma guerra de agressão.

Queremos por isso saudar calorosamente a bravura, a combatividade e o patriotismo dos soldados, sargentos e oficiais e os membros das Forças de Defesa e Segurança que, em condições tão difíceis, têm sabido realizar com sucesso as suas nobres tarefas.

As Forças de Defesa e Segurança são a honra e a glória do nosso país e do nosso povo, na luta pelo triunfo das nossas aspirações a uma sociedade democrática, de justiça social e de igualdade.

CAPÍTULO VI

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TÉCNICO-CIENTÍFICO

BREVE BALANÇO DA REALIZAÇÃO DAS DIRECTIVAS ECONÓMICAS E SOCIAIS DOS III E IV CONGRESSOS

A satisfação das necessidades fundamentais do povo em cada momento de acordo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas tomando a agricultura como base e a indústria como factor dinamizador, continua a ser orientação estratégica da nossa política económica para a construção de uma sociedade democrática, de bem estar geral, de justiça social, de progresso e liberdade.

As Directivas Económicas e Sociais do III e IV Congressos apontam os caminhos a percorrer para vencermos o subdesenvolvimento e lançarmos as bases de uma economia estável e independente, e construirmos um futuro de prosperidade e paz.

A nossa actual situação económica e social é uma consequência directa da desestabilização política, militar, social e económica de que o país é vítima.

A guerra destruiu infraestruturas económicas e sociais, pontes, linhas de transporte de energia, fábricas, meios de transporte, machambas, escolas, linhas férreas, hospitais, aldeias.

A guerra paralizou a construção de grandes projectos de desenvolvimento que visavam alterar a estrutura económica existente e promover o desenvolvimento mais harmonioso das várias regiões do país.

A guerra colocou milhões de moçambicanos na situação de deslocados dentro e fora do país.

A guerra destruiu a já frágil base económica do nosso país e desarticulou o sistema de comunicação territorial que permitia uma livre circulação de pessoas e bens.

Entre 1977 e 1981, o Produto Social Global no nosso país aumentou 11,6%.

O Produto Social Global atingiu 83 milhões de contos (a preços de 1980) em 1981.

Em 1988, o Produto Social Global atingiu 59,6 milhões de contos (a preços de 1980) e estima-se que o mesmo é menos de metade do que teria sido com a continuação do ritmo de recuperação e desenvolvimento de 1977/81.

As estimativas globais dos prejuízos na produção resultantes da guerra no período de 1980/1988 apontam para cerca de 15 biliões de dólares a preços de 1988.

A guerra afectou seriamente a produção para exportação de produtos como o algodão, as madeiras, o chá, o açúcar, o carvão, e os minérios de tântalo.

A guerra de desestabilização que nos é movida do exterior é a grande responsável pelo colapso das receitas da exportação que em 1981 atingiu 280 milhões de USD e em 1986 só cerca de 79 milhões de USD.

Para além das acções de destruição e sabotagem dos bandidos armados, outros factores internos e externos contribuíram para o agravamento da nossa situação económica.

As calamidades naturais que têm assolado o nosso país, agravaram as nossas dificuldades, nomeadamente através do seu impacto negativo na produção agrária e do aumento do número de cidadãos que nas zonas rurais vivem em situação crítica.

Herdámos do colonialismo uma economia profundamente atrasada, e que não foi construída para servir os interesses nacionais.

Os desequilíbrios estruturais que herdamos manifestam-se nomeadamente:

- no fraco desenvolvimento da agricultura, onde predomina uma agricultura familiar de subsistência;
- numa indústria extremamente frágil, altamente dependente de importações;
- numa excessiva concentração do parque industrial em Maputo e Beira;
- na dependência das exportações de matérias-primas agrícolas, de serviços e de mão-de-obra para os países vizinhos.

Herdámos do colonialismo uma situação em que 95% da população era analfabeta. Não tínhamos quadros nacionais em quantidade e com a qualidade necessária para assegurar uma correcta direcção e gestão económica.

A economia da República Popular de Moçambique, como a de todos os países em desenvolvimento, sofreu, a partir do início da década de 1980 os graves efeitos da crise económica internacional. Esta crise abateu-se sobre o conjunto dos países em desenvolvimento, em virtude de se encontrarem ainda fortemente dependentes dos países desenvolvidos e terem um nível ainda frágil de desenvolvimento das suas forças produtivas.

Para desenvolvermos a nossa produção, com a estrutura económica que herdamos, temos que importar matérias-primas, equipamentos, tecnologia e mesmo especialistas, o que nos torna mais vulneráveis aos efeitos da crise económica internacional.

O preço dos produtos que importamos cresce rapidamente, enquanto se assiste a uma deterioração dos preços dos produtos que exportamos.

A nossa economia até 1980 estava em crescimento e desenvolvimento, apesar de todas as dificuldades que enfrentamos como a carência de quadros, a inexperiência na gestão e uma frágil estrutura do aparelho do Estado de direcção da economia.

A participação de dirigentes, quadros e trabalhadores na batalha económica foi forjando quadros cada vez mais experientes.

Esta acção foi acompanhada por um grande esforço no âmbito de formação e educação de quadros.

Procedemos ao levantamento mais sistematizado dos recursos do País, lançámos projectos de desenvolvimento, fizemos crescer o movimento cooperativo e as aldeias comunais, construímos escolas em muitas zonas no nosso País, fizemos chegar serviços básicos de saúde, água e luz a muitas zonas rurais.

No entanto a debilidade do nosso aparelho de Estado e a carência de quadros, fez com que nos primeiros anos da nossa independência se criasse uma excessiva centralização da decisão na direcção da economia, que se foi mantendo com implicação na necessária autonomia administrativa e financeira dos órgãos executivos e das empresas bloqueando muitas vezes a sua iniciativa.

A nossa inexperiência e a carência de quadros capazes levaram-nos muitas vezes a recorrer ao empirismo na gestão e à subalternização do cálculo económico.

Fizemos um grande esforço no âmbito da formação de quadros, no entanto nem sempre a formação técnico-científica foi correctamente compatibilizada com as necessidades da economia nacional. Foi o conjunto dos factores referidos anteriormente que nos dificultou a realização dos projectos de desenvolvimento que iriam alterar a deformada estrutura económica que herdámos do colonialismo e

promover o desenvolvimento económico e social do país de acordo com a justa opção do povo.

As Directivas Económicas e Sociais do III e IV Congressos, bem como as linhas mestras do desenvolvimento consubstanciadas no Plano Prospectivo Indicativo (PPI), não foram totalmente realizadas. As principais causas foram a agressão externa ao nosso país através do banditismo armado e a crise da economia internacional.

Adiamos, paralizamos ou atrasamos projectos importantes, para o nosso desenvolvimento.

O projecto dos 400.000 hectares abrangendo as Províncias de Cabo Delgado e Niassa, o projecto dos 120.000 hectares em Unango, Nawela e Sussundenga, o projecto de desenvolvimento do algodão em Nampula, o Complexo Agro-Industrial da Angónia, o projecto agrícola do Lioma eram empreendimentos que previam um desenvolvimento integral de muitas regiões do país, com produção agro-pecuária, transformação industrial, infraestruturas básicas e serviços sociais necessários à vida das populações. Estes projectos previam a realização de pequenos e médios projectos com impacto na vida das populações e integrados num objectivo global do desenvolvimento de extensas regiões do país.

Estes projectos não puderam ser realizados, conforme o programa previsto devido fundamentalmente à guerra que nos é movida do exterior.

Por dificuldades de financiamento foi também afectado o projecto dos 400.000 hectares, fazendo com que o mesmo já não pudesse ser realizado aos ritmos previstos.

Realizámos os projectos de regadio de Chipembe e Nguri, dos quais hoje não fazemos o seu devido aproveitamento, por dificuldades de financiamento e de gestão técnica, sendo necessária a reabilitação das infraestruturas existentes.

Projectos importantes de desenvolvimento da nossa produção para a exportação, e que tinham impacto na melhoria das condições de vida das populações, das regiões onde se estavam a realizar, foram interrompidas ou mesmo destruídas algumas das realizações já feitas, nomeadamente na produção de carvão, de minérios de tântalo, de açúcar, de chá, da copra e do algodão.

Tínhamos projectos que visavam melhorar a circulação de pessoas e mercadorias, o escoamento de produtos estratégicos de exportação, o abastecimento em produtos de consumo e extensas áreas do país e o escoamento de produtos agrícolas, que tivemos que interromper por causa da guerra, nomeadamente a estrada Nampevo/Alto Molocué, os trabalhos de renovação de via da 2ª fase de reabilitação da linha do Norte e a linha férrea Dondo/Moatize.

O projecto Têxtil de Mocuba, que previa a produção de tecidos pesados de algodão, e visava beneficiar o local da sua implantação, com algumas realizações sociais, nomeadamente, energia, água e infraestruturas sociais, encontra-se atrasado devido aos efeitos directos e indirectos da guerra.

A guerra paralizou grande parte dos trabalhos de inventariação e pesquisa de detalhe dos nossos recursos minerais que iria permitir prospectar a abertura de novas minas e promover o aproveitamento industrial dos nossos recursos minerais, nomeadamente no norte e centro do país.

Muitos outros projectos e iniciativas foram também afectados pela guerra.

No projecto Têxtil de Montepuez foram realizados os estudos preliminares e a análise do potencial de água, tendo posteriormente sido suspenso, pois exigia investimentos em infraestruturas que o país não poderia realizar. Em coordenação com o financiador, foi acordado priorizar a utilização dos fundos para outros projectos de reabilitação e não para projectos novos nesta fase.

Apesar de todas as dificuldades conseguimos materializar algumas realizações importantes.

Concluimos as barragens de Corumana e dos Pequenos Libombos que vão permitir um controlo das cheias, melhorar o abastecimento de água à cidade de Maputo, a irrigação de extensas áreas propícias para a agricultura e aumentar a nossa capacidade de produção de energia hidro-eléctrica.

Foi realizada a obra de abastecimento de água ao planalto de Mueda que poderia beneficiar hoje mais de 100.000 pessoas, se não fossem as dificuldades ainda existentes no funcionamento do sistema, por problemas financeiros e de gestão que urge ultrapassar.

Foi reiniciada a obra do novo sistema de abastecimento de água a Pemba que deverá iniciar o seu funcionamento em 1989, mas só estará completamente concluída em 1990.

Está em conclusão final, a obra de abastecimento de água a Maputo que ainda este ano entrará em funcionamento.

Um adicional de 900.000 pessoas em zonas rurais foram abastecidas de água potável no período de 1983 a 1987.

Neste período foram construídas mais de 1.600 novas fontes de água (poços e furos) o que significa mais de 400 novas fontes de água por ano, mais do dobro do realizado em anos anteriores.

No âmbito do saneamento em meio urbano são de realçar as obras do sistema de esgotos e de águas residuais, e a importante obra de drenagem na cidade de Maputo.

Nas zonas peri-urbanas a cobertura em latrinas passou de 47% em 1983 para 55% em 1987, dos quais cerca de 10% em latrina melhoradas.

No âmbito das pescas, a conclusão dos entrepostos frigoríficos da Beira e de Quelimane veio permitir a centralização em terra dos produtos de exportação e permitir melhorar a qualidade do camarão exportado.

A conclusão da fábrica de conservas da Beira permitiu o abastecimento em peixe a algumas zonas do interior e o aumento da produção nacional de farinha de peixe para a produção de rações animais.

A conclusão do cais de pesca de Quelimane melhorou o manuseamento dos produtos e as condições de apoio aos barcos de pesca.

O desenvolvimento da capacidade portuária em Maputo melhorou a prestação de serviços específicos à frota pesqueira.

Verificou-se também o aumento da capacidade de produção de redes de pesca, com a ampliação da fábrica de Maputo.

Neste momento temos 10 combinados pesqueiros com 27 postos de apoio e compra. Os combinados pesqueiros garantem a manutenção da actividade da pesca artesanal nos aspectos de captura, processamento e comercialização e permitem ao pescador obter materiais e aprestos de pesca, embarcações e ferramentas. Eles também prestam outros serviços, como campos de secagem, oficinas, frigoríficos e transportes.

Os combinados pesqueiros servem já 18.000 pescadores. Desde 1983 entraram em funcionamento 7 combinados, nomeadamente em Pemba, Ilha de Moçambique, Moma, Sopinho, Chicoa, Beira e Inhambane.

Prosseguiram os programas de investigação sobre os recursos em exploração, nomeadamente de crustáceos e realizaram-se actividades de pesca experimental de atum e anchoveta.

No âmbito da energia eléctrica, foi concluída a linha Centro-Norte que permite a utilização da energia eléctrica proveniente da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, nas províncias de Tete, Zambézia e Nampula, promovendo-se assim a poupança de combustíveis e potenciando bases energéticas para o futuro desenvolvimento destas regiões. A linha Nacala-Monapo-Nampula completa a linha Centro-Norte permitindo a sua interligação a Nacala.

Zonas com acesso difícil para abastecimento de combustíveis, começaram a criar a sua própria autonomia na produção de energia eléctrica, utilizando a água como recurso natural. Assim foram edificadas as centrais hidroeléctricas de Cuamba e Lichinga.

A ampliação da central de Pemba permitiu fazer face a novos consumos e assegurar a normalização do abastecimento de energia à cidade.

A central de emergência da Beira e a nova linha de abastecimento à Beira a partir de Chicamba permitiram aumentar a segurança de abastecimento de energia ao eixo Beira-Nhamatanda através de formas alternativas.

Além destes projectos, em todo o país foram construídas ainda mais 1000 km de redes de distribuição de energia de média e baixa tensão, que permitiram abastecer novos centros produtivos e cerca de 20.000 novos consumidores domésticos.

No âmbito da indústria têxtil foram introduzidas novas capacidades, de produção de cobertores em Pemba, de produção de peúgas em Maputo, de produção de fios para tecidos sintéticos em Marracuene, importando agora fazer o seu aproveitamento correcto.

No âmbito da indústria alimentar foram construídos na Beira os silos de segurança alimentar e na Companhia Industrial da Matola, os silos de farinha, uma padaria industrial e uma fábrica de rações.

No âmbito da indústria metalomecânica, foi concluída a primeira fase do projecto da Metecna na Beira, que irá produzir utensílios domésticos.

No âmbito dos transportes foi concluída a primeira fase de reabilitação da linha férrea do Norte que permite um melhor escoamento para o Porto de Nacala de produtos agrícolas, o abastecimento a zonas rurais de produtos de consumo, e um melhor abastecimento de combustível à cidade de Nampula.

Aumentou a capacidade de manuseamento nos Portos de Maputo e Beira de carga contentorizada quer nacional quer dos países da região, com a conclusão das respectivas terminais.

A terminal de carvão do Porto da Beira também foi concluída mas não tem o aproveitamento adequado, dadas as dificuldades no escoamento de carvão de Moatize.

Foram estabelecidas as ligações, Maputo-Beira-Nampula via satélite e estão em fase de implementação as redes locais de comunicação nas principais cidades do país, no prosseguimento do desenvolvimento da rede nacional de telecomunicações.

No âmbito da agricultura, foi concluído e está em operação o Entreposto Frigorífico de Maputo, que permite o armazenamento e conservação de produtos frescos, para o mercado interno e trânsito para exportação de produtos dos países vizinhos.

Foram concluídos os silos de Conhane no distrito de Chokwè, para a limpeza, secagem e armazenamento de cereais.

Com vista à dinamização da acção de reflorestamento no país, estão a ser desenvolvidos projectos em Cabo Delgado, Niassa, Manica, Gaza e Maputo, para produção de lenha e carvão.

Está em curso o projecto de desenvolvimento agrícola de Inhassune-Ramalhusca em Inhambane para produção de algodão, milho e pecuária.

Com vista ao incremento da produção alimentar, integrando principalmente o apoio ao sector familiar e aos pequenos produtores, realizam-se projectos de desenvolvimento rural em Manica, Moamba-Sabié, Marracuene e Moamba.

Estão também a ser preparadas áreas irrigadas em Tete no vale de Nhartanda.

No âmbito da produção de sementes, estão em curso, com fábricas de beneficiamento de sementes, projectos em Maputo, Gaza, Manica e Nampula e está já em organização a empresa que se irá dedicar a esta actividade.

Foram construídas fábricas de leite em Maputo, Zambézia, Nampula e Sofala.

Está em curso o desenvolvimento da piscicultura de águas doces em Maputo, Gaza e Manica.

No âmbito da pequena indústria foram instaladas prensas para a extração de óleo de girassol e de gergelim em Pemba e Montepuez, com capacidade de 15 litros de óleo por hora.

Prensas manuais para a extração de óleo de copra com vista a produção de sabão, com capacidade para 100 Kgs. de sabão/dia, foram instalados nas províncias da Zambézia e Inhambane.

Uma cooperativa em Boroma, na província de Tete, faz curtimenta de peles utilizando extractos de árvores.

Foram instaladas cerca de dez moageiras na província de Cabo Delgado, em Pemba e nos distritos de Mocimboa da Praia e Mueda, com capacidade de 3 a 4 toneladas de milho/dia.

Em Sofala desenvolvemos no campo um projecto de apoio às pequenas industrias nomeadamente, carpintarias, latoarias, serralharias, fição e tecelagem.

Além dos projectos referidos, muitos outros de pequena e média dimensão foram realizados no país não sendo possível fazer a sua enumeração exaustiva.

O Partido Frelimo tem como objectivo supremo a edificação em Moçambique de uma sociedade livre da exploração do homem, onde as condições materiais da vida do povo melhorem continuamente e onde as suas necessidades possam ser satisfeitas de modo crescente.

O processo de edificação do socialismo exige que criemos uma economia independente e avançada, com um desenvolvimento harmonioso, aproveitando os nossos recursos naturais e potencialidades económicas.

A nossa economia é frágil e altamente dependente do exterior.

A nossa produção agro-pecuária e industrial é pouco desenvolvida tecnicamente e a produtividade e eficiência do trabalho são muito baixas.

A nossa estrutura económica é distorcida, com um desenvolvimento desequilibrado das várias regiões do país.

As múltiplas tarefas do desenvolvimento do país exigem quadros cientificamente preparados, e ainda não possuímos em quantidade e qualidade suficientes.

A eliminação do subdesenvolvimento e a criação das bases para o estabelecimento de uma economia estável e independente que assegure a satisfação crescente das necessidades fundamentais do povo é um caminho longo que temos que percorrer e compreende várias etapas.

Hoje o nosso esforço está concentrado na reabilitação da nossa economia.

A participação neste esforço nacional, deve ser realizada por todo o povo moçambicano, e exige a participação activa dos diferentes regimes de propriedade - a propriedade estatal, cooperativa, familiar, privada e mista.

O objectivo principal hoje está em conseguir a curto prazo a recuperação da produção alimentar.

O combate à fome constitui a nossa primeira prioridade. Há actualmente grande carência de produtos alimentares e aqueles que são postos ao dispôr do nosso povo são na sua maioria doados ou importados.

A agricultura, base do nosso desenvolvimento, deve transformar-se de facto na nossa principal prioridade. Na agricultura está 80% da nossa população. Da agricultura vêm grande parte dos produtos da nossa alimentação.

A agricultura deve ser objecto de uma acção concentrada de todas as estruturas partidárias, governamentais e organizações sociais com vista à optimização da nossa actuação, no sentido do aumento de produção agrária.

Devemos reforçar o apoio efectivo ao sector familiar, ultrapassando as dificuldades que ainda se fazem sentir.

Para estimular e dinamizar a produção agrícola de milhões de camponeses do nosso país, devemos mobilizar meios e recursos, garantir a comercialização e escoamento dos excedente e reforçar o apoio técnico proporcionando um apoio eficaz ao camponês que o leve a interessar-se pelo aumento da produção e a dedicar o melhor do seu esforço e tempo nesta actividade.

As empresas estatais devem ser estruturadas de modo a assegurar-se que disponham de uma gestão capaz e trabalhem com eficiência.

Devemos apoiar e estimular as iniciativas dos camponeses que desejem voluntariamente associar-se em cooperativas e outras formas de colaboração.

O apoio às cooperativas deverá ter como resultado mobilizar, estimular e libertar a imensa iniciativa criadora do camponês, a sua imaginação para que ele seja o sujeito e o beneficiário do seu próprio trabalho.

A experiência mostra-nos que onde se prestou apoio adequado às cooperativas voluntariamente desejadas e criadas pelos interessados obtiveram-se sucessos assinaláveis.

Devemos abandonar o paternalismo e a tendência para a interferência administrativa na actividade das cooperativas. Não se devem fazer promessas de recursos que não se têm ou que são pouco adequados.

A cooperativização é o resultado da transformação global do camponês. Essa transformação passa por várias fases de organização dos camponeses, como por exemplo associações e cooperativas de serviços.

Em relação às cooperativas existentes deve haver acções de consolidação - investimentos, assistência técnica, factores de produção e reforço da capacidade de gestão e técnica -, respeitando sempre a vontade dos cooperativistas.

O desenvolvimento rural é o desenvolvimento do campo de todas as áreas económicas e sociais - agricultura, indústria, comércio, banca, finanças, educação, saúde, etc - de uma forma integrada e coordenada a todos os níveis, sobretudo a nível da localidade, senão mesmo da aldeia ou qualquer aglomerado populacional de base.

O Estado deve assegurar uma correcta coordenação e integração de acções combinadas de todas as instituições estatais e sociais que participam no desenvolvimento integral do campo.

Deverá ser corrigida a tendência verificada no passado de olhar para as aldeias comunais apenas como núcleos populacionais desprovidos da necessária base económica. Esta é, em última análise, o suporte que predetermina a organização local, a divisão de trabalho e as relações económicas no seio da comunidade.

O desenvolvimento das aldeias comunais deve conduzir no futuro, a núcleos populacionais dotados de uma base económica segura com habitação, escolas, postos sanitários, centros de saúde, poços e furos de água, energia, cooperativa de produção e de consumo e tudo quanto possa permitir a elevação do nível de vida das populações.

Nas aldeias comunais deve desenvolver-se uma vida comunitária, em que as populações assumam a direcção e gestão da vida colectiva com um conteúdo e formas democráticas.

As iniciativas individuais ou colectivas de moçambicanos associados ou não, a empresários estrangeiros - em especial os que estão nas zonas rurais, enfrentando situações de insegurança provocada pelos bandidos armados - devem merecer maior apoio, pois em condições difíceis dão provas de coragem e mostram uma grande dedicação ao país e confiança no futuro.

É de saudar a iniciativa dos empresários nacionais e as empresas em se associarem em organizações próprias.

Neste quadro é relevante referir a criação da Associação Industrial de Moçambique que reúne as empresas industriais e da Associação de Empresários Privados Moçambicanos.

Exortamos estas organizações a coordenarem esforços e agirem no sentido da valorização crescente das nossas capacidades e recursos, contribuindo assim para um processo genuíno de desenvolvimento do país.

O caminho a percorrer é longo e apresenta situações de difícil previsão e avaliação pelo que se impõe o aprofundamento do conhecimento da situação económica e social que o país atravessa e

os efeitos na evolução futura, o que permitirá dimensionar melhor os ritmos e proporções ramais do desenvolvimento em cada fase.

REABILITAÇÃO ECONÓMICA

As Directivas Económicas e Sociais do IV Congresso definiram como objectivo imediato do nosso desenvolvimento económico a realização de acções que concorram para o aumento rápido da produção agrária, com vista à elevação dos níveis de abastecimento do povo, ao aumento das exportações e ao aprovisionamento à indústria. Com este objectivo foi determinado que se deveria prestar um maior apoio ao sector familiar.

As directivas determinavam que se deviam adoptar medidas coordenadas no âmbito financeiro, crédito, preços e salários e emprego que, tendo em conta a elevação da produção material, se complementem e contribuam para estimular o aumento da produção e para o balanceamento das receitas e despesas da população e para o equilíbrio financeiro do Estado.

As directivas determinavam que se deveriam adoptar medidas para eliminar os excedentes da força de trabalho nas empresas e serviços.

As directivas determinavam que deveríamos simplificar e melhorar os métodos de direcção e gestão, adoptar medidas para promover a eficácia e assegurar maior autonomia financeira e administrativa às empresas.

As directivas determinavam que se deveria em particular, no âmbito da produção agrária para o consumo e para a exportação, estimular o sector privado que se mostre com capacidade de trabalho, de direcção e de iniciativa.

O Programa de Reabilitação Económica foi uma opção correcta e necessária para fazer face à situação do país. Ele surge como um desafio às capacidades de todo o povo moçambicano com vista a

estancar a degradação da economia e a iniciar uma progressiva recuperação da produção nacional e enquadra-se nas Directivas Económicas e Sociais do IV Congresso.

O Programa de Reabilitação Económica visa também reduzir os desequilíbrios económicos e financeiros e criar as condições para gradualmente se ir alterando a estrutura da nossa economia.

Já se começam a sentir alguns resultados positivos do Programa de Reabilitação Económica, nomeadamente:

- a produção nacional recomeçou a crescer;
- a produtividade do trabalho melhorou;
- para a comercialização agrária, existem mais produtos de troca;
- os preços ao produtor na agricultura, tornaram-se mais compensadores;
- melhorou a qualidade e diversidade de produtos no mercado;
- há um maior dinamismo empresarial;
- melhorou a gestão em muitos sectores económicos;
- verifica-se uma mudança de atitude perante o trabalho;
- denota-se mais espírito de austeridade em muitos domínios da vida económica.

De 1983 a 1986 o Produto Social Global decresceu cerca de 8%, dando continuidade à tendência negativa da economia que se verificou desde 1981.

Com a introdução do Programa de Reabilitação Económica estancou-se o decrescimento da economia e entre 1986 e 1988, verificou-se um crescimento do Produto Social Global de cerca de 8%. Este crescimento deveu-se principalmente à agricultura, à indústria e ao comércio.

A produção agrária, depois de um período em que se manteve mais ou menos estacionária, tem vindo a crescer após 1986, tendo atingido um crescimento de 6,9% em 1987 e de cerca de 5,7% em 1988.

Nos produtos agrícolas de exportação, a copra e o chá têm vindo a decrescer nas suas produções desde 1983. De referir que em 1983 produziram-se cerca de 51.000 toneladas de chá e 1841 toneladas em 1987, e na copra, em 1983, produziram-se 30.659 toneladas e 22.631 toneladas em 1988.

A produção comercializada da castanha de cajú cresceu em 1988 e foi de cerca de 44.000 toneladas, isto é, 2,4 vezes em relação a 1983.

Na produção comercializada de algodão verifica-se uma melhoria em 1987, onde se produziram cerca de 28.000 toneladas, mas em 1988, voltou a verificar-se uma quebra.

Na campanha de 1987/1988 atingiu-se uma produção comercializada de cerca de 81.000 toneladas de cereais que é superior em 8% ao índice atingido na campanha 1982/83.

De salientar que o sector familiar tem vindo a aumentar a sua participação, contribuindo na campanha 1987/88 em cerca de 53% da produção comercializada de cereais, quando em 1982/83 a sua contribuição era de 36%.

Esta tendência crescente tem vindo a ser verificada desde a introdução das medidas de reabilitação económica.

Na produção pecuária comercializada verifica-se um grande decréscimo na carne bovina, tendo-se atingido, em 1988, cerca de 2.900 toneladas, o que representa cerca de metade do que produzíamos em 1983.

Nas carnes de frango e suíno verificou-se uma tendência decrescente até 1987, mas em 1988, a produção começa a recuperar tendo-se produzido na carne de frango 1.503 toneladas e na carne de suíno cerca de 2.200 toneladas. Estes índices já são ligeiramente superiores aos atingidos em 1983.

No total da produção agrícola comercializada o sector familiar contribui hoje com cerca de 40%, o sector estatal com cerca de 26% e o sector privado com cerca de 33%.

Em 1982/83, o sector familiar contribuiu com cerca de 20%, o sector estatal com cerca de 64% e o sector privado com cerca de 14%.

O sector cooperativo contribui hoje com cerca de 1,2%, e na campanha de 82/83 contribuía com 0,65%.

A produção industrial tem vindo a crescer desde 1986, tendo atingido em 1988 um valor de produção correspondente a mais cerca de 12% do que o atingido em 1986. Mesmo assim a produção de 1988 representa só 70% da que atingimos em 1983.

Na produção industrial o peso principal concentra-se nas pescas e indústria transformadora.

No âmbito das exportações, as mesmas atingiram em 1986, cerca de 79 milhões de dólares o que representa 60% do que atingimos em 1983.

Após a introdução do Programa de Reabilitação Económica verifica-se uma tendência positiva nas exportações. Em 1988 atingimos um volume de exportações superior a 1986 em cerca de 30%.

Iniciam-se em todos os sectores de actividade, projectos e acções de reabilitação.

Estamos a realizar programas de desenvolvimento integrado de apoio ao sector familiar, nomeadamente na províncias de Cabo-Delgado, Nampula, Gaza, Inhambane e Maputo, para a produção alimentar e pecuária.

Estamos a reabilitar regadios no Xai-Xai e Macia na província de Gaza, em Chidjinguir na província de Inhambane, em Nicoadala na província da Zambézia, em Moamba, Manhiça e Marracuene na província de Maputo.

Estamos a reabilitar zonas florestais, para a produção de madeira, de lenha e combate ao movimento das dunas de areia em Maputo e Gaza.

Estão em curso acções de reabilitação da citricultura em Manica e Maputo.

Está em curso a reabilitação do matadouro da Matola.

Está em curso um projecto de multiplicação da mandioca e batata-doce em Maputo, Gaza, Inhambane, Nampula, Sofala, Zambézia e Tete.

Estão em curso acções de reabilitação do sector industrial do cajú.

Iniciámos a reabilitação das principais unidades da indústria têxtil, como a Texlom e a Textáfrica.

Reabilitámos a fábrica de alfaias agrícolas, a fábrica de motores eléctricos, a fábrica de papel e a fábrica de reparação de motores, todas em Maputo.

Iniciámos a reabilitação das fábricas de cerveja, tendo já hoje duplicado a sua capacidade real de produção.

Reabilitámos a fábrica de refrigerantes da Beira, e estamos a finalizar a reabilitação da fábrica de bebidas alcoólicas de Maputo para o aproveitamento de frutas nacionais.

Reabilitámos, na indústria alimentar, a fábrica de fermento, a moagem de trigo de Maputo e a moagem e a fábrica de massas e bolachas, na Mobeira na Beira.

Reabilitámos a frota da Emopesca e Pescamar e ampliámos a frota da Mosopesca.

Iniciámos a reabilitação do Porto da Beira, reabilitámos a linha férrea Beira-Machipanda, e reforçamos a capacidade de manuseamento dos Portos de Quelimane e Pemba.

Na Beira estamos a reabilitar os sistemas de abastecimento de água e de esgotos.

Neste momento, preparamos as condições para o início das obras de abastecimento de água à Beira.

Muitos outros projectos de reabilitação estão sendo realizados ou estão a iniciar.

O Estado deixou de poder suportar uma situação totalmente artificial, em que os preços dos produtos eram mantidos através dos subsídios ou à custa da progressiva degradação financeira das empresas.

A massa salarial do país, era completamente artificial, não recebíamos de acordo com o que produzíamos; vivíamos numa situação falsa.

Tínhamos sérios desequilíbrios financeiros na economia, nomeadamente:

- défices orçamentais e da balança de pagamentos enormes;
- degradação do valor do metical;
- política de crédito pouco selectiva;
- fundo de salários superior à capacidade do país.

Vivíamos uma situação de degradação substancial do nível de vida do povo, em função da carência de bens e serviços básicos e dos preços elevadíssimos praticados pelos candongueiros e especuladores.

As medidas tomadas pelo Governo com vista à correcção dos desequilíbrios mencionados tiveram como efeitos o aumento de preços de alguns produtos e bens essenciais nos circuitos legais de comercialização, e a diminuição do poder de compra das camadas sociais mais vulneráveis.

A conjugação dos efeitos da guerra e as dificuldades temporárias que a implementação do Programa de Reabilitação Económica acarreta, tem permitido que se desenvolvam certos comportamentos em instituições, empresas e pessoas que não são compatíveis com os valores e a ética que queremos implantar na nossa sociedade.

A candonga manifesta-se hoje de forma diferente. Procura-se por todas as formas, através do roubo, da fuga ao fisco, da corrupção e da especulação, conseguir a obtenção de lucros fáceis.

As despesas supérfluas, o esbanjamento e a utilização indevida dos bens do Estado, que certos elementos oportunistas têm promovido, não é de forma alguma consentânea com a austeridade que as nossas dificuldades económicas exigem.

A guerra, o desemprego, a difícil situação económica que muitas famílias enfrentam e o grande afluxo de população às cidades agravaram a marginalidade e a criminalidade.

Não foi possível em todas as fases da implementação do Programa de Reabilitação Económica, fazer preceder certas medidas de um correcto esclarecimento e um amplo movimento dos trabalhadores, o que originou uma compreensão deturpada do Programa e muitas vezes uma interpretação de que o PRE é uma acção ao nível dos preços e salários.

Esta actuação fomentou por outro lado o boato, e muitas decisões, antes de serem conhecidas oficialmente, já eram motivo de especulação por certos elementos no seio da população.

Estamos conscientes que certas medidas não podiam ser revelados com antecedência porque a sua divulgação poria em causa o impacto que se pretendia atingir com as mesmas.

No entanto, sempre que as medidas possam ser divulgadas, devemos fazê-lo.

O Programa de Reabilitação Económica, tem merecido um grande apoio da comunidade internacional quer a nível bilateral, quer a nível multilateral.

O nosso relacionamento internacional tem-se intensificado, e temos recebido provas de uma maior compreensão da nossa realidade económica, quer de países, quer de instituições internacionais.

No período de 1980 a 1986 verificou-se o maior aumento do endividamento externo do país, quando a dívida passou de 750 milhões de dólares para 3,2 biliões de dólares. Em 1988 a dívida externa do nosso país ascendia a mais de 4 biliões de dólares, o que representa cerca de 225% do Produto Interno Bruto contra uma proporção de 30% em 1980.

Foi a partir de 1982 que a situação se tornou grave. Como resultado da intensificação da agressão externa e da crise económica internacional operou-se uma drástica redução da actividade económica e consequentemente das exportações. Em consequência diminui a capacidade de reembolso e houve contração dos fluxos financeiros para a economia. Confrontada com esta adversidade, a economia moçambicana viu as suas receitas líquidas reduzidas; as necessidades de importação tiveram que ser contidas nos limites do possível representando em 1985 cerca de metade dos níveis médios anuais atingidos no período 1980/1981. As reservas internacionais do país esgotaram-se verificando-se atrasos no cumprimento das obrigações financeiras assumidas.

Confrontados com a exigência de honrar compromissos do serviço da dívida externa que a economia não pode suportar, tivemos de iniciar conversações com os nossos credores com vista a renegociar condições de reembolso que a economia podia suportar.

Os países e instituições financeiras que desde longa data nos apoiam responderam ao nosso apelo concedendo-nos condições favoráveis para o reembolso da dívida e mesmo perdendo-a, e concedendo-nos novos financiamentos. Hoje juntam-se cada vez mais novos apoios em toda a parte do mundo.

O país beneficiou já de um apoio adicional do Banco Mundial, no valor de cerca de US\$ 400 milhões. Os financiamentos do FMI são destinados a reforçar o Fundo Cambial e as Reservas do país.

O apoio que a RPM tem recebido da comunidade internacional permitiu-nos o início da inversão da tendência decrescente da nossa economia e o alívio da situação de emergência em que milhões de cidadãos moçambicanos se encontram. Temos de prosseguir esforços concertados para mobilizar mais apoio para o esforço de reabilitação nacional e por uma solução justa do problema da dívida externa. Esta solução só poderá existir se o pagamento resultar de desenvolvimento auto sustentado da economia e não agravar mais o nível de vida da população. Não há soluções imediatas nem medidas que a curto prazo permitam inverter toda a situação, tal como não tem havido solução para a situação económica dos restantes países em desenvolvimento, ao longo dos últimos anos.

Para o efeito temos consciência de que devemos ser nós a consentir os sacrifícios possíveis para o desenvolvimento da nossa economia, promovendo o aumento da produção, maior rigor e austeridade nos gastos e utilização dos recursos, tanto os nacionais como os que são disponibilizados a nível internacional.

Devemos prosseguir o desenvolvimento do nosso relacionamento com instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, mas tendo sempre presente a necessidade do desenvolvimento harmonioso e independente da nossa sociedade.

O Programa de Reabilitação Económica deve prosseguir e deve estar permanentemente subordinado e compatibilizado com os objectivos do Programa do Partido, nomeadamente na resolução dos problemas de produção e de produtividade mantendo-se em termos estratégicos a linha de orientação do Partido.

As medidas ao nível da produção material, e as medidas ao nível financeiro no âmbito do Programa de Reabilitação Económica destinam-se a promover a produção e o crescimento da economia.

Os resultados positivos do Programa de Reabilitação Económica, reflectir-se-ão, necessariamente na nossa capacidade de posteriormente iniciar um desenvolvimento mais intensivo da economia nacional que criará a base material para o progresso e bem estar material e espiritual do nosso povo.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Os efeitos da guerra de desestabilização que nos é movida do exterior através dos bandidos armados continuam a fazer-se sentir no nosso país e, conseqüentemente, milhões de cidadãos moçambicanos sofrem ainda inúmeras privações.

De um modo geral a situação de segurança continua a provocar grandes movimentos de pessoas que atravessam as fronteiras em ambas as direcções.

Em 1988 regressaram voluntariamente ao país, cerca de 69.000 moçambicanos. 20.000 foram repatriados compulsivamente, da África do Sul em 1987 este número atingiu os 47.000.

As operações militares realizadas com sucesso, em diversas zonas do país, permitiram a libertação de milhares de famílias e o aumento das áreas de acesso. Isto reflecte-se no aumento de pessoas necessitando de apoio, dado o estado de extrema carência a que ficaram reduzidas no cativeiro dos bandidos armados.

Até finais de Dezembro do ano findo, o número da população afectada e deslocada rondava os 5 milhões enquanto o número de moçambicanos no exterior, em finais do mesmo, era de aproximadamente 1 milhão.

A situação de emergência prevalece no nosso país como resultado dos factores já aludidos.

A experiência que fomos acumulando ao longo do tempo em que vimos desenvolvendo acções para fazer face à situação de emergência, levou-nos ao aumento da nossa capacidade de resposta a este desafio, embora subsistam, algumas dificuldades.

As acções desenvolvidas no âmbito da emergência são, indubitavelmente, de ampla envergadura e vêm sendo realizadas com inegável coragem, considerando as difíceis condições que vivemos no nosso país.

Para se alcançar maior êxito e eficiência na execução do Programa de Emergência torna-se necessário que as estruturas nelas envolvidas melhorem a sua organização, articulação e coordenação.

A comunidade internacional, por seu turno, também tem-se empenhado afincadamente nas acções de emergência, deixando bem patente uma sensibilidade cada vez maior em relação a toda a problemática da emergência existente no país.

O esforço realizado nos últimos dois anos, no âmbito da emergência, permitiu suavizar o sofrimento de mais de 5 milhões de moçambicanos e apoiá-los na sua reintegração económica e social.

É de saudar o trabalho notável, digno de realce, realizado no âmbito da emergência, por todos os trabalhadores e entidades nela envolvidos.

Uma análise do cumprimento das várias acções levadas a cabo no âmbito da emergência, permite-nos chegar a conclusões gerais:

Os problemas logísticos dificultam a distribuição da ajuda de emergência e a execução dos programas de reabilitação de famílias em muitas zonas do país.

As dificuldades de segurança, particularmente nas zonas rurais, continuam a ser um grande obstáculo à implementação eficaz dos programas de emergência e de reabilitação económica e social das famílias deslocadas.

A capacidade de gestão dos programas de emergência e de resposta às diversas situações necessitam ainda de serem reforçadas e melhoradas.

A ajuda da comunidade internacional ainda não tem sido disponibilizada a tempo para responder aos problemas detectados.

A inexistência de reservas alimentares no país e a carência de meios fazem com que frequentemente em certas regiões se verifiquem rupturas alimentares com sérias consequências principalmente sobre os grupos mais vulneráveis.

Estes factores e outros contribuíram para que não tivéssemos obtido o máximo de eficiência na implementação do Programa de Emergência.

A Emergência recebeu apoio da comunidade internacional que de Junho/88 a Junho/89 rondará cerca de 300 milhões de dólares, destinados à aquisição de meios de produção para a agricultura, à alimentação, aos serviços básicos para a população, aos transportes e a outros serviços. E esperamos também receber cerca de 500 mil toneladas de produtos alimentares.

O Programa de Emergência permitiu-nos iniciar a reabilitação de estradas, a aquisição de meios de transporte e de equipamento e de uma maneira geral podemos referir que no âmbito do programa têm sido realizadas importantes acções no campo da ajuda alimentar, da agricultura, da saúde, das águas e da educação entre outros, no quadro da sua integração nos esforços de reabilitação económica.

Efectuou-se a distribuição de sementes e utensílios em quantidades que representam grande parte da distribuição nacional.

Os camiões que transportam alimentos e bens de socorro são utilizados, no retorno, para o escoamento de diversos produtos.

Alimentos para distribuição gratuita são utilizados para financiar acções de reabilitação tais como a reparação de estradas e pontes, a recuperação de pistas de aterragem, limpeza de canais de regadio e reparação de pequenos portos assim como para reactivar a economia local.

Através do Banco de Alimentos tem sido possível contribuir para a estabilização da força de trabalho em unidades agrícolas.

Tem sido cada vez maior a utilização de fundos de emergência em moeda externa para a aquisição de bens e serviços no mercado interno, fomentando a produção nacional e o emprego.

Fundos de emergência têm sido utilizados para o aumento de capacidade nos nossos portos, em particular de nível secundário e terciário, para o aumento da frota de pequena cabotagem, reabilitação de troços ferroviários, afectação de camiões aos comerciantes distritais e para abertura de poços e furos.

Foram recuperadas escolas e unidades sanitárias, tanto ao nível local como provincial.

Esta utilização multisectorial dos fundos do Programa de Emergência constitui uma importante contribuição na reabilitação e o desenvolvimento das zonas afectadas.

É necessário encarar a emergência nas suas reais dimensões e no seu carácter duplamente transitório e estrutural, para o mais rapidamente possível sairmos dela.

Não se deve incentivar a mentalidade de ficar à espera de que todas as preocupações sejam resolvidas pelo exterior.

Devemos, no âmbito da emergência, ter sempre como objectivo criar as condições, para o reinício da produção, pelo que é imperioso trabalharmos no sentido de utilizarmos com maior eficiência, os bens recebidos, com o objectivo de apoiar a reabilitação da produção da população afectada.

Neste sentido, é importante que se enviem para as zonas afectadas, para além de bens essenciais à vida da população, também instrumentos de produção.

Na distribuição de terras devemos dar particular atenção aos deslocados de guerra.

Logo que estejam criadas as condições necessárias, deverá permitir-se o regresso das populações deslocadas às suas zonas de origem, para lá se dedicarem à produção.

Hoje, verificam-se ainda, desvios de produtos destinados ao Programa de Emergência, fazendo com que muitas vezes apareçam produtos à venda nas cidades, em detrimento das zonas rurais, onde a guerra e as calamidades naturais mais se fazem sentir.

O controlo mais rigoroso da distribuição dos produtos destinados ao Programa de Emergência deve merecer uma atenção especial, de forma que se evitem situações em que esses produtos destinados aos afectados e deslocados, vítimas do terrorismo e das calamidades naturais, apareçam à venda em zonas não abrangidas pela emergência, onde concorrem com os produtos incluídos no processo normal de comercialização.

Com vista a combater esses desvios ainda existentes e fazer chegar os produtos de emergência aos seus destinatários, o Governo deverá tomar medidas para corrigir as situações anómalas e punir os seus responsáveis.

Paralelamente, deverão ser envidados esforços no sentido de se elevar o nível de gestão do Programa de Emergência.

No âmbito da recuperação de infraestruturas, devemos priorizar aquelas que foram destruídas pela guerra e, nesse sentido concentrar todos os esforços e meios disponíveis para o efeito.

O Programa de Emergência visa socorrer as famílias vítimas da guerra e das calamidades naturais e criar gradualmente condições para a sua inserção no processo de desenvolvimento económico.

Neste sentido, as acções no âmbito da emergência devem cada vez mais estarem inseridas no esforço nacional de reabilitação económica, nomeadamente:

- criando condições para a reabilitação da vida económica e social da população rural afectada e deslocada, em especial através do relançamento da produção agrária, da reabilitação da rede comercial rural e do restabelecimento do sistema de transportes;
- apoiando o processo de escoamento nas zonas abrangidas pela emergência;
- permitindo a reabilitação de infraestruturas sócio-económicas, em especial as vias de acesso, sistemas de abastecimento de água e de regadio, unidades de produção, transportes e comunicações, escolas, unidades sanitárias;
- utilização crescente da produção nacional de bens e serviços para satisfazer necessidades do âmbito da emergência.

POR UMA POLÍTICA DEMOGRÁFICA

Nos programas de desenvolvimento sócio-económico do país, o Partido Frelimo e o Governo da República Popular de Moçambique colocam o homem e a satisfação das suas necessidades fundamentais no centro das atenções e prioridades. Na elaboração da estratégia de desenvolvimento sócio-económico é, por isso, necessário garantir uma adequada interligação entre os processos económicos e os demográficos, dando particular atenção àqueles que exercem influência e condicionam o nível de vida e de trabalho da população.

Quando o ritmo do desenvolvimento do país é inferior ao do crescimento da população, os problemas daí resultantes atingem proporções preocupantes nos domínios económico, social, demográfico, espacial e ecológico.

Como consequência da fraca base material e económica, o país não está em condições de oferecer, nem de assegurar condições económicas, sociais e culturais de vida a níveis aceitáveis.

Nas actuais condições sócio-económicas o crescimento natural da população e as migrações do campo para a cidade e para os países vizinhos complicam os problemas de carácter sócio-demográfico, já existentes.

O crescimento demográfico e seus fenómenos concorrentes, e a contínua migração de habitantes do campo para a cidade atingem já as proporções de crise social, cujas repercussões afectam a qualidade de vida da população. A tendência de crescimento no agregado familiar cujo orçamento se revela insuficiente para fazer face às despesas para o consumo corrente e ao pagamento dos serviços sociais, bem como à utilização de infraestruturas provoca graves problemas à economia de muitas famílias.

Esta situação é mais grave nas cidades e muito em particular nas capitais provinciais e em Maputo, maior centro económico, político, administrativo, científico e cultural do país. A população migrante é constituída sobretudo por crianças, jovens e velhos. O ritmo desta migração é muitas vezes superior ao do crescimento natural, o que está a contribuir para uma explosão demográfica nas cidades do país.

Esta população migrante, normalmente de fracas posses, impelida a viver em condições muito precárias, constitui a maioria da população urbana. Ela tem de fazer face ao desemprego ou subemprego, às condições de vida anti-sanitárias, aos transportes escassos, à candonga, à insegurança, à falta de oportunidades educacionais, à ausência de saneamento, água potável, alimentos, combustíveis, carências estas que se aliam à desintegração dos valores morais tradicionais e da vida familiar normal.

A menos que se reverta a tendência actual, grande parte da população moçambicana estará comprimida na periferia dos centros urbanos, com todos os efeitos negativos daí decorrentes.

Embora as causas da maioria dos problemas sejam sobejamente conhecidas, não podemos deixar de os abordar na perspectiva demográfica mais ampla que tem em conta o problema do aumento da população em números absolutos.

Assim, desde logo o rápido crescimento da população provoca efeitos negativos sobre a qualidade e quantidade do ensino, o que significa reduzir a contribuição da educação para uma maior igualdade social, retardar a expansão dos programas educacionais, resultando daí o aumento do analfabetismo e da ignorância.

Nas condições actuais é extremamente difícil oferecer alojamento à população em rápido crescimento, especialmente nas cidades.

O crescimento demográfico afecta a situação da saúde de diversas formas. Isto é mais grave quando, como hoje, o número de pessoas necessitando de cuidados médicos está a crescer muito mais depressa do que crescem os serviços de saúde existentes.

É sabido que o congestionamento da habitação, quando acompanhado por uma deficiente sanidade, provoca e agrava a propagação de doenças.

Igualmente preocupante é a questão do desemprego. O país não dispõe de meios para realizar os necessários investimentos geradores de novos empregos a um ritmo desejável. O ritmo de crescimento económico não garante pois a manutenção da taxa de emprego actual e não acompanha por isso o crescimento da população.

Estes exemplos de consequências do crescimento da população a sua distribuição colocam em evidência a complexidade do problema e a urgência da análise da questão com todas as suas implicações, com vista à adopção de medidas conscientes relacionadas com a política demográfica do país.

Neste domínio a ausência de definição de política resulta em si uma política. Os efeitos das transformações passam a fazer-se sentir de forma vertiginosa e descordenada.

A presente situação de guerra e de crise económica não nos deve levar a descurar o problema de fundo que é permanente.

Cada pessoa que nasce exerce um pouco mais de pressão sobre os recursos da terra, sobre os seus alimentos, sobre a sua água, a sua energia, o seu espaço.

A resposta a ser dada ao problema demográfico influenciará inevitavelmente a configuração que queremos para nós próprios e para as gerações vindouras.

Devemos pois avaliar e integrar a componente demográfica no processo de planificação global do desenvolvimento sócio-económico do país, para evitar que programas e projectos sejam comprometidos.

PELA PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE

A problemática da utilização racional dos recursos naturais é um assunto de grande actualidade, pela sua interacção com uma série de factores característicos da etapa contemporânea do desenvolvimento da humanidade.

A perspectiva de criarmos a base material para o bem estar social deve integrar as variáveis ambientais, para se assegurar a utilização correcta dos nossos recursos naturais, no quadro da manutenção do balanço entre a produtividade natural e a economia.

O nosso país possui grandes potencialidades em recursos naturais, mas o manancial das riquezas que o nosso território possui tem limites. Isto implica o seu uso programado e a adopção de cuidados de protecção ambiental.

A guerra de agressão, as calamidades naturais e uso irracional dos nossos recursos naturais têm tido efeitos nocivos no meio ambiente, efeitos estes que, no conjunto, fazem já despontar graves perigos, exigindo medidas que envolvam toda a sociedade.

Como resultado da desestabilização, cresceu vertiginosamente a população urbana nas nossas cidades e vilas. Estas, começaram a sofrer os efeitos da sobre-utilização de infraestruturas, do saneamento inadequado, da destruição da cobertura vegetal e da erosão de solos nas cinturas periurbanas.

A prática indiscriminada de desflorestamento levada a cabo pela população em busca de combustível lenhoso e pelas empresas madeireiras, sem ser acompanhada de medidas de reflorestamento, tem provocado o aparecimento de extensas áreas desnudadas e a depredação do património florestal nacional. Alastra a erosão no campo provocada por queimadas não controladas, práticas incorrectas, enxurradas e outros factores.

A nossa fauna bravia tem sofrido a acção criminosa dos bandidos armados que já destruiu as infraestruturas e os efectivos dos parques nacionais e reservas especiais que possuímos. No que respeita aos efectivos animais, esta acção é agravada pela acção dos caçadores furtivos.

Estima-se que, para além das espécies que estavam protegidas, outras espécies animais e vegetais estejam em risco de extinção. O abate indiscriminado e clandestino de elefantes e rinocerontes, e o tráfico ilegal de marfim e troféus tem constituído uma prática constante do banditismo armado e de caçadores furtivos que promovem a sua exportação ilegal. Para prevenir o esgotamento dos mananciais de alguns recursos pesqueiros devemos intensificar o controle, fiscalização e aperfeiçoar e aplicar legislação pertinente.

Devem-se tomar medidas para travar a poluição química que se verifica em algumas águas interiores em índices crescentes.

As nossas regiões costeiras, em quase todas as províncias litorais, necessitam de medidas urgentes de protecção e de fixação da linha da costa.

Assiste-se à salinização progressiva dos rios e lençóis freáticos, prejudicando a agricultura e o abastecimento das populações, para os quais é necessário estabelecer medidas de protecção.

A instalação de alguns projectos industriais e agrícolas sem prévio estudo dos impactos ambientais podem criar sérias perturbações ecológicas regionais no país.

Estes fenómenos representam apenas alguns exemplos de problemas do meio ambiente que enfrentamos, para quais é necessário tomar medidas pertinentes por forma a proteger o potencial produtivo dos nossos recursos naturais.

A promoção do nosso desenvolvimento pressupõe assumirmos uma nova atitude perante o ambiente. O conhecimento das riquezas naturais e o respeito pelo equilíbrio ecológico devem constituir matérias

dos programas de formação nos estabelecimentos de ensino, de forma a promover o amor pela natureza e a educação ambiental.

Devemos estimular a criação de associações de defesa do ambiente e o lançamento de campanhas que envolvam os jovens, as organizações sociais e a comunidade em geral, em trabalho de plantio de árvores, jornadas de convívio em parques e visitas a jardins zoológicos.

É necessário que o Estado estabeleça medidas que garantam a integração das variáveis ambientais nos modelos de planificação do desenvolvimento sócio-económico. Na sua implementação, a Comissão Nacional do Meio Ambiente deve assegurar a devida coordenação intersectorial dos vários organismos vocacionados para as áreas de gestão e investigação do meio ambiente.

O Estado deverá garantir a correcta e efectiva implementação da Lei de Terras, aprovar nova legislação e aperfeiçoar os instrumentos jurídicos que impulsionem a obrigatoriedade de análise das repercussões ambientais nos projectos económicos de envergadura.

A República Popular de Moçambique não permite que sejam exportados para o seu território os desperdícios e factores de risco dos países industrializados, posição que se situa na linha de decisão da OUA de não-recepção de lixo tóxico em solo africano.

Devemos estar atentos e, sempre que tal corresponda aos nossos interesses, associarmo-nos ao movimento que hoje se desenvolve ao nível mundial, na tomada de medidas de protecção do meio ambiente, valorizando os nossos recursos naturais em benefício do nosso povo e das gerações futuras.

DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO

A luta contra o subdesenvolvimento, pela liquidação dos grandes males que continuam a afectar o nosso povo - a fome, a nudez, o analfabetismo, as doenças endémicas - e pelo crescimento económico seguro que permita uma constante melhoria das condições de vida das populações exige a máxima utilização das conquistas da ciência e da técnica.

São imensas as possibilidades oferecidas pelos mais recentes avanços científicos e suas aplicações tecnológicas. Cabe-nos a missão de alcançar um suficiente domínio da ciência e da técnica, absorvendo aquilo que nos centros mais avançados é realizado e desenvolvendo a nossa própria produção científica e tecnológica para identificar soluções viáveis e que sejam as mais adequadas para os nossos problemas e as nossas condições.

Difícil é a tarefa que se coloca aos nossos cientistas e técnicos que terão de lidar com problemas em que os recursos humanos e materiais serão muito distintos obrigando a soluções igualmente distintas o que só será possível com um conhecimento profundo da nossa realidade tecnológica, económica e social.

A necessidade de equipararmos os nossos técnicos aos padrões internacionalmente aceites, dominando as mais modernas técnicas e as mais sofisticadas abordagens da ciência contemporânea, não nos devem pois alienar das realidades que nos são impostas pelos condicionamentos actuais ou afogar-nos no desespero das carências que o país sofre.

São precisamente as dificuldades que atravessamos que nos obrigam a uma maior e melhor criatividade, maior perseverança e a um comportamento profissional mais brioso. Ser um técnico capaz, é saber transformar a natureza em favor da sociedade tendo em conta a realidade objectiva.

Ser técnico hoje, na República Popular de Moçambique, significa termos orgulho de ser cada vez mais exímios na criação e no domínio das técnicas que melhor servem em cada momento o país, não obstante esse engenho e essas técnicas terem que se basear nos princípios aparentemente simples das ciências ou em métodos aparentemente menos evoluídos.

Não menos importante do que a importação e absorção do conhecimento produzido em todo o mundo é a nossa própria produção de conhecimento científico. Com efeito, pela especificidade das nossas condições naturais, do nosso nível de desenvolvimento sócio-económico e do tipo de problemas que enfrentamos, é necessário que as soluções propostas não sejam meras transposições de soluções alheias mas que elas incorporem uma correcta adequação às nossas realidades, isto quando não se torne necessária uma solução totalmente original. A investigação científica tem, por isso, de ganhar uma dimensão cada vez maior e de ter um crescente impacto nos processos produtivos.

Infelizmente, a investigação científica realizada, não atingiu ainda a dimensão desejada nem teve até agora um impacto muito grande no sector produtivo.

Pelas condições concretas que se vivem em Moçambique, temos de priorizar a investigação com um carácter eminentemente aplicado de forma a que os seus resultados contribuam, a curto e médio prazos, para um aumento quantitativo e qualitativo de produção e da produtividade.

É extremamente importante que exista uma ligação muito estreita entre os centros de investigação e o sector produtivo, ligação essa funcionando nos dois sentidos: as empresas devem conhecer a potência de investigação existente, propôr os problemas que pretendem ver estudados, acompanhar a investigação, analisar os resultados e a viabilidade da sua aplicação; os centros de investigação devem conhecer as potencialidades e condicionalismos das empresas e instituições, suscitar debate sobre temas susceptíveis de dar novo

impulso à produção material e intelectual, envolver os técnicos das empresas na investigação discutir os resultados obtidos e envolver-se na aplicação prática dos resultados.

Neste processo, estabelece-se uma relação equilibrada entre o trabalho técnico-científico e os seus resultados materiais, equilíbrio que se consolida com o conhecimento que a sociedade atribui a essas realizações e pela criação de condições materiais propícias ao bom desempenho da actividade intelectual.

À medida das nossas possibilidades, devemos por isso incentivar para a carreira de investigação todos aqueles que mostrem capacidade e uma decidida vocação para tal, criando-se um ambiente propício para o desenvolvimento dos seus projectos, dando o devido destaque aos seus trabalhos e atribuindo também benefícios materiais, como sejam vencimentos adequados, melhores condições de vida, sempre que desses trabalhos resultem melhorias no processo produtivo do país.

Creemos também ser necessária a realização duma reflexão aprofundada que envolva a Universidade Eduardo Mondlane e os institutos de investigação conjuntamente com representantes das áreas prioritárias do sector produtivo e do aparelho de estado de forma a classificarem-se as áreas de concentração de esforços, as metodologias a seguir, a definição dos perfis profissionais e dos currículos, as formas de relacionamento entre as instituições de investigação e o sector produtivo, as alternativas para o financiamento da investigação e a difusão e aplicação do resultados obtidos.

A vida científica em Moçambique tem vindo a ser marcada por uma certa falta de dinamismo que se traduz por um reduzido número de iniciativas ,sendo muito reduzidos o número de seminários e conferências técnico-científicas , ós cursos de especialização e reciclagem, as palestras de divulgação científica e as bibliotecas especializadas.

No entanto, apesar das enormes dificuldades que enfrentamos, há um sem número de importantes realizações no país que deveriam ser analisadas, discutidas e criticamente avaliadas. Há experiências ricas que apenas são conhecidas por um pequeno número de pessoas envolvidas. Por isso, apoiamos as acções que nesses campos algumas instituições têm vindo a levar a cabo e desejamos que elas prossigam e se intensifiquem no futuro.

No processo de formação de técnicos, devemos por outro lado criar as condições para irmos também formando técnicos necessários às ulteriores fases do nosso desenvolvimento em muitos domínios da ciência e da técnica que hoje não parecem ser necessários.

Hoje a falta de quadros qualificados e competentes em muitos domínios obriga-nos a dispendir os escassos recursos de que dispomos na contratação de assistência técnica estrangeira. Mas esta não poderá realizar, por mais generosa que seja, todas as complexas tarefas que o processo do nosso desenvolvimento coloca e vai colocar em cada etapa, pois há tarefas cujo correcto e integral desempenho exigem quadros totalmente comprometidos com o seu povo, a sua cultura e história. Para superarmos estes problemas no tempo e no espaço devemos:

- programar e melhorar a formação técnico-científica dos quadros, integrando correctamente estes programas nos planos de desenvolvimento económico e social do país;
- seleccionar os quadros melhor dotados para frequentar cursos de formação em domínios do conhecimento científico avançados;
- melhorar e rentabilizar a utilização das instituições de ensino já existentes;
- promover uma ligação permanente entre as instituições de investigação e os sectores produtivos, tendo em vista o aumento de produção e da produtividade;

- estabelecer uma permanente troca de experiência com instituições de investigação estrangeiras, dando prioridade às instituições do nosso continente;
- melhorar e aperfeiçoar as acções de assistência técnica e da cooperação de modo a que se assegure a formação de técnicos nacionais e a transferência de tecnologia;
- melhorar o enquadramento dos quadros moçambicanos* formados dentro e fora do país;
- melhorar a distribuição de instituições de formação técnico-científica, pelas várias regiões do país;
- compatibilizar melhor o envio de moçambicanos para formação no exterior, com as necessidades reais do nosso desenvolvimento económico;
- compatibilizar melhor a formação de quadros com as tecnologias mais apropriadas para a nossa realidade;
- priorizar a formação de quadros agrários e promover a sua melhor utilização, em especial nas zonas rurais evitando-se a sua concentração nas cidades;
- priorizar a formação de quadros agrários no exterior em países com semelhantes condições para a agricultura;
- preparar programas de formação para os nossos camponeses, de forma a permitir um melhor rendimento do trabalho na agricultura.

O Partido Frelimo favorece as formas de cooperação para o desenvolvimento do homem e da sociedade moçambicana.

Neste contexto é necessário continuar a incentivar a participação directa de capital estrangeiro público ou privado nos projectos de desenvolvimento, na formação de quadros técnicos moçambicanos e uma transferência efectiva de tecnologia.

A contratação de técnicos estrangeiros deve obedecer a critérios e processos de contratação que considerem:

- a preparação e a formação de quadros nacionais;
- o melhor aproveitamento dos quadros nacionais.

CAPÍTULO VII

EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, SAÚDE, HABITAÇÃO, TRABALHO e COMUNICAÇÃO SOCIAL

EDUCAÇÃO

Na sociedade moçambicana a educação constitui direito fundamental de cada cidadão e é o instrumento central para a formação do nível técnico-científico dos trabalhadores. Ela é o meio básico para a aquisição da consciência social e cívica requerida para a compreensão e intervenção nas tarefas e transformações do desenvolvimento nacional.

Sintetizando a filosofia da educação desenvolvida nas zonas libertadas, a nossa política educativa é orientada pelo Sistema Nacional de Educação. Ele tem como objectivo central a formação do homem moçambicano, com consciência patriótica, animado pelo espírito de solidariedade ética e cívica, do brio pelo trabalho, cientificamente qualificado, profissional e tecnicamente capacitado e culturalmente liberto.

A implementação do Sistema Nacional de Educação é condição da erradicação do analfabetismo, da generalização e universalização do ensino primário, como educação de base, da formação dos quadros para as necessidades do desenvolvimento económico e da investigação técnico-científica.

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO, REALIZAÇÕES E PROBLEMAS

Em 1983, com a introdução da 1ª classe do ensino primário e do 1º ano de educação de adultos iniciamos o longo processo da implementação do Sistema Nacional de Educação. Apesar das grandes dificuldades que tivemos e continuamos a enfrentar, ano após ano fomos introduzindo uma nova classe. Em 1989, com a introdução da 7ª classe fica concluída a implementação do ciclo do ensino primário (1º e 2º graus), devendo prosseguir nos níveis secundário e médio até ao ano de 1994.

O contexto em que se fez a introdução do Sistema Nacional de Educação não foi favorável. Antecedido por duas décadas de guerra começou a sua implantação num dos períodos mais difíceis da nossa história. Paralelamente às calamidades naturais e às dificuldades acrescidas pela crise económica, as acções criminosas dos bandidos armados afectaram nesse período directa ou indirectamente todo o país, com graves reflexos para a nossa rede escolar, já de si insuficiente.

Mais de 2.655 escolas em todo o país, correspondendo a 45% de toda a rede escolar primária, foram encerradas ou destruídas. Províncias, como Tete e Zambézia, estão privadas de cerca de 80% das suas escolas. Em Sofala, Niassa e na provincia de Maputo, a rede escolar está reduzida a metade.

O ensino secundário, o ensino técnico-profissional e os internatos que tínhamos espalhados pelas zonas rurais também não foram poupados.

Mais de meio milhão de alunos foi directamente afectado na sua vida escolar, estimando-se que duzentos e cinquenta mil estejam privados de instrução.

A migração das populações rurais para os grandes centros urbanos provocou o congestionamento e acelerou a degradação já acentuada dos estabelecimentos escolares. Por sua vez, o desdobramento do ensino primário em dois e três turnos, solução de recurso que a falta de capacidades impôs, não favorece a aprendizagem dos alunos, sobretudo se tomarmos em conta que se mantém elevada a relação professor-aluno: 1:62, e que diminui o tempo destinado aos trabalhos escolares.

É nestas condições que o Sistema Nacional de Educação, concebido num período de relativa paz e estabilidade e quando se assistia e previa um período de crescimento económico, foi e está sendo introduzido.

Apesar da dramática redução das instituições em funcionamento, o número de alunos frequentando o 1º grau do ensino primário (1ª à 5ª classes) praticamente não baixou entre 1983 e 1988. Durante os primeiros anos do quinquénio os efectivos escolares cresceram uma média anual de 2,3%, assistindo-se todavia a uma redução progressiva nos últimos anos, em que passaram de 1.220.139, em 1983, para 1.199.669 em 1988.

Por sua vez, a taxa líquida de escolarização situou-se em 40%. Tal significa que menos de metade da população escolarizável dos 7 aos 11 anos de idade frequenta a escola primária, e que se está ainda muito longe da possibilidade de realização da escolaridade obrigatória, que se propõe no Sistema Nacional de Educação.

No 2º grau do ensino primário (6ª. e 7ª. classes) os efectivos escolares cresceram de 91.044, em 1983, para 111.948, em 1986, reduzindo para cerca de metade nos dois anos seguintes à introdução da nova 5ª. classe do ensino primário do Sistema Nacional de Educação.

No ensino secundário (anterior 7ª., 8ª. e 9ª. classes) e pré-universitário (10ª. e 11ª. classes), o número total de alunos em 1988,

duplicou em relação a 1983, tendo crescido, respectivamente, de 14.351 para 26.201, no ensino secundário, e de 1.580 para 2.499 no pré-universitário.

Com a introdução do Sistema Nacional de Educação o aproveitamento escolar no ensino primário melhorou significativamente. À primeira geração abrangida pelo Sistema Nacional de Educação correspondem os melhores resultados obtidos desde a independência.

Constata-se, contudo, que, nos últimos anos do funcionamento do antigo sistema de ensino, o 1º grau primário perdia 1/3 antes da 1ª para a 2ª classe, metade antes da 3ª e quase 2/3 antes da 4ª. Cerca de metade dos alunos que em cada ano concluíam a 5ª classe não transitavam para a 6ª; 1/3 dos que frequentavam a 6ª classe eram repetentes e em média metade desistia ou reprovava antes de transitar para 7ª. No ensino secundário e no pré-universitário os índices de repetência e de abandono são também elevados, contribuindo para agravar o insucesso escolar.

O insucesso escolar deve-se a factores sociais, nutricionais, culturais e outros externos à Educação e ao deficiente nível de qualificação dos professores, à carência dos meios didácticos e às deficiências de gestão do ensino.

Mas apesar da eficácia do ensino ser baixa, de 1983 a 1988 graduaram-se no país 348.197 alunos com o 1º grau do ensino primário. Do 2º grau primário graduaram-se 96.325. Com a 9ª classe, 11.971 e 2.127 com o pré-universitário.

O Partido tem considerado sempre a eliminação do analfabetismo como uma questão fulcral. Para se alcançar este objectivo tem-se vindo a concentrar esforços quer no ensino primário quer na educação de adultos.

Estas actividades conjugadas levaram à redução da taxa de analfabetismo dos 72%, em 1980, para 70% em 1985. Nas condições

de desestabilização em que o processo de educação teve de decorrer nos últimos anos este é um índice positivo, visto que foi alcançado por uma expansão relativa dos efectivos escolares do ensino primário, diminuindo-se o volume dos novos analfabetos.

Actualmente, devido aos efeitos conjugados da guerra e das calamidades nas zonas rurais, encontram-se praticamente paralisadas as campanhas de alfabetização de adultos, tendo o número de alfabetizandos e educandos vindo a reduzir-se. Em 1988 representavam apenas 49.992, cerca de 1/3 dos efectivos em 1983. No 1º grau de educação de adultos graduaram-se, nesse período, 42.970 cidadãos.

Uma outra face da educação de adultos e da democratização do ensino são os cursos nocturnos. Nas 5ª e 6ª classes nocturnas os efectivos decresceram de 23.197 em 1983, para 13.973 em 1988, tendo-se graduado neste nível 12.443 alunos nocturnos até 1986.

Por outro lado, os efectivos têm vindo a registar um crescimento considerável no ensino secundário e no pré-universitário nocturnos. Cresceram, de 1983 para 1988, de 8.442 para 12.949 e de 521 para 1.340, respectivamente. Nestes dois níveis graduaram-se 8.678 alunos nocturnos com a 9ª classe, até 1988, e 181 com a 11ª classe.

A partir de 1983 a Secretaria de Estado da Educação Técnico-Profissional passou a controlar o ensino técnico-profissional e a formação profissional, realizados tanto no país como no estrangeiro

Nesse contexto foram priorizadas acções sobre a concepção e desenvolvimento da planificação do processo de ensino, o desenvolvimento das infraestruturas e equipamento técnico, e a formação de docentes para as disciplinas técnicas.

Em relação aos efectivos escolares, considerando o período 1983-1987, os efectivos em 1987 correspondem a 67% dos registados em 1983. A redução realizou-se sobretudo ao nível elementar, que desceu de 1.896 alunos para 183, e para o nível médio em que o número

de alunos decresceu de 2.340 para 1.689. No ensino básico, a descida foi de 9.887 alunos, em 1983, para 7.590, em 1987.

Essa contenção justificou-se pela necessidade de favorecer o crescimento do ensino secundário geral, tornando-o numa fonte de alimentação dos institutos médios, de forma que os graduados das escolas técnicas sejam canalizados prioritariamente para o mercado de trabalho, e pela necessidade de melhorar a qualidade da formação, dadas as deficiências existentes em professores e meios de ensino.

Porém, uma tão elevada redução, quando para esse período estava previsto um crescimento da ordem dos 20%, deve-se essencialmente às elevadas taxas de reprovação, sobretudo nos primeiros anos, à falta de professores para as disciplinas gerais e à reduzida capacidade de internamento.

Graduaram-se, no entanto, no período 1983-1987, 816 alunos com o nível elementar, 6.036 com o nível básico e 2.250 com o nível médio.

A rede escolar técnico-profissional evoluiu de forma relativamente estabilizada. Encerraram-se 8 escolas técnicas elementares, em face das dificuldades de emprego dos seus graduados, tendo-se transformado 7 em escolas básicas, agrárias e industriais. No ensino básico para além destas escolas readaptadas construíram-se 7 novas escolas e abriram-se os Institutos Agrários de Boane e de Geologia e Minas de Moatize.

No cômputo geral, em 1988 funcionam no país 45 instituições de ensino técnico-profissional, das quais 34 são administradas directamente pela Secretaria de Estado da Educação Técnico-Profissional e as restantes por diversos sectores económicos e sociais.

A formação de professores foi uma área que mereceu atenção privilegiada. Elevou-se a duração dos cursos de formação de professores primários para três anos, com um nível correspondente ao secundário, criaram-se os Institutos Médios Pedagógicos, distribuídos pelo norte, centro e sul do país e abriu-se, em 1986, o Instituto Superior Pedagógico do Maputo, destinado à formação de licenciaturas das diferentes especialidades do ensino e das ciências pedagógicas. Está perspectivada, no próximo ano, a abertura de uma sua delegação na cidade da Beira, no que será o primeiro esforço de descentralização das instituições do ensino superior para fora da capital do país.

Como resultado deste esforço, a composição e qualidade do corpo docente moçambicano está-se alterando, diminuindo igualmente a nossa anterior dependência da cooperação técnica externa. Assim, dos 20.884 professores primários existentes em 1987, 64,2% tinham formação, dos quais 61,4% formados depois da independência. Dos 2.161 professores do 2º grau do ensino primário apenas 21,4% não possuía formação. As percentagens de professores com formação no ensino secundário e pré-universitário eram, respectivamente de 88,5% e 98,4%, para os cerca de mil docentes aí existentes.

No ensino técnico-profissional formaram-se, desde 1982, 931 professores.

O nível e a qualidade da formação são todavia insuficientes. A maioria dos docentes, sobretudo do ensino primário, continua a não possuir o domínio e os conhecimentos psico-pedagógicos e científicos que os habilitem a responder às exigências do processo do ensino e da aprendizagem. Nesse contexto, foi criado o Instituto de Aperfeiçoamento de Professores que irá dirigir a formação em exercício e o aperfeiçoamento dos docentes, em regime de ensino à distância.

A Universidade Eduardo Mondlane, como instituição de ensino superior, está vocacionada para promover a formação profissional, técnica e científica de quadros de nível superior e promover o

desenvolvimento cultural. É, simultaneamente, uma instituição de ensino e de investigação.

A partir de 1983, os efectivos universitários dos cursos superiores cresceram de 1.106 alunos para 2.202, em 1988, tendo-se graduado cerca de 805 técnicos superiores.

A Faculdade para Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda, criada em 1983 para acelerar o acesso à formação superior dos combatentes, da classe operária e do campesinato e assegurar uma mudança na composição de classes a esse nível, teve uma frequência da ordem dos 663 alunos, até 1988.

Os trabalhadores estudantes representaram, entre os anos de 1984 e 1987, uma média de 32%, sendo 95% na FACOTRAV e 35% nos cursos superiores. No entanto, na FACOTRAV a presença de antigos combatentes é ainda baixa, devido a dificuldades de alojamento e transportes, problemas estes que devem ser resolvidos e ultrapassados a fim de que aquela instituição realize os objectivos da sua criação.

Em relação à composição de classe na UEM é de destacar

que a percentagem de alunos oriundos das zonas rurais cresceu nos cursos superiores de 39% em 1984, para 42,5% em 1987. Em 1988 a percentagem de estudantes oriundos das províncias era de 64%

Uma atenção particular foi dada à constituição e formação do corpo docente moçambicano na Universidade. O constante recrutamento de novos graduados permitiu duplicar o número de professores universitários moçambicanos que de 1984, correspondendo a cerca de 31% subiram para 281 em 1988 ou seja o equivalente a 62% de todo o corpo docente, dos quais 12 são doutorados.

Este é um passo importante para a consolidação da universidade moçambicana, sendo necessário manter essa tendência e promover a qualificação e estabilização do corpo docente nacional.

Nos últimos anos foram adoptados novos planos de estudos, o que introduziu uma maior estabilidade curricular, e foram reabertos os cursos de Biologia, Geologia, Direito, Matemática e Química e iniciado o de Arquitectura.

Apesar dos importantes sucessos e crescimento alcançados, a Universidade Eduardo Mondlane, tal como o ensino superior em geral, enfrenta graves dificuldades e constrangimentos que condicionam o seu futuro desenvolvimento.

Desde a independência nacional não se fizeram significativos investimentos na Universidade em infraestruturas ou em outros meios essenciais à elevação contínua do nível e qualidade da formação, e à melhoria das condições de vida e do trabalho.

A comunidade universitária tem problemas de vária natureza, que são reflexo da complexa situação económica e financeira do nosso país: carência de instalações, equipamentos e outros materiais de estudo e de trabalho; dificuldades com o transporte, alojamento, alimentação e bolsas de estudo dos estudantes; os docentes anseiam obter residências próprias; exiguidade de um corpo técnico-administrativo qualificado e, em geral, de apoios sociais que permitam minimizar algumas das suas principais preocupações.

As dificuldades no domínio do alojamento e alimentação dos estudantes devem ser gradualmente superadas, garantindo-se o seu funcionamento eficiente.

Não obstante todas as limitações, a Universidade Eduardo Mondlane tem dado um contributo decisivo ao país pelo número de quadros que graduou e que desenvolvem a sua acção nas várias frentes da actividade económica e social, alcançou agora o maior número de

estudantes de ensino superior de sempre, originários de todas as províncias do país o que é um factor importante de unidade nacional, e tem a garantia de ver proximamente realizados importantes investimentos que irão consolidar a instituição e dar-lhe novas possibilidades de crescimento.

O Estado tem afectado à Universidade importantes recursos financeiros para assegurar o seu funcionamento, mas um maior esforço deverá ser feito para que o ensino superior tenha, no nosso país, a atenção e a prioridade que merece. Neste quadro há que prosseguir com os esforços de criação de novas instituições universitárias noutras províncias do país.

A investigação científica e a extensão universitária devem ser desenvolvidas e mais amplamente integradas nos projectos do desenvolvimento nacional, de forma que sejam condições de crescimento da própria universidade e da economia e reconstrução nacional.

É de destacar, ainda, no âmbito do subsistema de educação superior a criação em 1986 do Instituto Superior de Relações Internacionais, estabelecimento de formação superior de quadros para o serviço diplomático e as diferentes áreas das relações exteriores.

Queremos registar o nosso reconhecimento pelo papel desempenhado pela solidariedade militante de partidos e países amigos Cuba, RDA e mais recentemente o Zimbabwè - na formação de milhares de jovens moçambicanos.

Nas escolas moçambicanas da Ilha da Juventude, em Cuba, graduaram-se, desde 1981, 2.743 alunos com a 9ª. classe e 1.156 com o nível médio. Por sua vez 830 alunos graduaram-se como operários qualificados na escola da Amizade, em Stasfurt, na R.D.A.

A nível médio e superior centenas de bolseiros têm frequentado universidades e institutos especializados em diferentes países, sendo

de destacar na R.D.A., na URSS e outros países socialistas, de perto de uma centena de licenciados para as áreas do ensino, da tecnologia e investigação.

PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO

A partir de 1985 houve uma quebra considerável nos recursos atribuídos à Educação, representando em 1987 apenas 2,8% do produto interno bruto do país. Em contrapartida, a procura dos seus serviços manteve-se crescente, o que implicou uma degradação dos serviços prestados e a diminuição das já precárias condições de vida e de trabalho docentes.

Em consequência, assinalam-se hoje fenómenos, que nos próximos anos se agravarão ainda mais, se não forem tomadas medidas correctivas e alternativas, que sem porem em causa os princípios das nacionalizações e o papel do Estado na criação da escola única, assegurem a ampla realização do processo de democratização do ensino.

Referimo-nos ao facto de que, ao longo da próxima década, cerca de metade das crianças dos 7 aos 11 anos não estarão ainda em condições de frequentar normalmente a escola primária nos termos da lei do Sistema Nacional de Educação, e que muitas outras, com mais idade, igualmente o não poderão fazer.

Por outro lado, ao longo do mesmo período, apenas cerca de 70% dos alunos que anualmente terminarem a 5ª classe poderão prosseguir a sua formação no sistema regular de ensino.

Uma percentagem significativa dessas crianças irá contribuir para engrossar as fileiras do analfabetismo ou ver-se-à impedida precocemente de prosseguir a sua escolarização.

Se estes jovens não tiverem oportunidade de emprego, mesmo como pessoal não qualificado, e se ficarem desocupados e sem instrução, para além do fenómeno constituir flagrante injustiça social, ele representará uma perda do potencial humano necessário ao desenvolvimento, bem como poderá constituir foco de delinquência e desestabilização social.

Por outro lado ainda, a extensão da propria rede escolar no território nacional é ainda deficiente; menos de metade das escolas primárias têm as cinco primeiras classes completas; cerca de trinta distritos não possuem escolas primárias do 2o. grau (6ª. e 7ª. classes); só as capitais provinciais, as cidades e algumas grandes vilas têm ensino secundário; o pré-universitário existe apenas em Maputo, Beira, Quelimane, Nampula e Chókwè.

As condições de internamento mantêm-se praticamente as mesmas existentes à data da independência, encontrando-se as instalações sobrelotadas, muitas vezes funcionando sem recursos.

Agrava esta situação o facto de que não são apenas físicos os reflexos negativos da guerra sobre o sistema de ensino. Centenas de milhar de crianças em idade escolar, vítimas da acção bárbara dos bandidos armados, sofrem problemas extremamente complexos, desde o desamparo familiar, a mutilação física, as perturbações mentais e os desequilíbrios afectivos e psicológicos, afectando a sua capacidade de aprendizagem e o seu desenvolvimento harmonioso.

É no contexto destas novas condições que a implementação do Sistema Nacional de Educação deve prosseguir, enquanto parte integrante da realização do nosso projecto de desenvolvimento nacional.

Será sempre o Estado o instrumento fundamental da aplicação da nossa política educativa.

Todavia, reconhecida a exiguidade dos nossos recursos e a dimensão dos problemas que se colocam à introdução da escolaridade obrigatória, devemos concluir não estarem asseguradas as condições e as oportunidades de acesso à educação a todas as crianças em idade escolar e às que são retiradas das escolas por reprovações.

Deste modo, a acção do Estado deverá ser potenciada através de multiplicação de todas as iniciativas que contribuam para ampliar a extensão do direito dos cidadãos à educação.

Em primeiro lugar, ao Estado deverá associar-se a intervenção organizada da comunidade. Empresas, cooperativas, organizações sociais e humanitárias, associações culturais, recreativas, desportivas, de pais e outras sob responsabilidade conjunta dos órgãos locais do Estado, deverão construir e administrar escolas comunitárias.

Estas funcionarão fora da administração estatal da educação, mas serão controladas por ela em termos de gestão dos programas de ensino e das normas de administração e organização escolares. Farão parte da rede escolar do Sistema Nacional de Educação, ao lado das escolas do Estado.

Isto significa que as escolas comunitárias serão subvencionadas por empresas, cooperativas, associações de cidadãos, organizações sociais ou humanitárias, submetendo-se contudo, à orientação curricular, normativa, pedagógica do Ministério da Educação. Os seus professores serão recrutados directamente pelas empresas ou pela comunidade, devendo ser sancionados pelo Ministério da Educação.

As escolas comunitárias não servirão apenas os utentes por cuja iniciativa foram criadas, mas destinam-se também a servir a comunidade no raio de acção em que estão inseridas, e não pressupõem a realização de lucros.

A sua abertura e funcionamento não deverão depender, sobretudo nas zonas rurais, da existência de infraestruturas e

equipamento escolar sofisticados. No espírito da ligação escola-comunidade, importa incentivar as comunidades a recorrer aos materiais locais disponíveis.

Igualmente a intervenção comunitária deve estender-se à alfabetização funcional dos jovens que não consigam uma escolarização formal, de forma que obtenham o mínimo de instrução que os impeça de cair no analfabetismo e adquiram capacidades de trabalho que lhes permitam inserir-se como elementos válidos na sua comunidade.

As empresas, os centros de produção ou extensão rural, as cooperativas e os serviços deverão promover, também, a formação profissional dos jovens que não têm lugar ou foram eliminados por sucessivas reprovações do sistema de ensino, onde a preparação para o emprego se associe à preparação para a aquisição de um nível de escolaridade.

O acesso à educação dos jovens com mais de 14 anos que não tenham oportunidades de escolarizar-se nos estabelecimentos estatais ou da comunidade poderá ainda realizar-se no subsistema de educação de adultos, através das escolas instituídas por iniciativa privada, cujo ensino será prestado por pessoas de formação comprovada.

Será também autorizada a actividade dos explicadores.

O Conselho de Ministros proporá à Assembleia Popular a legislação apropriada para regulamentar a actividade das escolas comunitárias, privadas e explicadores e as alterações decorrentes da sua introdução e aplicação na Lei do Sistema Nacional de Educação.

A prioridade à reposição da rede escolar destruída, à reabilitação e ao ensino especial de crianças necessitando de cuidados especiais é uma condição indispensável da própria continuidade do Sistema Nacional de Educação.

Estas acções deverão ser acompanhadas pela avaliação do trabalho já realizado, pelo diagnóstico e extensão de cada situação de reabilitação ou deficiência, e pela formação especializada dos quadros a elas afectos e a afectar. A comunidade deve constituir a base da reabilitação dos valores éticos, morais, familiares e culturais que vencem os traumatismos e repõem a auto-confiança e o reequilíbrio individual e colectivos revigorados.

É fundamental que se concentrem esforços na elevação rápida e progressiva da qualidade da formação dos professores, melhorando-se as suas condições de vida, nomeadamente no que diz respeito aos salários e dignificação social, em particular dos professores primários, pois deles dependerá o futuro das próximas gerações moçambicanas.

Milhares de professores foram afectados pela guerra e pela desestabilização. Centenas foram assassinados e raptados. Muitos estão mutilados. Os bandidos armados fizeram do professor um alvo, um objectivo militar, porque no seu ódio contra o progresso, o saber, a cultura e a civilização vêem nele um promotor da luta contra o analfabetismo, o obscurantismo e a ignorância.

O Partido presta homenagem a estes heróis anónimos e aponta-os às novas gerações como exemplo de patriotismo, de dignidade que deve servir de exemplo de comportamento individual e colectivo, que honra a nossa sociedade.

O redimensionamento indispensável dos recursos afectos à educação e à aplicação das medidas complementares necessárias por parte de todos os órgãos do Estado, implica que o sector se capacite para uma direcção e gestão mais eficaz. Neste âmbito deve dotar-se a actividade de inspecção escolar da capacidade suficiente para que possa contribuir positivamente para uma gestão correcta das escolas e contribuir para a avaliação da qualidade do ensino.

Maior atenção deverá ser prestada ao subsistema de educação de adultos. Alternativas adequadas deverão ser encontradas de forma a tornar o processo de alfabetização mais motivador, flexível e próximo da realidade e necessidades da maioria do nosso povo.

É importante que os estudos sobre a padronização das línguas moçambicanas e as experiências piloto sobre a alfabetização bilingue já iniciados sejam desenvolvidos, de forma a serem utilizados no processo de alfabetização e educação de adultos.

O acesso dos adultos a todos os níveis do ensino deve ser fortemente estimulado. Aos esforços desenvolvidos por instituições do Estado, das empresas e serviços, poderá juntar-se a contribuição de escolas privadas e explicadores.

A formação e qualificação da força de trabalho deve ser prosseguida, dando-se atenção particular à estruturação do subsistema de educação técnico-profissional, estabelecendo uma adequada coordenação entre educação e trabalho de forma a harmonizar as especialidades, as áreas e os processos de formação com as reais necessidades do país.

Igualmente, importa proceder ao estudo da integração da formação especializada feita nas instituições de ensino pertencentes aos diversos sectores de actividade económica, e social em termos de equivalência e planificação da utilização dos recursos laborais.

CULTURA

A CULTURA, PROGRESSO GLOBAL

É na cultura forjada pela vida e luta secular do povo trabalhador que se encontra a base da nossa personalidade moçambicana.

A valorização e desenvolvimento da nossa cultura constituem elemento fundamental da consolidação da unidade nacional e educação patriótica dos cidadãos.

As Directivas do IV Congresso sublinhavam a importância de se encarar a produção artística e cultural como tarefa do povo, da sociedade, das instituições e organismos culturais, dos indivíduos.

A cultura é efectivamente um processo global que envolve os agentes de produção cultural e artística da comunidade (artistas, intelectuais, editores, empresários, círculos de interesse, grupos e associações culturais, etc); instituições culturais (casas da cultura, museus, teatros, bibliotecas, centros de investigação e formação); acção estatal na direcção do processo, e no incentivo às actividades culturais e artísticas que se insiram nos grandes objectivos da construção da nação moçambicana.

Na sequência das directivas do IV Congresso desenvolveram-se esforços no sentido de impulsionar e enquadrar as diversas iniciativas populares no domínio da acção cultural que se multiplicaram pelas fábricas, empresas, aldeias comunais e bairros, num movimento cultural espontâneo cheio de criatividade e patriotismo.

O recrudescimento da agressão armada ao nosso povo, particularmente nas zonas rurais, ao fazer seus alvos preferenciais a aldeia comunal, a escola, o hospital, o centro de produção, a vida organizada, comprometeu os avanços já atingidos no desenvolvimento cultural que nos permitia registar em todo o país, em 1983 mais de seis

mil grupos culturais amadores e cooperativas com actividade permanente nas áreas de teatro, música, dança e produção artesanal.

A guerra atinge também o património físico com a destruição selvática de inúmeros monumentos históricos incluindo os trabalhos de reconstrução que estavam em curso em algumas estações arqueológicas.

A deslocação de cerca de 4 milhões de moçambicanos dos seus lugares de origem em resultado dos ataques e atrocidades dos bandidos armados, com a perda de referenciais sociais e ambientais básicas para a continuidade do processo cultural, faz prever que a tragédia que hoje vitima o nosso povo terá uma projecção de empobrecimento e limitação sobre muitas gerações futuras.

Devemos, contudo, assinalar que hoje, como em outros momentos críticos da nossa historia, os nossos poetas e prosadores, os nossos pintores, escultores, cantores, cineastas e homens de teatro têm dado o testemunho de que apesar da guerra e da destruição o nosso povo cria, que apesar das lágrimas e do luto é a crença na vida, é o amor à terra que povoam a sua imaginação.

As exposições artísticas, os espectáculos de teatro, a produção musical, as edições literárias, entre outras iniciativas, têm vindo a registar um crescimento em quantidade e qualidade, ganhando novas dimensões, melhorando a sua expressão formal, contribuindo para o conhecimento e a aproximação das diferentes expressões da identidade nacional.

No quadro da política cultural definida pelo Partido, o Estado assume o papel de direcção e orientação, através da instituição do quadro legal, através da criação de condições materiais e técnicas para a produção artística, através da formação de quadros e através da promoção do intercâmbio nacional e internacional.

É ao Estado que compete a preservação, valorização e gestão do património cultural e natural.

O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA CULTURAL

A criação, em 1983, da Secretaria de Estado da Cultura, elevada em 1987 à categoria de Ministério, e a autonomização, a nível local dos serviços da cultura, trouxe ao sector uma maior capacidade de intervenção.

Frente à situação que o país atravessa, de crise económica profunda e agravada pela guerra, não foi possível dotar o sector com os meios humanos e materiais indispensáveis à plena realização dos objectivos traçados. Houve por isso que redefinir prioridades na própria acção cultural, tendo-se decidido concentrar esforços na definição do quadro legal básico, na criação de instituições culturais e na defesa do património cultural.

Entre outra legislação, foram promulgados a lei de protecção do património cultural e o regulamento do espectáculo, cobrindo respectivamente o essencial da actividade da área do património cultural e da área da acção cultural.

Foi regulamentada a actividade das casas da cultura, museus e bibliotecas e está em processo de revisão a legislação concernente à produção e distribuição do livro e do disco.

De entre as instituições culturais criadas são da maior relevância o Conselho Nacional da Cultura e o Fundo para o Desenvolvimento da Acção Cultural (FUNDAC) que vêm consagrar o princípio de que a cultura é uma componente essencial para o desenvolvimento de toda a sociedade.

O projecto do Fundo bibliográfico da Língua Portuguesa, que começa a dar os seus resultados no abastecimento às nossas livrarias,

permitirá a remodelação de Biblioteca Nacional e de 25 outras bibliotecas no país, além da reactivação do sector editorial.

Tem prosseguido, ainda que carente de pessoal especializado e de meios financeiros e técnicos, o trabalho de reorganização e reapetrechamento dos museus e preservação dos principais monumentos nacionais. Ilustra-o a abertura recente do Museu Nacional de Arte com uma exposição permanente de arte moçambicana contemporânea e o projecto de Museu Nacional de Etnologia, a abrir brevemente em Nampula.

Prosseguem os projectos da Ilha de Moçambique e da Baixa Antiga da Cidade de Maputo no âmbito das actividades do Serviço do Património Edificado.

O Museu da Revolução será objecto de um esforço de remodelação, com o aprofundamento da sua definição de funções e com a extensão dos seus serviços ao tratamento dos monumentos e sítios ligados à história da luta de libertação nacional em todos os pontos do país.

O projecto de arte maconde, em curso de realização, permitirá, além da valorização internacional desta forma de arte moçambicana, a criação de um museu específico de arte maconde, em Pemba.

O esforço essencial tem sido dirigido para a defesa do património cultural, onde se inscreve a continuidade e o aprofundamento do gigantesco levantamento da nossa cultura que foi a Campanha de Preservação e Valorização Cultural, com o projecto dos Arquivos do Património Cultural (ARPAC).

No âmbito do ARPAC tem-se promovido a formação no país e no estrangeiro de especialistas aos diversos níveis das ciências sociais e humanas que intervêm no tratamento do património cultural, quer no seu aspecto físico quer no aspecto espiritual.

A produção artística, actividade que tem como pressuposto a liberdade de criação e de iniciativa, não pode ser definida como responsabilidade estatal.

É no domínio da arte e da literatura que a sociedade através dos seus elementos mais talentosos, sintetiza as suas perspectivas e concepções e enriquece para as gerações vindouras o legado comum que é o património cultural.

TAREFAS NO ÂMBITO CULTURAL

Ao Estado cumpre criar as condições necessárias para a valorização da expressão artística e para a democratização do acesso às manifestações da arte.

É através dos grupos e associações culturais e casas de cultura que se deve fazer a animação cultural. Através da produção de espectáculos de música, dança e teatro, de exposições de arte, de saraus literários, em número crescente na capital e em todas as sedes provinciais, continuamos a dar provas do talento do nosso povo. A intervenção de empresários do espectáculo e de outras indústrias culturais é não só útil como desejável desde que respeitadora dos parâmetros legais estabelecidos. Nesse contexto, importa que o Estado proceda à introdução de legislação que proteja os direitos do autor, na base das convenções internacionais e das reflexões já promovidos pelos escritores, artistas e juristas nacionais.

Vimos há pouco o surgimento da Associação dos Músicos Moçambicanos. Anuncia-se para breve a constituição da Associação dos Artistas Plásticos. A Associação dos Escritores Moçambicanos é já um dado adquirido, uma realidade na nossa vida cultural.

O Partido estimulará este movimento e encorajará a constituição de formas associativas mais amplas, nomeadamente do tipo federativo ou mesmo do de uniões gerais que representem, no seu conjunto e de maneira global os interesses dos artistas.

O Partido já definiu as linhas gerais da política cultural. Importa, todavia, que os órgãos estatais aprofundem e tornem operativo o conjunto de medidas para a sua realização.

Foi já reconhecida, por exemplo, a importância e o papel das línguas moçambicanas na construção da nação e na consolidação da unidade nacional, tendo-se realizado um seminário sobre a fixação da sua escrita. Este trabalho deve ser prosseguido com novos e mais profundos passos.

A recolha e o estudo das diversas manifestações culturais do país é importante e contínua a ser actual. Mas carece da fixação de uma correcta utilização dos seus resultados e da definição de como integrar as diferentes manifestações na cultura moçambicana, e especialmente no processo educativo formal dos moçambicanos.

Neste contexto, a intervenção cultural formativa, as iniciativas de intercâmbio e extensão crescente das instituições culturais, assim como a necessidade de se construir a sua base material e científica são imperativos inadiáveis.

Toma-se nesse sentido indispensável que se promova uma conferência sobre a cultura onde se estabeleçam as grandes linhas para a nossa acção cultural. Esta deverá envolver artistas de diferentes disciplinas, associações e organismos culturais, cooperativas, empresas, organizações democráticas de massas, de forma a promoverem a consolidação do movimento cultural em torno do objectivo de mobilização patriótica, como processo de fortalecimento da unidade e encorajamento da afirmação orgulhosa da moçambicanidade.

O ponto fundamental desta conferência deverá ser a definição de uma política linguística com a materialização da decisão já adoptada pelo IV Congresso da criação de um Centro de Estudos das Línguas Moçambicanas. O estudo científico e a ponderação sócio-política das línguas moçambicanas servirão, nomeadamente, para determinar as línguas a utilizar na alfabetização e no ensino geral, como disciplina ou como língua veicular.

DESPORTO

A prática da educação física e do desporto tem como objectivos principais o desenvolvimento harmonioso físico e mental dos cidadãos e pelo seu carácter massificador podem contribuir decisivamente para o reforço e consolidação da unidade nacional.

O entusiasmo e as actividades dispersas que caracterizam o período pós-independência deram lugar à maturidade nos processos de planificação e de realização das actividades desportivas, que continuaram a ter uma dimensão nacional envolvendo milhares de cidadãos.

Do IV ao V Congressos constatamos, na área do desporto e educação física, avanços nos esforços realizados na tentativa de criação de um sistema de desporto para o nosso país, no estabelecimento de órgãos de direcção e na organização de actividades desportivas.

A criação em 1983 da Secretaria de Estado de Educação Física e Desporto permitiu estabelecer a direcção principal, a orientação e a promoção do desporto e cultura física no país.

O desporto continua a ser uma área de actividade de grande atracção popular. O envolvimento e o apoio dado pelos órgãos sociais e gimnodesportivos, nomeadamente as Federações Desportivas, as Associações e Comissões Nacionais e os Clubes Desportivos na realização das diferentes manifestações desportivas e de cultura física mobilizaram milhares de cidadãos e permitiram os avanços registados no sector.

Hoje o movimento gimnodesportivo no país envolve cerca de 4 milhares de dirigentes e técnicos desportivos voluntários, 11 Federações e cerca de 50 Associações e Comissões provinciais, o que traduz o esforço organizativo já realizado.

O estabelecimento em 1986 do Instituto Nacional de Educação Física e Desporto para a formação e reciclagem de professores e técnicos de educação física possibilitou a melhoria do nível qualitativo de formação, tendo já sido graduados 161 professores e técnicos que desenvolvem trabalho nas escolas secundárias, em clubes, federações, nas Forças Armadas e nos organismos estatais.

A atenção dada pelo sector à formação de quadros de nível superior no estrangeiro, na base de acordos de cooperação existentes, vai permitir no futuro, o reforço das estruturas de direcção e de formação e o aumento da qualidade das actividades gimnodesportivas a todos os níveis. De 1983 a 1988 encontravam-se no exterior 36 bolseiros para a frequência de cursos superiores e frequentaram cursos de curta duração no estrangeiro 54 técnicos e dirigentes desportivos.

No desporto escolar foram realizados os jogos desportivos escolares provinciais que envolveram os vários níveis de ensino, numa média anual de participação de 450.000 estudantes em todo o país. Por razões financeiras, nalgumas províncias não tiveram lugar as fases provinciais dos jogos escolares assim como, pelas mesmas razões, os festivais nacionais.

Desde de 1986 foram realizados os campeonatos nacionais escolares de atletismo, andebol e basquetebol, mobilizando uma média de 250 estudantes das diferentes províncias. No quadro do desporto escolar incrementou-se o intercâmbio desportivo escolar com países amigos nomeadamente, Angola e S. Tomé e Príncipe nas modalidades mais praticadas.

O desporto infantil e juvenil envolveu, também, milhares de crianças em varias modalidades, em que se destacam o futebol, o hóquei em patins, o minibásquete e o andebol, com a organização de torneios promovidos por empresas com o apoio da Organização Continuadores da Revolução Moçambicana.

Esforços notáveis foram envidados no âmbito de intercâmbio desportivo com outros povos e países amigos que resultaram na filiação

dos nossos organismos gimnodesportivos em duas confederações de zona, em 7 associações africanas e em 10 federações de nível internacional.

Apesar dos avanços registados constatam-se dificuldades que exigem a adopção de soluções práticas e coerentes com o momento que atravessamos.

A decisão de vincular os clubes desportivos a ministérios e empresas constituiu um passo importante na orientação e enquadramento da prática desportiva. De igual modo se revelou eficaz a ligação escola-clubes, importando que nos projectos de construção de escolas se contemplem áreas para a prática desportiva.

Porém, os encargos financeiros crescentes para a manutenção da prática desportiva recreativa levaram algumas empresas a extinguirem as suas equipas e clubes desportivos federados a reduzirem o número de modalidades desportivas. Nesta fase, devemos expandir a vinculação dos clubes desportivos às empresas e às estruturas dos bairros onde eles se localizam.

A crescente atenção por parte dos clubes desportivos para as modalidades consideradas rentáveis não deverá afectar o desenvolvimento das restantes modalidades desportivas e sobretudo devemos garantir a atenção a conceder ao engajamento da camadas mais jovens na prática desportiva. É necessário que o movimento desportivo esteja dirigido aos mais jovens e devemos atingir o nível de auto-gestão no desporto de alta competição, por forma a reduzir os elevados encargos do Estado. Há necessidade de conferir aos clubes maior autonomia, sobretudo nesta fase do programa de reabilitação económica, para permitir o seu autofinanciamento.

Uma outra forma de promoção da prática desportiva deve orientar-se para os locais de trabalho,impulsionando-se o desenvolvimento do desporto recreativo no trabalho pela função cultural que desempenha e a importância que tem na esfera geral do desporto.

A ocorrência de distúrbios e de manifestações de indisciplina que se tem verificado em alguns recintos desportivos é reflexo da persistência da alienação clubista e do atropelo ao espírito cívico e ao ideal olímpico no desporto.

Os dirigentes dos clubes e os proprietários dos recintos desportivos devem saber educar os seus associados e praticantes na compreensão dos ideais desportivos, na aquisição de comportamentos sãos e de um verdadeiro espírito de competição. Há necessidade, ainda, de melhorar a organização e a segurança nos recintos desportivos de forma a impedirem o aparecimento daqueles fenómenos.

Por outro lado, os órgãos de comunicação social devem desempenhar um importante trabalho de educação do público no combate às manifestações negativas e alineatórias no desporto, promovendo a divulgação dos ideais do movimento olímpico, da competição sã, do espírito de entreajuda e do civismo.

O combate à crescente alienação clubista no desporto que de certo modo impede o seu desenvolvimento sã, deve ser intensificado. Os dirigentes e organismos gimnodesportivos devem saber valorizar os talentos nacionais que se revelam no nosso desporto e concentrar esforços e recursos por forma a promover o seu desenvolvimento e o prestígio do país.

A experiência já acumulada aconselha a avançarmos na política de profissionalização do desporto que conduzirá ao aparecimento de valores individuais ou colectivos promotores do orgulho da nação moçambicana. Devemos prever a criação de condições para o desenvolvimento e valorização destes talentos no país ou no estrangeiro, nomeadamente dos jovens talentos desportivos.

Nestas circunstâncias importa considerar a oportunidade de criação de um órgão estatal para a direcção e coordenação das actividades da juventude e desporto e proceder à actualização da legislação desportiva vigente no nosso país.

SAÚDE

A saúde é no nosso país um direito de todo o povo. A nacionalização e socialização da medicina, a extensão da rede sanitária e dos cuidados primários de saúde constituem as grandes conquistas da revolução, fruto da natureza popular do nosso poder.

Nos primeiros anos após a independência nacional, a saúde evidenciou um crescimento satisfatório em todo o país. Em pouco tempo foi alargada a rede sanitária no território nacional e foram alcançados sucessos que vieram a confirmar a nossa política sanitária.

O sector da saúde continuou a crescer até 1986, altura em que se fizeram sentir os efeitos combinados da guerra de desestabilização, das calamidades naturais e a crise económica, que conduziram à destruição massiva das infra-estruturas sanitárias, e ao agravamento dos problemas materiais e financeiros. Importa salientar que o sector da saúde tem uma ampla presença nas zonas rurais.

Por isso, a saúde tem sido um dos alvos preferenciais da acção destruidora do banditismo armado através do assassinato e rapto do pessoal de saúde, da destruição de postos e centros de saúde e hospitais e o saque de medicamentos e equipamento hospitalar.

O IMPACTO DA GUERRA NA SITUAÇÃO SANITÁRIA DO PAÍS

Os profissionais da saúde figuram na lista dos alvos a abater pelos bandidos armados que, no período compreendido entre 1983 e 1988, assassinaram 40, raptaram 41 e saquearam os bens de 669 trabalhadores do sector.

A guerra de agressão destruiu, entre 1983 e 1988, 193 unidades sanitárias de nível primário (17%), paralisou por saque 654 postos e centros de saúde (57%), num total de 847 unidades sanitárias afectadas. O raio de acção teórico destas unidades sanitárias aumentou de 13,7 Km em 1983 para 15,1 Km em 1987, em resultado da acção do banditismo.

Em 1982 mais de 90% dos distritos do país tinham um técnico de saúde com capacidade de diagnóstico e terapêutica e 42% dos distritos dispunham de um médico. Em resultado da insegurança criada pelo banditismo armado decresceu para 18%, em 1987, o número de distritos com médico residente.

Com estas acções o banditismo armado pretendeu destruir os resultados altamente positivos que vínhamos acumulando e tornar o nosso sistema social de saúde inviável para o nosso povo.

A actual situação sanitária do país é hoje, por isso, caracterizada por um perfil epidemiológico e indicadores de um estado de saúde da população próprios de um país em guerra, agravado pela deterioração da situação económica e social e do bem-estar da população devido à guerra de agressão.

As principais doenças no país continuam a ser, entre outras, as doenças infecto-contagiosas e parasitárias, a malnutrição e os problemas obstétricos e perinatais. A estas acrescentam-se os problemas sanitários causados pela acção directa e indirecta dos bandidos armados desde mutilações, ferimentos até aos traumas mentais e emocionais, sobretudo infantis.

As mortes adicionais provocadas pela guerra no período de 1980-1989 foram calculadas em cerca de 1.000.000, sendo metade recém-nascidos e crianças, pessoas que teriam vivido se tivesse sido possível a expansão dos cuidados primários de saúde para a mãe e a criança, aos ritmos verificados entre 1975-1980.

Devido ao agravamento geral das condições de vida, a taxa de mortalidade infantil que em 1980 era estimada em 159/1.000 nascidos aumentou para cerca de 200/1.000 nos últimos anos, e a esperança média de vida à nascença oscila agora entre 40-43 anos, sendo das mais baixas da África Sub-sahariana.

A malnutrição prolongada continua a subir tanto nas cidades como nas zonas rurais, apresentando valores na ordem de 30 a 40 % e é muito elevada a percentagem da população infantil do país com peso inferior ao normal da sua idade.

O nosso Sistema Nacional de Saúde assenta fundamentalmente na medicina preventiva, opção esta que nos tem permitido minorar o efeito das epidemias que grassam na maior parte do país. Enraizada profunda e amplamente em toda a extensão do território, a medicina preventiva tem triunfado pelo facto de se caracterizar pelo envolvimento das largas massas no combate à doença. Acções de vulto constituem as campanhas de vacinação.

A descida progressiva das coberturas vacinais que se verificou no período de 1982-1988 deve-se à redução da rede sanitária causada pela acção do banditismo armado. Porém, ela foi revertida em 1987/1988 como resultado de maiores esforços realizados nas cidades e zonas acessíveis, que contou com grande mobilização popular e com campanhas porta a porta, para cobrir maior número de crianças não vacinadas. No âmbito do programa alargado de vacinações, em 1987, entre 40 a 60% de crianças com idade compreendida entre 0 e 1 ano foram vacinadas, contra seis doenças - alvo do programa. Nas cidades e outros aglomerados urbanos as taxas de cobertura vacinal atingiram 70 a 90% da população infantil em risco.

A SAÚDE AO SERVIÇO DO BEM ESTAR DO POVO

A reconstrução constante dos postos de saúde, destruídos ou seriamente danificados pelos bandidos armados, levada a cabo pelo nosso Estado com apoio de várias instituições nacionais e estrangeiras

significou a recuperação, entre 1981 e 1986, de mais postos do que os existentes em 1981.

O número de camas hospitalares aumentou em cerca de 20% desde a independência até 1987, correspondendo a 0,8 camas por 1.000 habitantes.

Em 1986, 95% de todas as consultas externas ocorreram no primeiro e segundo níveis da rede do Serviço Nacional de Saúde.

Uma atenção particular foi dedicada à expansão da rede de laboratórios de análises clínicas que cresceu de 119 em 1983 para 140 em 1987. O número de cadeiras de estomatologia aumentou de 60 em 1983 para 104 em 1987. Isto traduz os esforços realizados no sentido de responder às necessidades da nossa política de saúde.

Em 1988 cerca de 42% das mulheres grávidas tiveram assistência pré-natal e a cobertura de partos institucionais foi de 29%. A percentagem de consultas de controle das crianças dos 0-4 anos subiu de 17% em 1983 para 23% em 1988. É notória a evolução do planeamento familiar que de 1983 a 1987 sofreu um acréscimo de 20.825 para 97.712 abrangendo as mulheres entre 15 e 49 anos, que representam cerca de 22% da população do país. Estes dados traduzem fielmente os grandes avanços alcançados nos programas de saúde materno-infantil apesar das enormes dificuldades que actualmente enfrentamos.

As condições e a higiene do meio ambiente degradaram-se no geral, devido, em parte, ao grande afluxo da população deslocada para as cidades e vilas e aos graves problemas com que se debatem os seus conselhos executivos.

O Laboratório Nacional de Higiene, de Água e Alimentação alargou a sua actividade ao controle da qualidade de medicamentos.

O aparecimento do síndrome de imunodeficiência adquirida (SIDA) levou a que dedicássemos parte dos recursos para a prospecção de infectados, à actividade de controle e educação sanitária e à investigação da doença ao nível de todo o país.

Mantivemos a continuidade das investigações das plantas medicinais onde foram levadas a cabo acções de registo de tratamento e utilização de plantas na medicina tradicional, os estudos antropológicos do seu papel na educação sanitária e a verificação do valor terapêutico e económico e a produção de plantas medicinais.

A experiência já acumulada aconselha-nos a encarar a medicina tradicional em toda a sua dimensão sócio-cultural, dado que ela tem uma larga cobertura e constitui um recurso para a grande maioria da população.

Devemos garantir a divulgação das investigações já realizadas na área das plantas medicinais por forma a conhecermos as bases científicas da medicina tradicional. Devemos garantir a troca de experiências com as instituições congéneres dos países vizinhos que já alcançaram avanços notórios na área da medicina tradicional. A promoção dos estudos nesta área exige adequação de esforços e de quadros no sector, que garantam a realização do trabalho.

Na política farmacêutica consolidaram-se as actividades até então desenvolvidas e procedeu-se à revisão do formulário nacional de medicamentos e o mecanismo de distribuição interna de medicamentos às províncias. Como resultado da crise económica a partir de 1982, o país não conseguiu manter os níveis de importação anteriormente registados para medicamentos, material de penso e médico-cirúrgico, de raios-x, reagentes e produtos químicos, tão essenciais para a medicina curativa e actividades de diagnóstico.

Comparativamente aos valores de importações realizados em 1981, os medicamentos recebidos em 1985 representaram só 55%, do planificado tendo crescido em 1988 para cerca de 114%, apesar de nesse ano significarem só 1% do fundo cambial do país. A tendência

crescente dos valores das importações de medicamentos deve-se exclusivamente ao crescente apoio internacional ao nosso país, o qual financiou 74,3% e 90% do valor total das importações realizadas em 1987 e 1988 respectivamente. Importa por isso sublinhar a dimensão da compreensão e da solidariedade internacional que dessa forma possibilita a salvação de muitas vidas e a diminuição, em muitos casos, do sofrimento do nosso povo.

No ramo da indústria farmacéutica nacional, para além da produção de solutos orais estão sendo envidados esforços tendentes à instalação de unidades de produção de outras fórmulas farmacéuticas com prioridade para a produção de soros.

Para responder às necessidades da política da saúde, manteve-se a continuidade do importante programa de preparação de quadros nacionais para o sector. Assim, no período compreendido entre 1982 e 1988 foram formados 5.190 profissionais de saúde em diversos centros de formação de saúde no país e em diferentes carreiras técnico-profissionais do sector. Destes, 2.162 são enfermeiros, 373 técnicos e agentes de medicina e 825 são parteiras e enfermeiros de saúde materno-infantil.

No período compreendido entre 1983 e 1988 foram formados pela Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane 72 médicos.

Em 1982 de 385 médicos 29% eram moçambicanos; em 1987, 37% dos 327 médicos eram nacionais. Concluíram a sua pós-graduação no exterior 40 médicos moçambicanos e no país, nas seis especialidades prioritárias, foram qualificados como especialistas 18 médicos moçambicanos. Assim, o país passou a dispôr de mais quadros de saúde qualificados para a complexidade das tarefas assistenciais aos vários níveis do Sistema Nacional de Saúde.

O sucesso das acções de mobilização e educação sanitária das populações no campo da saúde deve-se em grande medida ao apoio que o sector recebe das organizações democráticas de massas e da Cruz Vermelha aos diversos níveis.

ACÇÃO SOCIAL AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Dentro da política social do Partido, a acção social tem por objectivo contribuir para o bem estar, a segurança e estabilidade familiar e atender aos grupos humanos mais vulneráveis, nomeadamente as crianças, os jovens, as mulheres, os velhos, os mutilados e os deficientes.

O tecido social e o equilíbrio familiar, particularmente nas zonas rurais, foram profundamente afectados pela guerra, pelas calamidades naturais e pelas dificuldades económicas que o país atravessa.

Estima-se que foram afectados directamente cerca de 5,6 milhões de pessoas, ou seja 40% da população do país. No campo, a guerra provocou a deslocação forçada das populações dumas regiões para outras e a migração em larga escala para as zonas urbanas.

Centenas de milhares de moçambicanos abandonaram as suas casas, as suas aldeias, a terra dos seus antepassados e deslocaram-se para centros de acomodação dentro e fora do país, provocando fortes mudanças na distribuição demográfica.

Hoje a resposta da emergência a esta situação ainda se orienta fundamentalmente na direcção de salvar vidas humanas.

Os grupos vulneráveis mais seriamente atingidos têm sido as crianças e as mulheres.

Cerca de duzentas mil crianças se encontram na situação de orfãs, perdidas ou abandonadas. Para além disso a violência da guerra tem provocado alterações na personalidade da criança com a destruição dos seus pontos de referência, do seu equilíbrio e segurança, da sua auto-confiança.

Dada a dimensão do problema e a falta de recursos, os serviços de acção social têm desenvolvido alguns esforços no sentido de assegurar a integração dessas crianças em instituições apropriadas, ou o seu acolhimento em famílias de adopção, gesto que merece a nossa profunda consideração. Há igualmente iniciativas de apoio à criança instrumentalizada ou marginalizada e de enquadramento de jovens delinquentes, cujo número vem aumentando nas grandes cidades na proporção directa em que se agravam as condições de vida das famílias.

Junto das comunidades rurais e urbanas tem-se também desenvolvido serviços de enquadramento e apoio à criança. Assim de 1983 a 1987 foram criados 21 novos centros infantis de aldeias comunais e cooperativas agrícolas, 17 de locais de trabalho e 3 de residência, mantendo-se em 10 o número de infantários existentes no país.

Tem-se procurado reabilitar e apoiar a criança deficiente com a intervenção positiva da comunidade.

Em consequência da guerra estima-se que o número de deficientes em geral, incluindo os mutilados, aumentou para 170.000.

Existem no país 3 escolas especiais em Maputo e Beira para os deficientes mentais e sensoriais. Até 1989 foi possível contemplar com aparelhos de prótese e ortese 1.752 deficientes físicos vítimas da guerra

No nosso país existe apenas um centro de reabilitação profissional de deficientes físicos em Cabo Delgado para além de 2 centros de acomodação de deficientes em Maputo e Beira. Nas restantes províncias os centros de apoio à velhice acolhem numerosos amputados aguardando aparelhos de compensação ou transporte para regresso ao destino.

De 1983 a 1988 foram abertos nas províncias de Nampula, Zambézia e Inhambane oficinas de produção de próteses, com apoio internacional, que asseguram a produção de 80 próteses mensais e que reforçam a produção do Centro Ortopédico do Maputo.

De particular importância é a existência do movimento para a constituição da associação dos deficientes.

Os cidadãos idosos, sem família ou abandonados, têm beneficiado de internamento e assistência em centros de apoio à velhice. O número de centros de apoio à velhice em 1987 manteve-se em 10 unidades, acolhendo cerca de 300 pessoas.

Fora das instituições, tem sido preocupação a integração dos velhos em família e nas comunidades. Porém, as constantes deslocções das famílias, as migrações e a desagregação de muitas famílias são factores que têm alterado a segurança social e o bem estar dos velhos.

Desde 1983 os serviços de acção social prosseguiram o processo de formação de quadros para as actividades do sector . Assim neste período, foram graduados 26 técnicos e agentes de acção social e 160 técnicos e agentes de puericultura e de educação de infância, número este ainda muito abaixo das nossas necessidades actuais.

Os efeitos da guerra provocam marcas profundas e far-se-ão sentir de imediato e nas próximas gerações.

A questão essencial é garantir a realização de acções de reabilitação social e humana, de atenuação das tensões familiares, e de desenvolvimento de estudos e diagnósticos dos diferentes problemas de natureza psicológica, afectiva, ética e moral que afectam a sociedade.

Neste contexto, constitui uma prioridade a formação de assistentes sociais e a qualificação de quadros, em particular para o atendimento da criança e para o apoio aos mutilados, deficientes e velhos.

O restabelecimento do tecido social e a promoção do equilíbrio social devastado pela guerra impõe que, com urgência, planifiquemos a formação de psicólogos, sociólogos, antropólogos e outros especialistas e técnicos de reabilitação.

A coordenação das várias instituições e organizações sociais que interveem na área da acção social e a direcção concentrada das acções previstas aconselha a criação de um órgão específico com maior poder de intervenção ao nível do aparelho central do Estado.

PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO NA SAÚDE

Os problemas económicos que o país enfrenta levaram à redução progressiva dos recursos para o sector da saúde, em particular com um decréscimo na dotação orçamental iniciada em 1985.

A introdução do Programa de Reabilitação Económica trouxe também os seus reflexos na área da saúde. Os utentes dos nossos hospitais e centros sanitários passaram a pagar valores acrescidos pelas consultas e internamentos, estes últimos com a comparticipação das entidades empregadoras. Verifica-se porém, que existem empresas que ainda não criaram mecanismos que assegurem o cumprimento desta medida em benefício dos seus trabalhadores.

Uma subida relativamente grande verifica-se nos medicamentos que, sendo totalmente importados, passaram a ser mais caros, não obstante o subsídio do Estado em 50% sobre o custo real.

O Partido orientou o Governo para a introdução de mecanismos práticos que visaram proporcionar a ajuda aos grupos sociais mais críticos e desfavorecidos.

Apesar das limitações existentes, 64% do orçamento corrente para a saúde é hoje dedicado aos níveis periféricos enquanto que, para os níveis superiores são alocados 36%. Isto coloca o nosso país entre aqueles que melhor utilizam os escassos recursos para atingir objectivos de justiça social definidos para o sector da saúde.

A avaliação do primeiro ano da aplicação das novas taxas de custos, mostra que as receitas resultantes das taxas de consultas e internamentos, em 1987, representaram, excluídos os medicamentos, somente 3% das despesas correntes do Estado com o Sistema Nacional de Saúde. Isto aconselha a ser repensada a estratégia de recuperação de custos e o esquema de participação dos utentes nos custos dos serviços de saúde.

O preço dos medicamentos e as taxas de consultas e de internamento voltaram a ter, em 1984, um baixo peso relativo ao orçamento familiar. No entanto, nas zonas urbanas, certas camadas da população não conseguem suportar os custos das receitas especializadas nos hospitais de referência.

Foi por esta razão que foi criado o fundo social para medicamentos e suplementos alimentares infantis, de forma a proteger os grupos populacionais vulneráveis e desfavorecidos, os doentes crónicos, idosos, diminuídos físicos, desempregados, empregados domésticos e dadores de sangue.

A população instalada em centros de deslocados por motivos de calamidades naturais ou de acções de guerra também beneficiam do apoio deste fundo.

O nosso Estado deve continuar a prestar atenção especial a esta camadas da população mais desprotegidas e garantir o seu acesso à assistência medicamentosa a que tenham direito.

A coordenação intersectorial, bem como a abordagem e a formulação de políticas macro-económicas, devem visar também a prevenção dos impactos sociais negativos.

O nível primário deverá continuar a ser a porta universal de entrada no sistema de saúde, e os diferentes níveis de atenção devem manter a sua integração e unidade num sistema único.

O cidadão deve continuar a ter acesso aos níveis de referência, sem discriminação, de acordo com a gravidade do seu problema.

Os sectores de apoio aos funerais funcionam, em cada província com autonomia financeira e administrativa, dedicando-se ao fabrico e venda de urnas, à realização dos trâmites legais e aos transportes funerários.

Os seus serviços, no entanto, são insuficientes, morosos e não correspondem às exigências da dignidade que deles se exige, para além dos altos custos que se observam na cobrança de urnas e meios de transporte.

Nestas circunstâncias importa proceder à constituição de empresas funerárias, com financiamento dos Conselhos Executivos que providenciem o funcionamento correcto dos serviços de apoio, pôr em funcionamento salas de cerimónias fúnebres nos próprios cemitérios e introduzir melhoramentos e maior disciplina por parte dos trabalhadores das casas mortuárias e cemitérios.

A situação actual do país, caracterizada pela guerra e pelos efeitos das calamidades naturais afecta directamente a área de saúde e vem influenciar a qualidade dos serviços que têm sido prestados à população.

De uma forma geral, o Partido tem em consideração o esforço que vem sendo realizado na saúde, realçando em particular a abnegação, a dedicação do pessoal médico e paramédico serventuário que trabalham com generosidade no cumprimento do seu dever eminentemente humanitário. Porém, persistem ainda a fraca consciência política e profissional de algum pessoal da saúde no trato com os doentes, a indisciplina, a negligência, o roubo de medicamentos e equipamento hospitalar, aliados à demora e lentidão no atendimento

do público, bem como outros comportamentos estranhos que têm caracterizado ultimamente o funcionamento das unidades sanitárias.

Em resultado destes fenómenos os cidadãos abandonam as unidades sanitárias da sua zona residencial, acorrendo a outras à procura de melhor assistência, resultando daí a saturação dos postos concorridos e acabando por provocar também a baixa qualidade dos serviços.

O respeito pelos doentes deve caracterizar os trabalhadores da saúde, pelo que urge tomar-se medidas correctivas, cabendo às estruturas administrativas e políticas locais o restabelecimento da ordem e da disciplina. Deve-se igualmente reactivar os conselhos de base que acumularam uma experiência útil a aplicar permanentemente.

Algumas causas de descontentamento do pessoal de saúde circunscrevem-se a questões salariais, sobrecarga horária dos turnos e deficiente apoio logístico quando em serviço, para os quais é necessário encontrar soluções adequadas.

A presente crise que afecta o nosso país, levando também à queda do nível do pessoal da saúde, cria condições para o surgimento de comportamentos e atitudes estranhas no seio do pessoal qualificado de saúde, em particular, no sector da medicina curativa.

De maneira clandestina está a ressurgir a medicina privada em certas zonas urbanas do país. À margem do Serviço Nacional de Saúde, e sob a forma de avença e prática domiciliária, certo pessoal médico e paramédico presta serviços de saúde em instituições ou agências internacionais, em empresas e em firmas nacionais e estrangeiras. Alguns médicos e enfermeiros, para esta prática, utilizam o fundo de tempo oficial e instalações, equipamentos, medicamentos e outros meios existentes nas unidades sanitárias.

A já fraca qualidade dos serviços de saúde prestados pelos centros de saúde e hospitais agrava-se progressivamente com estes fenómenos e leva os cidadãos e entidades colectivas a procurarem alternativas fora do quadro do Serviço Nacional de Saúde.

Desta prática marginal surgem hoje grupos que começam a alimentar pressões no sentido de uma privatização da medicina, a qual não irá resolver a situação da maioria dos trabalhadores da saúde, nem elevar a qualidade geral dos cuidados prestados.

No presente momento o nosso Estado e o nosso povo são prejudicados em resultado destas práticas clandestinas de roubos e desvios de medicamentos e equipamento e de utilização abusiva das instalações, cujas despesas estão a ser cobertas pelo orçamento geral do Estado.

CONSOLIDEMOS O NOSSO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE

A nacionalização do sector da saúde foi e é uma opção correcta, a única que serve os interesses do povo trabalhador. Só a existência de um Serviço Nacional de Saúde pode conseguir a verdadeira democratização do acesso aos benefícios da medicina.

Nas condições concretas do nosso país, a liberalização do exercício da medicina não eleva a qualidade dos cuidados de saúde, ainda que melhore, para alguns, a qualidade de certos actos médicos prestados; e tornaria inútil os esforços e sacrifícios consentidos por muitos quadros e médicos que se dedicaram à edificação do Sistema Nacional de Saúde, incluindo os que entregaram conscientemente ao Estado os seus consultórios particulares.

Todavia, tendo em atenção a carência de infraestruturas sanitárias no país, os problemas de qualidade dos serviços prestados e a progressiva redução dos recursos financeiros da saúde, é urgente introduzir mudanças que induzam à melhoria do funcionamento do sector e reforcem o Sistema Nacional de Saúde.

A capacidade da intervenção do Serviço Nacional de Saúde deve, por conseguinte, ser potenciada através do envolvimento e apoio das empresas, organizações sociais e humanitárias, tanto nacionais como estrangeiras, sindicatos e outros, na reabilitação das unidades sanitárias e construção de mais postos e centros de saúde. Estas forças sociais poderão associar-se ainda à mobilização de recursos humanos e financeiros por forma a comparticipar com o Estado nos custos de funcionamento da rede sanitária.

A criação de postos e centros de saúde nos locais de trabalho e o estabelecimento de contactos regulamentados de prestação de cuidados de saúde com as unidades sanitárias do sistema nacional, conduzirá à melhoria da assistência sanitária aos trabalhadores, diminuirá o tempo de ausência dos locais de produção por motivos de consulta e contribuirá para o aumento dos proventos do pessoal de saúde envolvido.

O Estado deve estudar a possibilidade de serem implantadas em certas unidades sanitárias urbanas no quadro do Serviço Nacional de Saúde, serviços de assistência médica de consulta e internamento com tarifas especiais, que assegurem rapidez no atendimento e proporcionem serviços melhorados de apoio logístico.

No âmbito do Sistema Nacional de Saúde devemos ainda estudar a possibilidade de extensão ao domicílio dos cuidados médicos prestados, exclusivamente para casos ambulatoriais de algumas doenças que exijam tratamento permanente.

É fundamental reactivar os serviços de inspecção da saúde a quem cabe a tarefa de fiscalização da legislação existente.

A valorização do pessoal médico e de enfermagem passa pela crescente dignificação da sua função social, pelo apoio à constituição das suas associações profissionais, para além do estímulo à realização de reuniões científicas, à publicação de revistas e de trabalhos especializados.

Por outro lado, dever-se-á criar mecanismos específicos de atracção e fixação, dentro das carreiras médicas, nas zonas rurais, de médicos de clínica geral, de forma a assegurarem a constituição da malha essencial dos serviços básicos de saúde, a nível nacional, evitando a grande concentração nos principais centros urbanos do pessoal mais qualificado.

O Sistema Nacional de Saúde deve ser preservado e valorizado pelo Estado em benefício do bem-estar do nosso povo.

HABITAÇÃO E AGLOMERADOS HUMANOS

A DIMENSÃO DAS CARÊNCIAS

A habitação constitui um sector sobre o qual desde a independência nacional o Partido se tem pronunciado. As medidas tomadas preconizavam satisfazer as necessidades essenciais do povo em matéria de alojamento, eliminar a discriminação e os factores de desenvolvimento desigual dos aglomerados populacionais.

A guerra de desestabilização afectou de forma significativa a resolução dos problemas de habitação, e num sentido mais amplo, agravou a já fraca capacidade de investimento do Estado na criação de melhores condições de alojamento para o povo trabalhador. Milhões de moçambicanos vivem hoje em situação de emergência, particularmente nas zonas rurais. Os aglomerados humanos estabelecidos em aldeias comunais, estratégia do nosso desenvolvimento no campo, foram sistematicamente destruídos e as populações forçadas a deslocarem-se para outras regiões. Centenas de milhar de habitações de camponeses foram queimadas e saqueadas, ficando privados do seu lar acima de 1 milhão de moçambicanos.

O *déficit* habitacional que encontrámos nas zonas urbanas aquando da independência nacional acentua-se hoje como resultado da ausência de investimento na esfera de habitação, da explosão do crescimento da população urbana e suburbana, sobretudo por deslocados de guerra, e da degradação progressiva e alarmante do parque habitacional do estado por deficiente utilização, sobreocupação e falta de manutenção.

Em todo o país estima-se que entre 90 a 95% dos habitantes têm habitações construídas com materiais precários, 90% da população não tem acesso à água canalizada, 60% não tem meios de saneamento disponíveis e menos de 4% tem acesso à energia eléctrica.

Hoje a problemática da habitação e do equipamento social assume características ainda mais complexas que se podem resumir no seguinte:

as habitações nas zonas urbanas são escassas face à procura e muitas delas encontram-se em avançado estado de degradação;

a relativa exiguidade da oferta de alojamentos faz surgir fenómenos típicos das economias de escassez, tais como longos anos de espera infrutífera, ilegalidades diversas e desenvolvimento de um mercado paralelo de venda de chaves de casas e outros negócios ilícitos;

existem ainda prédios por acabar desde a altura da independência, nalguns dos quais se encontram imobilizados importantes investimentos.

as actuais rendas de casa, embora com um peso significativo no salário do cidadão médio, não permitem a reposição do desgaste do património, ficando posta de parte a constituição de reservas para ampliação do parque habitacional. Hoje a amortização mensal sem juro das despesas de reabilitação de uma habitação representa mais de 3 vezes a renda mensal;

os preços de construção são muito elevados devido principalmente à carestia de materiais de construção, por serem em grande parte importados;

as instituições financeiras que eram proprietárias do imobiliário nacionalizado viram os créditos não pagos, assim como os juros vencidos. Esta situação deu origem a créditos mal pagos e ainda em dívida neste momento e em situação de contencioso, com reflexos negativos na estrutura financeira dessas instituições;

verifica-se incumprimento de numerosos inquilinos em relação ao pagamento das rendas. Só em Maputo existem cerca de 5.000 inquilinos em situação de incumprimento;

assiste-se hoje, nas principais cidades do país, a crescentes distorções da malha urbana pelo deficiente controle do uso do solo, o que tem levado à ocupação espontânea e desenfreada de terrenos e ao surgimento de especulação em zonas urbanas, causando descontentamento entre as populações. O protelamento na aprovação de planos de desenvolvimento parcial nas zonas mais críticas das cidades e a falta de capacidade e recursos dos órgãos locais têm contribuído de forma significativa no aparecimento destes fenómenos.

Apesar de termos afirmado o papel da habitação na elevação do nível de vida das populações, não fomos capazes de desenhar uma política de habitação susceptível de realizar este princípio. Em termos organizativos, os imóveis nacionalizados ficaram a cargo da APIE, uma instituição que enferma da ambiguidade no seu enquadramento institucional, o que levanta problemas de organização e gestão, situação agravada por falta de experiência em matéria de gestão imobiliária.

À descoordenação e às irregularidades verificadas na APIE acresce o facto de que, tendo esta dimensão nacional, não pode exercer plenamente a autoridade sobre a sua área de gestão, porquanto grande número das APIE's regionais, com marcada interferência das autoridades locais, torna difícil, senão impossível, aplicar e exigir uma gestão eficiente.

No plano económico não delineamos políticas apropriadas que permitissem a mobilização de poupanças para a construção de casas por cidadãos, empresas e instituições, e uma política de rendas que permitisse a conservação e a expansão do parque habitacional gerido pelo Estado.

Assim, é essencial que o desenvolvimento de estratégias gerais e programas de aglomerados humanos sejam parte integrante de uma política habitacional nacional e que esta esteja intimamente ligada à política de desenvolvimento macro-económico ao nível regional e nacional.

ACÇÕES REALIZADAS

Desde o IV Congresso do Partido a intervenção estatal directa na disponibilização de alojamento foi limitada ao acabamento de unidades habitacionais interrompidas, na construção de habitações ligadas a projectos económicos chave, pouco tendo sido feito na área de promoção da auto construção.

Foi concluído o grande projecto de drenagem de águas residuais da cidade do Maputo, obra de envergadura que mobilizou muitos recursos do nosso Estado e beneficia hoje mais de 150.000 habitantes da zona.

As obras da rede de esgotos em curso na cidade de Maputo já beneficiam 90.000 habitantes

Assegurámos o abastecimento de água à cidade do Maputo, com a conclusão da construção da Barragem dos Pequenos Libombos.

A criação do projecto de Água Rural implantado em todas as províncias do país, permitiu a construção de mais de 1.600 poços e furos, o que significa 400 novas fontes de água em média por ano, beneficiando um total de 930 mil habitantes de água potável.

Durante este período ampliámos e melhorámos a rede de distribuição de energia eléctrica em algumas zonas urbanas e rurais do nosso país.

Até finais de 1989 prevê-se a conclusão de 168 apartamentos do projecto das 300 casas que constituem o bairro residencial da Universidade Eduardo Mondlane. Dificuldades de ordem financeira e a falta de material de construção não permitiram a conclusão deste projecto nos prazos definidos, assim como do projecto dos 33 andares o qual foi incluído no projecto de reabilitação urbana a iniciar em finais de 1989, e que visa a reabilitação habitacional e viária da cidade.

Concluimos em 1988 uma das "Torres Vermelhas" disponibilizando 153 apartamentos, ficando o restante da obra incluído também no projecto de reabilitação urbana da capital.

No período de 1983 a 1988, integrado no Projecto Infloma em Messica, na Província de Manica, foram construídas 150 habitações do tipo convencional e 200 unidades básicas do tipo evolutivo. Iniciada em 1984, foi concluída a construção de 270 casas no Bairro do Macurungo da cidade da Beira.

Integrado no projecto Têxtil de Mocuba, na província da Zambézia, foram construídas 115 habitações com áreas entre 90 e 180m².

No Dondo, província de Sofala, só foram construídas 30 casas das previstas no projecto das 100 casas, por dificuldades no fornecimento de materiais. Iniciou-se em 1987 o projecto de construção de 208 habitações do Bairro da Polícia em Maputo, cuja conclusão se prevê para este ano.

Estima-se que no período de 1983 a 1989 tenham sido disponibilizadas cerca de 1.500 habitações construídas pelas empresas estatais do sector da construção, não incluindo as habitações construídas no âmbito dos vários projectos em curso no país.

MEDIDAS A TOMAR

A criação em finais de 1983 do Instituto Nacional do Planeamento Físico, com autonomia para a função de investigação e experimentação na área do planeamento físico, incluindo a habitação e o equipamento social, tinha como objectivo fortalecer a direcção do sector e garantir o uso racional do espaço urbano e suburbano, tarefas essas que não foram cumpridas por várias razões, entre as quais está a falta de quadros.

Uma intervenção mais eficaz na área da habitação exigirá concentração de esforços no nível institucional de modo a permitir ao Estado uma acção unitária e centralizada na esfera da habitação.

Na II Conferência Nacional do Partido e no processo de estudo das teses foram apresentadas propostas para se considerar a alienação das casas nacionalizadas do parque habitacional estatal a favor dos inquilinos, para resolver o grave problema da manutenção e da deficiente gestão do parque, que hoje enfrentamos. A alienação das casas tem efeitos positivos na sua manutenção e alivia a responsabilidade do Estado, mas exige uma normação baseada numa detalhada análise das diversas situações.

Outro dos procedimentos que concorrem de imediato para incentivar a manutenção é o estabelecimento dos mecanismos que garantam a compensação e amortização nas rendas dos inquilinos que investem comprovadamente na manutenção das casas do parque habitacional do Estado.

Constituem iniciativas realistas e importantes instrumentos para a defesa das conquistas populares e do património do Estado, as intervenções estatais iniciadas recentemente como a criação do Fundo para o Desenvolvimento de Habitação Própria, como meio de mobilizar financiamento individual inicialmente dirigido a grupos sociais com acesso a divisas, assim como o projecto de reabilitação de infraestruturas urbanas a iniciar nas cidades do Maputo e Beira com financiamento internacional, que incluem componentes de urbanização básica, apoio à auto-construção habitacional e reabilitação do Parque Imobiliário do Estado.

Para a preservação e extensão das conquistas realizadas na área da habitação, o Estado deverá preparar e pôr em execução a legislação e regulamentos que regulem a criação de empresas e sociedades imobiliárias de capitais públicos e mistos destinados a gerir o parque imobiliário e a promover a construção de habitação social.

É no quadro da reorganização institucional do sector que serão definidos instrumentos jurídicos necessários aos trâmites processuais para a normalização dos registos de propriedade, para a regularização dos empréstimos contraídos e defesa dos direitos dos credores.

Os interesses do Estado como proprietário, e dos cidadãos como inquilinos, serão garantidos pelas entidades a quem for transferida a responsabilidade de administração e gestão do parque imobiliário do Estado.

Devemos ter presente que as soluções preconizadas vão abranger, nesta fase, apenas 5% da população urbana que se encontra actualmente coberta pela habitação construída com materiais duráveis.

As casas nacionalizadas construídas com material precário existentes nas zonas suburbanas devem ser retiradas da gestão do parque imobiliário estatal, no quadro dos planos de reordenamento dos espaços urbano e suburbano através de um processo combinado de devolução ou venda.

INCENTIVAR A SOLUÇÃO DAS CARÊNCIAS NA HABITAÇÃO

A solução dos sérios problemas de habitação da maioria do povo nas zonas rurais e urbanas, por constituírem realidades distintas, exige abordagens específicas e adequadas que permitam mobilizar todas as capacidades existentes na construção de casas.

É fundamental desenvolver acções que resultem na implantação da população dos centros de deslocados nas aldeias de origem, ou em aglomerados onde se reúnam condições mínimas de vida em termos da habitação, água, fontes de energia, acessos e infraestruturas sociais básicas. Na planificação regional, devemos perspectivar o desenvolvimento de novos aglomerados habitacionais aproveitando, na sua localização, as vias de comunicação rodoviária e ferroviária já existentes para viabilizar de imediato a vida das pessoas e facilitar o transporte e os apoios às populações vítimas da guerra e das

calamidades naturais. Este princípio, de se dar maior aproveitamento às infraestruturas existentes, não deve todavia ser aplicado sem a verificação da existência das condições necessárias para o correcto desenvolvimento dos aglomerados populacionais a implantar.

O papel do Estado na implementação de uma política habitacional, tendo em consideração que ele dispõe de recursos e capacidades limitadas para desenvolver acções de envergadura na esfera da construção, deve ser o da elaboração, controle da execução e revisão dos planos de urbanização das cidades e vilas, bem como de planos de ordenamento territorial para as zonas rurais, de modo a minorarmos os problemas da ocupação desordenada e inadequada do solo, quer urbano, quer rural. Também neste âmbito o Estado deverá apoiar e promover o enquadramento do povo em programas de auto construção, estimulando cooperativas de habitação, apoiando o desenvolvimento de mecanismos de crédito e de poupança ligados à habitação, e aprovando legislação que regule a construção, venda e transmissão de habitação própria. As empresas e instituições do Estado, incluindo ministérios, devem ser estimuladas a promover programas habitacionais para os seus trabalhadores.

Para a melhoria das condições de alojamento nas zonas rurais, deverá o Estado promover a utilização de técnicas e materiais locais, estendendo também a essas zonas os mecanismos de apoio financeiro e de fornecimento de materiais de construção e instrumentos de trabalho que não existam localmente, como por exemplo chapas de zinco e ferragens, entre outros.

Compete ainda ao Estado estabelecer indicadores de natureza macro-económica que determinem a proporção de investimento para o sector da habitação, o volume de crédito anual e modalidades de concessão que assegurem o fomento da construção de casas.

É no quadro económico a definir pelo Estado que os diversos sujeitos económicos e organizações sociais e humanitárias, empresas e sociedades públicas, mistas e privadas, empresários privados, organizações sociais e instituições do Estado poderão dedicar-se à

actividade de construção de casas para habitação, de imóveis para fábricas, escritórios e serviços, para a venda nas modalidades que forem aprovadas pelo Estado.

Uma das condições prévias para a implementação da política de habitação é a regulamentação, pelo Estado, das regras de indemnização prevista na lei. Ao mesmo tempo será necessário prever e mobilizar os recursos financeiros para o efeito, o que permitirá também aos interessados tomar decisões quanto à utilização dos meios a receber por esta via. Na aplicação do princípio e dos regulamentos da indemnização dos antigos proprietários moçambicanos que a ela tenham direito, poderá o Estado optar entre a indemnização e a devolução do imóvel quando tal seja do interesse do Estado

Para a solução do problema de habitação, o Estado deve criar um clima propício à mobilização de poupança e a uma intervenção de todos os sectores na construção de infraestruturas para a economia e no alargamento do fundo de habitação. A criação deste ambiente exige a revisão da lei das nacionalizações para que seja permitido o arrendamento de habitações novas por empresas e sociedades devidamente autorizadas a exercer a actividade de administração e gestão do parque imobiliário. As empresas e instituições autorizadas a construir, para venda, infraestruturas económicas, tais como fábricas, armazéns, lojas e edifícios para o exercício do comércio, para escritórios e prestação de serviços, serão também autorizados a explorá-las em regime de arrendamento.

A venda de habitações que são património do Estado aos respectivos inquilinos deverá ser permitida, nas condições que as instituições pertinentes irão definir, devendo aquela venda basear-se em programa devidamente fundamentado e aprovado pelo Governo.

O desenvolvimento da habitação requer quadros qualificados aos vários níveis, pelo que se deve dar importância à formação e qualificação de técnicos para o sector. Em paralelo, é fundamental a promoção de actividades de investigação das experiências tradicionais e das variantes de construção existentes em todo o país.

O longo e árduo caminho que nos espera até que consigamos alcançar a devida coordenação e entendimentos necessários para a resolução faseada dos problemas da habitação do nosso povo, exige simultaneamente a preservação da perspectiva política e coragem na adopção de estratégias a serem iniciadas desde já.

TRABALHO

A guerra e a nossa difícil situação económica geram problemas específicos no âmbito do trabalho, com sérias consequências sociais. A tendência decrescente do mercado de emprego no período 1982 a 1983 inverte-se a partir de 1984/1985 onde se verifica um crescimento das diferentes variáveis do mercado de emprego, com destaque para as ofertas de emprego e as colocações efectuadas.

As nossas previsões de criação de novos postos de trabalho nos pólos de desenvolvimento onde estavam programadas as implantações de inúmeros projectos foram bloqueadas pela guerra de desestabilização. Como consequência, muitos projectos de desenvolvimento iniciados foram paralisados e outros adiados, o que trouxe reflexos negativos para o mercado de emprego e para a reconstrução do país.

LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO LABORAL

A legislação do trabalho mereceu uma atenção particular tendo em consideração que o trabalho é o factor principal na edificação da sociedade, na transformação do homem e no melhoramento crescente das condições de vida de cada um e de todo o povo. É neste quadro que a Assembleia Popular aprovou em Dezembro de 1985 a Lei do Trabalho dando cumprimento às orientações do Partido Frelimo.

A Lei do Trabalho regula as relações jurídicas de trabalho, para o aumento da produção social e, nesta base, para elevar o nível material e cultural da vida dos trabalhadores reforçando a disciplina laboral. Constata-se porém que ainda não se alcançou aos vários níveis a adequada implantação desta legislação, persistindo atrasos ou desvios que necessitam ser controlados.

O processo de definição das carreiras profissionais através de classificadores, realizado em 1985, pôs termo as várias situações de desigualdade e desequilíbrios então existentes e permitiu reorganizar os quadros de pessoal dando perspectivas para o seu desenvolvimento nas diferentes categorias de funcionários e trabalhadores.

Os efeitos do Programa de Reabilitação Económica manifestaram-se, como era previsível, no mercado do emprego, mormente na retenção das ofertas de emprego que diminuíram em 35%. O período 1986/1987 reflectiu uma recuperação paulatina dos serviços, iniciada em 1984, no registo da dinâmica do mercado de emprego. É justificável por isso a tendência crescente do volume de inscrições para o emprego na ordem dos 34% que corresponde à tendência crescente de 24% nas ofertas de emprego e de 15% nas colocações. Este facto indica que o PRE apenas reteve por breve período a procura de mão-de-obra, verificando-se neste momento uma tendência de se admitir novo pessoal nas empresas, provavelmente com maior qualificação que a força de trabalho despedida.

No entanto, à medida da execução das fases do PRE a problemática da falta de emprego, tende a acentuar-se influenciada pelo despedimento de trabalhadores excedentários, ou não qualificados, e ainda pelos jovens desmobilizados do Serviço Militar Obrigatório e pelo massivo fluxo migratório do campo para a cidade.

A gravidade dos problemas do emprego no país tornou necessário criar o sistema de controlo de recursos laborais com o objectivo de melhor conhecer e planificar os recursos humanos. Com este sistema, pretendem-se ajustar as metodologias de recrutamento e orientação da mão de obra subempregada e desempregada, canalizando-a para sectores prioritários conforme a sua qualificação, aptidões e aspirações.

Em 1987 é aprovado o decreto sobre a organização salarial do país, sendo de realçar a elaboração e aprovação do qualificador comum dos técnicos e as metodologias sobre a elaboração das normas elementares do trabalho e as formas e sistemas de pagamento.

Posteriormente são aprovados cerca de 28 qualificadores próprios dos ramos de actividade e 51 específicos de empresas dos principais ramos da economia que, conjugados com os qualificadores comuns, abrangem aproximadamente 50% da força de trabalho assalariada do país. Procedeu-se em simultâneo à classificação de cerca de 300 empresas dependentes dos ministérios económicos, com vista à remuneração dos cargos de chefia e direcção das mesmas.

Considerando o papel decisivo do aparelho de Estado na realização da política definida pelo Partido Frelimo, é aprovado em 1987 o Estatuto Geral dos Funcionários de Estado na sequência dos princípios fundamentais definidos pela Lei do Trabalho. Este estatuto consagra o princípio do rigoroso acatamento da legalidade na administração estatal pelos órgãos do poder popular e pelos funcionários, como garantia de que os actos da administração se desenvolvam também na esfera dos direitos do cidadão e obedeçam aos ditames da lei.

A aprovação da legislação fundamental na área do trabalho coincide com a evolução do processo de organização dos trabalhadores, em termos de criação de sindicatos e suas estruturas de base.

HIGIENE, PROTECÇÃO E SEGURANÇA NO TRABALHO

No período em análise prosseguiram acções para a melhoria das condições e da qualidade de vida dos trabalhadores. No domínio da saúde, foram efectuados 124.301 exames médicos em que se detectaram 6.803 doenças profissionais.

No âmbito da protecção e segurança no trabalho a situação permanece ainda preocupante. Registaram-se 6.268 acidentes laborais, sendo 3.510 classificados de ligeiros, 1.118 de graves e 1640 fatais. Estes dados revelam a necessidade de se incentivar em todos os sectores a adopção de medidas preventivas contra o risco de acidentes, incluindo a educação dos trabalhadores sobre higiene e

segurança no trabalho, a aquisição de material e equipamento de protecção e a observância das normas técnicas de organização e segurança do trabalho.

Actualmente existem 2.371 postos de socorro e 287 postos de saúde em centros de trabalho.

Têm sido desenvolvidos esforços para a melhoria social dos trabalhadores, que se traduzem na existência de 639 refeitórios e de 233 creches e 119 centros infantis para benefício dos filhos dos trabalhadores.

Foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social, com o objectivo de incentivar a prestação de assistência aos trabalhadores em caso de doença, acidente, maternidade, invalidez e velhice.

Devemos prestar maior atenção à área de higiene e segurança de trabalho por forma a criar as melhores condições para os trabalhadores.

EMPREGO, MIGRAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Desde o IV Congresso do Partido temos procurado encontrar soluções globais para a resolução dos problemas do desemprego e da qualificação da mão-de-obra. Assim, iniciou-se o processo de envio de trabalhadores moçambicanos para a República Democrática Alemã, no âmbito do acordo bilateral existente com aquele país. Tem sido preocupação nos critérios de selecção a mobilização de jovens que cumpriram o SMO e de jovens que interromperam os seus estudos escolares. Hoje encontram-se a trabalhar na RDA cerca de 18.000 moçambicanos que, em simultâneo, aprendem uma profissão e contribuem financeiramente para o desenvolvimento do país. Esta experiência tem suscitado problemas novos para os quais é necessário prestar particular atenção

Devemos garantir um melhor recrutamento dirigido às nossas necessidades, melhorar o processo de transferência de bens, assegurar o devido enquadramento após o regresso e propiciar a aplicação das poupanças em actividades úteis para o país.

Do período que decorre do IV Congresso até à presente data sucederam alterações significativas no fluxo da mão-de-obra moçambicana para as minas da África do Sul. Em finais de 1986, por decisão unilateral do governo sul-africano e dentro da estratégia global de destabilização do nosso país, foi reduzido drasticamente o número de trabalhadores moçambicanos naquele país vizinho para cerca de 40.000 postos de trabalho. Este facto veio agravar significativamente a problemática do emprego na região sul do país. Milhares de mineiros foram obrigados a regressar ao país votados ao desemprego. Em 1988, o governo sul-africano aceita incrementar novamente os postos de trabalho para trabalhadores moçambicanos e, em resultado das conversações entre os nossos países na área do trabalho, dezenas de milhar de mineiros moçambicanos vão para África do Sul em busca de trabalho. Estão neste momento a trabalhar naquele país cerca de 60.000 trabalhadores moçambicanos, número este com tendência a crescer para 80.000 até finais de 1989.

Ainda na área dos trabalhadores migrantes, em particular para as minas sul-africanas, devemos também prestar atenção no aumento da eficiência do processo de recrutamento, no apoio, nas garantias e concessão de facilidades logísticas e de transporte no regresso ao país. Para os moçambicanos que terminam os seus contratos é necessário incentivar novas oportunidades de investimento, que permitam a sua integração nomeadamente na agricultura, comércio e outros sectores. De uma maneira geral é necessário promovermos a aprovação de legislação garantindo a implantação de uma gestão correcta do processo de emigração com benefícios para os trabalhadores e para o Estado.

Desde a independência nacional que o nosso país vem beneficiando do apoio extraordinário de mão-de-obra estrangeira qualificada ao abrigo de acordos bilaterais com países amigos, com organizações internacionais, não-governamentais e outros. Essa cooperação permitiu suprir em termos de assistência técnica as lacunas de direcção e organização deixadas pela fuga e abandono de milhares de especialistas e quadros portugueses. Ao mesmo tempo fomos qualificando a mão-de-obra moçambicana aos níveis universitário, médio, técnico-profissional e básico para assumir progressivamente as tarefas de direcção, de planificação e de assistência técnico-científica dos vários ramos da economia e da sociedade.

Hoje o nosso país, 14 anos após a independência possui contingentes de quadros e técnicos superiores e médios nacionais em muitos ramos da economia em número superior ou igual aos existentes no tempo colonial.

Porém, ao contrário da previsão anterior que apontava para a incorporação progressiva da mão-de-obra moçambicana qualificada não se assiste a uma redução de técnicos cooperantes qualificados e pessoal estrangeiro não qualificado contratados oficialmente por entidades públicas e empresas estatais e privadas.

Esta situação continua a ter implicações financeiras para o orçamento do Estado em termos de pagamento de salários em moeda convertível, e reduz as oportunidades de emprego para o pessoal moçambicano qualificado, criando descontentamento, desinteresse e outras consequências profissionais e sociais.

Esta situação resulta por um lado da deficiente planificação da utilização da mão-de-obra qualificada, pouco controle na definição das necessidades de recrutamento de moçambicanos e enquadramento dos cooperantes e sobretudo a falta de visão em relação ao nosso crescimento em termos de quadros e a direcção do desenvolvimento nacional. É fundamental desenvolver acções com vista a adequar a situação às nossas necessidades e eliminar os erros aos vários níveis,

por forma a absorvermos os quadros, técnicos e pessoal moçambicano em todos os ramos, sectores e programa em curso no país. A contratação de técnicos estrangeiros deve obedecer e corresponder às nossas necessidades tecnológicas reais e ser assegurada a respectiva transferência de tecnologia aos quadros moçambicanos.

Considerando a nossa crítica situação económica e social o nosso Estado deve tomar corajosamente decisões na área de distribuição dos recursos laborais, de austeridade e controle na contratação de técnicos cooperantes, na redução do fundo do salários do aparelho de Estado, na redução da nossa dependência tecnológica, na valorização dos quadros moçambicanos e na redução dos gastos em divisas, canalizando os recursos para acorrer à situação de emergência que vivemos e para a reabilitação económica em curso no país.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A comunicação entre os povos e, dentro de cada país entre os diferentes grupos sociais e regiões, baseia-se em grande medida nos meios de comunicação social. Em Moçambique, a Comunicação Social desempenhou um importante papel na luta armada de libertação nacional, esclarecendo o mundo sobre a natureza e os objectivos da nossa luta e mobilizando o povo para nela se engajar.

O programa radiofónico ("Voz da FRELIMO", as revistas "Mozambique Revolution", "Voz da Revolução", "25 de Setembro"), entre outras, fizeram com que o eco da nossa resistência à dominação colonial atingisse os mais longínquos lugares e quadrantes, angariando compreensão, solidariedade e apoios importantes para o desenvolvimento da luta de libertação nacional.

Conquistada a independência, deparámo-nos com uma situação extremamente difícil legada pelo colonialismo. A sua superação implicava o envolvimento massivo e democrático de todo o povo, na grande obra de reconstrução nacional. A mobilização do povo para esta tarefa tornou-se assim numa direcção principal do trabalho da Informação. Era preciso explicar o sentido da independência duramente conquistada, a necessidade de todos se envolverem na construção de uma sociedade nova, de progresso, igualdade e justiça.

A comunicação social teve de ser concebida e orientada de acordo com a situação de analfabetismo generalizado herdada de séculos de colonização, buscando formas de engajar toda a população a participar de forma directa e efectiva no processo de transformação social que a independência desencadeara. Tratava-se de levar todos a compreender que a independência não era um fim em si, mas um meio para soberanamente começarmos a resolver os problemas do país que a todos afectavam. Foi então definida como função principal da comunicação social "INFORMAR, EDUCAR, MOBILIZAR E ORGANIZAR O POVO".

QUALIFICAÇÃO DOS QUADROS E INVESTIMENTOS

Os problemas impostos pela dinâmica da sociedade e do seu processo de transformação colocaram à Comunicação Social inúmeros desafios no que respeita à sua capacidade técnica e humana. As carências existentes nestas áreas explicam os erros, as lacunas, os desvios, nela muitas vezes verificados. Contudo, foi sempre notório o esforço e zelo dos trabalhadores dos nossos órgãos de comunicação social, o seu sentido patriótico e a sua vontade de servir o povo e a revolução.

Os problemas da comunicação social têm como origem fundamentalmente a fraca qualificação e a falta de profissionalismo de uma parte significativa dos seus quadros, bem como a ausência de investimentos para a renovação do equipamento e outros meios.

Os recursos em equipamento e outras infraestruturas do sector, herdados aquando da independência, eram já nessa altura incapazes de responder à necessidade de criar e desenvolver uma comunicação social cada vez mais rápida e eficaz ao ritmo da própria dinâmica da sociedade moçambicana. A falta de investimentos para a renovação da já degradada e obsoleta base infraestrutural do sector tem influído negativamente na qualidade da produção dos órgãos de comunicação social.

As deficiências de formação, aperfeiçoamento e especialização ainda não foram superadas. Essa superação exige acções cujos efeitos só se farão sentir a médio e longo prazos. A par dos esforços de elevação contínua do nível dos actuais profissionais é preciso prosseguir na via da formação de novos profissionais com base em graduados do ensino superior. Neste sentido, deverá por um lado concluir-se o processo de capacitação da Escola de Jornalismo, e por outro ampliar-se as acções de cooperação com outros países.

ACTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A política de comunicação social deve ser formulada e actualizada de acordo com a estratégia global do país, ditada pela defesa dos interesses nacionais, assente nos mais profundos anseios do nosso povo à paz, igualdade, democracia e progresso social. A política de comunicação social tem de fixar, à luz da situação actual do nosso país, as bases e modalidades do exercício desta actividade e os objectivos que ela visa alcançar.

A guerra de destabilização movida contra o nosso país conduziu a uma destruição sistemática de vidas humanas e de infraestruturas económicas e sociais, incluindo a inviabilização de projectos económicos cuja realização contribuiria para a solução dos problemas prementes do nosso povo.

Enfrentar a guerra e procurar a paz, e promover o desenvolvimento económico e social do país, são tarefas de todo o povo. Esta realidade impõe de novo à comunicação social o papel de a todos mobilizar e em todos moldar um comportamento que permita o seu envolvimento na luta contra os inimigos da Pátria e pela construção do progresso. Por isso, a função de "INFORMAR, EDUCAR, MOBILIZAR E ORGANIZAR O POVO" continua válida e actual.

Esta palavra de ordem deve porém tomar em conta que à comunicação social se impõe hoje um papel mais activo, responsável e com carácter interventivo na sociedade, que ela deve ser um veículo preponderante da abertura que se vive no país, da democratização das estruturas e das mentalidades, e promotora de uma maior confiança, adesão e participação popular na vida nacional.

Esta exigência levanta a questão da democracia e liberdade de imprensa. A democracia e a liberdade de imprensa devem servir o desenvolvimento político, económico e social do país e consolidar a unidade nacional. A democracia e liberdade de imprensa não devem ser usadas para alimentar as tendências para o liberalismo e

sensacionalismo, para o criticismo irresponsável e a intriga, para a superficialidade e mediocridade, nem podem justificar a ausência de análise e ponderação da situação real do país e dos seus problemas. Estes desvios e insuficiências devem ser energicamente combatidos e corrigidos desde os próprios órgãos, impedindo-se que ponham em causa a política definida para a comunicação social. Isto significa que a comunicação social deve debruçar-se sobre os sentimentos, opiniões e interesses dos diversos grupos sociais e culturais do nosso país, numa perspectiva patriótica.

Os órgãos de comunicação social devem ponderar sempre sobre os objectivos, a oportunidade e os efeitos dos materiais por eles produzidos, do ponto de vista do interesse nacional.

Neste quadro, a ONJ deve promover o sentido da deontologia do jornalista, levando-o a assumir a ética da profissão, a exigência de investigar os factos e situá-los no contexto próprio, a fundamentar as conclusões.

Em paralelo, impõe-se a aplicação da legislação existente relativa à responsabilização civil e criminal do autor e editor de escritos lesivos ao direito à boa reputação de pessoas singulares e colectivas, assim como publicações que, em violação da lei, atentem contra a moral e ordem pública.

TAREFAS FUNDAMENTAIS E PERSPECTIVAS

A democracia, introduzida e exercida pelo nosso povo desde a luta armada de libertação nacional e essência da natureza da nossa luta, encontra hoje lugar para expansão e aprofundamento. A participação do povo na vida política e económica e no exercício do poder, é parte intrínseca da política popular do nosso Partido. A comunicação social tem como tarefa promover a democracia, a confiança e a adesão do povo à luta pela concretização das suas aspirações.

A situação de guerra e os seus efeitos, o Programa de Reabilitação Económica e o seu impacto social, a cultura, a identidade e unidade nacional dos moçambicanos, bem como a inserção do nosso país na região, em toda a África e no mundo, devem ser correcta, profunda e adequadamente tratados nos nossos meios de comunicação social.

As violações da legalidade, porque se traduzem em graves prejuízos dos interesses definidos e consagrados nas leis, devem ser combatidas com determinação, a todos os níveis, por todas as instituições, e em especial pelos tribunais, pela Procuradoria e pelas Forças de Defesa e Segurança. A comunicação social, pelo seu papel na educação e mobilização dos cidadãos e pela função de dissuasão que lhe é própria, tem uma importante contribuição a dar neste combate, informando de forma objectiva e responsável sobre as violações e sobre os violadores da legalidade e sobre a luta que contra eles se trava.

No que concerne ao novo quadro económico gerado pelo Programa de Reabilitação Económica, são notórias as lacunas na nossa comunicação social. A grave crise económica enfrentada pelo país e o retardamento da resposta às expectativas populares sobre os benefícios preconizados para a saúde, educação, habitação e outras áreas, necessitam de uma explicação aprofundada e constante.

A comunicação social deve assim trabalhar no sentido de criar espaços especializados, aumentar o caudal informativo sobre estes assuntos, alargando as rubricas e programas já existentes. O acesso às fontes por parte dos órgãos de comunicação social é importante e deve ser garantido. Contudo, ele deve ser promovido também em função da capacidade, profissionalismo e responsabilidade social dos trabalhadores da comunicação social.

A consolidação da unidade nacional, a defesa dos fundamentos da independência e integridade territorial são tarefas fundamentais da comunicação social. A apresentação e valorização das diferentes regiões e províncias do país, dos seus valores sociais, económicos e culturais, dos seus esforços e sucessos como património comum, devem nortear o combate pela unidade nacional nos meios de comunicação social.

Tomando em conta as dificuldades resultantes dos problemas económicos e as exigências impostas pelo PRE, a comunicação social deve orientar-se no sentido de reduzir os factores de divisão e as tensões sociais ainda existentes na sociedade moçambicana. Ela deve promover a compreensão de que a unidade assenta em princípios e interesses que são comuns a todos os moçambicanos; nomeadamente, a oposição à guerra de agressão, a construção da nação, a reabilitação económica e a criação de uma sociedade de igualdade, justiça e bem-estar social.

A comunicação social enfrenta problemas derivados do encarecimento dos custos de produção dos jornais, bem como o das pilhas e aparelhos de rádio. Isto significa por outro lado que o acesso da grande maioria da população aos órgãos de comunicação social diminuiu, devido ao aumento dos preços, com todos os prejuízos daí decorrentes.

É preciso encarar com realismo esta situação, conscientes de que a sua inversão será difícil nos próximos tempos, devido ao volume de investimentos que isso implica. Contudo, é importante considerar a reabilitação e desenvolvimento da capacidade de cobertura informativa, com especial atenção para a rádio, órgão que apresenta perspectivas realistas de cobrir todo o país e que constitui um instrumento poderoso de unidade nacional.

Deve também priorizar-se a rápida distribuição de jornais e revistas, garantindo-se a sua chegada e venda atempada, não só às capitais provinciais mas também, sempre que possível, às sedes distritais.

Igualmente, constata-se que os critérios, concepções e métodos seguidos pelos órgãos de comunicação social diferem de província para província, de sector para sector e de instituição para instituição. Isto faz com que se verifiquem desequilíbrios quantitativos e de sentido político e social. É por isso fundamental que a política de comunicação social seja vinculativa para todos os sectores e instituições, e seja cumprida em todo o território nacional.

CAPÍTULO VIII

AS GRANDES LINHAS DA NOSSA POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Partido Frelimo tem as suas raízes na heróica luta do povo moçambicano pela afirmação da sua personalidade e dignidade, pela conquista da soberania e independência nacionais e pela defesa da pátria contra a agressão e desestabilização.

Ela inspira-se na experiência comum de exploração e dominação coloniais dos povos africanos e complementa-se no esforço conjunto destes povos pela emancipação política, económica e cultural de África e pela consolidação da unidade africana, uma exigência fundamental para salvaguarda da soberania, independência e a integridade territorial dos Estados Africanos.

O Partido Frelimo partilha a convicção de que a paz só poderá nascer e florescer num clima de diálogo, confiança e cooperação entre Estados, independentemente das diferenças dos seus sistemas políticos económicos e sociais. Assim, o Partido Frelimo tem pugnado pela eliminação de focos de tensão e pela erradicação do colonialismo, racismo, apartheid, miséria, injustiça e a desigualdade, bem como todos os outros factores geradores de conflitos e guerras.

O Partido Frelimo estima que a cessação da corrida aos armamentos, o desarmamento, a promoção de uma ordem económica internacional mais justa e equitativa constituem uma dimensão ou factores importantes da luta pela paz e progresso.

Na realização da sua política de paz, o Partido Frelimo tem manifestado a sua solidariedade e apoio moral, político e diplomático aos movimentos de libertação, que lutam contra o apartheid, o racismo, a dominação colonial bem como a todos os povos que lutam pela independência e pelo exercício pleno do direito de escolher livremente

os seus sistemas políticos e económicos, sem qualquer tipo de pressões, ameaças ou interferências externas.

O Partido Frelimo considera que o Movimento dos Países Não-Alinhados e as Nações Unidas constituem forums privilegiados para a discussão dos problemas mais candentes da humanidade e para a promoção da cooperação internacional na busca de soluções aos problemas da paz e segurança internacionais.

Fiel aos princípios de unidade, independência, igualdade, democracia, justiça, paz e progresso que inspiram a natureza socialista do Partido Frelimo, a República Popular de Moçambique estabelece e desenvolve relações com todos os países, baseadas no respeito pela soberania e integridade territorial, na não ingerência nos assuntos internos dos Estados, na igualdade, na reciprocidade de benefícios e na resolução pacífica dos conflitos.

Na implementação destes grandes princípios, o nosso Partido orienta o Estado no sentido da preservação das particulares relações de amizade e cooperação com os países que têm estado ao lado do povo moçambicano nos momentos mais duros da luta pela libertação e pela defesa da Pátria.

O Partido Frelimo orienta o Estado para seguir uma política externa independente, de não-alinhamento, baseada na defesa dos interesses nacionais, fundamentada em objectivos reais e, prioritariamente, na eliminação da desestabilização, na liquidação do terrorismo e na defesa e reconstrução da nação moçambicana.

O nosso Estado realiza um intenso trabalho diplomático com vista a alargar o conhecimento e compreensão das causas reais dos graves problemas que o povo moçambicano enfrenta.

A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO INTERNACIONAL

O Partido Frelimo constata, com grande satisfação, as importantes transformações políticas e estratégicas que se operam a nível mundial. A longa batalha pela paz e pelo desarmamento gerou um processo de consciencialização dos povos contra o perigo de novas guerras e o espectro de uma iminente catástrofe nuclear.

Respondendo às mais profundas aspirações dos povos, os EUA e a URSS assinaram os acordos de eliminação dos mísseis de curto e médio alcance em Washington, em Dezembro de 1987. Este marco histórico imprime uma nova dinâmica nas relações entre as nações, inicia um processo de crescente confiança recíproca e permite a criação de um novo clima favorável ao diálogo, distensão e cooperação pacífica.

Desenvolve-se a consciência da interdependência entre os povos e entre sistemas diferentes, amplia-se a vontade de fazer da guerra um fenómeno do passado e de privilegiar o diálogo na solução dos conflitos. À política de confrontação tende a contrapor-se a necessidade da cooperação e do desenvolvimento integrado e interdependente.

Como consequência desta nova dinâmica no relacionamento entre as duas grandes potências, o mundo é hoje testemunho de uma concertação e consultas regulares entre as duas grandes potências sobre questões internacionais da actualidade, dentre elas os chamados conflitos regionais

A cooperação e participação destes dois países tem sido um instrumento dinamizador do actual clima internacional caracterizado por uma procura de mecanismos ou vias pacíficas para a solução dos inúmeros problemas de que a humanidade enferma.

Em várias regiões do Globo, onde outrora reinava a guerra, a violência e o terror, nasce hoje o embrião da paz, segurança e estabilidade.

ÁFRICA

Sudoeste de África/Namíbia

Após longos e árduos anos de luta sangrenta contra a ocupação colonial sul africana, e pela soberania e independência, o povo namíbio está finalmente a alguns passos da vitória. O desencadeamento do processo de descolonização deste território, no quadro da Resolução nº 435/78, no Conselho de Segurança e no espírito dos acordos alcançados em Brazzaville e Nova Iorque, traduz em certa medida o clima de consenso prevalescente nas relações internacionais, quanto à necessidade e urgência de se encontrarem soluções justas e pacíficas aos conflitos que ainda se registam nas diferentes regiões do globo.

Os acordos de Nova Iorque testemunham igualmente a alteração na região de África Austral da correlação de forças a favor das forças de paz e do progresso. São em última análise uma conquista do povo de Namíbia guiado pela Swapo, seu legítimo representante, do povo de Angola, bem como de todos os povos da África Austral.

O Partido Frelimo congratula o povo namíbio pelas vitórias alcançadas e reafirma o seu apoio moral político e diplomático à Swapo na sua luta por alcançar a paz, independência e harmonia na Namíbia.

Conquistada a independência, a Namíbia constituirá mais um elo para o alargamento da Linha da Frente e para o reforço da cooperação regional.

O Partido Frelimo exorta toda a Comunidade Internacional e as Nações Unidas em particular, para exercerem a necessária vigilância e controle para garantir eleições justas e pacíficas que expressem a vontade do povo namíbio, no âmbito da estrita observância da Resolução nº 435/78, do Conselho de Segurança sobre a independência da Namíbia.

No respeitante à situação em Angola, o Partido Frelimo regozija-se pelos êxitos alcançados pelo povo irmão de Angola nos seus esforços de paz.

O Partido Frelimo saúda os entendimentos alcançados em Gbadolite, Zaire, que traduzem a aspiração do povo de Angola de viver em paz e em unidade e livre de ingerência ou interferência externas.

O Partido Frelimo saúda o alto sentido de responsabilidade e coragem do MPLA-Partido de Trabalho e a forma lúcida como tem orientado o processo de paz na África do Sudoeste. O nosso Partido apela à não-ingerência nos assuntos internos daquele país de modo a permitir que as irmãs e irmãos angolanos possam, soberanamente, materializar as suas aspirações à reconciliação e unidade nacional.

O Partido Frelimo saúda igualmente a cooperação e activo apoio que diversos Chefes de Estado e, em particular, os dos países da Linha da Frente, do grupo dos Cinco, o Congo, Gabão e Zaire, têm dado à iniciativa de paz do povo angolano.

O Partido Frelimo exorta todos os intervenientes no processo a acatarem o estipulado nos entendimentos alcançados e a trabalharem pela sua concretização. O processo do plano de paz de Angola em muito contribuirá para o clima de distensão em curso na região.

O Partido Frelimo reafirma a sua disponibilidade de contribuir da melhor maneira possível, para o êxito das iniciativas de paz do governo da República Popular de Angola

As relações entre a República da África do Sul e os Estados da região

O regime minoritário de Pretória concebeu o prolongamento da sua existência através de uma concepção político-militar a que chamou de "estratégia nacional total", que se desdobra numa política interna reformista e social destinada a "ganhar o coração e o cérebro do povo" e numa política de agressão aberta contra os países vizinhos, com vista a preservar e aumentar a sua hegemonia regional nos planos económico, estratégico e político.

A agressão contra Moçambique tornou-se um dos pontos centrais desta política regional dada a importância estratégica do nosso país que oferece o serviço de três dos cinco portos de que dispõem os nove países membros da SADCC. Inviabilizando a utilização dos portos moçambicanos, o governo minoritário sul-africano obrigaria a que todo o trânsito de entrada e saída de mercadoria nos seis países interiores da SADCC se tivesse de fazer pelos portos e caminhos de ferro da África do Sul.

Deste modo, a agressão contra Moçambique deveria visar, fundamentalmente, a criação de um clima de instabilidade do país e, se possível, minar profundamente a unidade da Nação e a sua integridade territorial. Para tal, foram constituídos grupos armados compostos por moçambicanos tendo como missão implantar o terror entre a população, sabotar a economia, transformar os camponeses em deslocados e refugiados, implantar a intranquilidade e provocar o caos social.

O concurso de factores internos, regionais e conjunturais que expuseram aos olhos do mundo a política do "apartheid" criou uma alteração na correlação de forças e induziu o Governo de Pretória a tentar uma alternativa através da via do diálogo. Tal resultou na assinatura do Acordo de Nkomati, logo a seguir ao compromisso de Lusaka concluído com o Governo de Angola no mesmo ano de 1984.

A via do diálogo e o espírito de boa vizinhança e cooperação, porque entravam em contradição profunda com a filosofia e a prática da "estratégia total", traduziram-se em sucessivas violações do Acordo de Nkomati. A evidência irrefutável do desrespeito pelos compromissos solenemente assumidos ocorreu em 1985 quando foram capturados os "documentos de Gorongosa" na tomada do principal acampamento dos bandidos armados em Moçambique e quando, em Angola, foi aprisionado um oficial sul-africano em Cabinda.

O regime do "apartheid" reagiu intensificando as acções de violência nos estados da Africa Austral. No centro do nosso país, aumentou a actividade terrorista com o objectivo de atacar a Província da Zambézia e, em particular, o vale do Zambeze.

Angola foi novamente invadida, desta vez com massivo envolvimento de importantes contingentes militares, unidades motorizadas, artilharia pesada e força aérea. Botswana, Zâmbia, Zimbabwe, Lesotho e Swazilândia foram objecto de ataques, incursões, atentados, raptos, sabotagens e assassinatos políticos. Atentados contra patriotas sul-africanos foram perpetrados também em várias capitais europeias.

A "estratégia nacional total" da Africa do Sul, se por um lado reprimiu e prolongou a luta dos povos sul africano e namíbio, não foi capaz, por outro lado, de produzir soluções para a crise profunda do regime. Os principais objectivos políticos das suas acções militares não foram atingidos.

Mais uma vez, a correlação de forças induz Pretória a aceitar o diálogo. Iniciam-se na Africa do Sudoeste as negociações quadripartidas que conduziram à retirada das tropas sul-africanas de Angola, ao início da aplicação da Resolução nº 435/78, do Conselho de Segurança da ONU para a independência da Namíbia e ao acordo sobre a retirada gradual do contingente internacionalista cubano de Angola.

Em Moçambique, realiza-se o encontro do Songo, a nível presidencial, que marca o relançamento do espírito que inspirara a assinatura do Acordo de Nkomati.

África do Sul

A África do Sul continua a ser caracterizada por uma forte repressão e discriminação da maioria negra.

A proclamada política de "ganhar o coração e o cérebro do povo" negro, na qual se inseriam as chamadas "reformas do apartheid", introduziu alterações quantitativas na sociedade sul-africana mas nenhuma mudança qualitativa de fundo na situação interna do país.

A segregação racial é hoje apenas uma das facetas de um regime que se impõe, cada vez mais, pelo recurso à violência.

A repressão policial, a prisão indiscriminada, sem julgamento, de crianças, velhos, mulheres e homens, a recusa ao diálogo com os dirigentes reconhecidos pela maioria continuam ser prática quotidiana de um sistema anacrónico que luta por prolongar a sua sobrevivência.

O estado de emergência imposto há já quase três anos pelo Governo de Pretória testemunha a sua recusa de encontrar soluções políticas para os grandes problemas nacionais.

Em todas as camadas da sociedade sul-africana cresce a consciência de que o "apartheid" está condenado. O sistema e a política nacional e regional que ele exprime constituem hoje um evidente obstáculo à consolidação da paz e progresso no país e na zona. As manobras para ganhar tempo só podem agravar as tensões e a crise no país a que a política de Pretória conduziu.

A nível mundial cresce o movimento anti-apartheid e o isolamento político, económico e cultural do regime sul-africano.

O Partido Frelimo considera que a nova conjuntura internacional e as positivas indicações de uma favorável evolução na África Austral criam condições propícias para que finalmente o Governo de Pretória inicie acções concretas para o desmantelamento do "apartheid".

O nosso Partido é solidário com a justa luta do povo sul-africano pela liberdade, igualdade e democracia e apoia política, moral e diplomaticamente o ANC e todas as forças patrióticas e democráticas da África do Sul.

O Partido Frelimo encoraja o diálogo com o ANC e todas as forças patrióticas sul-africanas para que a África do Sul se torne uma sociedade justa e democrática, em que todos tenham iguais direitos e oportunidades, e em que o desenvolvimento económico, técnico e científico do país possa servir toda a nação e estimular o progresso de toda a região.

O Partido Frelimo exorta o Governo da África do Sul a efectuar mudanças fundamentais na sociedade sul-africana, dando provas concretas da sua vontade de abolir o "apartheid", levantando o estado de emergência, libertando os presos políticos incluindo Nelson Mandela, legalizando as organizações políticas e sociais banidas e renunciando definitivamente à desestabilização regional.

Congratulamo-nos pela solidariedade que a comunidade internacional tem exprimido para com o povo sul-africano. Essa solidariedade tem constituído um grande encorajamento para todos os patriotas e contribui para que sectores sempre mais amplos da comunidade branca sul-africana compreendam a iniquidade do apartheid.

Os Países da Linha da Frente

Com grande satisfação o Partido Frelimo constata que a unidade e cooperação entre os povos da África Austral se reforça cada vez mais, no espírito que inspirou a solidariedade activa com as lutas de libertação nacional.

Os Países da Linha da Frente mantiveram contactos permanentes e, fiéis à sua tradição de debate franco e profundo das questões que lhes dizem respeito, consolidaram a análise comum dos problemas regionais. Isto permitiu uma eficaz coordenação de esforços e meios na luta política e diplomática e uma crescente cooperação ao nível da economia e da defesa.

O nosso Partido continua a apoiar activamente todas as iniciativas para o reforço da unidade e cooperação entre os Países da Linha da Frente.

O Partido Frelimo promove, com prioridade, a intensificação das relações fraternais que o unem ao Chama Cha Mapinduzi da Tanzania, à UNIP da Zâmbia, ao MPLA-Partido de Trabalho de Angola, à ZANU-PF do Zimbabwe e ao Botswana Democratic Party do Botswana.

SADCC

Um dos alvos principais da estratégia de desestabilização da África do Sul tem sido, indubitavelmente, a SADCC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral) cujo sistema de transportes e comunicações, em especial, é regularmente objecto de ataques e sabotagens.

Porém, apesar das destruições constantes das infraestruturas económicas e sociais nos países membros da organização, a SADCC tem registado importantes sucessos que lhe granjearam prestígio e confiança da comunidade internacional, o qual se tem traduzido numa participação activa e crescente dos países desenvolvidos no nosso plano de cooperação regional.

Por outro lado, os progressos registados constituíram factor de reforço da unidade dos povos da África Austral cada vez mais identificados nos objectivos comuns e conscientes do facto de se confrontarem com problemas da mesma natureza.

O Partido Frelimo felicita-se pelos êxitos conseguidos no fortalecimento da amizade e cooperação regional e pelo espírito empreendedor com que todos os países membros participam na SADCC.

O nosso Partido sauda o Governo Moçambicano pela qualidade e atenção com que tem contribuído para os objectivos da organização.

e pela forma como tem sabido defender e valorizar este importante instrumento ao serviço da emancipação dos povos da região.

O Partido Frelimo sauda igualmente a participação do nosso país na zona preferencial do comércio, PTA, organização que agrupa países da África Oriental e da África Austral com vista à facilitação das trocas comerciais entre os seus membros.

A adesão ao PTA insere-se no quadro dos esforços para uma maior cooperação e articulação entre os países em desenvolvimento.

OS CINCO

Outro nível de cooperação internacional que o nosso Partido privilegia é o do crescente relacionamento entre os cinco países africanos de língua oficial portuguesa. A Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe ligam-nos laços históricos de sofrimento comum, de luta contra o mesmo colonizador e de um idêntico projecto de construção de sociedades independentes, soberanas e livres da exploração.

O Partido Frelimo estimula o desenvolvimento dessas relações a nível dos Partidos, promovendo uma cooperação que tem as suas raízes na experiência de luta compartilhada no seio da CONCP (Conferências das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas).

O nosso Partido encoraja o Governo Moçambicano a promover o relacionamento entre os Cinco a que Eduardo Mondlane e Amílcar Cabral deram prioridade nos duros anos da luta armada de libertação nacional e a que, após as nossas independências, Agostinho Neto e Samora Machel dedicaram atenção e especial interesse.

ÁFRICA ORIENTAL

Assim, na África Oriental após anos de ditadura feroz e de conflitos internos e, posteriormente, de uma agressão militar contra a vizinha Tanzânia, o Uganda iniciou finalmente o processo de reconstrução nacional, num clima de unidade e democracia, que contribui para restituir à África Oriental a tranquilidade. Sob a direcção esclarecida e dinâmica do Presidente Yoweri Museveni e do National Resistance Movement, o povo ugandês procura agora eliminar as últimas bolsas de actividade armada levada a cabo por bandos sobreviventes dos antigos exércitos em conflito.

Apreciamos altamente o espírito construtivo e a serenidade que têm caracterizado o relacionamento entre os governos com vista a ultrapassar diferenças que ainda persistem entre o Uganda e o Kenya, países nossos amigos e irmãos.

No Corno de África, a Etiópia e a Somália encontraram no diálogo a via para superarem os problemas que os dividiam e estabelecerem a paz e segurança na fronteira comum internacionalmente reconhecida.

Saudamos a iniciativa de paz anunciada recentemente pelo governo da Etiópia, com vista a encontrar a solução para o conflito existente naquele país.

NORTE DE ÁFRICA

No período em análise cessou o conflito entre a Líbia e o Chade, que tanto preocupou as nações africanas. Felicitamo-nos pelo fim das hostilidades e saudamos os esforços da OUA através do "Comité sobre o Chade e a Líbia", do qual a República Popular de Moçambique é também membro.

ÁFRICA OCIDENTAL

Preocupa-nos o prosseguimento do conflito no Sahara Ocidental. O nosso Partido continua a apoiar política e diplomaticamente o povo saharaoui que, sob a direcção da Frente Polisário, luta pelo direito de decidir o seu futuro. A resolução 104 da OUA e as resoluções *pertinentes das Nações Unidas constituem base para uma solução justa e pacífica do conflito*. Os contactos já iniciados devem prosseguir na busca de um acordo negociado.

O nosso Partido reitera o apelo ao Reino de Marrocos para que regresse ao seio da OUA reforçando assim a unidade do continente. A África necessita da contribuição e experiência de todos e de cada um para a grande e decisiva batalha pelo desenvolvimento económico e social, para fazer face aos desafios que se projectarão no século que se avizinha.

O Partido Frelimo reafirma a sua total adesão aos princípios da unidade de África e da necessidade imperiosa de fazer recurso sistemático ao diálogo na solução dos conflitos que surgem entre os Estados do nosso continente.

As calamidades naturais que assolam o continente africano e, em particular, a seca e a desertificação, exigem que entre os povos de África se aprofundem os laços de amizade e de cooperação efectivas, se reforce a paz, a tranquilidade e a harmonia.

O Partido Frelimo saúda os esforços, a todos os níveis, encetados pelos Estados membros da OUA, para coordenar as acções do continente com vista à solução de todos estes problemas.

São muitos e encorajadores os exemplos: os países do Magreb procuram as vias da unidade política consolidando as suas relações económicas e estruturais; no Sahel, os estados da zona buscam, pela cooperação, soluções para a desertificação progressiva que os ameaça; na África Oriental, surge o PTA para promover trocas

comerciais entre países desta região e da África Austral. Estas novas iniciativas aprofundam e consolidam as experiências acumuladas na África Ocidental pela CEDEAO, na África Central pela UDEAC e nas ilhas do Oceano Índico pela COI.

MÉDIO ORIENTE

No Médio Oriente, a luta do povo palestino pela criação do seu Estado entrou numa nova fase que traz, à comunidade internacional, justificadas esperanças de uma solução definitiva.

O Conselho Nacional Palestino proclamou o Estado da Palestina, sob a direcção da OLP, que já foi reconhecido por grande número de Estados e pela República Popular de Moçambique. O reconhecimento, pela OLP, do direito à existência do Estado de Israel, abre imensas possibilidades para a resolução de um conflito que há décadas constitui factor de tensão e ameaça a paz e segurança internacionais.

O Partido Frelimo reitera a sua solidariedade às legítimas aspirações do povo palestino, dirigido pela OLP, e reafirma o apoio à convocação pelas Nações Unidas de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente com a participação de todas as partes interessadas, incluindo a OLP.

Ainda nesta região, outro feito de grande importância foi o fim da guerra do Golfo.

O cessar-fogo acordado entre o Irão e o Iraque foi recebido com grande satisfação por toda a comunidade das nações, que agora aguarda que a paz entre aqueles dois países se afirme e se consolide.

O Partido Frelimo saúda a resposta positiva dos dois países aos esforços do Movimento dos Países Não-Alinhados, das Nações Unidas e da OUA para que estes irmãos encontrassem no diálogo a via para a solução do diferendo que os opunha.

ÁSIA

O crescente papel económico e político que os países asiáticos vem assumindo no concerto das nações torna ainda mais relevantes os progressos que se registaram na solução de alguns conflitos que afectam este continente.

Os Acordos de Genebra assinados em Abril de 1988 e a sucessiva retirada das tropas soviéticas do Afeganistão pareciam constituir uma garantia de solução a breve termo da devastadora guerra que assola o país. Todavia, a ingerência externa continua a fazer-se sentir impedindo que ali se instaure a paz e segurança.

O Partido Frelimo apela às partes envolvidas no conflito para a observância do espírito e letra dos Acordos de Genebra, a fim de permitirem que o povo afegão conheça a paz e possa decidir livremente o seu destino.

Na Península da Indochina, constatamos com satisfação as novas perspectivas que se abrem para o termo das guerras que há duas décadas sucessivamente afectam o povo mártir do Camboja.

As negociações iniciadas com vista à solução política do conflito no Cambodja e em particular o estabelecimento de uma zona de paz, estabilidade e cooperação no sudeste asiático merecem o apoio de todas as forças amantes da liberdade e do progresso.

O Partido Frelimo congratula as partes envolvidas pelos resultados positivos já obtidos e encoraja-as a assumirem o espírito genuíno da reconciliação nacional, livres de pressões estranhas ao povo Kmer.

Com preocupação, constatamos dificuldades no processo de reunificação da pátria coreana. O nosso Partido continua solidário com o povo da Coreia na sua luta pela unidade e saúda as sucessivas propostas construtivas apresentadas pela República Popular Democrática da Coreia nesse sentido.

Ainda no continente asiático e durante o período em análise constituiu motivo de grande satisfação a normalização das relações da República Popular da China com o Vietname, e mais recentemente com a URSS. O Partido Frelimo felicita os Partidos Comunistas destes três países pela coragem que demonstraram, sabendo ultrapassar diferenças profundas que os afastaram no passado.

O Partido Frelimo felicita-se pelo reforço dos laços de amizade e cooperação com os países asiáticos. Assim, no período compreendido entre o IV e o V Congresso, o Partido Frelimo e o Governo da República Popular de Moçambique desenvolveram relações de cooperação com as principais forças políticas e sociais, com os governos do Japão e da Índia.

OCEÂNIA

Na Oceânia, permanece preocupante a situação em Timor Leste. O povo maubere continua a ser vítima da violação dos seus direitos fundamentais e da negação do seu inalienável direito à auto-determinação e independência. Persiste a ocupação de Timor-Leste e a intensificação da repressão política e militar do povo maubere.

O Partido Frelimo apoia firmemente a resistência heróica do povo de Timor Leste, saúda a política de unidade de todas as forças patrióticas chamada pela FRETILIN e a criação do Conselho Nacional de Resistência e reitera o seu apoio a potência ocupacionista para iniciar um diálogo franco e sério com os legítimos representantes da nação maubere.

AMÉRICA LATINA

Na América do Sul, sopram de novo os ventos da democratização. Com grande atenção e interesse, o mundo acompanhou os processos de transição das ditaduras militares no Brasil e Argentina para sistemas democráticos constitucionais.

Tais acontecimentos não deixaram de se reflectir igualmente no Chile onde a ditadura se sentiu compelida pela acção das massas populares e por pressão da comunidade internacional a legitimar o seu poder através de um plebiscito, que teve como resultado o voto popular contra a ditadura.

Este acontecimento abriu uma nova fase política que, com as eleições que se aproximam, pode levar a uma gradual democratização da vida política desta martirizada nação.

Registamos igualmente evoluções no Paraguai.

Em El Salvador apesar das propostas encorajadoras da aliança popular FMLN-FDR, o diálogo para a cessação do conflito que afecta este país foi interrompido. A vitória eleitoral, em Março último, do Partido ARENA e a sua recusa ao diálogo iniciado provocou a radicalização da situação. As forças guerrilheiras intensificaram a acção armada mas, paralelamente, mantiveram aberta a via negociada. Saudamos o alto sentido de responsabilidade demonstrado pela aliança. O Partido Frelimo encoraja todas as forças nacionais a prosseguir a busca de uma solução que, preservando os legítimos anseios do povo salvadorenho, reconduza a tranquilidade ao país em conformidade com o estabelecido nos Acordos de Guatemala.

O Partido Frelimo aprecia e apoia os esforços para a restauração da paz realizados pelo governo da Nicarágua e outros Estados da América Central e apela a todas as forças interessadas para criarem as condições para a aplicação do plano de paz acordado. Valorizamos as nossas relações de amizade e cooperação com a Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Na República de Cuba o poder popular consolidou-se e a revolução pode agora concentrar-se fundamentalmente no desenvolvimento técnico e científico do país e na melhoria da qualidade da vida do povo. O Partido Frelimo saúda as relações de amizade e cooperação entre os nossos Partidos, Estados e Povos e que continuem a desenvolver-se.

O Partido Frelimo espera que os ventos de paz que sopram contribuam para a eliminação de focos de tensão em toda a América Central e América Latina, para que o povo dessa zona possa beneficiar da paz e tranquilidade para empreender o combate necessário contra a miséria e o subdesenvolvimento.

EUROPA

No período em balanço foram aprofundadas as relações de amizade e solidariedade com o nosso povo e alargada a cooperação do Estado moçambicano com países europeus.

Em termos globais temos acompanhado com atenção o processo de edificação da Europa dos Doze e as transformações iniciadas em vários países socialistas.

O Partido Frelimo encara positivamente o prosseguimento do processo de consolidação da Europa dos Doze e espera que esse processo contribua positivamente para equilibrar as relações entre o Norte e o Sul.

O Partido Frelimo saúda a coragem com que a direcção do PCUS e, em particular, o Camarada Mikhail Garbatchiov enfrentaram o grande desafio de reflexão crítica e rectificação que tem sido levado a cabo na URSS.

As transformações operadas nos vários países socialistas abrem um estimulante e profícuo debate teórico sobre a construção do socialismo que desejamos prossiga num clima de unidade e solidariedade.

O Partido Frelimo acompanha este momento de reflexões sobre o processo de construção do socialismo em países europeus e regozija-se com o facto de que ele continua a salvaguardar a cooperação com o nosso país.

Estamos conscientes de que estas alterações operadas nos países socialistas e, em particular, as que se verificam na URSS no quadro de "perestroika" e da "Glasnost" têm tido um importante reflexo ao nível dos Partidos Marxistas-Leninistas e das forças progressistas assim como na evolução das relações internacionais em geral. Esse impacto tem sido muito positivo e tem contribuído decisivamente para a criação de uma nova atmosfera nas relações entre as grandes potências e no processo de distensão que caracteriza actualmente as relações internacionais.

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Nestes últimos anos, uma nova e diferente visão começou a emergir na comunidade internacional sobre as organizações internacionais e sobre o multilateralismo, como uma forma democrática de condução das relações entre Estados.

De palco de confrontação e clivagem entre diferentes grupos de países, as organizações internacionais aparecem hoje como instrumentos fundamentais da cooperação entre Estados de sistemas políticos distintos e de desenvolvimento económico e social desigual, como tribunas do respeito pelos direitos do Homem e dos Povos e como exemplo da democratização das relações internacionais.

Cresce, na comunidade internacional, a consciência de que a interdependência que caracteriza o mundo actual implica a revitalização e desenvolvimento do multilateralismo e a busca de soluções que envolvam o conjunto dos interesses relacionados com os problemas.

O Partido Frelimo defende, nesta perspectiva, a necessidade do reforço da legalidade internacional e a consolidação dos organismos internacionais que favorecem e desenvolvem o multilateralismo.

OUA

A O.U.A, instrumento fundamental dos países africanos, reforçou-se e dinamizou-se na discussão e solução de graves crises continentais.

Criada há vinte e seis anos, a Organização da Unidade Africana tem assumido um papel determinante na definição e defesa dos interesses vitais dos estados e do continente como um todo. Ela esteve e deverá continuar a estar na vanguarda da luta pela independência, pela solução pacífica de conflitos entre estados-membros e pelo desenvolvimento económico, técnico, científico e cultural de África.

O Partido Frelimo encoraja e participa activamente nos esforços desta organização continental no sentido de dar maior atenção aos problemas de natureza económica e ecológica, tais como a dívida externa africana, a integração das economias dos países de África, a desertificação e a proibição de depósitos de resíduos tóxicos no continente, entre outros.

A luta de libertação económica e pela defesa do meio ambiente no nosso continente deverá tomar-se na principal tarefa da OUA, logo que sejam definitivamente resolvidos os problemas da independência da Namíbia e da genuína democratização da sociedade sul-africana.

Defendemos a necessidade de uma coordenação cada vez maior entre os países africanos como forma de consolidarem a sua unidade.

O Partido Frelimo considera que é dever de cada moçambicano e de todos os africanos defender, consolidar e dignificar a Organização da Unidade Nacional.

Não-Alinhados

O nosso Partido nota que, apesar das manobras sucessivas visando viciar o Movimento dos Países Não-Alinhados e esvaziá-lo do seu conteúdo verdadeiro, o Movimento tem crescido em força e prestígio. A realização da reunião ministerial, em Luanda, em 1985, e da Cimeira em Harare, em 1986, bem como a eleição do Camarada Robert Gabriel Mugabe para a Presidência do Movimento honram de sobremaneira o continente africano e consolidaram o consenso dos países-membros sobre a necessidade de contribuir activamente para a eliminação urgente do sistema do "apartheid" e para a rigorosa implementação da Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU.

A criação, na Cimeira de Harare, do "Fundo de África" foi uma manifestação prática do apoio e solidariedade para com os povos da África Austral.

O Partido Frelimo defende os princípios do Não-Alinhamento e é pelo reforço do papel do Movimento num mundo em constantes mutações políticas, económicas e tecnológicas, para a distensão nas relações Este-Oeste e para a justiça nas relações Norte-Sul.

Nações Unidas

No quadro das organizações multilaterais, o Partido confere um lugar de relevo ao trabalho desenvolvido em várias arenas pelas Nações Unidas, em especial na resolução dos conflitos regionais, na cooperação económica multilateral, na esfera dos direitos humanos, na descolonização, no fluxo dos refugiados e deslocados e na adopção de medidas para a contenção do terrorismo internacional. Os resultados positivos alcançados na resolução de alguns problemas cruciais como o acordo sobre o Afeganistão, o conflito Irão-Iraque, a independência da Namíbia, o desarmamento e os graves problemas ecológicos que ameaçam a humanidade apontam para a necessidade imperiosa de se reforçar e defender a Organização.

O Partido Frelimo orienta o Estado moçambicano para concentrar os seus esforços com vista à preservação do papel do sistema das Nações Unidas como guardião da paz, segurança e cooperação internacionais.

Com satisfação o Partido constata que renasce o consenso sobre a importância da Organização e a urgência de se ultrapassar a sua crise financeira.

O Partido Frelimo saúda o Secretário Geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar pelo dinamismo com que se dedica aos grandes problemas que afectam a comunidade internacional e vários países membros, e pelo papel pessoal que tem tido na busca perseverante de soluções justas e eficazes.

PAZ, DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

O direito à paz consubstancia o direito à vida. Por isso, a paz é um legítimo e inalienável direito de todos os povos.

O período que nos separa do IV Congresso registou progressos sem precedentes nos esforços da comunidade internacional para a eliminação do espectro da guerra.

Simbolicamente comemorado como o ano Internacional da Paz, 1986 foi o ano a partir do qual se acelerou o desanuviamento internacional. Em todo o mundo se multiplicaram iniciativas com vista a consciencializar os povos sobre os perigos da catástrofe nuclear e sobre a necessidade de se erradicarem definitivamente as armas, os conflitos e a atmosfera de confrontação.

O nosso país associou-se a este movimento com várias actividades designadamente com um Seminário Internacional da Paz que teve lugar em Maputo.

A luta pelo desarmamento geral e completo tem sido uma constante na política externa do Partido Frelimo. Neste quadro, através

do nosso Estado participamos na III Sessão Especial das Nações Unidas dedicada ao desarmamento e na Conferência Ministerial do Movimento dos Países Não-Alinhados que se ocupou especificamente deste tema. Com uma delegação de alto nível partidário e estatal estivemos presentes na Conferência Internacional sobre Zonas de Paz e Desnuclearizadas em Berlim e igualmente nos trabalhos da Conferência de Paris sobre Armas químicas e na de Nova Delhi, que foi subordinada ao tema "para um Mundo Não Violento e Livre de Armas Nucleares".

Em reconhecimento pelo papel da República Popular de Moçambique na luta pela paz internacional, o nosso país foi convidado a participar como observador no Grupo das Iniciativas de Paz dos Cinco Continentes.

O Partido Frelimo considera urgente e imperioso que os recursos financeiros, materiais e humanos utilizados presentemente em despesas militares comecem a ser reorientados para projectos de desenvolvimento económico e social bem como para a protecção do meio ambiente como forma de reduzir as clamorosas desigualdades que caracterizam e afectam o mundo actual.

A iniquidade entre homens e entre nações, a injustiça económica, a fome a ignorância, a doença, a miséria são factores que geram tensões, conflitos e violência entre os homens e entre os Estados.

A paz universal e o desenvolvimento equilibrado de todos os povos do mundo são dois aspectos indissociáveis de luta da humanidade pela sobrevivência e pela felicidade.

O Partido Frelimo considera que o subdesenvolvimento constitui, portanto, uma ameaça permanente à paz e segurança mundiais.

A interdependência do mundo actual exige que a cooperação, a ajuda e a solidariedade representem um princípio relevante na educação política, cívica e ética dos povos.

O Partido Frelimo saúda a comunidade internacional, governos, organizações internacionais, agências especializadas das Nações Unidas, Organizações Não-governamentais (ONG), associações e comités de amizade e Solidariedade pela maneira como têm respondido aos apelos e às Conferências Internacionais para Assistência de Emergência a Moçambique, assim como aos programas de desenvolvimento sócio-económico do governo do nosso país.

O nosso Partido tem acompanhado com atenção particular o trabalho desenvolvido por cerca de uma centena de organizações não-governamentais e agências de doadores que dirigem projectos essencialmente centrados no apoio aos milhões de moçambicanos vítimas da destabilização e de calamidades naturais, ou em programas sociais ou de desenvolvimento local.

O Partido Frelimo aprecia o trabalho realizado que, de uma maneira geral, se tem traduzido em verdadeira e sã cooperação entre os nossos povos.

Estas organizações têm também contribuído para a divulgação nos respectivos países das atrocidades terroristas em Moçambique e do esforço e determinação do nosso povo em resistir à agressão e em reconstruir o país.

Desde o IV Congresso, o Partido Frelimo preocupou-se em revitalizar os contactos com organizações de solidariedade e personalidades amigas que no passado haviam contribuído activamente para o apoio à luta armada de libertação nacional.

Paralelamente, a AMASP intensificou a sua acção promovendo novos contactos e iniciativas de amizade e solidariedade.

Este trabalho alargou-se às restantes organizações democráticas de massas, no relacionamento com as suas congéneres nos vários países, e resultou no incremento do interesse pela situação da África e em realizações de apoio ao nosso país.

Vários grupos já com longas tradições de relacionamento com a nossa luta redinamizaram a sua acção. Publicações sobre o nosso país aparecem com certa regularidade nos EUA, Canadá, Grã Bretanha, Suécia, Holanda, Itália, República Federal da Alemanha, Japão e Austrália. Novos grupos de solidariedade foram criados na Suíça, Austria, Irlanda, Itália, Alemanha Federal, Austrália e Japão.

Este vasto movimento de amizade e solidariedade com a África Austral e com Moçambique deu origem a várias reuniões internacionais nas quais forças políticas, personalidades, grupos de apoio, ONGs, instituições humanitárias, religiosas, profissionais e sociais trocaram experiências e informações e coordenaram programas de acção conjunta.

São de salientar, entre estas iniciativas, as conferências realizadas em Harare, em Montreal, em Bona e em Madrid.

Fruto de ampla mobilização popular, nasceram as Associações de Amizade com Moçambique em Zimbabwe e Tanzania, que realizaram já importantes acções de solidariedade política, humanitária e material para com o povo moçambicano.

Com os Comités de solidariedade dos vários países socialistas, a AMASP realizou um importante trabalho com vista a promover o conhecimento e a participação popular alargada nas iniciativas de amizade e de apoio.

Em consequência desta acção, recebemos navios de solidariedade da URSS e República Democrática Alemã. Da Itália chegaram-nos também diversos navios de solidariedade como resultado de campanhas populares.

No âmbito da AMASP constituíram-se no nosso país comités de amizade e solidariedade com diversos países africanos e socialistas.

O Partido Frelimo congratula-se com os níveis de amizade, solidariedade e cooperação atingidos que constituem uma garantia de

consolidação das relações fraternais que nos unem a todos os povos do mundo.

RELAÇÕES ECONÓMICAS INTERNACIONAIS

A actual conjuntura económica internacional é caracterizada por sérias desarticulações que geram perturbações no sistema económico mundial. Contribui para isso, a contínua ausência de acções concretas que promovam transformações estruturais de que muito depende o sucesso do relacionamento económico que os nossos países reclamam.

É corolário disso, a existência de um conjunto de factores externos adversos que continuam a minar as perspectivas visando uma maior equidade e justiça social no actual sistema económico mundial. A grande recessão na economia mundial iniciada nos anos 70 vem-se alastrando de forma mais acentuada na década de 80. Ela tem se manifestado nas economias em desenvolvimento, pela contínua deterioração dos termos de troca, acentuada com a elevação dos preços de importação e queda nos preços de produtos exportáveis, pelo agravamento das taxas de juros reais, pela queda dos fluxos de financiamentos externos e a transferência líquida de recursos reais dos países do Sul para os do Norte, pelo crescimento vertiginoso da dívida externa, que constitui uma das maiores restrições no crescimento económico dos países em desenvolvimento.

A questão da dívida externa dos países do sul ainda não encontrou uma solução adequada. Contudo, o Partido Frelimo congratula-se com algumas iniciativas da comunidade internacional que têm por objectivo aliviar a situação da crise da dívida dos países mais pobres e que podem constituir um passo útil no sentido de se encontrar uma solução realista e equitativa tanto para os credores como para os devedores.

Em especial, o nosso Partido recorda as declarações de intenção do grupo dos 7 países ocidentais mais industrializados, nas Cimeiras

de Veneza, em 1987, e de Toronto, em 1988 e as dos respectivos Ministros de Finanças e Governadores de Bancos Centrais, de Setembro de 1988 em Berlim Ocidental, as quais contêm princípios a aplicar em novos reescalamentos da dívida dos países de baixo rendimento, incluindo o cancelamento de parte da dívida e redução da taxa de juro de mercado.

O Partido Frelimo saúda todas as declarações de distintos chefes de Estado relativas à anulação das dívidas dos países em vias de desenvolvimento e a sua conversão em donativos.

Felicitando estes sinais positivos da comunidade internacional o nosso Partido defende que tais iniciativas devem ser acompanhadas de fluxos adicionais de recursos externos, seja na forma de donativos ou de empréstimos altamente concessionais, e da minimização e eliminação de outras barreiras ao desenvolvimento e crescimento das economias do sul.

O nosso Partido congratula-se também com as contribuições dadas pela Comissão Sul, nas suas declarações sobre a dívida externa, em Março de 1988, e sobre a Ronda do Uruguai, em Agosto do mesmo ano.

O desenvolvimento rápido da ciência e tecnologia constitui um desafio e abre novas oportunidades aos países do Sul. Mas, para tirar máximo proveito, os países em desenvolvimento devem dar particular atenção aos programas de educação, capacitando-se para absorver as inovações científicas e tecnológicas estrangeiras, nas suas sociedades e economias, assegurando porém o seu controle nacional.

Nos esforços desenvolvidos no campo da cooperação continuamos a ser testemunhas de um mundo dilacerado por diferenças que decorrem das profundas contradições que separam os países industrializados dos países pobres.

Os países em desenvolvimento, cientes dos efeitos perniciosos que estes diferendos vem imprimindo no âmbito das relações internacionais, desenvolvem uma vasta acção conjugada ao nível da

Organização da Unidade Africana, do Movimento dos Não-Alinhados e do Grupo dos 77. Este esforço comum visa a instauração de uma Nova Ordem Económica Internacional, susceptível de corrigir o actual sistema económico mundial, de modo a torná-lo compatível com o progresso e o bem-estar a que os povos de todo o mundo anseiam.

A concertação dos países em desenvolvimento é importante para a clarificação das suas principais preocupações. Ela possibilita aos países do Sul uma informação mútua, uma coordenação sobre políticas e procedimentos bem como uma acção articulada.

O Partido Frelimo orienta o Governo da República Popular de Moçambique para que continue a trabalhar no sentido de incentivar cada vez mais, a harmonização de acções no seio dos organismos multilaterais e de grupos regionais como a SADCC, a PTA e outros. Em particular, deve ser preocupação constante do governo, a maximização do relacionamento no quadro da cooperação Sul-Sul.

Neste espírito o nosso país acolheu recentemente a reunião da Comissão Sul, cujo empenho fundamental visa fazer uma análise nova e objectiva dos grandes desafios económicos, sociais e políticos que enfrentam os países em desenvolvimento e encontrar as vias para os solucionar, sugerindo um programa de acção concreto a ser considerado especialmente pelo Sul.

RELAÇÕES BILATERAIS

A aplicação dinâmica e criadora dos princípios sobre a política externa enunciados no IV Congresso, levou ao reforço dos laços de amizade, solidariedade e cooperação com povos, Partidos e Estados de todo o Mundo, independentemente do seu sistema político, económico e social.

Utilizando a diplomacia como um instrumento estratégico fundamental na defesa dos nossos interesses nacionais, foi possível, através de relações bilaterais e multilaterais, dar a imagem real e

correcta do nosso País e do nosso povo. Fizemos mais amigos e granjeámos maior simpatia para a causa do povo moçambicano, expusemos e denunciámos perante toda a Comunidade Internacional a natureza cruel, criminosa e externa do terrorismo organizado contra a República Popular de Moçambique.

O Partido e o Estado levaram a todos os povos do mundo a mensagem de paz e amizade do povo moçambicano, a razão da sua luta, a justeza da sua causa.

Através das trocas de delegações realizadas a diferentes níveis, o Partido e o Estado estiveram nos cinco continentes e em diversos foros internacionais.

Da África recebemos, em várias ocasiões, as visitas dos Chefes de Estado dos Países da Linha da Frente, da SADCC e do grupo dos Cinco que estreitaram o nosso relacionamento e a nossa amizade. Recebemos, em visitas oficiais e de trabalho o Camarada Robert Mugabe, Presidente da ZANU-PF e Presidente do Zimbabwe, do Presidente do MLSTP e Presidente da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Camarada Manuel Pinto Da Costa, do então Chefe de Estado de Burkina Faso, Capitão Tomás Sankara, do Presidente do Senegal, Aboud Diouf, na altura Presidente em exercício da OUA, de Yoweri Museveni, Presidente do Uganda e Presidente do National Resistance Movement, do Presidente Juvenal Habyarimana do Ruanda e do Presidente Blaise Campaoré de Burkina Faso.

O Presidente do Partido Frelimo e Presidente da República Popular de Moçambique realizou neste período, duas visitas oficiais de amizade à Tanzânia, Zimbabwe, Zâmbia e Botswana. Visitas presidenciais foram também efectuadas à República Popular de Angola, bem como a Cabo Verde e à Guiné Bissau.

Por duas vezes, efectuou visitas de Estado ao Malawi com o qual, no espírito de fraternidade africana e de boa vizinhança, se acordaram relações de cooperação em diversos sectores, incluindo a segurança.

Visitou ainda a Etiópia, no âmbito da proclamação da República Democrática e Popular da Etiópia.

As relações com o Quénia e a Swazilândia foram igualmente reforçadas durante visitas presidenciais por ocasião respectivamente do 10º aniversário da subida ao poder do Presidente Arap Moi e das celebrações do 20º aniversário da independência do Reino Swazi. O Presidente do Partido Frelimo esteve presente nas celebrações do 20º aniversário na Zâmbia.

Visitas presidenciais oficiais de amizade e de trabalho foram ainda efectuadas ao Congo, Zaire, Nigéria Senegal, Mali, Costa do Marfim, e Gabão. Estas visitas ao mais alto nível contribuíram para uma mais profunda compreensão, por parte dos países africanos, da situação prevalecente em Moçambique e na África Austral.

Delegações presidenciais do nosso Partido participaram nos congressos da ZANU-FP, MPLA-PT, Chama Cha Mapinduzi e Partido dos Trabalhadores da Etiópia.

Ao nível partidário importantes trocas de opinião tiveram lugar em visitas recíprocas de trabalho entre delegações de alto nível do nosso Partido e delegações dos Partidos dos países da Linha da Frente assim como com delegações de outros Partidos irmãos de África. Acordos de Cooperação partidário foram assinados em várias dessas ocasiões.

Delegações do Partido Frelimo participaram nas celebrações do 25º aniversário da independência da Argélia, do 25º aniversário da Revolução Congoleza e do 25º aniversário da Frente Progressista do povo das Seychelles.

Recebemos o camarada Sam Nujoma, Presidente da Swapo e os camaradas Oliver Tambo, Presidente do ANC e Joe Slovo, Secretário Geral do Partido Comunista Sul Africano, assim como o arcebispo Desmond Tutu e os reverendos Frank Chikane e Allan Boesak, consagrados dirigentes políticos e figuras proeminentes de luta

anti-apartheid e que exprimem as aspirações genuínas do povo sul-africano.

Em relação ao Médio Oriente desenvolvemos acção diplomática para ampliar o campo do nosso relacionamento e lançar bases para uma amizade e cooperação frutuosa. Delegações de alto nível da RPM visitaram o Irão, o Koweit e a Arábia Saudita e, no nosso País, acolhemos o Presidente do Irão, Said Ali Khameney e o Presidente da OLP, Yasser Arafat. Recebemos também uma delegação do Partido Socialista Yemenita.

Com a comunidade dos países socialistas, unem-nos laços de amizade e solidariedade profundos. Tendo como objectivo consolidar estas relações, delegações a nível presidencial realizaram por duas vezes visitas à União Soviética, RDA e Cuba. O Presidente do Partido Frelimo e Presidente da República Popular de Moçambique visitou também à Roménia, Bulgária, Jugoslávia, China, Coreia e Vietnam. Foram assinados, durante estas visitas, importantes acordos de cooperação bilateral.

Neste período recebemos a visita do Presidente da República Socialista Federativa da Jugoslávia, do Vice-Presidente da República Popular e Democrática da Coreia e do Vice-Presidente do Conselho de Estado de Cuba.

Importantes delegações do nosso Partido e Estado participaram nas celebrações do 70º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, do 40º aniversário da República Popular da Bulgária, do 40º aniversário da RPD da Coreia, do 35º aniversário da RDA e do 30º aniversário do Triunfo da Revolução Cubana.

Com júbilo celebramos, há bem pouco, tempo, o 10º aniversário das assinaturas dos Tratados de Amizade e Cooperação entre a República Popular de Moçambique e a URSS, RDA, Bulgária, Cuba e Roménia. Estes Tratados constituem um valioso instrumento político-jurídico sobre o qual assenta a nossa cooperação.

Para troca de opiniões e experiências de trabalho recebemos delegações de alto nível, do Partido Comunista da União Soviética, do Partido Socialista Unificado da Alemanha, do Partido Comunista de Checoslováquia, do Partido Comunista Búlgaro, do Partido do Trabalho da Coreia, do Partido Comunista da China, da Aliança do Povo Trabalhador da Jugoslávia e do Partido Popular Revolucionário da Mongólia.

Delegações do nosso Partido efectuaram visitas de trabalho à URSS, RDA, Bulgária, Roménia, Hungria, Checoslováquia, Cuba, China e Coreia.

No período que decorreu desde a realização do 4º Congresso, e no cumprimento da política de paz e cooperação nele definida, o nosso Partido e o Governo da República Popular de Moçambique alargaram e aprofundaram as relações políticas, diplomáticas e de cooperação com as forças progressistas e democráticas e os governos e instituições oficiais da maior parte dos países do ocidente. Foi um processo de recíproco conhecimento que conduziu à eliminação de preconceitos e à definição de um relacionamento normal e amigável.

Neste processo se consolidou e ampliou a amizade que, desde os anos da luta armada de libertação nacional, nos ligava à Suécia e aos outros países nórdicos, à Holanda e às forças democráticas da Itália.

O nosso relacionamento com os restantes países da Europa Ocidental e, em particular, com a Grã Bretanha, França, República Federal da Alemanha, Espanha e Portugal, aumentou quantitativa e qualitativamente neste período.

Hoje em dia, é muito mais profunda nos países da Europa Ocidental a compreensão e condenação da natureza do "apartheid" e da sua responsabilidade no conflito que afecta a nossa zona.

O Partido Frelimo aprecia os esforços levados a cabo por forças políticas e governos dos países ocidentais da Europa com vista ao fim

da desestabilização na África Austral e a solidariedade demonstrada através do apoio dado às vítimas desta política belicista.

No subcontinente norte americano, o nosso Partido felicita-se pelo nível das relações alcançado entre a República Popular de Moçambique e os Estados Unidos da América e o Canadá.

A tensão que caracterizou, no passado, o relacionamento entre Moçambique e os Estados Unidos da América foi eliminada. Presentemente, mantemos relações cordiais no plano diplomático, da cooperação multidisciplinar e ao nível da ajuda de emergência.

A administração norte-americana tem compreendido e condenado o terrorismo contra o nosso país e disponibilizou-se a trabalhar com o governo moçambicano, na busca de soluções para os problemas que afectam a nossa zona. A normalização das relações entre os nossos países tem-se traduzido igualmente num apoio crescente às vítimas do banditismo armado em Moçambique e a projectos de desenvolvimento sócio-económico.

O Governo do Canadá intensificou o apoio solidário ao nosso país assumiu posições de claro repúdio e condenação à política nacional e regional do *apartheid*.

Com vista a consolidar e elevar esta cooperação, foram realizadas visitas presidenciais, por duas vezes desde o IV Congresso, aos Estado Unidos da América, Grã-Bretanha, França, Holanda, Bélgica e Vaticano. Também se realizaram visitas de Estado à Itália e Portugal.

Destas visitas resultaram o reforço das relações de amizade com os respectivos governos e com organizações políticas e sociais que se traduziram em importantes apoios ao nosso país.

As nossas relações com os países nórdicos sempre se revestiram de um significado especial. É relevante a contribuição dos países nórdicos nos projectos de desenvolvimento em Moçambique através de financiamentos estatais ou através das suas agências

especializadas. Daí, a multiplicidade de contactos a vários níveis que se tem realizado com estes países. Nesse âmbito é de assinalar a viagem Presidencial para uma visita oficial ao reino da Suécia e para assistir como convidado de honra aos trabalhos do Congresso do Partido Social Democrata da Suécia. O Camarada Bo Torensen, na qualidade de Secretário Geral deste Partido efectuou uma visita ao nosso País.

Outros ilustres hóspedes vieram também testemunhar a sua simpatia e solidariedade com o povo moçambicano. A visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II, Chefe do Estado do Vaticano e líder espiritual da Igreja Católica, constituiu uma oportunidade para o melhoramento e reforço das relações entre a Igreja e o Estado em Moçambique.

O povo moçambicano deu igualmente as boas vindas ao Chefe de Estado da República Italiana e ao Chanceler da República Federal da Alemanha respectivamente Francesco Cossiga e Helmut Kohl.

Recebemos ainda o líder do Partido Trabalhista Britânico, Neil Kinnock, delegações do Partido Comunista Italiano, do Partido Socialista Francês, do Partido "Os Verdes" da República Federal da Alemanha e do Partido Socialista Português.

No interesse de dinamizar e consolidar a cooperação com os países da América Latina, delegações presidenciais visitaram a Argentina e o Brasil. Duas visitas oficiais de amizade foram igualmente realizadas a Nicarágua neste período. Nessas ocasiões foram assinados acordos de cooperação e reafirmados os laços de amizade fraterna com aquele país.

Acolhemos delegações do Partido Socialista do Chile e da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional que nos informaram sobre o desenvolvimento da situação política no Chile e em El Salvador.

O nosso relacionamento com os países asiáticos mereceu especial atenção tendo em conta o seu papel na economia mundial. Iniciaram-se relações de cooperação com o Japão que foram reforçadas

por duas visitas presidenciais. O Presidente da RPM visitou igualmente a Índia com quem há muito nos unem laços de amizade e cooperação, no âmbito bilateral e no do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Uma importante delegação do Partido Liberal do Japão visitou o nosso país e o Partido Frelimo.

O nosso Partido manteve contactos regulares com a FRETILIN acompanhando de perto a dramática situação de Timor-Leste.

O partido Frelimo mantém relações com grande número de partidos políticos de todos os continentes e celebrou acordos de cooperação com 21 partidos, sendo 8 de África, 6 da Europa, 5 da Ásia e 2 da América Latina.

No intervalo entre o IV e V Congressos recebemos trinta e três delegações partidárias em visitas de trabalho e delegações do nosso Partido participaram em quarenta e dois congressos de partidos amigos.

O Partido Frelimo participou em várias conferências teóricas nas quais transmitiu a sua experiência de libertação e de reconstrução nacional e de luta contra a desestabilização e o terrorismo. Essas reuniões têm permitido esclarecer, em particular, a situação na África Austral, colher válidos ensinamentos das experiências e análises de outros partidos e povos.

No quadro da política de alargamento das relações diplomáticas estão acreditadas em Maputo 76 representações diplomáticas e a República Popular de Moçambique tem 17 embaixadas no exterior e embaixadores acreditados em 45 países.

PERSPECTIVAS DA POLÍTICA EXTERNA DO PARTIDO

Na fase de consolidação e desenvolvimento da nação moçambicana, as relações internacionais representam uma área de acção particularmente importante para a vida do Partido e do País.

Por falta de quadros qualificados não estamos presentes em zonas relevantes do mundo e em diversas organizações internacionais.

Deve, pois, constituir preocupações do governo e da própria área das relações exteriores a questão da afectação e formação dos quadros.

O Partido Frelimo, Partido de vanguarda de todo povo, concebe a sua política externa subordinada aos interesses fundamentais das massas populares e orienta o Estado para que promova uma acção diplomática na defesa dos interesses vitais da nação moçambicana.

A guerra que travamos é pela sobrevivência da nossa pátria, pela salvaguarda da soberania e integridade territorial, pelo direito a decidirmos o nosso futuro e a desenvolvermos livremente, em benefícios do povo, a utilização dos nossos recursos e capacidades.

Assim, a nossa política externa deverá contribuir para o alargamento e aprofundamento das relações de amizade e solidariedade em todos os povos, para o desenvolvimento das relações de cooperação e interdependência a nível estatal, para que se criem as condições favoráveis ao reforço da unidade nacional, à paz e estabilidade e ao progresso económico e social.

Com vista a consolidar a unidade nacional, o Partido Frelimo orienta o Estado para apoiar a organização das comunidades moçambicanas no exterior e promover iniciativas que garantam a sua ligação com a mãe-pátria.

O Partido orienta o Governo da República Popular de Moçambique a prosseguir uma política de relacionamento com todos os Países na base da coexistência pacífica, do respeito pela soberania nacional e integridade do território, da não ingerência nos assuntos internos dos Estados, da igualdade soberana, da reciprocidade de benefícios e da resolução pacífica dos conflitos.

O Partido Frelimo, coerente com a sua tradição internacionalista, continuará a apoiar política e diplomaticamente os movimentos de

libertação e as forças populares democráticas que se opõem ao colonialismo, neocolonialismo, racismo, fascismo e à ocupação da pátria.

O nosso Partido defenderá a unidade e continuidade da Organização da Unidade Africana, e a necessidade que ela se ocupe de forma crescente das questões relativas à emancipação económica dos países africanos, à preservação do nosso continente como zona desnuclearizada e livre de armas químicas e à defesa dos recursos naturais e do meio ambiente.

O nosso Partido continuará a lutar pela consolidação e reforço do Movimento dos Países Não-Alinhados como instrumento de concertação e cooperação dos povos na sua luta contra os círculos imperialistas, pela independência política e económica das nações.

Os países socialistas e as forças democráticas e progressistas dos países ocidentais, têm sido importantes amigos e aliados do povo moçambicano nos momentos mais difíceis do processo da nossa luta pela conquista e consolidação da independência nacional. O Partido Frelimo defenderá, portanto, o aprofundamento das relações de amizade e cooperação com os partidos comunistas e socialistas, e com todas as forças democráticas e progressistas do mundo

O nosso Partido orienta o Estado Moçambicano para continuar a encorajar o desanuviamento entre os blocos militares e a pugnar para fazer do perigo da guerra um fenómeno do passado. Consciente da íntima ligação entre a questão da paz e a problemática da desigualdade entre as nações e da injustiça as relações económicas, o Partido Frelimo intensificará a sua actividade em prol do estabelecimento duma nova Ordem Económica Internacional.

O Partido encorajará as iniciativas que visem materializar em acções concretas o conceito da profunda interdependência do mundo actual e, em particular, as que visem a promoção das relações de cooperação baseadas na igualdade e benefício mútuo.

O Partido Frelimo continuá a orientar o Estado a participar activamente nos organismos regionais e internacionais e apoiará o desenvolvimento do principio da multilateralidade em particular na solução dos problemas que prioritariamente afectam a humanidade.

Neste contexto o nosso Partido considera essencial que os países da região, trabalhem em colaboração estreita com a comunidade internacional, para que a paz e a tranquilidade se consolidem em toda a África Austral de modo a que, erradicado o apartheid, todos os povos da zona se possam dedicar ao seu desenvolvimento económico e social, pela edificação de sociedades justas, livres, democráticas e prósperas.

CAMARADAS

COMPATRIOTAS

AMIGOS

O V Congresso do nosso Partido ficará ligado à acção generosa e dedicada de todo o nosso povo pela paz e normalização da vida.

As aspirações e esforços de todos os moçambicanos conjugam-se, com determinação e serenidade, na construção da tranquilidade e felicidade.

Ansiamos por desenvolver as potencialidades e a criatividade da nossa terra e do nosso povo; queremos, numa sociedade de justiça, dar passos mais longe no reforço da democracia, da tolerância, no exercício da soberania e poder popular.

Unamos os nossos esforços e retiremos do solo e mar generosos desta pátria livre a fartura que venha erradicar a fome e a miséria do nosso território.

Queremos que o tempo que vier encha de alegria e amor a vida dos nossos filhos. Virá o tempo de colher os frutos na sociedade de homens iguais, soberanos e orgulhosos de ser filhos de uma pátria socialista.

Reconstruamos a pátria, saremos a dôr, façamos a união de todos os moçambicanos.

A LUTA CONTINUA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I — O Partido na luta pela paz e recuperação	25
CAPÍTULO II — A Construção do Estado no processo da Democracia	65
CAPÍTULO III — Unidade Nacional	93
CAPÍTULO IV — As Organizações Sociais como parte do sistema da Democracia Popular	117
CAPÍTULO V — Defesa e Segurança	143
CAPÍTULO VI — Desenvolvimento Económico e Técnico-Científico	169
CAPÍTULO VII — Educação, Cultura, Desporto, Saúde, Habitação, Trabalho e Comunicação Social	211
CAPÍTULO VIII — As grandes linhas da nossa Política Externa	277
EXORTAÇÃO	315

Este livro
acabou de se imprimir
nas oficinas do CEGRAF
em Maputo
no mês de Julho de 1989

COLECÇÃO 5.º CONGRESSO